

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
PPGH**

**CACILDA MAESIMA**

**JAPONESES, MULTIETNICIDADE E CONFLITO NA FRONTEIRA:  
LONDRINA, 1930/1958.**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> ISMÊNIA DE LIMA MARTINS**

**NITERÓI**

**2012**

TESE DE DOUTORADO

**JAPONESES, MULTIETNICIDADE E CONFLITO NA FRONTEIRA:  
LONDRINA, 1930/1958.**

CACILDA MAESIMA

CACILDA MAESIMA

**JAPONESES, MULTIETNICIDADE E CONFLITO NA FRONTEIRA:  
LONDRINA, 1930/1958.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor, Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ismênia de Lima Martins.

NITERÓI - RJ

2012

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

M186 Maesima, Cacilda.

Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira: Londrina, 1930/1958 / Cacilda Maesima. – 2012.

219 f.

Orientador: Ismênia de Lima Martins.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 208-219.

1. Imigração japonesa. 2. História de Londrina (PR). 3. Etnicidade. 4. Identidade. I. Martins, Ismênia de Lima. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 325.252098162

CACILDA MAESIMA

**JAPONESES, MULTIETNICIDADE E CONFLITO NA FRONTEIRA:  
LONDRINA, 1930/1958.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor, Área de Concentração: História Social.

Aprovada em 31/08/2012.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ismênia de Lima Martins - Orientadora  
UFF

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elisa Massae Sasaki Pinheiro  
UERJ

---

Prof<sup>o</sup> Dr Gilmar Arruda  
UEL

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariléia Franco Marinho Inoue  
UFRJ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Satie Mizubuti  
UFF

À Rafaela e Giovânia.  
Aos meus antepassados e às novas gerações de nipo-brasileiros.

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>a</sup> Ismênia, minha orientadora, que desde o tempo do mestrado, quando me orientou em outra temática, assim como no percurso do doutorado, foi de fundamental importância para a minha formação acadêmica e crescimento intelectual.

Ao Prof<sup>o</sup> Gilmar Arruda, pelo imenso contributo que proporcionou às minhas reflexões, com suas relevantes sugestões, enriquecedoras desta pesquisa.

Ao Prof<sup>o</sup> Marco Antônio Neves Soares, pelo essencial apoio e incentivo dado à realização desta pesquisa.

Às Prof<sup>as</sup> Elisa Massae Sasaki Pinheiro e Mariléia Franco Marinho Inoue, pelas importantes contribuições oferecidas no exame de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense: professores e funcionários, pela atenção e gentileza sempre presente.

À Universidade Estadual de Londrina: Coordenação do CDPH, caros amigos e colegas de trabalho, Direção do CLCH, estimados funcionários da PRORH/DAS/DCDT e DDP/DDD, BC, BSCH e Museu Histórico de Londrina.

Aos funcionários do Arquivo da Câmara Municipal de Londrina, do Arquivo Público do Paraná, do CEJAP/USP e da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde da COC/FIOCRUZ.

Aos amigos queridos, por toda alegria, companheirismo, solidariedade e apoio recebidos neste processo: Benilson Borinelli, Carlos Augusto Addor, Edson José Holtz Leme, Érica Sarmiento, Gelson Liston, Heitor Frossard, Hernán Venegas Marcelo, Humberto Meza, Juceli Silva, Leila Terezinha Bernardes Fernandes Rosa, Luiz Eduardo Pena Catta, Marlene de Oliveira, Maria Aparecida Barreto Ribas, Mirian Donat, Osmani Costa, Renata Cerqueira Barbosa, Renato Sugahara, Rogério Ivano e Sandra Ruben dos Anjos Ferreira.

Aos meus amigos ítalo-brasileiros, Antônio Paulo Benatti e Rosane Aparecida Bartholazzi, presenças importantíssimas neste percurso acadêmico, seja pelo diálogo, seja

pela escuta, pelas leituras, pela solidariedade, pela hospedagem, pela convivência, enfim, pela amizade. Da mesma forma, agradeço às caríssimas amigas Andréa Telo da Côrte e Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes.

Aos meus familiares, que compreenderam minhas constantes ausências neste período. Agradeço, especialmente, à minha mãe Auria, à minha irmã Sueli e à minha irmã Iza, que me ensinou as primeiras letras.

Às minhas filhas, Rafaela e Giovânia, fonte de infinito amor.



## RESUMO

Ao investigar historicamente as relações interétnicas entre japoneses – imigrantes e descendentes, e os outros – brasileiros e outras etnias, este estudo objetiva verificar como este grupo, discriminado inicialmente no Brasil, inseriu-se na sociedade receptora e construiu uma memória da imigração japonesa, comemorada até os dias de hoje. A pesquisa contempla o período entre os anos de 1930 – data em que os japoneses adquiriram os primeiros lotes de terras em Londrina – e 1958 – ano da visita da família imperial japonesa à região norte do Paraná, em comemoração ao jubileu da imigração japonesa. Utilizando-se de fontes como autos criminais, periódicos, censos, leis municipais e publicações memorialísticas locais, buscou-se analisar, a partir dos aportes teórico-metodológicos da história cultural, a ocupação do território e as estratégias de mobilidade social, bem como de negociação de identidades entre etnias e culturas tão diferentes. Além disso, ao proporcionar o contexto histórico do desenvolvimento regional, procurou-se enfatizar seu caráter multiétnico, as especificidades de um território de fronteira e discutir a imagem da *harmonia entre as raças*, construída nos primórdios do povoamento da cidade. Finalmente, destacou-se a visibilidade que os japoneses e seus descendentes adquiriram na sociedade local, por meio de equipamentos sociais que criaram, assim como as atividades econômicas e políticas que desenvolveram na década de 1950, quando na região as estruturas de poder já se apresentavam consolidadas.

Palavras-chave: Imigração japonesa. História do Norte do Paraná. Etnicidade. Identidade. Londrina.

## ABSTRACT

By investigating the historical interethnic relations among Japanese – immigrants and their descendants, and others – Brazilian and other ethnic groups, this study aims to verify how this group, discriminated initially in Brazil, was inserted in the receiving society and built a memory of the Japanese immigration, celebrated until today. The survey covers the period between 1930 – date on which the Japanese bought the first lots of land in Londrina – and 1958 – year of the visit of the Japanese imperial family to northern Paraná, to the jubilee celebration of the Japanese immigration. Using sources such as criminal records, newspapers, census, municipal laws and local memorial publications, we sought to analyze, from the theoretical-methodological framework of cultural history, the land occupation and the strategies of social mobility, as well as negotiation of identities among different ethnic groups and cultures. Furthermore, by providing the historical context of regional development, we sought to emphasize its multiethnic, the specifics of a frontier territory and discuss the image of *harmony among races*, built in the early settlement of the city. Finally, we have highlighted the visibility that the Japanese and their descendants have acquired in the local society through social institutions they have created, as well as economic and political activities that developed in the 1950s, when the structures of power had already been consolidated in the region.

Keywords: Japanese immigration. History of Northern Paraná. Ethnicity. Identity. Londrina.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: ESTADO DO PARANÁ - ÁREA PERTENCENTE À CTNP, p. 61.
- Figura 2: ESTRADA DE RODAGEM – LONDRINA/1935, p. 62.
- Figura 3: ESCRITÓRIO DA CTNP NA DÉCADA DE 1930, p. 62.
- Figura 4: PROPAGANDA DA CTNP, p. 69.
- Figura 5: CAFEZAL DE 4 ANOS, p. 70.
- Figura 6: INSTALAÇÃO DA COMARCA DE LONDRINA – 1938, p. 72.
- Figura 7: “CEIFA DO TRIGO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA”, p. 76.
- Figura 8: EUGENIO BRUGIN - AGENTE DE VENDAS DA CTNP, p. 77.
- Figura 9: ANTONIO JOSÉ RAIÓ – AGENTE DE VENDAS DA CTNP, p. 78.
- Figura 10: HIKOMA UDIHARA – AGENTE GERAL DA SEÇÃO JAPONESA, p. 79.
- Figura 11: SAFRA DE ALGODÃO NA LONDRINA DA DÉCADA DE [1930], p. 82.
- Figura 12: MEMBROS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE LONDRINA, p. 91.
- Figura 13: INAUGURAÇÃO DA PONTE DO RIO TIBAGI, p. 97.
- Figura 14: CONSTRUÇÃO DA PONTE DO RIO TIBAGI, p. 99.
- Figura 15: SR. UDIHARA E SEU AUTOMÓVEL DE TRABALHO, p. 100.
- Figura 16: SR. UDIHARA E PESSOA NÃO IDENTIFICADA, p. 101.
- Figura 17: SR. UDIHARA NA ESTRADA JUNTO À MATA, p. 102.
- Figura 18: MAPA ILUSTRATIVO PARA VIAGEM DE VISITAS ÀS TERRAS DO SINDICATO INGLÊS NO NORTE DO PARANÁ, p. 103.
- Figura 19: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA INTERNACIONAL, p. 105.

Figura 20: MAPA ESQUEMÁTICO COM A LOCALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES JAPONESES NOS ARREDORES DE LONDRINA, CAMBÉ E ROLÂNDIA, p. 106.

Figura 21: MAPA GERAL COM A LOCALIZAÇÃO E DATAS DE FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS, p. 106.

Figura 22: *KAIKAN* da SEÇÃO CENTRAL, p. 108.

Figura 23: ÁREA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 1941, p. 111.

Figura 24: ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS. I – ESTADO DO PARANÁ. 1. CAFEZAIS EXISTENTES, p. 111.

Figura 25: 2. PROPRIEDADES SEGUNDO OS CAFEZAIS, p. 113.

Figura 26: CAFEICULTORES SEGUNDO A SUA NACIONALIDADE, p. 115.

Figura 27: CARTOGRAMA II - MUNICÍPIO DE LONDRINA, p. 117.

Figura 28: ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS. 1. CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PROPRIEDADES, p. 118.

Figura 29: 2. CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PLANTAÇÕES, p. 120.

Figura 30: 3. TRABALHADORES POR NACIONALIDADE E GÊNERO, p. 122.

Figura 31: CAPITAL INVERTIDO, TERREIROS E MÁQUINAS, p. 123.

Figura 32: PROPAGANDA DE MÁQUINA DE BENEFICIAMENTO, p. 124.

Figura 33: GRÁFICO: TRABALHADORES NA CAFEICULTURA, POR NACIONALIDADES. LONDRINA – 1941, p. 128.

Figura 34: VISTA PARCIAL DA VILLA DE ROLÂNDIA – 1938, p. 139.

Figura 35: DISTRITO DE ROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE LONDRINA – 1938, p. 140.

Figura 36: AGÊNCIA DO BANCO AMÉRICA DO SUL EM 1941, p. 164.

Figura 37: ESCOLA JAPONESA EM LONDRINA, NA DÉCADA DE 1930, p. 174.

Figura 38: EQUIPE CAMPEÃ DE BEISEBOL MIRIM – 1954, p. 178.

Figura 39: BAILE DE CARNAVAL DA ACEL – 1955, p. 179.

Figura 40: TEMPLO BUDISTA *NISHI HONGANJI* DE LONDRINA, EM 1954, p. 182.

Figura 41: TEMPLO BUDISTA *NISHI HONGANJI* DE LONDRINA, EM 2012, p. 183.

Figura 42: PADRES DA PANIB – [ANOS DE 1950], p. 185.

Figura 43: GRÁFICO COMPARATIVO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA, p. 197.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: IMIGRANTES EUROPEUS E ASIÁTICOS QUE ENTRARAM NO PERÍODO DE 1819 A 1939, p. 29.

Tabela 02: IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO, p. 46.

Tabela 03: QUANTIDADE DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA ATÉ DEZEMBRO DE 1938, p. 74.

Tabela 04: CAFEZAIS EXISTENTES, p. 112.

Tabela 05: PROPRIEDADES SEGUNDO OS CAFEZAIS, p. 114.

Tabela 06: CAFEICULTORES SEGUNDO A SUA NACIONALIDADE, p. 116.

Tabela 07: CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PROPRIEDADES, p. 119.

Tabela 08: CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PLANTAÇÕES, p. 121.

Tabela 09: TRABALHADORES, CAPITAL INVERTIDO, TERREIROS E MÁQUINAS, p. 122.

Tabela 10: QUANTIDADE DE AUTOS, POR NACIONALIDADE – PERÍODO 1938 A 1958, p. 127.

Tabela 11: DADOS DE POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, p. 129.

Tabela 12: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE LONDRINA POR MUNICÍPIO, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO. – 1958, p. 130.

Tabela 13: AUTOS ENVOLVENDO JAPONESES, ALEMÃES E ITALIANOS NA CONDIÇÃO DE VÍTIMA, p. 131.

Tabela 14: PROPORÇÃO DE AUTOS CRIMINAIS, NA CONDIÇÃO DE VÍTIMA EM RELAÇÃO AOS DADOS POPULACIONAIS APROXIMADOS DO COMEÇO DA DÉCADA DE 1940, p. 133.

Tabela 15: AUTOS ENVOLVENDO JAPONESES, ALEMÃES E ITALIANOS NA CONDIÇÃO DE RÉU, p. 135.

Tabela 16: PROPORÇÃO DE AUTOS CRIMINAIS, NA CONDIÇÃO DE RÉU EM RELAÇÃO AOS DADOS POPULACIONAIS APROXIMADOS DO COMEÇO DA DÉCADA DE 1940, p. 136.

Tabela 17: ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO NA VILA DE ROLÂNDIA – 1938, p. 141.

Tabela 18: ANALFABETOS DE AMBOS OS SEXOS NA VILA DE ROLÂNDIA – 1938, p. 141.

Tabela 19: NÚMERO DE HABITANTES DA VILA DE ROLÂNDIA, SEGUNDO A NACIONALIDADE – 1938, p. 141.

Tabela 20: POPULAÇÃO RESIDENTE EM LONDRINA, POR GERAÇÃO, p. 176.

Tabela 21: POPULAÇÃO RESIDENTE EM LONDRINA, POR GÊNERO, p. 176.

Tabela 22: RELIGIÃO DA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES JAPONESES E DESCENDENTES DA REGIÃO DE LONDRINA (7 anos e acima), p. 181.

Tabela 23: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO POR ESTADO, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO, p. 193.

Tabela 24: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO POR REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO, p. 195.

Tabela 25: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE LONDRINA POR MUNICÍPIO, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO, p. 196.

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

BRATAC	Sociedade Colonizadora do Brasil Ltd.
CDPH/UEL	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica/Universidade Estadual de Londrina.
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná.
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social.
UEL	Universidade Estadual de Londrina.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 19.

1. A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, p. 34.

1.1. JAPONESES NO BRASIL: AVENÇAS E DESAVENÇAS, p. 38.

1.2. JAPONESES NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO EM MASSA, p. 45.

1.3. AS ESCRITAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NORTE-PARANAENSE, p. 53.

2. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO MULTIÉTNICO, p. 60.

2.1. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, p. 60.

2.2. A TERRA DA PROMISSÃO, p. 66.

2.3. AS GENTES, p. 73.

2.4. O ELDORADO CAFEEIRO, p. 93.

3. OS JAPONESES NA COLÔNIA INTERNACIONAL, p. 96.

3.1. NÚCLEOS COLONIAIS JAPONESES, p. 100.

3.2. LONDRINA: SOB O OLHAR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ, p. 110.

4. TENSÕES E CONFLITOS INTERÉTNICOS NA FRONTEIRA, p. 125.

4.1. O INCÊNDIO DA ESCOLA JAPONESA, p. 142.

4.2. DESENTENDIMENTO NO MUNDO DO TRABALHO: ZONA RURAL DE ROLÂNDIA, p. 150.

4.3. DESENTENDIMENTO NO MUNDO DO TRABALHO: ZONA RURAL DE LONDRINA, p. 157.

4.4. *DESACATO AO SÍMBOLO NACIONAL*, p. 164.

5. *INSERÇÃO DOS JAPONESES NA SOCIEDADE LONDRINENSE NO AUGE DO ELDORADO*, p. 173.

5.1. *ASSOCIAÇÕES E RELIGIOSIDADE DOS IMIGRANTES JAPONESES E DESCENDENTES EM LONDRINA*, p. 173.

5.2. *REPRESENTAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA NA POLÍTICA LONDRINENSE*, p. 188.

5.3. *O AUTORRETRATO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM LONDRINA*, p. 190.

*CONSIDERAÇÕES FINAIS*, p. 200.

*ANEXOS*, 204.

*FONTES*, 208.

*BIBLIOGRAFIA*, 212.

## INTRODUÇÃO.

O tema da imigração e da multietnicidade impõem-se com relevância aos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, uma vez que a formação histórica do país é marcada pela absorção de sucessivas levas de migrantes da Europa, África e Ásia, responsável pela diversidade das culturas e pela diferença das identidades étnicas e sociais, que caracterizam a população contemporânea brasileira.

No campo da historiografia, desenvolveu-se, nas últimas décadas, um esforço por estudos gerais sobre imigração e, mais recentemente, estudos de caso buscam dar conta das especificidades locais e regionais.

Além das motivações acadêmicas, registro aquelas de cunho pessoal. Oriunda do norte do Paraná, mais especificamente de Londrina, região onde a multietnicidade inscreve-se de forma expressiva no tecido social, e de ascendência nipônica, cujo grupo étnico possui relevante participação na composição daquele mosaico social, a mobilização para o tema apresentou-se naturalmente.

Estas mesmas motivações, no entanto, impunham um cuidadoso e seguro distanciamento do objeto da pesquisa, para não cair nas armadilhas de uma história militante ou tendenciosamente parcial.

Assim, com o objetivo de refletir sobre os japoneses no norte do Paraná, procurou-se, na elaboração da presente pesquisa, observar a reflexão de que “compreender os outros é, certamente, não idealizá-los. Assim como compreender a dinâmica histórica dos grupos étnicos é entendê-los em sua complexidade real” (Ferreira Neto, 1997, p. 324-325)

Para levar a efeito a análise com tal rigor, recorreu-se a alguns aportes teóricos que a história cultural ou a etno-história proporciona para a compreensão das questões relacionadas à alteridade, identidade, etnicidade e ao etnocentrismo, peculiar ao gênero humano e verificável na história da humanidade.

Ao fazer considerações sobre a diversidade das culturas, quando a definiu como “um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades”, Lévi-Strauss (1980, p. 53 e 54) asseverou, em 1950, que a noção de humanidade, na perspectiva de inclusão de “todas as formas da espécie humana”, apareceu muito tardiamente e com uma limitada expansão. Para imensas “frações da espécie humana e durante dezenas de milênios, esta noção parece estar totalmente ausente. A humanidade acaba nas fronteiras da tribo, do grupo linguístico, por vezes mesmo, da aldeia” de cada um.

Verificar se a perspectiva etnocêntrica processou-se durante a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil e, especificamente, no norte do Paraná, também foi um dos objetivos desta investigação, considerando que a ocupação e o desenvolvimento de Londrina - e sua região - resultaram em um mosaico social multiétnico dos mais emblemáticos da história da imigração no Brasil.

Foi seguindo este fio condutor, à luz do contexto histórico, isto é, dialogando a história regional e local com a de nível nacional, que se buscou, neste estudo de caso, dar visibilidade aos processos que produziram o agrupamento de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina, bem como de suas relações interétnicas. Procurou-se observar também as formas de inserção e, no bojo desse processo, a construção de uma memória da imigração japonesa, na cidade.

Aplicou-se o termo grupo étnico aos imigrados japoneses e seus descendentes no Brasil, por entendê-los como integrantes de

agrupamentos minoritários relacionados ao quadro nacional” e que se define “ como uma entidade que emerge da diferenciação cultural entre grupos que interagem em um contexto de relações interétnicas (estrutura das relações entre centro e periferia, situações migratórias, fenômenos de colonização e de descolonização, sociedades pluralistas etc.). A etnicidade define ao mesmo tempo o contexto no qual emerge como contexto pluriétnico. (...) as teorias da etnicidade afirmam que o grupo étnico não pode se tornar uma categoria pertinente de agrupamento humano senão nas situações plurais (POUTIGNAT, 1998, p. 82).

A atribuição da dimensão subjetiva na definição dos grupos étnicos conduziu alguns autores a distinguir categoria e grupos étnicos: “a primeira é definida como um simples agregado de indivíduos colocados em condições comuns ou percebidos como similares pelos *outsiders* (...), o segundo não aparece senão quando tais indivíduos compartilham um sentimento de pertença comum, uma crença em uma mesma origem e dispõem de organizações unificadoras” (Idem, p. 83).

Uma importante característica para se constituir como grupo étnico é a autoatribuição. Conforme Barth (2000, p. 32), “a atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação”. Assim, quando os atores, no propósito de interagir, “usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos”.

Enfim, esta pesquisa teve o intuito de colaborar para o desenvolvimento dos estudos da imigração no Brasil, uma vez que tais estudos são de grande importância para a compreensão das questões sociais e culturais, desencadeadas pelas (e/i)migrações, na contemporaneidade.

Pouco mais de um século se passou desde que os primeiros imigrantes japoneses saíram das ilhas do Pacífico, no extremo oriente, e navegaram em direção às terras tropicais brasileiras, banhadas pelo Atlântico, no ocidente. Atualmente, constata-se, no Brasil, uma forte presença da etnicidade nipo-brasileira, sobretudo, nos Estados do Sul e Sudeste. A influência da cultura nipônica é perceptível em alguns aspectos da vida cotidiana nacional, como na culinária, nos esportes (artes marciais), na religiosidade, entre outros; evidenciando os processos de hibridação cultural por que passaram o grupo étnico japonês e a sociedade receptora brasileira.

O anseio em desenvolver uma pesquisa relacionada ao tema da imigração japonesa no Brasil, especialmente sobre aqueles que escolheram o norte do Paraná para viver, vem de longa data, 1988 – ano em que se comemorava o aniversário dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Até então, a quantidade de estudos acadêmicos sobre este tema era menor do que os existentes hoje. Somava-se a isso, o meu interesse em saber mais sobre a aventura e trajetória dos meus antepassados e seus patrícios, enquanto grupo étnico, que eram provenientes do arquipélago japonês e se fixaram nas interioranas terras vermelhas do norte do Paraná.

Minhas indagações relacionavam-se às lembranças de minha infância vivida naquela localidade multiétnica. Nas relações de sociabilidades familiares e intraétnica, percebia as permanências culturais do grupo étnico japonês, fortemente valorizadas e reproduzidas no cotidiano. Para se ter uma ideia desta multietnicidade, na pequena rua da Londrina em que cresci, na década de 1970<sup>1</sup>, numa única quadra encontravam-se moradores que eram

---

<sup>1</sup> A população total do Município de Londrina, em 1970, era de 228.101 habitantes, sendo a população urbana composta de 163.528 habitantes e a rural de 64.573 habitantes. Em 1980, o total de habitantes elevou-se para o número de 301.711.

descendentes de imigrantes italianos, espanhóis, japoneses, bem como de migrantes gaúchos, mineiros, paulistas e nordestinos. A maioria das crianças, com as quais eu convivía, era londrinense de nascimento, denotando o tempo de fixação de seus pais, como migrantes, em Londrina. No curso da escola primária, aprendíamos que Londrina era a capital mundial do café e o seu progresso havia se dado em virtude da riqueza que este produto proporcionou ao desenvolvimento da cidade.

Nas relações de sociabilidade intraétnica, a etnicidade nipo-brasileira era vigorosamente perceptível no associativismo organizado nas formas dos *kumis*<sup>2</sup>, que promoviam, por exemplo, os *undokais*<sup>3</sup> anuais. Em minhas lembranças, tal etnicidade era perceptível também, nos tradicionais bailes de carnaval da ACEL, o “clube japonês”; nos *Bon Odori*<sup>4</sup> que ocorriam no *Oterá*, o templo budista, além dos eventos culturais e esportivos proporcionados pelas várias escolas japonesas, clubes e entidades religiosas da cidade, que congregavam o grupo étnico nipo-brasileiro.

Convém destacar que atualmente a etnicidade nipo-brasileira é muito presente no cotidiano das pessoas que vivem em Londrina e região, sendo-lhe consagrado lugares de preservação de uma memória da imigração japonesa, conferidos nos monumentos, praças, museus e centros de documentação e culturais. Esta etnicidade está presente nas festas, comemorações anuais, entre outras.

E como observa o historiador Lesser (2008, p. 44), nas décadas de 1960 e 1970, verificou-se uma “visibilidade positiva dos *nikkeis*”, os nipo-brasileiros, explicada pelo “seu sucesso econômico” e pelo fato de o Japão se colocar como potência mundial<sup>5</sup>. “Os paulistanos tinham contato constante com nipo-brasileiros ou com imagens destes. Os *nikkeis*

<sup>2</sup> Nas formas de organização e administração das atividades culturais e sociais dos japoneses em Londrina, o grupo étnico era dividido em *kumis*, que, conforme Hinata (1992, p. 244), significa classe, grupo.

<sup>3</sup> *Undokai* é uma gincana poli-esportiva, que envolve participantes de todas as faixas etárias, promovida pelas associações do grupo japonês.

<sup>4</sup> *Bon Odori* é um festival de tradição budista celebrado em memória dos antepassados, com danças tradicionais japonesas. Ocorre geralmente no mês de agosto.

<sup>5</sup> Além disso, é importante destacar que naquele momento as relações econômicas entre o Japão e o Brasil estavam se fortalecendo. Isto ocorria em virtude de políticas públicas brasileiras, como a “ISI” implementada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que visava à “industrialização e substituição de importações”. Tal política incentivou investimentos japoneses, “que contribuíram para a criação do empreendimento conjunto da usina siderúrgica Usiminas, no Estado de Minas Gerais, em 1958. No ano seguinte, a Ishikawajima Corporation financiou em cerca de 70% o estaleiro Ishibrás, no Rio de Janeiro”. Em 1967, após o governo militar brasileiro assinar um tratado tributário com o Japão, houve um aumento na importação de vários produtos japoneses pelo Brasil. O mesmo ocorreu inversamente. “Muitas empresas japonesas instalaram suas fábricas na Zona Franca de Manaus, aumentando a presença dos produtos japoneses no mercado brasileiro” (LESSER, 2008, p.47). Ainda, segundo Lesser (2008, p.49), no período do governo militar “os discursos transnacionais sobre comércio, investimentos, migração e povos se associavam aos discursos locais que foram de importância crítica para a criação da identidade” *nikkei*, que se tornava positiva.

estudavam nas universidades, vendiam frutas e legumes, eram pequenos comerciantes e profissionais liberais”. Em Londrina, não era diferente. Esse contato constante também ocorria entre a população local, contando inclusive, com representantes políticos, nas esferas municipais, estaduais e federais, eleitos principalmente pela comunidade nipo-brasileira. Mas não foi sempre assim, como será revelado no curso deste trabalho.

A pesquisa percorreu a bibliografia geral sobre a imigração japonesa no Brasil e debruçou-se, particularmente, sobre a produção acadêmica referente à região estudada, garantindo confirmar a relevância do tema e as possibilidades de contribuição desta pesquisa.

Além disso, apoiando-se na historiografia revisionista regional, procurou-se dar ênfase à *multiétnicidade* que caracterizou o povoamento da região, com as especificidades de uma frente de expansão, um espaço de *fronteira*. Simultaneamente, buscou-se analisar a ideia de *harmonia entre as raças*, presente naquela localidade, desde seus primórdios.

Entre as fontes primárias, foram utilizados jornais, coleção de leis, atlas corográfico, álbum de município, etc, destacando-se, particularmente, o conjunto de autos criminais recolhidos no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – doravante CDPH - do Departamento de História de Universidade Estadual de Londrina. Tal coleção foi recebida na década de 1990 e o acervo refere-se ao ano de 1938, quando se inaugurou a Comarca de Londrina, até 1970.

O exame de tais fontes buscou trazer ao campo de visibilidade histórica uma diferente perspectiva de como se processaram as relações interétnicas entre os japoneses e descendentes, enquanto grupo étnico, e a sociedade receptora local. Relações que não eram só de tensões e conflitos, mas também de sociabilidade e inserção social deste grupo.

Este estudo limita-se, geograficamente, à cidade de Londrina e região e, temporalmente, entre as datas de 1930 e 1958. A primeira delas refere-se ao ano de fundação da cidade de Londrina, quando se deslocaram para a região os primeiros “japoneses pioneiros”. A segunda refere-se ao ano da celebração do cinquentenário da imigração japonesa no Brasil. O evento gerou a oportunidade da promoção da memória da imigração e da exteriorização de esforços na construção da identidade pelo grupo.

Enfocando os tensos anos do Estado Novo (1937-1945) e do pós-guerra, buscou-se recuperar a trajetória dos imigrantes japoneses em Londrina e região, com o intuito de investigar se houve um sentimento antinipônico no norte do Paraná, e de que maneira se efetivaram as ações indiciadoras desse sentimento de hostilidade étnica. Para isso, foi necessário verificar como se constituíram, enquanto grupo étnico e como (re)elaboraram as estratégias individuais e coletivas de defesa diante das atitudes hostis e discriminatórias no dia

a dia, tanto por parte de agentes do Estado quanto de pessoas comuns da sociedade local. Por fim, pretendeu-se também analisar, no bojo desse processo, como o grupo étnico negociou, perante o público local, a sua identidade como nipo-brasileiros, construindo uma memória com um conceito positivo da imigração japonesa, procurando assim, libertá-la dos preconceitos em relação aos nipônicos, existentes desde o início da imigração no Brasil, consolidando sua inserção na sociedade local.

Atualmente, em Londrina e região, existe um número significativo de descendentes de japoneses atuando em vários setores da sociedade – educação, comércio, indústria, prestação de serviços, etc. Cento e três anos após o início da imigração japonesa no Brasil, percebe-se, num plano de vista geral, um progressivo “abrasileiramento” dos seus descendentes, que se integraram à sociedade brasileira, assimilando muitos de seus valores culturais e traços identitários. A relevância desta pesquisa, que privilegiou a análise histórico-antropológica das formas de negociação da identidade nacional no espaço e tempo referidos, reside na possibilidade de compreensão das permanências e rupturas que ocorreram ao longo desse processo de “abrasileiramento” ou aculturação, movimento permeado, inclusive, por uma crescente miscigenação étnica e por vários fenômenos sutis e complexos de hibridização cultural.

A opção em utilizar o conceito de negociação, nesta pesquisa, se fez “porque expressa consciência da multiplicidade e da fluidez da identidade e o modo como ela pode ser modificada ou pelo menos apresentada de diferentes modos em diferentes situações” (BUCKLEY; KENNEY<sup>6</sup>, 1995; LESSER<sup>7</sup>, 1999 apud BURKE, 2010, p. 48).

Além disso, buscou-se contribuir para a historiografia referente aos deslocamentos populacionais e à imigração no Brasil, especificamente na região norte do Paraná.

Todavia, a principal justificativa do presente trabalho é a possibilidade de colaborar, ainda que apenas com mais um estudo de caso, para as importantes discussões travadas na contemporaneidade sobre os processos de construção e negociação de identidades – no caso, de identidades étnicas.

Assim, procurou-se oferecer uma perspectiva situada no campo da história cultural, ou da etno-história, uma vez que esta é também uma “história de inevitáveis e permanentes contatos culturais” e que tornou-se “o estudo dos grupos étnicos e de suas interações mútuas”

---

<sup>6</sup> BUCKLEY, Anthony D.; KENNEY, Mary C. *Negotiating identity: Rhetoric, metaphor na social drama in Northern Ireland*. Washington, 1995.

<sup>7</sup> LESSER, Jeffrey. *Negotiating National Identity*. Stanford, 1999.



(FERREIRA NETO, 1997, p. 323)<sup>8</sup>, bem como da “dinâmica interna de aculturações no interior das sociedades” (Idem, p.325). Ainda conforme Ferreira Neto, só é possível compreender

“o conjunto dos processos de trocas étnicas a partir da formação da identidade complexa, simultaneamente uniformizadora e contraditória dos grupos étnicos, através dos quais transitam tensões próprias da organização social ou oriundas de aculturações externas. Essa dimensão dos estudos etno-históricos valoriza a história das minorias, por exemplo, de desviantes, marginais os mais diversos, ou a história dos processos de uniformização cultural e da imposição de valores dominantes sobre grupos internos resistentes e zelosos de sua autonomia cultural” (Idem, p.325).

Tais dimensões sinalizam que a etno-história está inserida na esfera maior de uma história cultural e busca encontrar “a riqueza cultural das sociedades e dos diversos elementos, minoritários e majoritários, dominantes e dominados, que as compõem”. É importante considerar que a etno-história poderá estar inserida, também, tanto no campo da história econômica quanto no da história social, já que “é muito difícil deixar de visualizar as práticas culturais separadas das (...) práticas que envolvem a manutenção das estruturas produtivas da sociedade” (Idem, p.325). Desta maneira, concordando com Edgard Ferreira Neto, nos capítulos introdutórios apresenta-se um panorama do desenvolvimento econômico e social que se processou no recorte temporal e geográfico, visando proporcionar o contexto em que atuaram os agentes sociais, protagonistas deste trabalho.

Ainda sobre a história cultural, Robert Darnton (2001, p. XIII) a define como aquela que “trata nossa própria civilização da mesma maneira como os antropólogos estudam as culturas exóticas. É a história de tendência etnográfica”. Nesse espaço de fronteira entre ciências, procurou-se estabelecer um diálogo interdisciplinar, recorrendo ao uso de alguns conceitos da antropologia, tais como os de alteridade, identidade, etnicidade e cultura – no caso dessa pesquisa, a dos imigrantes japoneses que vieram habitar essa região. Além disso, foram considerados os aspectos relacionados ao cotidiano, aos costumes, aos valores sociais e morais de uma sociedade do passado no momento do encontro com um grupo étnico diferente. Desta forma, a escolha pelo viés da história cultural teve o intuito de “tornar a ‘alteridade’ do passado ao mesmo tempo visível e inteligível”, pois, segundo Peter Burke, “a história cultural também é uma tradução cultural da linguagem do passado para a do presente,

---

<sup>8</sup> FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores” (BURKE, 2000, p.245).

Assim, foi realizado um exercício cuidadoso de abster-se de emitir juízos de valor sobre a superioridade de uma cultura em relação a outras, por entender que um relativismo cultural bem dosado é necessário para desconstruir e compreender o etnocentrismo e os preconceitos racistas historicamente construídos. Para Burke, é importante olhar as pessoas do passado como distintas de nós, evitando-se uma visão anacrônica e etnocêntrica que projetaria nelas valores e comportamentos que são os nossos; ao mesmo tempo, o autor, estabelecendo um jogo entre identidade e diferença, sugere que consideremos essas pessoas como “iguais a nós em sua humanidade fundamental” (Idem, p. 246). Nesse sentido, e por meio de sucessivas aproximações e distanciamentos, empreendeu-se um esforço para compreender a perspectiva tanto dos japoneses imigrantes quanto da sociedade receptora e envolvente, já que o importante foi justamente perceber as relações étnicas entre sujeitos dos dois campos em diferentes contextos históricos dentro do recorte espaço-temporal considerado. Além disso, procurou-se compreender também os processos de relações intraétnica.

Considera-se ainda que a noção de vida cotidiana ou “cultura cotidiana” é fundamental para a abordagem dada, sobretudo as “regras” ou convenções subjacentes à vida ordinária, o que Pierre Bourdieu chama de “teoria da prática” e o semiólogo Jury Lotman “poética do comportamento” (Idem, p.247). Desta maneira, numa perspectiva microanalítica de redução da escala de observação, é possível apreender aspectos que permitam compreender as “culturas” diversas a partir da experiência ordinária das chamadas pessoas comuns. Por exemplo, os processos judiciais foram analisados com o propósito de perceber evidências que indicassem ideias, preconceitos e sentimentos antinipônicos latentes e por vezes manifestos na sociedade e na comunidade local.

Quanto ao uso documental dos processos-crime, procurou-se observar o rigor metodológico que este tipo de fonte reclama, isto é, elaborar a crítica do documento ciente da existência de intermediários que “desfiguram” o seu conteúdo, já que esse documento, como outro qualquer, não é objetivo, mas construído a partir do entrecruzamento de diversas subjetividades, interesses e perspectivas. Vários autores já teceram considerações importantes acerca da utilização deste tipo de fonte<sup>9</sup>. Na operação historiográfica elaborada, os japoneses e descendentes envolvidos nesses processos-crime foram analisados de maneira a perceber as

---

<sup>9</sup> Como exemplo, citam-se os trabalhos de Carlo Ginzburg, Boris Fausto, Sidney Chaloub, Sônia Adum, entre vários outros.

clivagens, as tensões, as fissões, os conflitos latentes, bem como os laços, os liames societais que permeiam as relações comunitárias e sociais. A criminalidade em si não foi o objeto da pesquisa, enfatizando que a preocupação voltou-se mais para a percepção de conflitos, contradições e “incoerências”, além dos consensos, acordos e alianças que revelassem sinais dos padrões de comportamento, valores e representações sociais do período estudado, especificamente as que comportavam relações de alteridade étnica envolvendo réus e/ou vítimas de origem japonesa.

O início da imigração no Brasil ocorreu a partir do “decreto de 25 de novembro de 1808, de D. João VI, que permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade da terra”. O objetivo era atrair europeus que buscavam novas oportunidades na América. Assim, em 1818, foi fundada a primeira colônia de imigrantes suíços, em Nova Friburgo – RJ. Outras tentativas de colonização alemã no nordeste ocorreram, porém fracassaram. Por conseguinte, o fluxo imigratório europeu passou a se dirigir ao Sul do país (SEYFERTH, 1990, p.9).

Diferentemente do que ocorreu no Estado de São Paulo, cuja imigração em massa se deu visando substituir a mão-de-obra escrava na grande lavoura cafeeira, no Sul ela estava relacionada aos “planos de colonização baseados na pequena propriedade”. Conforme Fausto (2001b, p. 137), em período anterior a Independência, razões socioeconômicas e militares por parte do governo imperial motivaram os primeiros esforços para a vinda de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esperava-se estimular a formação de uma classe média rural, no Brasil.

A partir de 1824, quando foi fundada a bem-sucedida colônia alemã de São Leopoldo, próxima a Porto Alegre no Rio Grande do Sul, a colonização alemã foi se estendendo pelo nordeste de Santa Catarina, com o surgimento das “colônias de Blumenau (1850), Brusque (1860) e Dona Francisca, atual Joinville” (Idem, p. 137). A imigração, segundo Seyferth (1990, p. 10), só vai se intensificar a partir de 1850, quando a colonização passa a ser “responsabilidade dos governos provinciais e se abrem as oportunidades para a iniciativa privada”, estimulando a ação das companhias colonizadoras, que atuavam paralelamente à colonização oficial. Exemplo de sucesso de um empreendimento particular foi a colônia D. Francisca, fundada em 1851 pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo. A experiência de Blumenau também foi realizada pela iniciativa privada e constituiu-se no “ponto de partida para o povoamento do Vale do Itajaí”.

Em 1871, com a suspensão do apoio à imigração ao Brasil, por parte do Império alemão unificado, ocorreu uma sensível diminuição no fluxo imigratório deste grupo étnico (FAUSTO, 2001b, p. 138). Por outro lado, Seyferth (1990, p. 11) indica que até 1880, existe

uma predominância de imigrantes alemães e portugueses, e isto “não significa que o número de alemães era elevado e depois decresceu”. O que se verifica, segundo a autora, é que o fluxo imigratório de alemães mantém-se constante, com cerca de 1.000 a 2.000 pessoas por ano, entre 1850 a 1940.

Após 1870, a imigração italiana para o Rio Grande do Sul passou a ser incentivada pelo governo imperial. Eram pequenos cultivadores oriundos predominantemente do Tirol, do Vêneto e da Lombardia, que constituíram várias colônias, sendo Caxias a mais importante delas (FAUSTO, 2001b, p.138)<sup>10</sup>.

Além do Sul do Brasil, foram fundadas colônias alemãs também no Espírito Santo. Observa-se que a partir da década de 1870 ocorreu um aumento no fluxo imigratório, incorporando europeus de outras nacionalidades, como espanhóis, italianos, portugueses, além de imigrantes de origem sírio-libanesa, russa<sup>11</sup>, etc. O quadro a seguir proporciona a visualização, quantitativa, da diversificada procedência dos imigrados que ingressaram no Brasil a partir do século XIX:

---

<sup>10</sup> Para mais informações acerca da imigração no Brasil, ver *Fazer a América*. Boris Fausto (org.) 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

<sup>11</sup> Giralda Seyferth (1990, p. 10) ressalva que a maioria dos imigrantes com cidadania russa era, na realidade, polonesa.

**Tabela 01: IMIGRANTES EUROPEUS E ASIÁTICOS QUE ENTRARAM NO PERÍODO DE 1819 A 1939.**

<b>Nacionalidade</b>	<b>1819-1883</b>	<b>1884-1940</b>	<b>Totais</b>
Alemães	62.327	170.645	232.972
Austríacos	8.404	85.790	
Franceses	8.008	32.373	
Espanhóis	15.337	581.718	597.055
Inglêses	6.678	23.745	40.381
Italianos	96.018	1.412.263	1.508.281
Iugoslavos		22.838	22.838
Japoneses		185.799	185.799
Poloneses		47.765	47.765
Portugueses	223.626	1.204.394	1.428.020
Russos	8.835	108.121	116.956
Sírios		20.507	20.507
Suíços	7.289	10.270	17.559
Turcos		78.455	
Subtotal	436.522	3.984.683	4.421.205
Outros	110.128	174.034	284.162
<b>Total geral</b>	<b>546.650</b>	<b>4.158.717</b>	<b>4.705.367</b>

Fonte: Brasil. Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Fundação IBGE; Séries estatísticas retrospectivas. Repertório Estatístico do Brasil, *Separata do Anuário Estatístico do Brasil. Ano V-1939/1940*, 1986; V. I. J. S. WITTER et alii, *Inmigracion y estadísticas em el Cono Sur de America*; A. H. NEIVA e J. F. CARNEIRO, *O problema imigratório brasileiro*; M. S. F. LEVY, “O papel da migração internacional na evolução brasileira (1872/1972)”, *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 1974, nº 8, supl., pp. 49-90 apud ALVIM, 1997, p. 233.

A grande imigração, em massa, ocorreu entre 1888 e 1910. Para se ter uma idéia da dimensão deste fenômeno, somente no ano de 1888, a quantidade de imigrantes italianos ultrapassou o número de 100.000 indivíduos e no ano de 1891, 132.326 italianos, mantendo uma média anual de 10.000 e 20.000 pessoas até 1927. Importante ressaltar que somente a imigração portuguesa foi tão intensa quanto à italiana<sup>12</sup>, e que o início da imigração em massa coincide com a implantação e consolidação do regime republicano após a abolição da escravatura, sendo o Estado de São Paulo o maior receptor de trabalhadores estrangeiros.

<sup>12</sup> Em breve resumo estatístico da imigração, Seyferth (1990, p. 11) sinaliza a precariedade dos números da imigração, pois boa parte dos estudiosos do tema costuma citar as estatísticas levantadas por J. Fernando Carneiro (1950), que elaborou levantamento dos dados disponíveis nos censos demográficos, além de outras fontes primárias. Segundo Seyferth, o referido autor fez ressalvas quanto à “confusão dos dados e a precariedade das estatísticas”, mas afirma que os números são válidos, embora não absolutos. Conforme o quadro elaborado por Carneiro (1950), entre 1819 e 1947, o número de imigrantes que entraram no Brasil totalizava 4.903.991 indivíduos. A quantidade de italianos constituía-se de 1.513.151 imigrantes, enquanto o de portugueses era de 1.462.117, o de espanhóis 598.802, o de alemães 253.846, o de japoneses 188.622, o de russos 123.724, austríacos 94.453, sírio-libaneses 79.509, e poloneses 50.010 indivíduos. “Outros” 349.354 imigrantes enquadraram-se em nacionalidade não-identificada. Destaca-se que o quadro acima, elaborado por Zuleika Alvim, também cita J. F. Carneiro.

Destacam-se as diferenças regionais culturais que a diversidade de nacionalidades dos imigrantes imprimiu em cada espaço, na medida em que, “pela própria história dos seus respectivos países, desenvolveram fortes identidades regionais” (Idem, p.13). Os “fluxos mais ou menos contínuos de imigração” no Brasil proporcionaram essa “pluralidade de nacionalidades”, que esteve presente nos Estados do Sul e de São Paulo; estes receberam forte influência da maciça imigração europeia. Seus “descendentes guardam algum grau de identidade étnica própria”, marcando um contraste entre tais Estados e o restante do país, onde são mais perceptíveis os traços da “tradição lusitana de colonização”. Seyferth ressalta, ainda, que em relação aos japoneses presentes nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, estes também “formam um grupo étnico com identidade própria e mantêm certa distinção cultural”, muito embora tenham se integrado econômico e socialmente ao Brasil (Idem, p. 13).

O sistema de colonização promovido durante o século XIX, sobretudo nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com imigrantes alemães e italianos, tem como principais características, o isolamento e a homogeneidade étnica. No Paraná, também existiram núcleos coloniais homogêneos, porém em menor quantidade, uma vez que o início da colonização foi posterior (Idem, p. 15).

Após a abolição dos escravos, houve um crescente interesse pela imigração europeia em virtude da necessidade de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, visando também o “branqueamento da raça”<sup>13</sup>. No entanto, houve também a preocupação de políticos e intelectuais quanto aos perigos que a homogeneidade dos núcleos coloniais no Sul poderiam oferecer, isto é, a relação entre o “enquistamento étnico” das colônias alemãs e a situação da Europa no período anterior a I Guerra Mundial, principalmente no que se refere ao movimento conhecido como pangermanismo. Desta forma, nos anos de 1900, a legislação imigratória se modificou, estabelecendo que a composição dos núcleos coloniais passasse a ser mista, ou seja, de imigrantes de várias origens, inclusive, de colonos brasileiros.

A partir do século XX, o Paraná recebe o maior fluxo imigratório oriundo da Europa, excetuando-se os italianos, espanhóis e portugueses. Este fato transformou o Estado do Paraná “no principal promotor da colonização com europeus no Sul do Brasil”. Além de imigrantes

---

<sup>13</sup> Sob a influência das teorias raciais elaboradas e veiculadas pela Ciência na Europa e nos Estados Unidos, muitos políticos, intelectuais e cientistas brasileiros da segunda metade do século XIX e início do século XX viam na imigração europeia a possibilidade de “branquear a raça” brasileira. Tais teorias supunham a “superioridade dos brancos e a inferioridade das outras raças, principalmente a negra (SEYFERTH, 1990, p. 18). As teorias raciais serão tratadas adiante, mais especificamente no capítulo sobre o “perigo amarelo” ou “perigo japonês”, representação associada aos imigrantes japoneses e disseminada na primeira metade do século XX no Brasil.

do Leste europeu, como os poloneses, vieram também famílias procedentes de áreas coloniais mais antigas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para colonizar o Estado (SEYFERTH, 1990, p.16). Enfatiza-se que na região norte do Paraná, que passou a ser povoada por meio da ação de companhias colonizadoras particulares, várias famílias de brasileiros e de imigrantes de diferentes etnias oriundas da região sudeste, especialmente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, também vieram compor a população deste Estado, inclusive os japoneses<sup>14</sup>.

No Estado de São Paulo, a imigração foi estimulada visando resolver o problema de mão-de-obra nas fazendas de café, sendo o imigrante, portanto, visto como “trabalhador rural e não como pequeno proprietário”. Assim, o *colonato* em São Paulo diferiu da do Sul, pois o acesso à propriedade da terra era vedado aos colonos. Foram adotados vários sistemas em São Paulo, sendo o regime de *parceria*<sup>15</sup> um dos primeiros a ser utilizado. Como era um regime desfavorável ao imigrante, um outro tipo, o *assalariamento*, passou a ser adotado principalmente pelos italianos contratados para trabalharem nas fazendas. A

, possibilidade de acesso à pequena propriedade surgiu somente após o advento da República. Com as pressões dos próprios imigrantes, o Governo de São Paulo proporcionou condições para que tal acesso ocorresse (SEYFERTH, 1990, p. 16 e 17).

Assim, o sistema de colonização de São Paulo diferiu das experiências de outros Estados, tal como ocorreu no Sul, na medida em que, na sua maioria, constituíram colônias etnicamente heterogêneas. Além disso, a pequena propriedade só surgiu “na periferia dos grandes latifúndios de café muito depois de iniciado o processo imigratório”. E, embora as condições do sistema de colonato fossem desfavoráveis ao imigrante, foi o Estado que recebeu mais imigrantes no Brasil, sendo que uma boa parte dirigiu-se às áreas urbanas, principalmente à capital<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Conforme indica a literatura acadêmica sobre a ocupação do norte do Paraná. Ver TOMAZI, 1989; BENATTI, 1997; entre outros.

<sup>15</sup> No sistema de parceria os contratos eram leoninos a favor dos fazendeiros, porém no nível do discurso, traziam a possibilidade do trabalhador tornar-se pequeno proprietário. Era uma artimanha para atrair imigrantes. As despesas da viagem e instalação na propriedade eram financiadas pelo fazendeiro e deveriam ser pagas com o trabalho e a produção do imigrante e sua família. Além do café, os alimentos para consumo próprio deveriam ser plantados pela família em terras da fazenda. O acesso à terra ocorreria após a quitação das dívidas contraídas junto ao fazendeiro. No entanto, os contratos eram burlados e tais dívidas manipuladas, tornando-se impagáveis. Essa maneira de agir causou grande descontentamento e levou muitos colonos a se rebelarem contra este sistema (SEYFERTH, 1990, p.16 e 17).

<sup>16</sup> Dentre as razões para essa imigração em massa estão a concessão de transporte marítimo subvencionado e a possibilidade de acesso à pequena propriedade usada como propaganda para atrair imigrantes, sendo que, na realidade, “serviu para valorizar terras esgotadas e ampliar o avanço das grandes propriedades”. Com efeito, os imigrantes pequenos proprietários asseguraram o abastecimento das cidades com a sua produção de gêneros alimentícios (SEYFERTH, 1990, p.18).

As duas “tendências mais gerais” impressas no processo de colonização e imigração observadas por Seyferth estão relacionadas com a imigração japonesa no norte do Paraná, como será demonstrado adiante. Tais tendências são:

(...) no Sul, e também no Espírito Santo, o interesse pela diversificação da agricultura estimula o povoamento com base na venda de lotes coloniais; em São Paulo, a necessidade de trabalhadores rurais faz que seja incentivada a imigração como forma de obter mão-de-obra barata para substituir os escravos (SEYFERTH, 1990, p.18).

Além da imigração direcionada para o meio rural, houve também correntes migratórias de caráter predominantemente urbano, tais como a sírio-libanesa e a portuguesa. Ademais, muitos que inicialmente foram para as zonas de colonização acabaram se dirigindo para as cidades, tanto pela precariedade das condições em algumas colônias, quanto pelo simples fato de não conhecerem o trabalho agrícola. Seyferth (1990, p. 20) assinala que a presença de imigrantes concentrados nas áreas urbanas imprimiu características específicas às cidades, uma vez que se mantém “parte da cultura original dos imigrantes, que interfere no seu comportamento e modo de vida e serve como marca distintiva dos respectivos grupos na sociedade brasileira”. Além disso, proporcionaram uma contribuição para “a vida cultural e social brasileira”.

No ano de 1908, por meio do estímulo dos cafeicultores, a imigração japonesa destinada ao trabalho na lavoura cafeeira paulista foi iniciada. A entrada de imigrantes japoneses se intensificou entre os anos de 1920 e 1940. No período posterior a I Guerra Mundial, imigrantes eslavos passaram a vir para o Brasil. Eram eles tchecos, iugoslavos, poloneses, romenos e dirigiram-se preferencialmente para o Estado do Paraná. Após a revolução de 1930, medidas restritivas presentes na legislação de estrangeiros, bem como a criação do Departamento Nacional de Imigração pelo Estado Novo, ocasionaram uma redução significativa do fluxo migratório (SEYFERTH, 1990, p 10).

Considerando que o quadro geral da imigração japonesa no Brasil destaca, em termos nacionais, a preeminência quantitativa desse grupo no Estado de São Paulo, ocupando o Estado do Paraná uma segunda posição; as pesquisas desenvolvidas, sobretudo, após a consolidação dos programas de pós-graduação têm buscado enfatizar a especificidade regional.

Este trabalho se insere neste processo de busca das particularidades da imigração japonesa neste espaço multiétnico, ressaltando, particularmente, o conflito e a dinâmica social.



A tese compreende, além desta introdução, um primeiro capítulo dedicado a um balanço bibliográfico sobre a imigração japonesa no Brasil e no norte do Paraná. Apresenta a seguir um segundo capítulo que descreve a ocupação do território e a formação do espaço multiétnico, destacando a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, empresa colonizadora inglesa. Um terceiro capítulo que trata dos japoneses na Colônia Internacional, apresentando os diferentes núcleos coloniais japoneses que surgiram nas terras incorporadas pela CTNP. O quarto capítulo analisa as tensões e conflitos envolvendo os imigrantes japoneses e seus descendentes na região. O quinto e último capítulo dedica-se a investigar as formas associativas e de convivência do grupo, além da sua inserção no tecido social.

## 1. A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.

Os deslocamentos populacionais, mais especificamente as (e/i)migrações, têm sido objetos de estudos nas ciências humanas e sociais, sobretudo na história, desde as pesquisas elaboradas segundo os grandes modelos explicativos do processo histórico, de formação dos Estados Nacionais até os mais atuais, que se voltam para “as questões acerca da construção de novas identidades e dos graus de integração nos países receptores” (FAUSTO, 2000, p. 10). Na década de 1960, Hiroshi Saito (1961, p. 13 e 14), importante pesquisador da imigração japonesa no Brasil, asseverava que os estudos da migração internacional vinham enfatizando as perspectivas teóricas, a saber: Economia internacional<sup>17</sup> e Política de Colonização e Migração<sup>18</sup>.

Nas últimas décadas, os estudos sobre a imigração, sob novas e diferentes perspectivas, ganharam um crescente interesse por constituírem-se em “terreno particularmente fecundo, ao abrir caminho para a elucidação do comportamento dos agentes sociais, despertando também questões em torno de sensibilidades, do imaginário, etc” (FAUSTO, 2000, p. 12).

---

<sup>17</sup> No campo da Economia Internacional, os problemas abordados estavam relacionados a “mobilidade de capital e de mão-de-obra, que estão correlacionados com outros aspectos: migração e flutuação de negócios, nível diferencial de renda, efeitos econômicos da migração”, relacionados ao “desenvolvimento de intercâmbio comercial entre países interessados e papel da migração nas áreas menos desenvolvidas” (SAITO, 1961, p. 13).

<sup>18</sup> Do ponto de vista político, consideravam-se duas posições: “a do país emigratório e a do receptor”. Os estudos demográficos auxiliavam no esclarecimento de diversos aspectos do problema migratório nos países emigrantistas. A migração era vista “como possível solução para o excedente populacional”, assim como eram analisados os resultantes “da pressão demográfica, tais como o desemprego latente, a inquietação social e finalmente, a desorganização social.” (SAITO, 1961, p.13). Quanto aos países imigratórios os problemas se apresentavam diferentes. Nestes, conforme Saito, a maioria dos imigrantes eram primeiramente atraídos pelo seu mercado de trabalho. Contudo, à medida que a competição da mão-de-obra do imigrante produzia “mudanças na situação de mercado, o problema imigratório” acabava transbordando “do setor econômico para o social, político ou mesmo racial”. Citava como exemplo os conflitos entre imigrantes orientais e trabalhadores nacionais dos Estados Unidos, que será tratado adiante. Saito (1961, p. 14) concluía então, que “nesses países imigratórios onde outros problemas derivam do fator econômico, inicialmente preponderante”, era “necessária a adoção de uma política imigratória.”

O fenômeno da globalização que ocorre na contemporaneidade “faz as fronteiras nacionais perderem importância, tanto para a orientação dos fluxos, quanto para o sentimento de pertencimento a uma única nação”. Ao mesmo tempo, constatam-se a existência de “focos de xenofobia, advindos da facilidade com que novos sistemas de transporte lançam estrangeiros no seio de populações já consolidadas”, provocando “litígios quase incontroláveis” (MARTINS e HECKER, 2011, p. 9), mesmo em países que se dizem ser democráticos. Tais fenômenos estimulam os estudos com ênfase na questão da alteridade, do encontro do eu com o outro, e das repercussões deste encontro, analisando a identidade e a diferença dos grupos étnicos/nacionais em suas relações.

Assim, concordando com Ismênia Martins e Alexandre Hecker, compreender o passado, reconhecendo importantes fenômenos do presente e imaginar o futuro é que nos possibilita a capacidade de elaborar projetos (MARTINS e HECKER, 2011, p. 9 e 10). Projetos exequíveis para o exercício da cidadania em suas diferentes dimensões, nos âmbitos dos direitos civis, políticos e sociais<sup>19</sup>.

No campo da História, com relação aos estudos sobre a imigração japonesa no Brasil, também observamos, em período precedente a década de 1990, as perspectivas macroanalíticas dos deslocamentos populacionais privilegiando os dados quantitativos e demográficos. Entre estes, destacamos o trabalho da historiadora Arlinda Rocha Nogueira com sua tese doutoral intitulada “*A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*”, apresentada, em 1971, ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (NOGUEIRA, 1973, p. 9). O tempo de produção de sua pesquisa coincide com o dos diversos trabalhos historiográficos, que examinam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o advento da imigração em massa nos séculos XIX e primeira metade do XX.

Mas foi anteriormente, isto é, a partir da década de 1940, que se verifica a existência de pesquisas e estudos elaborados, sobretudo por sociólogos e antropólogos, “conduzidos nos moldes científicos em torno de um processo evolutivo a que, conforme perspectivas adotada em cada caso, se nomearam de ‘assimilação’, ‘aculturação’, ‘integração’, ‘absorção’, ‘fixação’ e outros”. Hiroshi Saito, inclusive, indica o trabalho de Herbert Baldus e Emilio Willems (1941) como sendo o primeiro estudo de campo a ter o grupo étnico japonês como objeto de pesquisa. Seguiram-se a este, os trabalhos de Tavares de Almeida (1943) e o de Emílio Willems e Hiroshi Saito (1947). Destaca-se ainda, conforme Saito, a contribuição do

---

<sup>19</sup> Sobre a noção de cidadania e suas dimensões destacamos os estudos de José Murilo de Carvalho (1995) e (2006), Gladys Sabina Ribeiro (2006) e T. H. Marshall (1967).

antropólogo Willems (1948) para os estudos de aculturação no Brasil, especialmente, o caso dos imigrantes japoneses (SAITO e MAEYAMA, 1973, p. 8).

Nos anos de 1950, houve um crescimento nos estudos e contribuíram para isto pesquisadores japoneses, dos quais sobressai-se o nome do antropólogo Seiichi Izumi (1970), da Universidade de Tóquio, que, juntamente com Hiroshi Saito, realizou extensas pesquisas de campo em 1952 e 1953. Durante a 2ª metade da década de 1950, Izumi visitava o Brasil, trazendo consigo equipes constituídas de geógrafos, sociólogos e antropólogos, entre eles Tetsundo Tsukamoto, Morio Ono e Daijiro Nishikawa (SAITO e MAEYAMA, 1973, p.8). Enfatiza-se também a atuação de Teiiti Suzuki, da Universidade de Tóquio, que dirigiu a Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, por ocasião dos festejos do 50º aniversário da imigração japonesa.

Além disso, pesquisadores brasileiros seguiram colaborando com os estudos principados por Baldus e Willems, entre os quais destacam-se os trabalhos realizados por Egon Schaden (1956), Ruth Corrêa Leite Cardoso (1959), entre outros (SAITO e MAEYAMA, 1973, p. 9).

Na década de 1960, observa-se também a atuação de norte-americanos como os antropólogos John B. Cornell e Robert Smith (1968), que realizaram trabalhos de campo nos Estados do Paraná e São Paulo. E ao norte do Brasil, na colônia de Tomé-Açu, houve um estudo elaborado por Philip Staniford (1967). Entre os pesquisadores brasileiros, ressalta-se o trabalho doutoral de Francisca Isabel Schurig Vieira (1967), na área de Antropologia, além do já referido trabalho de Arlinda Rocha Nogueira, que estava sendo elaborado naquela década (SAITO e MAEYAMA, 1973, p. 9).

Nas décadas de 1970 e 1980, a pesquisa em imigração japonesa no Brasil foi se consolidando como área de conhecimento, no âmbito da academia. Isto é perceptível a partir de publicações como a de Francisca Isabel Schurig Vieira (1973), de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama<sup>20</sup> (1973), de Hiroshi Saito (1980), de Arlinda Rocha Nogueira (1984) e Valdemar Carneiro Leão Neto<sup>21</sup> (1989). Vale lembrar que a tese doutoral de Ruth Corrêa Leite Cardoso (1998) foi defendida em 1972.

---

<sup>20</sup> Sob o título “*Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*”, a obra reúne artigos de autoria de alguns pesquisadores da Universidade de São Paulo, já mencionados, bem como de outros pesquisadores de universidades do Japão, dos Estados Unidos e de outros Estados do Brasil. Além desses, contribuíram pesquisadores do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros de São Paulo.

<sup>21</sup> Texto apresentado por Leão Neto ao Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, como um dos requisitos para a promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe dentro da Carreira de Diplomata. O texto foi submetido à banca especializada, constituída de funcionários diplomáticos e professores universitários (LEÃO NETO, 1989, contracapa).

Como se observou, a maioria dos estudos sobre os japoneses no Brasil projetaram-se das disciplinas dos estudos sociais, sobretudo, da sociologia e antropologia. Exceção destacável são as pesquisas históricas de Arlinda Rocha Nogueira, cuja tese doutoral data de 1971.

No campo da historiografia, o desenvolvimento de estudos sobre a imigração japonesa sofreu um impacto promotor quando da consolidação dos Programas de Pós-Graduação em História na rede universitária federal, a partir da década de 1980, e sua expansão em todas as regiões brasileiras na década seguinte. A tal processo correspondeu uma produção historiográfica comprometida com a busca das especificidades locais, sem, no entanto, abandonar as reflexões dos quadros mais amplos que as geraram.

Assim, proliferaram os estudos de caso sobre a temática no circuito universitário – monografias, dissertações, teses –, bem como no mundo acadêmico – seminários, congressos, arquivos e museus. Tal movimento ocorreu, sobretudo, no quadro das comemorações dos 90 e, mais recentemente, dos 100 anos da imigração japonesa oficial no Brasil.

Muitos desses estudos apresentam ênfase em análises mais específicas, localizadas, privilegiando as trajetórias individuais e de grupos, o imaginário e a memória, bem como as questões relativas à etnicidade, alteridade e identidade<sup>22</sup>. E é nesta última perspectiva que a presente pesquisa se insere.

Embora vários autores já tenham tecido considerações sobre a imigração japonesa em massa para o Brasil, dialogar-se-á com alguns deles, apresentando um breve histórico desta imigração, afim de iluminar o contexto e proporcionar uma melhor compreensão do nosso objeto e sua problemática. Isto é, como se desenvolveram as relações e os conflitos interétnicos entre japoneses e brasileiros na região de Londrina, uma terra de fronteira, entre 1930 e 1958.

---

<sup>22</sup> Dentre as várias referências produzidas nas décadas de 1990 e 2000, podemos destacar as de: Maria Luiza Tucci Carneiro e Márcia Yumi Takeuchi (2010); Francisco Hashimoto, Janete Leiko Tanno e Mônica Setuyo Okamoto (2008); Jeffrey Lesser (2001 e 2008); Elisa Massae Sasaki Pinheiro (2009); Elena Camargo Shizuno (2010); Rosangela Kimura (2006); Priscila Nucci (2010); Célia Sakurai (1993, 2000a e 2000b); Rogério Dezem (2000, 2002 e 2010); Wawzyniak, Sidinalva M. dos Santos (2004), Roney Cytrynowicz (2000); entre outros. Importantes referências acadêmicas que tratam da imigração japonesa no norte do Paraná serão comentadas no capítulo sobre este território.

### 1.1. JAPONESES NO BRASIL: AVENÇAS E DESAVENÇAS.

Oficialmente, a imigração japonesa no Brasil iniciou-se em 18 de junho de 1908, quando o navio *Kasato-Maru* aportou em Santos trazendo 781 pessoas para suprir a demanda de braços na lavoura cafeeira paulista<sup>23</sup>. Desde então, registrou-se a entrada de 234 mil imigrantes que se estabeleceram, principalmente, nos Estados de São Paulo e do Paraná (SAKURAI, 2000a, p.201).

Já no começo do fluxo migratório, a presença dos japoneses no Brasil foi marcada pelas extremas diferenças culturais e, conseqüentemente, pelas dificuldades de integração com a sociedade receptora. Essas adversidades não se reduziram somente ao problema do não entendimento da língua portuguesa.

A necessidade do trabalhador japonês de emigrar foi causada pelas profundas transformações decorrentes da Restauração Meiji, iniciada em 1868, que marcou o fim do *xogunato*<sup>24</sup> e representou a passagem do Estado feudal japonês para o Estado moderno, com a conseqüente abertura cultural para o exterior e a progressiva ocidentalização da sociedade e do Estado. Até o começo do século XX, o Japão era uma economia predominantemente agrícola (NOGUEIRA, 1973, p.18).

A partir da era Meiji, as mudanças verificadas nos setores político, econômico e social determinaram os fatores que fariam do Japão um dos principais países emigrantistas da modernidade. O poder político foi então centralizado na figura do Imperador, que passou a ter poderes ilimitados, referendados pela Constituição e pela crença em sua origem divina. De modo extremamente célere, findou-se o caráter de práticas isolacionistas dos *xoguns* e reiniciaram-se as relações com as potências industriais do Ocidente. Com o impulso econômico, começou-se a dar ênfase às atividades manufatureiras, o que estimulou o processo de industrialização. Isso levou muitos camponeses a migrarem para as cidades, sobretudo porque, com os altos impostos – que passaram a ser cobrados em dinheiro e não mais em

---

<sup>23</sup> Ressalva-se que a presença de imigrantes japoneses no Brasil foi detectada no Estado do Rio de Janeiro, em momento anterior à vinda do *Kasato-Maru*, como demonstram Ismênia Martins, Mariléia Inoue, Satie Mizubuti e Tomoko Paganelli (MARTINS, 2010). Seus estudos indicam que “a diferença existente entre uma e outra reside no caráter planejado, institucionalizado e de massa, com destinação pré-fixada em área rural no caso paulista e, no aspecto mais espontaneísta, de caráter exploratório, de número reduzido, e destinação mais difusa – campo e cidade – no caso fluminense-carioca” (Idem, p. 149).

<sup>24</sup> Sistema de governo predominante no Japão de 1192 a 1867, baseado na crescente autoridade do xogum, supremo líder militar, que terminaria por submeter até mesmo a autoridade do imperador [a retomada do poder imperial determinou o encerramento do feudalismo japonês baseado no xogunato, a abertura do país ao exterior e o início de sua ocidentalização] (HOUAISS, 2001)

espécie -, muitos lavradores perderam boa parte de suas terras, vendo-se forçados ao êxodo rural.

Assim, em fins do século XIX, com a miséria reinante nas aldeias, a população das cidades aumentou abruptamente. Ao mesmo tempo, ocorreu uma diminuição na mortalidade infantil devido às medidas de saneamento público tomadas pelo Governo, bem como à proibição da limitação voluntária da população (infanticídio), o que também contribuiu para o aumento da população urbana. Até o fim do xogunato eram permitidas práticas como o infanticídio para o controle populacional; com a sua criminalização, alternativas tiveram que ser buscadas, levando-se em conta as limitações de território.

A partir do final do século XIX, o Governo japonês, para tentar solucionar os problemas decorrentes do crescimento populacional, pôs em prática “uma política de expulsão, incentivando a emigração, o trabalho temporário no exterior, ou a anexação e consequente colonização dessas terras, como ocorre na Manchúria e na Coréia” (SAKURAI, 2000a, p.203).

Em 1896 foi aprovada uma Lei de Proteção aos Emigrantes, que incentivava a emigração oficial e amparava e defendia seus nacionais. Nesse contexto, a celebração de tratados comerciais com outros países possibilitou que trabalhadores japoneses se aventurassem a emigrar para países da costa do oceano Pacífico, como Hawai, USA e Canadá.

Inicialmente, a imigração japonesa caracterizava-se pela não fixação no país que os recebia. Em geral, os trabalhadores intencionavam uma permanência temporária, para ganhar somente o suficiente para ajudar a família, pagar as dívidas e retornar à pátria e às suas raízes. Em sua maioria, deixavam propriedades na terra natal, para a ela retornar assim que pudessem (NOGUEIRA, 1973, p.17). Outro fator que contribuía para essa não fixação no país receptor era o fato de sentirem-se fortemente ligados, atados cultural e religiosamente aos antepassados pelo vínculo ancestral a terra de origem.

Ademais, entre os fatores que colaboraram para que os japoneses emigrassem, estava a possibilidade de ascensão social por meio da acumulação de capital, tendo em vista não haver mais o sistema de castas que vigorava no regime feudal. Possuir terra representava alcançar *status* social mais elevado. Para aqueles que até então eram desprovidos de meios e recursos, era facultado o acesso a melhores *status* por meio do desenvolvimento de carreiras nas forças militares, no magistério e no funcionalismo. Porém, para aquelas que não possuíam recursos intelectuais e técnicos, a emigração ultramarina era uma opção. Tornavam-se então trabalhadores nas lavouras do Havaí e Estados Unidos, atraídos pelos altos salários, em virtude do desnível salarial entre o país emissor e receptor. “Alguns anos de trabalho no além-

mar bastavam muitas vezes para que essas pessoas se tornassem “alguém” no seu povoado de origem. Em tais circunstâncias, os emigrantes deixavam suas esposas e filhos sob os cuidados dos pais e parentes” (SAITO, 1961, p.66 e 67).

Contudo, os preconceitos raciais foram desde o início um dos obstáculos que os imigrantes tiveram que enfrentar. Houve medidas preventivas para desestimular a migração asiática nos USA, Canadá e Austrália, por considerarem esses indivíduos de raça amarela inassimiláveis.

Nos USA, o *Gentlemen's Agreement*, em 1907, resultou da campanha antinipônica corroborada pela imprensa, devido a questões de ordem trabalhista: os sindicatos de trabalhadores norte-americanos viam o japonês como concorrente desleal, uma vez que aceitava condições piores e salários menores do que os trabalhadores nacionais (Idem, p.33). Anteriormente, já houvera medidas restritivas à presença nipônica nos Estados Unidos. Em 1902, uma lei aprovada no Congresso proibia as reivindicações trabalhistas dos imigrantes japoneses; em 1907, foram proibidos também de ter acesso à propriedade fundiária nos Estados Unidos. O *Gentlemen's Agreement*, conforme Sakurai (2000a, p. 208), foi uma saída diplomática “para evitar a proibição explícita de entrada de trabalhadores japoneses por parte dos Estados Unidos”. Desta forma, “estabelece-se que é o Japão que proíbe a saída de trabalhadores para aquele país. Apesar disso, as entradas continuam a ocorrer”, o que indicia as causas profundas (estruturais) do fluxo emigratório.

A corrente migratória para a América do Sul iniciou-se em 1899 com a emigração de japoneses para o Peru. Seu destino eram as “grandes plantações de cana e algodão”, onde trabalhavam como assalariados. Tal fluxo migratório sucedeu-se de maneira semelhante a que ocorrera para o Havaí, ou seja, o caráter da migração para o Peru também era temporário e, em sua maioria, era constituída de indivíduos separados da família, cujo objetivo era “acumular reservas através do trabalho simples e braçal, circunstância esta comum entre os orientais que emigraram para as Hawaii” (SAITO, 1961, p. 24).

Desta maneira, enfatiza-se que a migração inicial para o Brasil seguiu com as mesmas características, isto é, imigração temporária, “de curto prazo e com plano de retorno, que obedeciam à fórmula de “sucesso rápido e volta ao seu país de origem. Mas para que o plano vingasse era imprescindível que o Brasil oferecesse” as mesmas condições outrora encontradas no Havaí e nos Estados Unidos, no tocante aos níveis salariais (SAITO, 1961, p.25). O que de fato não se verificou como será demonstrado adiante.

Destaca-se que no período pré-imigratório nipônico no Brasil, observa-se as restrições à imigração japonesa em outros países. É o que se pode perceber no trecho do relatório do Sr



Sugimura, Ministro Plenipotenciário do Japão no Brasil. O relatório, enviado ao Governo japonês, em 1905, referia-se à “situação cafeeira da época” e aos fatores favoráveis à introdução de imigrantes japoneses no país:

Em consequência da suspensão da migração de colonos italianos, o Estado de São Paulo está fazendo face a uma profunda falta de braços. Tanto o governo do Estado de São Paulo como os fazendeiros em geral, estão interessados em receber nossos trabalhadores. Acredito, por conseguinte, que a introdução de nossos imigrantes nesse Estado seria muito mais interessante e preferível a mandar para os Estados Unidos, onde avultam as perseguições. Naturalmente, as despesas de viagem seriam mais dispendiosas em comparação àquele país devido à grande distância. Felizmente, o governo do Estado de São Paulo se propõe a subvencionar total ou parcialmente a passagem marítima, o que contrabalança, até certo ponto, a citada desvantagem. Proibida a entrada na Austrália, discriminados nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e agora limitados também nas Hawaii e Ilhas do Pacífico, os nossos colonos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade e um verdadeiro paraíso. (BRASIL<sup>25</sup>, 1942 apud SAITO, Hiroshi, 1961, p.29).

Em virtude de relatórios como esse é que a emigração japonesa para o Brasil foi gradativamente viabilizada (SAITO, 1961, p. 29), culminando com a vinda do *Kasato Maru*, inaugurando-se assim, a corrente migratória para o Brasil.

O sucesso das comemorações dos cem anos da imigração japonesa no Brasil, em 2008, repercutido em âmbito nacional e internacional, por meio da mídia televisiva, impressa e eletrônica, é um termômetro para mensurar o resultado da experiência imigratória deste grupo étnico no país. O programa das festividades contou com a presença da família real japonesa, autoridades políticas, representantes de vários segmentos sociais, compostos principalmente por imigrantes japoneses e, em sua maioria, seus descendentes.

As festividades se concentraram nas cidades em que a presença deste grupo é marcante, como São Paulo, Londrina, Rolândia, Maringá, Curitiba, além do Rio de Janeiro, que não há concentração na mesma proporção, mas possui um Consulado do Japão. Todos os eventos congregaram grande número de pessoas, não só de descendentes nipônicos, que são brasileiros, mas também de “outros” brasileiros com diferentes procedências, comemorando o sucesso desta imigração. Suas contribuições são perceptíveis nos âmbitos cultural, social e econômico na sociedade brasileira atual.

No entanto, ao longo desta trajetória centenária, o grupo se deparou com vários obstáculos e situações adversas, que vão desde as más condições de trabalho nas fazendas cafeeiras paulistas; o desamparo em terras longínquas, estrangeiras e em guerra com seu país

---

<sup>25</sup> *BRASIL ni okeru Nipponjin Hattenshi. (Expansão de japoneses no Brasil).* Tokyo, 1942. Tomo I, p. 253.

de origem; a desilusão pela impossibilidade de retorno ao Japão; as tensões vividas na própria comunidade no pós-guerra até o racismo antinipônico, pontuado por Priscila Nucci (2010).

Até a década de 1940, observa-se uma intolerância contra o grupo étnico japonês, manifestada de diversas maneiras, que vão desde discursos de políticos no parlamento contra a entrada de imigrantes indesejáveis, especialmente, os japoneses, até artigos de jornais e livros publicados por intelectuais, cientistas e políticos contrários à imigração destes “amarelos”.

Uma parte da historiografia recente tem tratado destas questões raciais, cujas origens remontam ao século XIX, momento em que se discutia soluções para a substituição da mão-de-obra escrava e o processo de “branqueamento” da “mestiça raça brasileira”, tendo em vista as teorias raciais oriundas da Europa. Os anos de 1870, segundo Lilia Schwarcz (1993, p.14), representaram o “momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental”. Entre os anos de 1870 a 1930, o argumento racial foi política e historicamente construído, bem como o “conceito *raça*, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social”. Ainda conforme Schwarcz,

O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 17).

As elites intelectuais locais utilizaram, de forma original, acomodando os diferentes modelos e linhas teóricas originalmente diversas, para justificar o “complicado jogo de interesses que se montava” num cenário em que a escravidão se enfraquecia e aproximava-se de seu término, motivando a necessidade de realizar “um novo projeto político para o país”, que seria viabilizado pelas teorias raciais. Uma vez que, “para além dos problemas mais prementes relativos à substituição de mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania” (Idem, p.17 e 18).

Esses intelectuais, homens da ciência, se apropriaram da hipótese do darwinismo social, da existência da diferença entre as raças, bem como de uma hierarquia natural entre elas, sem, contudo, problematizar as implicações negativas da miscigenação, considerando-se um Brasil cada vez mais mestiço. Da teoria evolucionista social enfatizou-se a ideia de que

“as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e ‘aperfeiçoamento’, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma” (Ibidem, p. 18).

A partir da década de 1870, Schwarcz indica o surgimento de uma “nova elite profissional”, que adotando os princípios liberais à sua retórica, utilizava “um discurso científico evolucionista como modelo de análise social”. Tal discurso, evolucionista e determinista, amplamente empregado pela política imperialista europeia, passou a ser aplicado no Brasil, “como um novo argumento para explicar as diferenças internas”, fazendo das diferenças sociais, variações raciais.

Esses modelos explicavam tanto “o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental”, quanto justificavam e determinavam novas formas de inferioridade. Assim, no bojo da discussão “sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial”, difundem-se teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, que influenciarão sobretudo na condução das políticas imigratórias, restritivas em relação aos negros e amarelos.

A noção de *raça* trazia consigo a “ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” e apareceu na literatura mais especializada nos primórdios do século XIX, por meio de Georges Cuvier (STOCKING<sup>26</sup>, 1968 apud SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Esboçava-se então uma reação ao Iluminismo e à sua perspectiva una da humanidade, que preconizava a igualdade entre os homens. Essa reação era pautada na “ideia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo. O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre a cidadania”, pois nesses novos modelos preponderavam mais as “determinações do grupo biológico do que [...] o arbítrio do indivíduo entendido como ‘um resultado, uma reificação dos atributos específicos da sua raça’” (GALTON<sup>27</sup>, 1869/1988 apud SCHWARCZ, 1993, p. 47).

O advento de teorias como a *frenologia*<sup>28</sup> e *antropometria*<sup>29</sup> fortaleceram a ideia de uma análise dos comportamentos humanos a partir de uma interpretação biológica. Essas teorias interpretavam a capacidade humana a partir do estudo do “tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos”. Reforçando esses modelos deterministas, a *antropologia*

---

<sup>26</sup> STOCKING, George W. *Race, culture and evolution. Essays in the history of anthropology*. Chicago, University of Chicago Press, p.

<sup>27</sup> GALTON, Francis. *Herencia y eugenia*. Madrid, Alianza Editorial (1ª ed. : 1869)

<sup>28</sup> Frenologia é a teoria que estuda o caráter e as funções intelectuais humanas, baseando-se na conformação do crânio (FERREIRA, 1999, p. 942).

<sup>29</sup> Antropometria é o processo ou técnica de mensuração do corpo humano ou de suas várias partes (FERREIRA, 1999, p. 156)

*criminal* se ancorava na observação “da natureza biológica do comportamento criminoso”. Cesare Lombroso, seu principal teórico, defendia que a criminalidade era um fenômeno hereditário e físico, podendo, desta maneira, ser “objetivamente detectável nas diferentes sociedades” (Idem, p. 49).

Assim, no Brasil, a necessidade de substituição da mão-de-obra escrava, abolida em 1888, tornou-o um país receptor de imigrantes. Abolida a escravidão dos negros e instaurada a República, emergiu a “necessidade” de substituição da força de trabalho escrava pela do imigrante. Havia, disseminada entre as elites intelectuais, econômicas e políticas, uma mentalidade discriminatória racista<sup>30</sup> de depreciação do trabalhador nacional, principalmente negros e mestiços. Ocorreram, no entanto, resistências à vinda de imigrantes japoneses. Um exemplo é a oficialização do Decreto n.528, de 28 de junho de 1890, de Deodoro da Fonseca, que proibia a entrada de africanos e asiáticos no país (NOGUEIRA, 1973, p.54). A imigração desejada é, sobretudo, a europeia, branca, e mesmo esta deveria ser extremamente seletiva, conforme os estereótipos raciais difundidos na época.

Assim, a presença do imigrante japonês tem sido marcada pelas reações resultantes das suas diferenças étnicas, físicas e culturais. A resistência à imigração dos nipônicos é perceptível nos debates entre as elites brasileiras acerca das consequências a curto, médio e longo prazo de sua entrada massiva no país. Essa atitude, claramente racista, era consonante às ideias que predominavam, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sobre eugenia e branqueamento da população (Kodama, 2005).

Desta maneira, conforme Nogueira, o Estado e as elites econômicas privilegiavam a vinda do braço europeu, branco e de preferência “ariano”. No entanto, a mão-de-obra europeia representava uma certa instabilidade para o latifúndio, pois, sendo assalariada e não escrava, não se fixava facilmente: diante das primeiras dificuldades, migrava para outros locais em busca de melhores oportunidades, tais como Argentina, outras fazendas de café ou, ainda, retornava ao país de origem. Apesar disso, o colonato perdurou por mais de cem anos.

Com a Constituição de 1891, os Estados passaram a ter autonomia no trato das questões imigratórias. Como se sabe, São Paulo tornou-se o mais importante Estado imigrantista do Brasil, graças à grande lavoura agroexportadora do café que ali alcançou o seu apogeu (NOGUEIRA, 1973, p.26). Esse *status* foi obtido devido a fatores como: a alta dos preços do café no mercado internacional, no começo do século XX; a consequente expansão da sua lavoura e também a necessidade de se dispor de uma quantidade excedente de oferta de

---

<sup>30</sup> Sobre a construção política e histórica do argumento racial e do conceito de raça, cuja definição biológica recebeu uma interpretação social no Brasil, ver Lilia Moritz Schwarcz (1993).

mão-de-obra. Para propiciar a formação de um mercado de força de trabalho, as passagens dos imigrantes eram subvencionadas pelo Governo do Estado. Desta maneira, resolvia-se o problema da instabilidade deste tipo de mão-de-obra, que era juridicamente livre. Essas razões – somadas ao fato, segundo Sakurai (2000a, passim), do Governo italiano, em 1902, restringir a emigração para o Brasil – contribuíram para que houvesse a possibilidade da vinda em larga escala dos imigrantes asiáticos para o Brasil, especificamente dos japoneses, muito embora houvesse resistências à sua entrada no país. Em suma, as necessidades da grande lavoura (entenda-se, das elites econômicas e políticas) falaram mais alto que os preconceitos racistas das elites intelectuais, que idealizavam uma eugenia “ariana” da mestiça população brasileira. A este panorama se poderia, ainda, acrescentar um fator que contribuiu significativamente para que o interesse dos trabalhadores japoneses convergisse para o Brasil: a já mencionada limitação da entrada dos nipônicos nos USA, rumo preferencial desses trabalhadores na primeira década do século XX.

## **1.2. JAPONESES NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO EM MASSA.**

Segundo Sakurai (2000a), os anos 1908 e 1924 foram as datas-limite que demarcaram a “fase experimental” da imigração japonesa no Brasil. Esse período foi caracterizado pela insegurança, pois tanto os japoneses quanto os fazendeiros paulistas não estavam muito certos quanto ao sucesso da imigração nipônica. Havia todo um esforço por parte do governo japonês para que a imigração para o Brasil continuasse ininterrupta e fosse bem sucedida, sobretudo porque não havia muitas alternativas de países imigrantistas. Qualquer problema que se apresentasse relacionado à presença dos imigrantes japoneses era imediatamente solucionado para evitar atritos diplomáticos com os países receptores.

Durante essa “fase experimental”, os trabalhadores japoneses se depararam com a desilusão do sonho do retorno, particularmente quanto ao desejo de “voltar rico para a terra natal”. A decepção era reforçada pelo estranhamento do clima, da língua, da alimentação, dos costumes e, principalmente, das condições de trabalho (Sakurai, 2000a, passim). Um dos primeiros fatos constatado pelos imigrantes foi o de que a realidade brasileira não correspondia às imagens anunciadas pela propaganda da Companhia de Emigração do Japão. Segundo Nogueira (1973, p. 141-142), esses japoneses estranharam não propriamente o trabalho na lavoura, “mas a rigidez no horário, as várias proibições e limitações – reclamações

feitas principalmente por aqueles que haviam trabalhado sob a fiscalização de um elemento não japonês”. Além disso, a remuneração do trabalho nas fazendas não permitia o acúmulo de um pecúlio planejado anteriormente à emigração (Sakurai, 2000a, *passim*).

O sofrimento vivido nos primeiros tempos decorreu das diferenças entre as culturas: diferenças que, no entanto, vão sendo incorporadas “através da adaptação, da criação de novos elementos, da organização de novos códigos de conduta, que imperceptivelmente passaram a fazer parte da vivência cotidiana dos imigrantes” (Sakurai, 2000a, p 211). Nessa “fase experimental”, ainda segundo Sakurai, foram forjadas as bases identitárias do grupo, que podem ser observadas na conduta coletiva desses imigrantes enquanto grupo étnico minoritário em situação de encontro com a sociedade receptora envolvente. Nessas circunstâncias, o grupo se constituiu em alvo de constantes avaliações por parte da sociedade; avaliações tanto positivas – como, por exemplo, no que diz respeito à disciplina e ao desempenho no trabalho – quanto negativas, quando se referiam às questões de moral e aos costumes – como, por exemplo, a nudez a que se expunham ao se banharem em lugares públicos.

Sakurai observa que o estranhamento inicial causado pelas diferenças culturais foi paulatinamente diminuindo com a convivência, embora fossem raros os casamentos de japoneses com pessoas procedentes de outras etnias. Nesse contexto, a aprendizagem da língua portuguesa era reduzida a uma comunicação mínima. E, com relação à alimentação e ao vestuário, novos hábitos foram sendo adquiridos, num exercício cotidiano de recriar “as suas tradições no ambiente” (Sakurai, 2000a, p. 211-214).

No período compreendido entre 1924 e 1941, entrou no Brasil o maior número de imigrantes japoneses, conforme demonstra o quadro abaixo:

**Tabela 02: IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO.**

<b>Total de imigrantes</b>	<b>234.636</b>	<b>100%</b>
1908-1923	31.414	13,4%
1924-1941	137.572	67,1%
1952-1963	45.650	19,5%

FONTE: SUZUKI<sup>31</sup>, 1969 apud SAKURAI, 2000a, p. 215.

<sup>31</sup> SUZUKI, Teiichi. *The Japanese Immigrant in Brazil. Narrative Part*. Tokyo: Tokyo University Press, 1969. p. 16.

O fato que marcou a ruptura do I período e início do II, foi a adoção de uma política emigratória pelo Governo Imperial japonês. Este passou a subvencionar a emigração dos seus nacionais, em virtude do governo paulista deixar de subsidiar as viagens dos imigrantes japoneses a partir de 1923. Este segundo período, Sakurai (2000a) denominou de “imigração tutelada”. O Brasil era visto, pelo Estado japonês, como uma das únicas opções de trabalho ultramar para o excedente de seus nacionais. Países como USA, México, Peru, Canadá e os da Oceania, sob o protetorado britânico ou francês, haviam proibido a entrada de trabalhadores japoneses.

Sakurai chama a atenção para a crescente discórdia entre o Japão e os países que se alçaram à condição de potências ocidentais. O motivo não está focado somente nas questões raciais, mas também na concorrência econômica e militar do Extremo Oriente, representando, portanto, uma ameaça, reforçada pelo fato do Japão ter ganhado a guerra contra a Rússia em 1905. Disseminou-se, então, a ideia de um “perigo japonês”, configurada pela “estratégia japonesa que alia a conquista de espaços econômicos com o militarismo” (Sakurai, 2000a, p. 216). Essa estratégia, segundo a representação ocidental do “perigo japonês”, ou “perigo amarelo”, possibilitaria que tais conquistas militares engendrassem o domínio da raça amarela sobre a branca.

No Brasil, a difusão dessas representações se iniciou em 1914, por meio de artigos de jornais provenientes da Argentina e do Uruguai. O seu debate se estendeu por toda a década de 1920. Em 1934, durante a Constituinte, os deputados Miguel Couto e Antônio Xavier de Oliveira, considerando os acontecimentos internacionais, colocaram a possibilidade de uma invasão japonesa na América Latina, corroborando assim o sentimento de ameaça. Como resultado, implementou-se um sistema de cotas para a entrada de novos imigrantes. O sistema estabelecia uma proporcionalidade em relação ao número de imigrantes da primeira geração, o que prejudicava os japoneses em relação a outras etnias (italianos, espanhóis e portugueses, principalmente), devido ao fato da sua imigração ser ainda recente e representar um número reduzido de entradas (Sakurai, 2000a, p. 216). A cota estabeleceu o limite de entrada a 2.711 pessoas por ano. No Japão, tal disposição ficou conhecida como lei “antinipônica” (SAITO, 1961, p. 37).

Verifica-se nesta segunda fase da imigração, tutelada pelo Estado japonês, que a quantidade de imigrados no país corresponde a cerca de 80% do total das entradas que ocorreram antes da II Guerra Mundial. Entre os anos de 1928 e 1934, ocorreu a intensificação da imigração, com o ingresso de 108.256 imigrantes japoneses. Contribuiu para este incremento, a ação da companhia de emigração estatal, denominada Kaigai Kogyo Kabushiki

Kaisha<sup>32</sup>, conhecida como KKKK, que, além do fornecimento das passagens, solicitou auxílio extra para os “preparativos de viagem” com o argumento “que a medida se tornava necessária para promover a saída de camponeses pobres”. Tal auxílio foi concedido a partir de 1932 (SAITO, 1961, p. 34). A função da KKKK era recrutar e transportar os emigrantes trabalhadores (Idem, p. 35).

Ressalva-se que Arlinda Rocha Nogueira (1973, p. 29 e 30), ao analisar a origem do emigrante em seu estudo sobre a imigração japonesa no Brasil (1908-1922), ocorrida durante a mencionada fase “experimental”, constatou que a maioria era proveniente da “classe média” rural japonesa. Justificou que para se lançarem na experiência da emigração eram necessários recursos financeiros para investirem nos gastos de viagens, sendo que uma família realmente pobre, “sem recurso de qualquer espécie”, não teria como fazê-lo. Exceto aqueles que faziam empréstimos para poder realizá-lo.

Quanto as razões para emigrar, segundo Rioji Noda, Ministro Provisório do Japão no Brasil em 1912, o agricultor o fazia não “por estar passando por dificuldades extremas, mas porque desejava tentar a sorte”, ganhar muito dinheiro e voltar com o montante necessário para pagar dívidas, construir uma nova residência, reformar a que já possuía ou adquirir terras para o cultivo (NOGUEIRA, 1973, p. 30), caracterizando-se a intenção de migração temporária.

De qualquer maneira, o fato é que a adoção de políticas emigratórias pelo Estado japonês na década de 1920 reflete a exacerbação dos problemas demográfico e econômico que sofria o país, a ponto de passar a tutelar as saídas dos seus nacionais para a emigração.

Quanto à composição das famílias, se no I Período da imigração era necessário, muitas vezes, utilizar o artifício das famílias compostas, para atender o critério das “três enxadas” da lavoura cafeeira paulista; no II Período, especificamente entre os anos de 1930 e 1935, momento mais intenso da imigração japonesa, observa-se que o deslocamento de famílias inteiras se tornou mais comum. Fato este que se explica pela emigração de pessoas urbanizadas<sup>33</sup>, conforme Saito (1961, p. 57 e 58), dos “cidadinos de camada baixa – os assalariados de baixo nível, pequenos comerciantes, operários e outros – ante a inquietação social e sob os efeitos da depressão econômica, decorrentes da grande crise de 1930”, se

---

<sup>32</sup> A KKKK foi criada em 1917 e teve a participação das empresas Toyo-Imin e Nambei Imin. A partir de 1920, passou a monopolizar os serviços de emigração do Japão e “tornou-se virtualmente órgão executivo da política de emigração do governo”. Desde sua criação até 1940, esta empresa enviou mais de 190.000 emigrantes para o ultramar, sendo que 164.000 se dirigiram para o Brasil (SAITO, 1961, p. 32-34).

<sup>33</sup> Sinaliza-se que na década de 1920 o processo de industrialização do Japão se reverbera em todas as camadas sociais, inclusive sobre as populações rurais, que se movimentam num fluxo rural-urbano intenso (SAITO, 1961, p. 70).



encorajam em deixar a terra pátria em busca de novas oportunidades. A emigração em família, então, encontrou menos oposição da sociedade. Além disso, já tinham conhecimento acerca das condições do meio rural brasileiro, havia uma noção de que quanto maior a quantidade de componentes familiar para trabalhar a terra, maiores eram as possibilidades de êxito econômico.

A partir de 1925, o Brasil representava não somente um destino dos emigrantes trabalhadores que absorveria parte do excedente populacional do Japão, mas também um mercado para investimentos<sup>34</sup>, especialmente no setor agropecuário (Idem, p. 35). A partir da década de 1930, os investimentos do capital japonês convergem para os setores comercial e industrial. Após a vinda de uma missão de empresários da indústria têxtil, em 1934, interessados na compra do algodão produzido no Brasil, seguida de outra, oficial, em 1935, intensificaram-se as relações econômicas entre os dois países. Com efeito, a cotonicultura desenvolvida à época, em grande número, por imigrantes japoneses arrendatários<sup>35</sup>, foi ainda mais estimulada. Após 1936, indústrias têxteis japonesas instalam usinas para beneficiamento e exportação do algodão.

Paralelamente, no período posterior a 1924, verificou-se que além dos investimentos do capital japonês no Brasil, muitos dos imigrantes situados no país desde os primórdios da imigração, a esta altura, já possuíam uma reserva monetária que os possibilitavam realizar investimentos. Fatores como o desenvolvimento da cafeicultura, abertura de frentes de expansão agrícola em direção ao oeste do Estado de São Paulo, construção de ferrovias para o escoamento da produção, baixo custo das terras e a possibilidade de dividi-las em pequenos lotes proporcionaram aos imigrantes japoneses a oportunidade de investir capital e trabalho na

---

<sup>34</sup> A expansão do capital japonês para fora do país, em busca de mercados de investimento, ocorreu após o declínio da rápida fase de prosperidade sucedida após a I Guerra Mundial. Com efeito, o capital e o trabalho se desvalorizaram gradativamente no mercado interno. Observa-se, então, que os sete anos situados entre 1928 e 1934, período pré e pós-grande crise mundial, correspondem ao apogeu dos números de imigrantes japoneses ingressados no Brasil. Assim, concomitantemente ao envio de trabalhadores por intermédio da KKKK, o governo japonês promoveu outro tipo de emigração, com suporte financeiro, isto é, uma emigração de colonos agrícolas proprietários. A partir de 1927, associações ultramarinas foram criadas nas Províncias, tendo a Federação das Associações Ultramarinas como seu órgão centralizador, sediada em Tóquio. Em seguida foi criada a *Sociedade Colonizadora do Brasil* – Bratac, representante daquela federação em São Paulo. O objetivo da Bratac era recrutar e enviar emigrantes para colonização que dispusessem de recursos para investir e desenvolver os núcleos coloniais fundados pela mesma. Após 1928, a Bratac adquiriu extensas glebas de terras nos Estados de São Paulo e Paraná para fundar tais núcleos, com todos os melhoramentos necessários, e, assim, estabelecer os colonos proprietários. Os recursos para tais empreendimentos eram provenientes dos governos provinciais e central do Japão (SAITO, 1961, p.35). Sobre outros empreendimentos de capital estatal e privado japonês realizados no setor agropecuário do Brasil, ver Saito (1961, p. 36).

<sup>35</sup> Muitos desses imigrantes arrendatários haviam chegado no I Período (1908-1925) e já tinham conseguido, naquele momento, se tornar lavradores independentes, desenvolvendo a agricultura comercial, tais como a cultura de algodão e café. Fato que era facilitado pelas frentes de expansão que ocorriam no Estado de São Paulo, juntamente com o desenvolvimento da economia cafeeira e da difusão das redes ferroviárias (SAITO, 1961, p.36-37).

agricultura de abastecimento. Desta maneira, acompanharam a irradiação do povoamento no Estado paulista.

Para obter melhores resultados no processo de colonização, as companhias colonizadoras proporcionaram uma infraestrutura de apoio, criando associações, bancos e escolas. Assim, observa-se, a partir de meados dos anos 20, o processo de ascensão social dos japoneses, proporcionada pela relativa capitalização e pela independência econômica gradualmente conquistada. De colono, o imigrante japonês eleva-se a um *status* de pequeno e médio proprietário (Sakurai, 2000a, p. 229-231).

Os mais de 200 mil japoneses que entraram durante a primeira metade do século XX no Brasil eram quase na sua totalidade constituída de agricultores, sendo “na sua absoluta maioria colonos de café, contando com pequena minoria de proprietários e empreendedores agrícolas”. Além disso, excetuando uma reduzida parcela que vieram às suas expensas, a maioria teve seu transporte subvencionado “por um dos governos interessados”, seja o paulista num primeiro momento (1908-1925), seja o japonês no momento seguinte (1926-1941). Este, inclusive, continuou a financiar a emigração nipônica após a 2ª Grande Guerra. Desta forma, Saito (1961, p. 11 e 12) destacou as características marcantes que o grupo de imigrados trazia consigo, a saber, o de serem “imigrantes contratados e subsidiados por países interessados com a condição de se dedicarem ao trabalho assalariado da lavoura”.

Enfatiza-se, mais uma vez, que, embora oficialmente constasse no passaporte a condição de *imigrantes permanentes*, os japoneses pretendiam fazer uma *migração temporária*, de prazo bem reduzido, com rápido retorno ao Japão. No entanto, com exceção de um número pequeno de imigrantes que obtiveram êxito neste intento, a maioria acabou por criar raízes no Brasil, fixando residência definitivamente. Assim, Saito (1961, p. 12-15), verificou o “processo sócio-econômico por meio do qual os imigrados, abandonando o plano inicial de migração temporária e de retorno ao país natal”, conseguiram chegar ao resultado de migração permanente. Em sua abordagem procurou dar maior ênfase ao fator econômico.

Conforme já referido, o II Período da imigração constituiu-se na fase em que o fluxo migratório atingiu o seu ápice, seguido de uma drástica diminuição, a partir de 1935, com a instauração do sistema de cotas no ano anterior. Findou-se este período, em 1941, devido a II Guerra Mundial. Destaca-se que os anos entre 1942 a 1951, quando foi suspensa a imigração japonesa no Brasil, foram decisivos para que o grupo étnico se reorganizasse “numa base mais ou menos autônoma” (Idem, p.38).

Com o advento da guerra, as relações do Brasil com o país natalício foram cortadas. Assim, os imigrantes nipônicos não puderam mais contar com a proteção do mesmo. Diante

desta situação, demonstraram a decisão de radicar-se ao país receptor. Para Saito (1961, p.38), o período da guerra propiciou a mudança de atitude em relação ao desejo inicial de migração temporária. Com a decisão de permanecer definitivamente no Brasil, esses imigrados passaram a planejar, de maneira mais consistente, suas atividades econômicas contemplando um prazo mais longo. No entanto, essa mudança radical não se operou repentinamente, mas sim após “séria reflexão sobre os planos iniciais e sobre a experiência dos anos passados, bem como depois do reexame da situação em que eles e seus filhos estavam colocados”.

Com efeito, a radical mudança provocou inevitavelmente, conforme Saito (1961, p.38), uma “certa confusão e distúrbios no seio do próprio grupo”. Referia-se ao estado da tensão social que predominou naquele momento em virtude de haver correntes facciosas no interior da comunidade, resultando, inclusive, em atos de terrorismo, como os realizados pela *Shindo Renmei*<sup>36</sup>. Tal período de tensão social “corresponderia nem mais nem menos à fase de transição a que fazia face o grupo”.

Saito (1961, p.39 e 40) delimitou o ano de 1942 – durante a II Guerra Mundial – como o início do III Período da imigração japonesa no Brasil. A partir desta data a corrente imigratória foi interrompida, só retornando após, aproximadamente, dez anos. A retomada do fluxo ocorreu por iniciativa de pessoas da própria comunidade nipônica radicada no país. Em 1951, foi autorizada a introdução de imigrantes japoneses para diversos núcleos coloniais. Desde então, o Governo japonês passou a executar “o recrutamento, a seleção e o transporte dos imigrantes”. A composição da imigração desse período é constituída de 56,4% imigrantes para a colonização agrícola e de 43,6% imigrantes trabalhadores.

Entre os anos de 1952 e 1959, foram registradas 30.610 entradas de imigrantes nipônicos no Brasil. Número que foi diminuindo gradativamente nos anos posteriores. Na década seguinte, anos 1960, foram registradas 18.619; e, nos anos 1970, 3.610 entradas (LESSER, 2008, p. 42). Esses números demonstram uma absorção do excedente populacional do Japão pela industrialização, desenvolvimento tecnológico e econômico alcançado por aquele país naquelas últimas décadas. O Brasil já não era mais o destino preferencial dos imigrantes japoneses.

O que se verificou desde o início da imigração japonesa no Brasil é que o “colono japonês” não se ajustou muito bem “às condições de vida dos latifúndios”. Consideravam

---

<sup>36</sup> *Shindo Renmei* foi um movimento “japonês” constituído de imigrantes japoneses e descendentes que não aceitavam a derrota do Japão na II Guerra Mundial, também conhecidos como vitoristas. Tal movimento dividiu a comunidade nipo-brasileira, sobretudo no Estado de São Paulo, onde foram praticados atentados, inclusive homicídios, contra os derrotistas, isto é, os que acreditavam na derrota. Para saber mais sobre a *Shindo Renmei*, ver DEZEM, Rogério (2000, 2002 e 2010); LESSER, Jeffrey (2002), entre outros importantes autores.

“humilhantes’ as condições de vida do colono” e não estavam dispostos a aceitá-las. Ademais, os japoneses tiveram “perspectivas e possibilidades de se tornarem pequenos produtores” (SAITO, 1961, p.46).

Um importante aspecto, relativo ao período em que o fluxo imigratório atingiu o seu pico máximo, merece destaque. Segundo Saito (1961, p. 69), é indubitável que a subvenção integral da passagem marítima contribuiu para que “famílias inteiras e de pouco recurso” emigrassem. Todavia, não foi o único motivo que alavancou a emigração no II Período. Saito afirma que houve uma profunda mudança no “mundo mental” dos imigrantes e, conseqüentemente, “na atitude deles ao encarar o problema” da migração. Tal mudança ocorre após as experiências vividas pelos japoneses imigrantes no meio rural brasileiro, nas fazendas de café, eles constataram que:

a) não era possível acumular recurso adequado que satisfizesse os propósitos da migração temporária em termos de curto prazo por meio de trabalho salariado rural, devido a seu baixo rendimento em pecúlio; b) era muito mais vantajoso empregar a mão-de-obra local que era barata, em vez de serem eles próprios empregados como aconteceu nos Estados Unidos e, por conseguinte; c) era necessário tornarem-se lavradores independentes – proprietários e arrendatários – para que, com o emprego de mão-de-obra local, se dedicassem à produção mercantil tal como a de café, algodão, arroz, verdura e outras culturas. É óbvio que essa mudança implicava numa dilatação do prazo de migração, sem que os migrantes desistissem de seu plano inicial de retorno. Foi, em suma, a descoberta de novas possibilidades oriundas do contexto econômico-social brasileiro (SAITO, 1961, p.69-70).

No I Período (1908-1925), a mobilidade do imigrante japonês se caracterizava pela busca de empregos com melhores salários tanto nas fazendas, quanto nas cidades. A referida atitude modificou-se a partir do II Período (1926-1941). A busca então era de “novos rumos, em especial as zonas pioneiras onde podiam eles se dedicar como maior rendimento à produção agrícola de caráter mercantilista”. O surgimento de vários municípios com colônias japonesas atestam este movimento (SAITO, 1961, p.70). Embora o plano de retorno ainda predominasse entre os integrantes deste grupo étnico naquele período, o fato é que ele não chegou a se realizar para a grande maioria deles que acabou se radicando no país (Idem, p. 74).

A mudança de atitude do imigrado japonês favoreceu a sua tendência à fixação, que foi progressiva no III Período (1952-1963), uma vez que aqueles que entraram no pós-guerra, vieram com o objetivo de se fixarem definitivamente no Brasil (Idem, p. 71 e 72).

Dado o panorama, foi no contexto do II Período da imigração - contemplando a mudança do “mundo mental” do imigrado japonês e de sua atitude perante os planos de

desenvolvimento econômico e de retorno à sua pátria natal - que ocorreu a fixação de imigrantes japoneses na região norte do Estado do Paraná. Com o propósito de tornar-se proprietário de terras, muitos dos imigrantes japoneses que habitavam no Estado de São Paulo migraram para o norte do Paraná a partir da década de 1920. Uma das primeiras experiências de colonização japonesa na região ocorreu por meio do empreendimento da BRATAC, companhia colonizadora japonesa, em Assaí. Pouco tempo depois, um grande fluxo migratório, de japoneses e descendentes, se deslocaria para Londrina e região em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

### **1.3. AS ESCRITAS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NORTE-PARANAENSE.**

Com o intuito de situar a problemática e a perspectiva do objeto tratado nesta pesquisa, no que concerne à produção historiográfica local e regional, será apresentado um balanço acerca da historiografia sobre a imigração japonesa em Londrina e proximidades.

Em relação a essa historiografia local, produzida no âmbito da academia, cita-se o texto produzido na década de 1960 por Faris Antonio Salomão Michaele (1969), intitulado “Formação étnica do Paraná”. O autor abordou brevemente o elemento étnico japonês na formação étnica do Estado do Paraná, onde fez algumas considerações acerca das noções de etnia, raça, preconceitos etnocêntricos culturais e mestiçamentos. Mencionou a presença do índio, africanos, portugueses e espanhóis e outros grupos étnicos que vieram para o Paraná até “a chamada Fase do Café”. Esses “outros” eram os franceses, alemães, russo-alemães, ucranianos, poloneses ou polacos, italianos, sírios, japoneses, holandeses, israelitas, sem falar daqueles que, pela inexpressiva quantidade, não foram tratados nesta proposta.

O autor sinalizou que, em 1950, haveria no Paraná 39.244 pessoas classificadas como de cor amarela, conforme os dados do Recenseamento. Considerando-se o enorme afluxo de nipônicos e nipo-brasileiros de outras localidades do Brasil, sobretudo de São Paulo, Michaele fazia uma estimativa, para o final da década de 1960, de uma população constituída de aproximadamente 100.000 indivíduos. Enfatizava que o cálculo se fazia “muito por baixo, porquanto é de todos conhecida a notável fecundidade do povo do Sol Nascente” (MICHAELE, 1969, p.128).

Michaele apontou os principais polos de concentração dos nipo-brasileiros, naquele momento, que eram a região Norte do Estado, derivando para o Oeste, e um forte núcleo na

Capital, Curitiba. Havia também a presença deste grupo étnico em municípios do litoral, onde desenvolviam atividades relacionadas à pesca.

Asseverou que o elemento japonês era considerado o “mais ruralista de quantos para o Brasil têm emigrado”; e, naquele momento, já se podia também encontrar tais elementos exercendo atividades no comércio, na indústria, como profissionais liberais, no setor da política, chegando até a ocupar altos cargos administrativos.

No tocante à fixação e assimilação, considerava esse grupo étnico em estágio avançado, pois “vencida a natural temporada de adaptação no novo habitat, com seus inevitáveis conflitos, incompreensões e hostilidades etno-culturais, o valoroso filho do Japão não se opõe, de maneira alguma, ao caldeamento com as outras raças e etnias”; fazendo referência aos casamentos com elementos de outras etnias, como a italiana, alemã, polonesa, etc (MICHAELE, 1969, p.128 – 130).

Para concluir, o autor afirmou que, com relação à sua integração, havia mais pontos positivos do que negativos, ressaltando as contribuições perceptíveis no âmbito econômico, em decorrência do êxito na agricultura, político, científico, cultural e artístico. E observou que no âmbito social eram providos de sentimento patriótico, no seu aspecto cívico. Portanto, a etnia japonesa não se encontrava deslocada no seio da comunidade paranaense, e finalizou dizendo:

Em Londrina, Curitiba, Maringá, Paranaguá, onde quer que os encontremos, a ação benéfica do nipônico se faz sentir em toda a plenitude, num desmentido cabal de que, muitas vezes, os chamados quistos raciais nada mais representam que péssimas diretrizes político-ideológicas (como no Estado Novo de Getúlio) ou desastrosas fases de desorientação e negligência, por parte de governos estaduais e nacionais, como foi na República Velha. (MICHAELE, 1969, p.130).

Ainda, segundo o autor, “sem as restrições imigratórias anteriores, sem as preocupações agressivas e injustificáveis de ordem cultural”, que configuraram o quadro de condições desfavoráveis que outras gerações vivenciaram, “o japonês se sente muito à vontade para dar o máximo de si” em terras brasileiras (MICHAELE, 1969, p.130).

Em perspectiva revisionista da historiografia local, Sonia Maria Sperandio Lopes Adum (1991) realizou importante investigação acerca da violência ocorrida no processo de (re)ocupação e consolidação da cidade de Londrina, no período de 1930 a 1960. Buscou-se “repensar e redefinir o “discurso da felicidade” construído em torno da cidade. Utilizando jornais e processos criminais, a autora analisou a cidade procurando apreender “a dimensão do simbólico sobre a região bem como o plano de cidade”, realizado pela CTNP, como

elementos que constituem uma ordem idealizada. Buscou também contrapor a esta ordem idealizada, “a dimensão do social vivida por vários atores”, colocando em evidência as fronteiras desta mesma ordem e sinalizando para a elaboração de reflexões “acerca do progresso, ou melhor, acerca de suas duas dimensões: a civilização e a barbárie”

Recorrendo à fontes alternativas, como os autos criminais, Sonia trouxe à tona a questão do preconceito existente naquela sociedade, eivada de intolerância, fundada em “nacionalismo autoritário que se alimentava dos fantasmas construídos pelo Estado Novo” (ADUM, 1991, p. 51).

A autora citou como exemplo, o caso do jovem japonês, menor de idade, que teria *desrespeitado* o “símbolo da nação brasileira”, isto é, a bandeira nacional, hasteando-a ao contrário, num dia de feriado nacional. Este caso, emblemático, também foi tratado na presente pesquisa, conforme será demonstrado adiante, de maneira mais detalhada com ênfase nas questões de etnicidade e identidade.

Posteriormente, Rogério Ivano (2000) abordou o imaginário e as imagens que habitam e se perpetuam na crônica histórica de Londrina, no período entre as décadas de 1930 e 1950, ou seja, os primórdios do processo de povoamento da cidade e região. Demonstrou aspectos da ação da CTNP, que iluminam questões acerca da procedência das várias etnias que vieram compor o povoamento da região, especialmente das que carregavam o estigma de indesejáveis, como a japonesa, por exemplo. Esses aspectos já foram tratados anteriormente.

No campo da Geografia, Lirian Melchior (2003) buscou analisar as migrações internacionais impulsionadas pela concepção da mobilidade do trabalho, especificando um estudo de caso em que analisa um grupo de descendentes de japoneses de Londrina, que se tornaram trabalhadores temporários não qualificados no Japão. Para elaboração do estudo, a autora ofereceu um panorama da situação japonesa que proporcionou tanto a emigração de trabalhadores japoneses para o Brasil, quanto os fatores que propiciaram a entrada destes no país receptor. Colocou um breve histórico da imigração nipônica no Paraná e em Londrina, detalhando a estruturação dos *kumis*<sup>37</sup>, que se constitui em

uma forma de organização da comunidade japonesa. Quando um certo número de famílias se concentrava numa determinada área, configurava-se uma colônia, que era uma reprodução da estrutura comunitária japonesa. Estas possuem o objetivo de estreitar as relações entre os patrícios e cuidar de assuntos de interesse coletivo. Para isto, são eleitos presidentes das seções (*kumis*), os quais junto com o vice-presidente, tesoureiro e demais secretários se responsabilizam por levar as informações a todos os membros da colônia. Assim, compreendemos que os *kumis*

<sup>37</sup> Kumi significa classe, grupo (HINATA, 1992, p. 244).

(ou *muras*), tem um papel muito importante para a transmissão das informações na comunidade japonesa (MELCHIOR, 2003, p. 53).

Os eventos comemorativos, festas de aniversários, de casamentos, cerimônias fúnebres eram realizadas nos mesmos moldes utilizados pelo *mura*<sup>38</sup> no Japão. “Graças a esse relacionamento do tipo aldeão (*mura*), estabelecia-se uma ordem social entre os colonos” (COMISSÃO, 1992, p. 92 apud MELCHIOR, 2003, p. 53).

Esta forma de organização da comunidade japonesa em *kumis* foi estabelecida em Londrina, desde a década de 1930. A comunicação era eficiente: todas as informações, relacionadas às confraternizações ou acontecimentos ocorridos na comunidade, eram repassadas às famílias integrantes dos *kumis* por meio dos respectivos chefes, os *kumityôs*.

Desta maneira, as tradições da comunidade japonesa foram mantidas ao longo do tempo; contudo, no período da pesquisa, um dos *kumityôs* lamentava a tendência ao desaparecimento do *kumi*, justificando: “porque hoje as pessoas possuem cada uma seu interesse e não se importam em estar assumindo ou fazendo parte do grupo”<sup>39</sup> (MELCHIOR, 2003, p.54).

Além de especificar a estrutura e o funcionamento desta forma de organização, em que se estabelecem as sociabilidades da comunidade *nikkei* londrinense, a autora deu ênfase no processo de emigração, na contemporaneidade, de *dekasseguis* movidos em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho no Japão. Procurou, assim, compreender a realidade que permeia a vida do migrante *nikkei*.

Sobre a sociabilidade da colônia japonesa em Londrina e região, no recorte temporal de 1930 a 1953, Priscila Martins Fernandes (2005) realizou pesquisa, verificando aspectos como identidade cultural, assimilação e relacionamentos interétnicos. Abordou a política restritiva contra a colônia japonesa no Brasil, bem como elaborou discussão historiográfica em torno da colônia japonesa em Londrina por meio da análise da obra do memorialista Tomoo Handa. Tratou da sociabilidade na comunidade nipônica no espaço de fronteira, quando se encontrava no estágio inicial de ocupação e expansão demográfica.

Em trabalho de pesquisa posterior, Priscila Martins Fernandes (2010) procurou analisar a construção da identidade *nikkei* em Londrina, no período de 1930 a 1970, a partir da memória de pessoas dessa comunidade nipo-brasileira. Para isto, utilizou fontes orais.

---

<sup>38</sup> Mura significa aldeia (SASSAKI, 2009, p. 83).

<sup>39</sup> Conforme entrevista de S.K., *kumityô* da seção 11.



A investigação teve por objetivo verificar como se processaram as estratégias de sobrevivência e ascensão social dos familiares dos entrevistados. Buscou verificar também as “possíveis transformações, conflitos e negociações de uma memória identitária diante de uma sociedade em sua maioria não descendente, e como essa memória estaria ou não ligada às questões socioeconômicas” (FERNANDES, 2010).

A pesquisa ofereceu a contextualização da imigração japonesa no Brasil e em Londrina, elaborando uma revisão da historiografia acerca da presença de imigrantes japoneses e descendentes no país e no local. Abordou, também, a educação como suporte para a identidade *nikkei*.

No campo da geografia, Alice Yatiyo Asari (1992) realizou pesquisa tendo como objeto o processo de ocupação do Norte do Paraná, especificamente, da Colônia Três Barras, fundada pela Sociedade Colonizadora do Brasil Ltd. – BRATAC –, de capital japonês. Posteriormente, a colônia tornou-se o Município de Assaí, localizado à leste do rio Tibagi, à 45 km de Londrina.

Inserida na política migratória do governo japonês, que tinha como objetivo a emigração de agricultores-proprietários, a Colônia Três Barras iniciou seu processo de ocupação a partir de 1932. Foi constituída, sobretudo, de “colonos trabalhadores”, imigrantes japoneses. A maioria das famílias de imigrantes, que efetuaram aquisição de lotes de terras, na Colônia Três Barras, era procedente do Estado de São Paulo.

A experiência de Três Barras também caracterizou-se pela ação de companhias particulares, que promoviam empreendimentos imobiliários visando a ocupação de áreas de frentes pioneiras por meio da implantação do sistema de pequenas propriedades, cuja produção agrícola, de café e de algodão, era destinada ao mercado exportador.

A BRATAC também foi objeto de análise por Pierre Monbeig (1984, p. 239 apud 1992, ASARI, p.11), que observou a estrutura capitalista que fundamenta os empreendimentos de colonização, considerando-se que os objetivos da empresa eram a

compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, fundação e exploração de núcleos coloniais, introdução e localização de imigrantes, construção e exploração de estradas de ferro, de rodovias e de todos os outros meios de comunicação, exploração de terras e todas as outras atividades inerentes à colonização.

Exemplificou que, após dez anos de fundação, a BRATAC possuía 86.980 alqueires de terras nos Estados do Paraná e São Paulo, bem como um capital de aproximadamente 43 milhões de réis aplicados em investimentos. Monbeig qualificou como vultuosos, denotando o

retorno rápido e seguro desses investimentos. Além disso, ressaltou que havia um controle da companhia japonesa sobre os sítios, mesmo após a quitação da compra de sua propriedade. O controle ocorria por meio da ação de um banco e de cooperativas agrícolas que prestavam serviços àqueles. Assim, a BRATAC construiu na colônia máquina de beneficiamento de arroz, de fiação de seda, refinaria de óleo vegetal, serrarias, com o propósito de fazer os primeiros processamentos dos produtos cultivados e extraídos.

Os serviços de transporte de cargas e passageiros que interligavam os sítios e as estradas de ferro eram realizados por ônibus e caminhões. E estes eram de propriedade da BRATAC, que por sua vez era associada aos exportadores de algodão para o Japão. Além disso, a empresa era responsável pela administração das escolas e hospitais.

Quanto às associações culturais, estas recebiam subvenção da BRATAC. Desta forma, os objetivos de fixação de um povoamento japonês ficava evidente, o que conferia fundamento para que houvesse a inquietação própria do antiniponismo. Na perspectiva de Monbeig (apud Asari, 1992, p.12), esta “frente pioneira” está relacionada aos interesses de expansão do capitalismo japonês por meio de um “empreendimento colonizador que se utilizava de imigrantes já “aclimatados”, “adaptados” ao Brasil”, que conseguiram superar as adversidades apresentadas na primeira fase da imigração japonesa, cujo destino era a lavoura cafeeira paulista.

A dinâmica migratória permeia todo o trabalho de Asari, que tratou desde o processo de adaptação desses colonos em Assaí até o fenômeno caracterizado pelo fluxo migratório de “*dekasseguis*” para o oriente. Estes são emigrantes brasileiros nipo-descendentes, que se deslocam para realizar trabalhos temporários no Japão, em tempos mais recentes. Sobre o processo de adaptação em terras brasileiras, a autora tratou de aspectos como a questão da língua, educação, alimentação, trabalho, doenças, entidades de coesão étnica, como as associações e as formas de ajuda mútua, política, religião e identidade do “*nikkei*”. A autora finalizou dando ênfase à questão dos “*dekasseguis*”.

Foi também elegendo o mesmo recorte espacial, Assaí – PR, que Lílian Hissami Sato (1999) elaborou análise acerca da problemática da identidade. Nela, buscou demonstrar como o processo de assimilação dos valores da sociedade brasileira foi gerando uma crise de identidade entre os nipo-descendentes, na medida em que entrava em contradição com os valores da cultura nipônica. Valores estes transmitidos por familiares ao longo do tempo, desde a fundação da Colônia Três Barras.

Sato tratou de questões como a emigração e imigração japonesa para o Brasil, a colonização de Assaí e o processo de integração dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira. Abordou os casamentos interétnicos e o movimento de “*dekasseguis*” para o Japão.

Benedita de Oliveira (2000) também realizou pesquisa espacialmente circunscrita em Assaí na área das Ciências Sociais, especificamente na Sociologia da Educação, um ano após a publicação da pesquisa supracitada de Lílian Hissami Sato. Analisou os aspectos culturais e educacionais da população de Assaí, verificando se ocorreu integração entre as culturas *nikkei* e brasileira. Analisou a influência da cultura nipônica nos costumes da população e como se disseminava a cultura nipo-brasileira na escola pública da cidade.

Para finalizar, destaca-se o trabalho de Richard Gonçalves André (2011), que elaborou pesquisa, cujo objetivo foi apontar o desenvolvimento da religiosidade *nikkei* no Brasil, no período de 1932 à 1950, questionando a ideia disseminada de que não teria havido religião entre os imigrantes japoneses e seus descendentes, na primeira metade do século XX. Por meio da análise de fontes como túmulos existentes nos cemitérios de Assaí, verificou as representações e práticas religiosas *nikkeis*. Percebeu três tipos de sepulturas: de budistas, de cristãos e as que apresentavam sincretismo. Além dos túmulos, compreendidos como artefatos da cultura material, utilizou outras fontes como entrevistas, processos crime, obras literárias, artigos de jornais e dados estatísticos.

O autor destacou a transferência do culto aos ancestrais, tradicionalmente realizado no âmbito doméstico, que passou a ser cemiterizado no Brasil, ocorrendo, então, uma realocação do sagrado, que sai do espaço privado e vai para o público. Tal religiosidade é resultado da “própria dinâmica sincrética das religiões japonesas, partindo do pressuposto de que o sincretismo possui uma lógica intrínseca, não sendo caótico ou inocente”. Ao mesmo tempo, compreende a concepção do fenômeno a partir de “conflitos e negociações de identidades num país marcado por discursos e práticas antinipônicas, afirmando a suposta inferioridade racial e cultural dos japoneses, tidos como inassimiláveis”.

Na presente pesquisa, que tem como sujeito principal os imigrantes japoneses e seus descendentes, pretende-se compreender o seu perfil, enquanto grupo étnico, mas, sobretudo, verticalizar a pesquisa refletindo sobre as relações que estabeleceram na sociedade receptora, no caso, a região de Londrina. Os aspectos originais deste estudo repousam na ênfase à multietnicidade daquela sociedade e na desconstrução da ideia de *harmonia entre as raças*, um argumento coadjuvante à representação *Terra de Promissão*, construída nos primórdios da ocupação daquele espaço.

## **2. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO MULTIÉTNICO.**

Neste capítulo será apresentado o quadro conjuntural em que se insere o tema de estudo.

A caracterização do recorte, espacial e temporal, tem por finalidade resgatar as especificidades da ocupação territorial do norte do Paraná no período de 1930 a 1958, em que o grupo étnico, formado pelos nipônicos e seus descendentes, inscreveu na região seu modo de vida e definiram suas estratégias de sobrevivência e socialização.

Particularmente, interessa demonstrar como negociaram sua identidade nacional “hifenizada”, ou seja, como nipo-brasileiros. Tal objetivo ressalta a importância da apreensão do tecido social em que atuaram, ou seja, o espaço multiétnico em que se inseriram.

### **2.1. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.**

Localizado ao norte do Paraná, o município de Londrina<sup>40</sup> ocupa, atualmente, 1.650,809 km<sup>2</sup>. O clima da cidade é classificado como subtropical úmido, com chuvas em todas as estações do ano, podendo ocorrer secas e geadas durante o inverno. Apresenta um inverno de temperaturas amena e um verão quente (PREFEITURA, 2009).

A altitude do centro da cidade é de 608 m. O ponto mais alto do município tem 844 m de altitude, e situa-se nas proximidades de um Distrito chamado Lerroville. A origem do solo da região é basáltica e é considerado um dos mais férteis do mundo. A fertilidade de suas terras roxas foi amplamente divulgada pela companhia que promoveu o povoamento da região, e constituía-se num dos principais atrativos para os interessados na compra de terras, nos primórdios do empreendimento.

---

<sup>40</sup> A localização específica de Londrina está entre 23°08'47'' e 23°55'46'' de latitude sul e 50°52'23'' e 51°19'11'' a oeste de Greenwich.

Londrina é o lugar onde se elaborou a construção de imagens e representações, como o Eldorado Cafeeiro, a Terra da Promissão, a Nova Canaã, e se tornou um chamariz de migrantes e imigrantes de diferentes etnias, oriundos de procedências diversas.

Esta cidade, que hoje possui cerca de 506.000 habitantes, foi fundada, em 1929, no meio da densa floresta, que constituía a mata atlântica característica da região, pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP –, por sua vez criada em 1925. Era subsidiária da empresa inglesa Paraná *Plantations Syndicate*, com sede em Londres (ARIAS NETO, 1998, p. 23-24). Nesta cidade foi instalada a sede da companhia, cujos planos contemplavam a “colonização” de “515.000 alqueires de terras fertilíssimas, cobertas de mata”<sup>41</sup>, localizadas entre os rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Na área<sup>42</sup> em destaque do mapa a seguir visualizam-se as glebas pertencentes à companhia a partir de 1944, que totalizavam aproximadamente 545.000 alqueires:

**Figura 1: ESTADO DO PARANÁ - ÁREA PERTENCENTE À CTNP**



FONTE: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: Publicação Comemorativa do Cinquentenário da CMNP, 1975, p. 120.

<sup>41</sup> Conforme depoimento de Hermann Moraes Barros (COMPANHIA, 1975, p.59).

<sup>42</sup> As primeiras glebas de terras foram adquiridas em 1925, sendo uma de 350.000 e outra de 100.000 alqueires. Até 1928, adquiriram mais três glebas: de 15.017, 30.000 e 20.000. Em 1944, foi comprada outra área de 29.000 alqueires, integrando 544.017 alqueires (PADIS, 1981, p. 91).

**Figura 2: ESTRADA DE RODAGEM – LONDRINA/1935.**



Fonte: Acervo de fotografias do CDPH/UEL.

Pela perspectiva de José Juliani, fotógrafo profissional que registrou muitas imagens de Londrina nos primórdios de sua ocupação, vê-se a estrada de terra aberta no meio da mata fechada da frente em expansão. Abaixo, segue a fotografia, do mesmo autor, do escritório da CTNP, que situava-se na atual avenida Paraná entre as ruas Rio de Janeiro e Minas Gerais:

**Figura 3 - ESCRITÓRIO DA CTNP NA DÉCADA DE 1930.**



Fonte: Acervo de fotografias do CDPH/UEL.

A constituição e a trajetória da CTNP são importantes para a compreensão do deslocamento e fixação de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina, norte do

Paraná, uma vez que o processo de sua ocupação está diretamente relacionado à ação desta empresa britânica. Este processo de povoamento se diferenciou, sobremaneira, do ocorrido anteriormente no Paraná.

A dimensão territorial do Estado é a mesma desde sua emancipação, à época do Império, em 1853, quando se desvinculou da Província de São Paulo. Até então constituía a 5ª Comarca daquela Província.

A colonização começou pelo litoral, motivada pela mineração do ouro. Depois estendeu-se pelo planalto de Curitiba e pelas áreas de campos naturais dos Campos Gerais, campos de Palmas e de Guarapuava (WESTPHALEN, 1968, p.2).

As atividades econômicas giravam em torno da exploração da erva-mate e da madeira das florestas de araucárias, e também da criação de gado nos latifúndios campeiros. Esta comunidade, que se constituiu historicamente, formou a pioneira sociedade paranaense, que implantou e controlou o sistema político no Paraná, no período monárquico e republicano (Ibid., p.2).

O restante do território paranaense, que abrange as regiões Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste, foi ocupado de maneira diferente<sup>43</sup>. Começou pela região Norte e foi movida pela produção capitalista exportadora, proporcionada pela lavoura cafeeira, diferentemente da economia extrativista que predominava no Paraná, desde o período colonial.

A colonização desse território inexplorado iniciou-se na divisa com São Paulo, a partir de 1862. Mineiros e paulistas abriram fazendas e criaram cidades nos vales do Paranapanema, do Cinzas e do Jataí. Essa região é conhecida, atualmente, como região Norte Velho (WESTPHALEN, op.cit, p.2).

Conforme Benatti (1999, p.11), este movimento se insere no processo de interiorização da expansão do capitalismo no Brasil, uma vez que essa primeira frente de ocupação, representava a “continuidade da marcha do café sobre o oeste paulista”, promovida por “famílias e agregados de grandes fazendeiros e sertanistas que simplesmente se apropriavam de terras devolutas”.

A ocupação posterior, além de interiorizar-se pela região norte, direcionou-se progressivamente à região oeste, em busca de terras roxas, virgens e altamente produtivas (CANCIAN, 1977, p.52). A partir de 1930, verificou-se uma aceleração nesse processo de ocupação orientada e dirigida pelo capital colonizador:

---

<sup>43</sup> Para saber mais, ler WESTPHALEN, 1968; ADUM, 1991; ARIAS NETO, 2008; BENATTI, 1999; IVANO, 2000; TOMAZI, 1989, 1997, 1999; GREGORY, 2002; Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Org. Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves, 1999.

O capital colonizador representou uma aliança de interesses e esforços firmada entre a burguesia cafeeira (principalmente paulista) e grandes empresas imobiliário-colonizadoras de capital privado (nacional e estrangeiro), sem excluir a participação e os interesses do governo paranaense. A expansão da fronteira agrícola e a especulação imobiliária em larga escala caminhariam de mãos dadas a partir de então. (BENATTI, 1999, p.11)

Assim, essas terras do Sertão do Guaíra, vista pelo capital como “vazios demográficos e ociosos econômicos irracionalmente ocupados por índios e caboclos, foram incorporadas à moderna civilização, ou seja, englobadas pela sociedade nacional e inseridas no processo de produção da economia de mercado” (Idem, p.12).

Arias Neto (2008, p. 4) sinaliza que a partir de 1920, no governo de Afonso A. de Camargo, buscou-se estimular a ocupação do Paraná por intermédio de concessões de terras devolutas a particulares. O objetivo era fixar pequenos agricultores por meio da ação empreendedora da iniciativa privada.

Assim, dentre as empresas imobiliárias, que tinham por objetivo desenvolver e ocupar os chamados “vazios demográficos”<sup>44</sup>, destacou-se a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Em meados da década de 20, esta empresa negociou com o Governo do Estado do Paraná, “por preços módicos, uma extensa gleba de mais de meio milhão de alqueires” de terras, à oeste do rio Tibagi (BENATTI, 1999, p. 12). Além do Governo do Estado, a CTNP negociou, também, com posseiros e concessionários que possuíam inseguros títulos de propriedade (IVANO, 2000, p. 166-167). Desta maneira, a empresa britânica assegurava a posse efetiva daquele espaço, sendo que uma das vantagens anunciadas pela propaganda da CTNP eram os títulos legais e “juridicamente perfeitos, expedidos pelo Governo do Estado” (GOMES, 1938, p. 47).

Em 1928, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que ligava Cambará, no Paraná, a Ourinhos, no Estado de São Paulo, também foi comprada pelos ingleses, desfrutando de “todos os privilégios, direitos e isenções correntes” (IVANO, 2000, p.167). Após essa transação, a ferrovia, cuja estação final era Cambará, teve sua construção retomada, pois havia sido interrompida em 1925; e expandiu-se em direção à Londrina, que foi alcançada em 1935.

Desde a fundação de Londrina, a CTNP comercializou a terra, dividindo-a em pequenos lotes rurais, facilitando o seu acesso aos lavradores (ROLIM, 1999, passim). Isso

---

<sup>44</sup> Lúcio Tadeu Mota foi um dos primeiros pesquisadores que questionou criticamente esta denominação, dada ao espaço comercializado pelas companhias colonizadoras, pois havia habitantes na mata, como os índios kaingangues.



permitiu que o homem se fixasse à terra, e a região se desenvolvesse dentro do contexto nacional de expansão das fronteiras agrícolas. Segundo Benatti (1999, p. 12), o projeto da empresa “combinava a construção e exploração de uma rede ferroviária, a venda de lotes urbanos e rurais e, ainda que indiretamente, o plantio de café”.

A onda cafeeira que atingiu o Paraná resultou do movimento provocado pela economia cafeeira paulista durante a primeira metade do século XX, a partir de 1906. Neste ano, o Convênio de Taubaté estabeleceria medidas restritivas à produção do café, aplicadas nos Estados cafeeiros visando valorizar o produto<sup>45</sup>, forçando o avanço da marcha cafeeira para além dos limites do Estado paulista, rumo ao norte do Paraná, onde não existiam à época medidas restritivas àquela atividade.

No entanto, a crise econômica mundial, de 1929, traria obstáculos à expansão dessas frentes agrícolas, que se baseavam no “modelo clássico da grande propriedade”. Associada a outros fatores, como a queda do consumo internacional que se agravaria com a II Guerra Mundial, os reflexos daquela crise persistiriam até a metade da década de 1940 (BENATTI, 1999, p. 13).

Desta maneira, a expansão cafeeira por meio da incorporação de novas áreas de plantio se desacelerou, pois era um empreendimento que os grandes fazendeiros de café não estavam em condições de realizar sozinhos, sobretudo porque a formação de cafezais numa área de mata fechada tinha custos mais elevados do que nas áreas tradicionais do café (Idem, p. 13).

Assim, a partir de 1930, devido a essa conjuntura de recessão, a marcha cafeeira e o modo de colonização tiveram suas configurações modificadas, como o que se verificou à oeste do rio Tibagi. A estrutura agrária, naquela localidade, baseou-se no regime de pequena propriedade, tendo em vista a lógica do projeto colonizador da CTNP. O interesse da companhia estava focado numa “clientela de pequenos poupadores: imigrantes e ex-colonos migrantes”, que aspiravam tornarem-se pequenos proprietários dos lotes urbanos e rurais, à venda pela companhia. Além disso, se tornariam consumidores de seus serviços, como, por exemplo, no caso dos fretes da estrada de ferro, que tanto escoaria a produção agrícola, quanto transportaria passageiros e cargas de produtos para o consumo interno (Idem, p. 14).

---

<sup>45</sup> Esta medida visava evitar a superprodução do café e conseqüentemente a baixa nos preços no mercado internacional.

É importante compreender a importância dos planos de colonização das companhias privadas, tal como faz Pierre Monbeig<sup>46</sup> destacando a racionalidade daqueles projetos que permitiram a inserção da região na economia capitalista moderna. As companhias predispunham-se em repartir as terras em lotes rurais e urbanos, para dar formas às cidades e à zona rural, organizando uma boa rede de estradas, o que garantia a circulação e o escoamento rápido das colheitas (MONBEIG apud ARIAS NETO, 1998, p. 35 e 36).

Dentro do plano de colonização da empresa, foram demarcadas as cidades de maior importância a cada 100 quilômetros (Londrina e Maringá). Entre estas, foram se formando vários núcleos urbanos (ROLIM, 1999, p.13). As cidades previamente planejadas foram projetadas para se constituírem em polos de uma rede urbana que suprisse as necessidades dos núcleos menores e da população rural por bens e serviços (BENATTI, 1999, p.15).

Todavia, ressalta-se que tal regime não excluía a existência de grandes propriedades. No final da década de 1940, com a superação da crise do café constata-se uma concentração crescente da terra, sobretudo em mãos de fazendeiros paulistas (BENATTI, 1999, p.14). Da mesma forma, o discurso dominante da ação civilizatória e da ocupação dos “vazios” mascarou a destruição desenfreada dos recursos naturais e a dizimação da população indígena.

## **2.2. A TERRA DA PROMISSÃO.**

Referência obrigatória na historiografia regional, o trabalho de Arias Neto (2008, passim), acerca das representações da política em Londrina, destaca dois momentos distintos no processo de ocupação da região. O primeiro deles é identificado com a ideia de *Terra da Promissão*, em que o autor analisa as “representações do empreendimento imobiliário inglês e as do Norte do Paraná, em fins das décadas de 1920 e 1930”; e o segundo com o *Eldorado Cafeeiro*, outra representação da cidade e região, construída durante os anos de 1940, motivada pelo grande desenvolvimento da cafeicultura (Idem, p. xv).

---

<sup>46</sup> O geógrafo Pierre Monbeig e o antropólogo Claude Levi-Strauss, ambos franceses, integraram o quadro dos 45 cientistas estrangeiros que vieram atuar como docentes na recém-criada Universidade de São Paulo, entre os anos de 1934 a 1945 (CUNHA, 1980, p. 241). A partir de observações feitas em viagem realizada à região norte do Paraná, na década de 1930, Monbeig e Levi-Strauss desenvolveram reflexões referentes a esse espaço, que influenciaram sobretudo o que foi produzido posteriormente, principalmente, no âmbito da academia (ADUM, 2008, p. 9).

Com diferente abordagem, que privilegia os aspectos sociais e econômicos, Sônia Adum (1991), em trabalho precedente, ao se referir ao período de 1930 a 1960, praticamente o mesmo recorte temporal tratado nesta pesquisa, também distinguiu dois momentos:

O primeiro deles, que poderíamos localizar entre 1930 e meados para fins da década de quarenta, seria aquele que se designaria como “fase monopólica da Companhia de Terras Norte do Paraná”, quando esta empresa colocou em prática um projeto imobiliário que continha em seu bojo determinada proposta de ordenamento para o espaço que não saía de sua esfera de domínio. Este ordenamento objetivava a reprodução do capital inglês e acabou por manter, sob seu controle, todo o crescimento e forma da cidade, bem como, os mecanismos necessários para a manutenção da ordem proposta. O segundo momento, de fins da década de quarenta até 1960, representaria a “nova civilização do café” já constituída, ou melhor, no seu ápice, quando então a cidade foge ao controle do capital monopólico inglês. Neste período, Londrina experimentou um intenso crescimento econômico e demográfico, advindo da expansão do café, tendo a imigração desempenhado papel de primeira grandeza (ADUM, 1991, p. 14).

A distinção temporal marcada pela historiadora caracteriza as mudanças conjunturais vivenciadas na região, também apontadas por Arias Neto.

Por intermédio da crônica e da propaganda promovida pela CTNP se gestaria, inicialmente, a imagem da Terra da Promissão. Como se pode perceber no trecho a seguir, veiculado no editorial do 1º fascículo do 1º periódico publicado em Londrina, em 1934:

Este moderno semanário, apresenta-se hoje em publico. Elle vem desataviado de presumpções. Pequeno e tímido, como quem avança os primeiros passos em terreno desconhecido, *Paraná-Norte* pede o amparo de todos que habitam esta grande zona que é o norte do Paraná, e onde elle vae agir no sentido de propagar-lhe a riqueza, concretizada na fertilidade inegalavel do seu solo – regado pelo mais formoso systema hydrographico que se pode imaginar – no esforço hercúleo dos desbravadores de suas mattas e no pulso forte e rijo de seus trabalhadores ruraes, que na ancia do progresso collectivo, não medem sacrificios para a grandeza deste pedaço da terra americana, **onde várias raças se misturam na mais comovedora das harmonias** [*grifo nosso*]. - Este é o nosso programma. (PARANÁ-NORTE, ano I, nº 1, 09/10/1934, p. 1)

Destaca-se que o argumento da “harmonia entre as raças” apresenta-se desde o início do jornal, que foi inaugurado um pouco antes de Londrina elevar-se a categoria de município. Tal argumento acompanhou e reforçou a ideia de Terra de Promissão, de Nova Canaã e expressões similares aplicados à Londrina.

O jornal “Paraná-Norte” atuava como o arauto dos interesses da Companhia, que o subvencionava (ARIAS NETO, 2008, p. x). A propaganda desempenhou um papel relevante na rápida ocupação dessas terras. A possibilidade de trabalho e o pagamento facilitado para a compra dos lotes atraíram pessoas de diferentes proveniências, etnias e nacionalidades,

sobretudo agricultores arrendatários e colonos, imigrantes europeus e asiáticos, que moravam na região Sudeste do Brasil (LIMA, 1991, p.4).

A maioria desses imigrantes, inclusive os japoneses, era constituída de camponeses em seus países de origem e que vieram ao Brasil com a intenção de retornar ao conseguirem acumular pecúlio. Porém, quando a vida no país “não lhes possibilitou conseguir o pedaço de terra almejado, passaram a se movimentar dentro do território brasileiro em busca de melhores condições de vida, como aconteceu no Sul do país” (ALVIM, 1998, p. 234). No Estado de São Paulo, muitos dos imigrantes de diferentes nacionalidades, que vieram para as lavouras de café com o transporte subvencionado, transferiam-se das fazendas visando obter melhores remunerações e que lhes possibilitassem a compra da terra; ou, ainda, encontrar melhores patrões (Idem, p. 235) que lhes oferecessem condições de trabalho mais favoráveis à sua sobrevivência. No entanto, esta mobilidade geográfica não agradava aos fazendeiros cafeicultores paulistas, pois não interessava a eles “pagar os bilhetes de traslado e não contar com trabalhadores em suas plantações” (Idem, p. 235).

Além disso, outro fator importante que causava esta mobilidade era a vontade de aglutinar-se ao grupo da mesma origem, dentro do Brasil. E isto “não era visto com bons olhos pelas autoridades, temerosas dos enquistamentos”. Para evitá-los, determinavam que a venda dos lotes de terras fossem intercalados por compradores de diferentes nacionalidades. Porém, ao referir-se ao caso dos alemães no Sul, Alvim (1998, p. 236) afirmou que pouco adiantava tal estratégia do governo, pois logo “que podiam, trocavam ou vendiam seus lotes, a fim de retornar a prática de vizinhança”, sobretudo, “de pessoas vindas da mesma aldeia”.

Ao imigrado em busca de mobilidade social, o empreendimento da CTNP representava a possibilidade de realização dos seus anseios, isto é, ter acesso facilitado à posse da pequena propriedade de terra e aglutinar-se, aproximar-se dos grupos da mesma nacionalidade, região ou aldeia de origem.

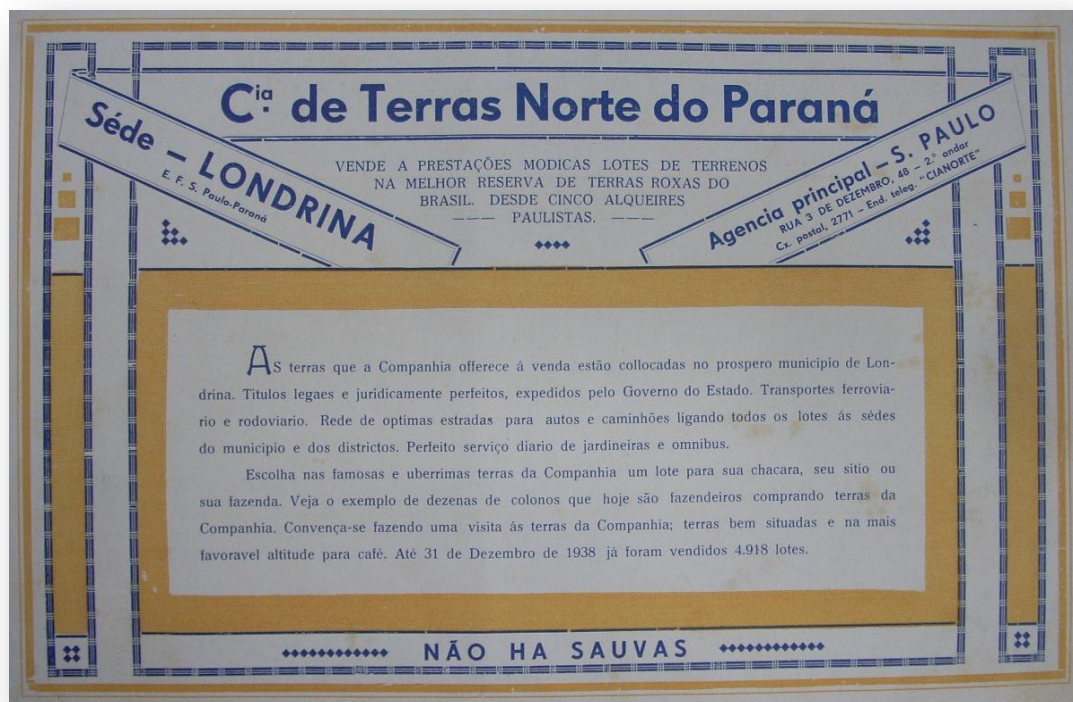
Assim, a grande e variada clientela da CTNP era formada por “europeus que fugiam das convulsões políticas e sociais originadas pela consolidação da União Soviética, pela ascensão do nazismo e do fascismo, pela guerra civil espanhola, e também camponeses expropriados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo europeu” (ARIAS NETO, (1998, p. 38 e 39).

Além disso, a propaganda atraiu brasileiros de todos os Estados, mas principalmente os de São Paulo e Minas, bem como os do nordeste, “os grandes focos de tensões econômicas e sociais do período. E quando vieram, fixaram-se predominantemente no campo”.

O poder econômico, político e ideológico que a CTNP exerceu nas primeiras décadas de ocupação ficaram registrados na crônica histórica, perenizando as imagens produzidas naqueles anos (ARIAS NETO, 1998, p.76-78). Só para mensurar a força que o complexo inglês detinha, Willie da Fonseca Brabason Davids, um dos primeiros prefeitos empossado, sendo o primeiro eleito por meio de processo eleitoral, era também o diretor da companhia colonizadora. Sua gestão foi entre os anos de 1936 e 1940, já tendo experiência neste cargo político na Prefeitura Municipal de Jacarezinho, Paraná. Exerceu também o mandato de Deputado Estadual por duas vezes consecutivas (ARIAS NETO, 1998, p. 53-56; PORTAL DA PREFEITURA DE LONDRINA).

No exemplo a seguir, vê-se uma página publicada no Álbum do Município de Londrina, em 1938, que traz a propaganda da CTNP exaltando as qualidades e vantagens em se adquirir terras no rincão setentrional do Paraná:

Figura 4: PROPAGANDA DA CTNP



Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 47.

Este álbum<sup>47</sup> foi “o primeiro de uma série” publicada sobre Londrina, e os publicados posteriormente apresentarão “a mesma forma (retangular), a mesma estrutura interna e, às vezes, cópias integrais de passagens inteiras da publicação de 1938” (Arias Neto, 2008, p. 55).

De fato, o Álbum todo acabava por se constituir em chamativo material de propaganda, pois traz somente informações positivas acerca da região. Traz dados sobre aspectos históricos (origem do município e a trajetória percorrida pelas empresas do grupo britânico, responsável pela fundação de Londrina e seu processo de (re)ocupação). Sobre os aspectos econômicos do município, destaca sua produção predominantemente agrícola enumerando os tipos de culturas produzidas: algodão, milho, arroz, feijão e café, além da grande quantidade de madeiras, suínos, de peles e animais diversos. Anunciava também que a produção de trigo se iniciava naquele momento e que ali se plantava batatas e alfafa, bem como todo e qualquer tipo de árvore frutífera. Exaltava que estas brotavam “vigorosamente” e produziam “*muito mais que em qualquer outra zona agrícola*”, pois suas terras podiam “*servir de adubo às terras cançadas e estereis, pois são as terras mais ferteis do mundo*” (GOMES, 1938, p. 9 e 11).

Pela fotografia publicada no Álbum era possível demonstrar imgeticamente a fertilidade da terra, veiculada no material de divulgação do município:

Figura 5: CAFEZAL DE 4 ANOS.



Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 9.

---

<sup>47</sup> O autor do Álbum, Adriano Marino Gomes, era o Secretário da Prefeitura (GOMES, 1938, p. 11) e o mesmo foi composto e impresso na Typographia do “Paraná-Norte”, o primeiro jornal de Londrina.

O trabalhador junto ao cafezal contrasta com o tamanho dos pés de café, com quatro anos de plantio. Indica também o vigoroso crescimento que as terras férteis proporcionavam à lavoura. Ao fundo do cafezal vê-se a área desmatada e a floresta a ser derrubada no horizonte.

O Álbum apresenta, também, os aspectos geográficos e estatísticos (solo, clima, relevo, hidrografia, limites territoriais e população) e os meios de transporte (quantidade e tipo de veículos, arrecadação de passageiros e de fretes ferroviário, vias de comunicação como ferroviária, estradas de rodagem, aeroporto). Sobre o escoamento da produção, assinala que o principal destino dos produtos era a “praça de São Paulo”.

Além disso, traz dados sobre os serviços públicos das esferas federal, estadual e municipal encontrados na cidade, como coletorias federal e estadual, judiciário, luz elétrica, matadouro, aeroporto, cemitérios, religião, segurança pública, saúde pública, etc. Descreve, também, os povoados recém-criados que, posteriormente, tornaram-se municípios.

Há muitas propagandas de estabelecimentos de vários segmentos do comércio, serviço e indústria: farmácias, armarinhos, tecidos, calçados, louças, ferragens, móveis, eletrodomésticos, “secos & molhados”, açougue, concessionária de automóveis e caminhões, empresa de transporte, oficina mecânica, hotéis, bancos, companhia de seguros, escritórios jurídico, de contabilidade, de engenharia civil e construtores empreiteiros, além de profissionais liberais como médicos e advogados; indústria de artefatos de madeira, máquinas de beneficiamento, moinhos, torrefação de café, serrarias, olarias e etc.

Ademais, o Álbum traz informações sobre aspectos sociais e culturais (associações, educação, religião, lazer – cinema) e aspectos políticos, com uma nota sobre o governo do município, onde se vê um clichê retratando o prefeito Willie Davids. Traz dados sobre os serviços público em geral, seja municipal ou de outras esferas (instrução, higiene, cemitério, matadouro, irrigação de ruas, coletorias, estadual e federal, agência postal, segurança pública, luz elétrica, água encanada, assistência médica e odontológica, etc).

A página 21 do Álbum é dedicada às informações detalhadas acerca da instalação da Comarca de Londrina, que abrangia os municípios de Londrina e Sertanópolis, ocorrida em 27/01/1938. Cita as autoridades presentes no evento e transcreve a reportagem publicada no jornal "Paraná-Norte" de nº 172, que descreveu os discursos realizados pelo Juiz de Direito e pelo Interventor do Estado.

Ao final da solenidade, o Juiz de Direito abriu a palavra a "alguém do povo" que quisesse expressar a "opinião popular sobre o ato". Em nome da cidade, falou o jornalista e diretor do jornal “Paraná Norte”. Agradeceu ao Interventor Federal do Estado, Manoel Ribas,

pelo decreto de criação da Comarca de Londrina, que foi um “ato de justiça”, “que veio ao encontro a uma das maiores aspirações da população honesta e laboriosa desta terra que *reune num grande amplexo brasileiros de todos os Estados e estrangeiros de todos os paizes* [grifo nosso]”. Vale lembrar que amplexo significa abraço.

É interessante notar a maneira como o jornalista exalta a convivência fraterna entre os diferentes, nacionais ou estrangeiros, ao qualificar a população local. Tal entusiasmo indica uma intenção em transmitir, enfaticamente, a existência de harmonia, naquela *Terra da Promissão*, entre aqueles que podiam ser diferentes na origem geográfica, mas semelhantes no comportamento ético e no trabalho. Destaca-se que ter uma Comarca no município representava fortalecer tanto os poderes locais, quanto a segurança pública; bem como assegurar a manutenção da ordem e um acesso mais facilitado à Justiça. Até então, Londrina pertencera às Comarcas de Tibagi, de São Jerônimo e depois Jataí (BRANCO; MIONI, [1960], p. 12).

Figura 6 – INSTALAÇÃO DA COMARCA DE LONDRINA – 1938.



AUDIÊNCIA da instalação da comarca de Londrina, no dia 27 de janeiro de 1938, com a presença do Interventor Federal, sr. Manoel Ribas, o 1.º Juiz de Direito da comarca e mais autoridades civis

Fonte: BRANCO, G; MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata. 1934-1959. Documentário Histórico*. Londrina: Revista Realizações Brasileiras: [1960], p. 29.

Segundo o Álbum de 1938, a "verdadeira fundação" de Londrina ocorreu em 1931. No entanto, desde 1930, foram chegando os “primeiros compradores de terras e colonos alemães e japoneses”. Estes, percebendo o “valor daquellas e o notavel desenvolvimento da zona, foram chamando parentes, amigos e conhecidos avolumando-se em pouco tempo a população do actual Município”. Em decorrência do “progresso rápido” de Londrina e região, foram se formando os “novos povoados que, com o amparo da Cia. de Terras, se transformaram em



pouco tempo nas esplendidas cidades” de Cambé, Rolândia e Arapongas (GOMES, 1938, p. 3 e 4).

### **2.3. AS GENTES.**

Londrina possuía, na época, uma superfície territorial de 923.117 alqueires de 24.200 metros quadrados, dos quais aproximadamente 50% estiveram sob o controle da CTNP (Ver Mapa I, em anexos). A população, em 1938, totalizava aproximadamente 32.000 habitantes, sendo que no recenseamento de 1937 a quantidade da população rural era de 18.890 habitantes e a população citadina de 10.200 habitantes (GOMES, 1938, p. 9).

A relevância do Álbum de 1938, como fonte para a presente pesquisa histórica, constitui-se na medida em que traz consigo vários elementos que reforçam a construção da ideia de espaço multiétnico e *harmonia entre as raças*, sobretudo, entre os proprietários dos lotes de terras comercializados pela CTNP. A sua última página enfatiza esta questão, trazendo os seguintes dados:

**Tabela 03: QUANTIDADE DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA ATÉ DEZEMBRO DE 1938.**

<b>Nacionalidades</b>	<b>Quantidade</b>
Brasileiros	1.823
Italianos	611
Japonezes	533
Alleães	510
Hespanhóis	303
Portuguezes	218
Polonezes	193
Ucráinos	172
Húngaros	138
Tchecos-Slovacos	51
Russos	44
Suissos	34
Austriacos	29
Lithuanos	21
Yuguslavos	15
Rumenos	12
Inglezes	7
Syrios	5
Argentinos	5
Dinamarquezes	3
Australianos	2
Norte-Americanos	2
Suecos	2
Francezes	2
Bulgaros	2
Belgas	2
Liechteinsteonianos	2
Lethos	2
Norueguez	1
Indiano	1
Estoniano	1
<b>Total de proprietários</b>	<b>4.746</b>

Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 76.

Como se pode deprender do quadro acima, os nacionais apresentam-se como o maior grupo, sem, no entanto, constituírem-se em maioria no conjunto dos proprietários, pois sua participação era aproximadamente de 35%.

Ainda que não exista material empírico quantitativo que comprove a composição multirregional da população nacional, as fontes memorialísticas e historiográficas – baseadas em análises de fontes qualitativas, oficiais e privadas de época – consagram tal assertiva, destacando-se particularmente o material de propaganda e os relatórios da companhia. Tal observação torna-se importante no sentido da formulação de uma hipótese de que o grupo

nacional, nas primeiras décadas, ou seja, no período estudado, não tinha um projeto hegemônico para a região, o que na certa repercutiria nas relações interétnicas. Há que se considerar, ainda, que muitos desses proprietários de nacionalidade brasileira eram descendentes dos imigrantes que compunham os grupos étnicos de origem, principalmente, europeia e asiática. Pertenciam, portanto, aos respectivos agrupamentos de nacionalidades da qual ascendiam.

Com relação ao conjunto de proprietários estrangeiros, evidencia-se a complexidade do mesmo. Os tradicionais imigrantes mediterrâneos que, desde a grande imigração do último quartel do século XIX, constituíam-se no maior contingente, representavam-se pelos italianos, espanhóis, e, naturalmente, pelos portugueses que sempre se fizeram presentes em todas as regiões e em todos os períodos. Da mesma forma, os imigrantes do leste europeu, que também afluíram em menor monta naquela conjuntura, eram representados pelos alemães, poloneses, ucranianos e húngaros.

Finalmente, os japoneses, cuja imigração oficial para o Brasil se iniciou apenas no final da primeira década do século XX, aparecem com destaque, constituindo-se em segundo grupo numérico, 533, abaixo apenas dos italianos, em número de 611, e acima dos alemães, cujo grupo comportava 510 elementos.

Torna-se relevante a observação de que, no caso dos japoneses, ainda que uma parte de seu contingente viesse diretamente do Japão, a maioria era constituída de imigrantes oriundos da lavoura cafeeira paulista, pequenos poupadores, estimulados a adquirirem seu pedaço de terra no Paraná, tendo em conta, não apenas seu preço baixo, mas também suas condições de financiamento.

A ideia de multietnicidade e harmonia entre os diferentes grupos étnicos são explícitas no texto que acompanha a lista de quantidade de proprietários de terras até o final do ano de 1938, sob o título:

#### **TRINTA E UMA NACIONALIDADES.**

Nesta terra em que não há saúvas, os homens trabalham como ellas, num labor contínuo e organizado.

Luctando contra as interminas e régias florestas, os agricultores aproveitam a vitalidade de seus musculos para fazer grandes derribadas de agrestes mattas, semeando em seguida o chão fértil, e de tal modo, preparam o futuro para o merecido descanso no inverno da vida.

Reza a historia sacra que quando a humanidade em sua maior expressão de ambição e vaidade, tentou alcançar os céos por meio de elevadissima e engenhosa torre, que tomou a denominação de Babel, Deus para castigar essa peccadora humanidade, fez com os sacrilegos constructores não mais se entendessem, dando um idioma differente a cada um, impedindo assim, os proseguinto daquella obra. Entretanto, no bemdito sólo londrinense, nas roxas terras destas paragens, *homens de 31*

*nacionalidades diversas, confraternizados, se compreendem perfeitamente* [grifo nosso] na colaboração do rude trabalho agrícola, cooperando dessa forma para o engrandecimento da *terra de promessa* [grifo nosso] que é esta região paranaense, cujo contínuo e formidável desenvolvimento, não é de modo algum tolhido pelo Todo-Poderoso; ao contrario, recebe as bênçãos do Senhor que nos fez a dadiva desta terra fecunda, e que reuniu neste canto da patria brasileira, homens de boa vontade, *de todas as raças* [grifo nosso], de todos os credos e cuja unica ambição é a de progredir pela labuta honesta e aqui se fixar com a nobre finalidade - TRABALHAR E PRODUZIR - (GOMES, 1938, p. 76).

A mensagem transmitia que nessa localidade havia uma democracia racial e religiosa, uma convivência harmoniosa entre os diferentes grupos étnicos, enfim, uma imagem de que viver neste pedaço de terra estava próximo de um paraíso terrestre, a *Terra de Promissão*.

Na mesma página do texto intitulado “Trinta e uma nacionalidades”, acompanha a fotografia, abaixo ilustrada, na qual se vê, no primeiro plano, homens trabalhando na lavoura. Ao fundo, vê-se a floresta nativa da mata atlântica.

**Figura 7: “CEIFA DO TRIGO NO MUNICIPIO DE LONDRINA”.**



Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 76.

O Álbum de 1938, como um todo, é ricamente ilustrado, com vários clichés que retratam a paisagem urbana e rural. Apresentando as muitas vantagens em se viver no norte do Paraná, pretendia decerto chamar a atenção de imigrantes de outras nacionalidades, pois ao destacar a reunião de várias etnias no mesmo local, oferecia ao adquirente a possibilidade de

se agruparem, de viver próximo dos seus pares. Um importante e potencial mercado de compradores dos pequenos lotes estava bem próximo, no Estado ao lado. Eram os trabalhadores das fazendas paulistas, sobretudo, imigrantes europeus que vieram para a lavoura cafeeira paulista, com passagens subsidiadas. A esta altura da trajetória de vida desses imigrados, muitos já tinham recursos financeiros suficientes para este tipo de investimento.

As propagandas feitas particularmente entre parentes, amigos e conhecidos dos primeiros compradores de terras da CTNP, como indicou Gomes (1938, p. 3 e 4), bem como as veiculadas na imprensa periódica e nos álbuns oficiais, certamente, contribuíram para que o empreendimento da companhia tivesse êxito.

Além disso, destaca-se a ação dos agentes da CTNP, os corretores imobiliários. Alguns lidavam com uma clientela específica, pois sendo estrangeiros, relacionavam-se diretamente com alguns grupos étnicos. O domínio da língua estrangeira do comprador decerto facilitava as negociações na hora da transação imobiliária.

Um exemplo que se pode indicar é o de Eugenio Brugin, de origem italiana. A página 31 do Álbum de 1938 é dedicada às informações sobre suas qualificações e atividades como chacareiro bem sucedido no município. Traz também um cliché que divulga sua atividade como agente autorizado da Cia. de Terras Norte do Paraná. Uma nota de página inteira como esta lhe assegurava, certamente, maior credibilidade junto aos imigrantes italianos e seus descendentes.

Figura 8: EUGENIO BRUGIN - AGENTE DE VENDAS DA CTNP.



Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 31.

Outro exemplo que encontramos no Álbum de 1938 é a propaganda de Antonio José Raio, de origem portuguesa, como agente autorizado da CTNP. Na mesma página encontra-se a propaganda do Hotel Raio, de sua propriedade em Rolândia, enfatizando a qualidade dos serviços e a culinária portuguesa.

Figura 9: ANTONIO JOSÉ RAI0 – AGENTE DE VENDAS DA CTNP.

**Hotel Raio**

Situado no ponto mais central de Rolândia, próximo à Estação Ferroviária e ao lado do escritório da C. T. N. P.

QUARTOS DE PRIMEIRA ORDEM — COSINHA À PORTUGUEZA

**Propriedade de ANTONIO JOSE' RAI0**

Diarias de 10\$000 a 12\$000 — Pensionistas por mez, 200\$000

O hotel é dirigido pelo proprietário e sua família

**ROLANDIA** - Estado do Paraná - Caixa Postal, 1

**Antonio José Raio**

Agente autorizado para venda de terras da Cia. de Terras Norte do Paraná

As melhores terras roxas, que produzem café, algodão e todos os cereaes

Os interessados poderão dirigir-se por carta para

Caixa Postal N.º 1

ou pessoalmente no escritório sito no

**HOTEL RAI0**

**ROLANDIA - Est. do Paraná**

Estrada de Ferro São Paulo-Paraná

Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 62.

Havia também outros agentes da Companhia de Terras relacionados a grupos étnicos, como o vendedor de terras de origem japonesa Hikoma Udihara. De fato, uma personalidade importante para a história da imigração japonesa em Londrina e região, cuja trajetória será tratada adiante.

No Álbum de Londrina, de 1941, Hikoma posa para a fotografia em seu habitual traje, de botas e calça montaria, chapéu, paletó e gravata, defronte à sua residência, em Londrina.



**Figura 10: HIKOMA UDIHARA – AGENTE GERAL DA SEÇÃO JAPONESA**



Fonte: Álbum Londrina 1941, p. 67. Edição fac-similar. In: YAMAKI, Humberto. *Lembranças e deslembranças: álbum Londrina 1941*. Londrina: Edições Humanidades, 2008. p. 89.

Além dos vendedores de terras, relacionados diretamente aos grupos étnicos, que contribuíram para que a região de Londrina se tornasse um polo de atração de pessoas de diferentes nacionalidades, houve também outras importantes ações desenvolvidas pela direção da CTNP e da Paraná *Plantation*, sediada em Londres. Um exemplo foi a fundação da Colônia Gleba Roland, que se deu por iniciativa da Sociedade para Estudos Econômicos do Ultramar, do governo alemão. Visava procurar lugares que fossem bons para a colonização alemã na América Latina (SOARES, 2012, p. 68).

Assim, tal Sociedade “contratou Oswald Nixdorf, um agrônomo com larga experiência em agricultura tropical, em 1932 este se dirigiu ao norte do Paraná a fim de conhecer o empreendimento colonizador inglês” (Idem, p. 68). Após a verificação e entendimentos com a empresa britânica, os lotes passaram a ser vendidos na Alemanha. Nixdorf emigrou e se estabeleceu, formando “a *Granja Nixdorf*, onde foi construído um rancho de palmitreiro para acomodar provisoriamente os primeiros colonos que se dirigissem à Gleba Roland (Idem, p. 69).

Em 1932, foram vendidos onze lotes. A partir do ano seguinte, as vendas, envolvendo a CTNP e a Sociedade de Estudos Econômicos do Ultramar, aumentaram consideravelmente (Idem, p. 69). Muitos dos imigrantes alemães eram judeus que fugiam de perseguições

políticas e do nazismo<sup>48</sup>. Em 1936, a Sociedade de Estudos Econômicos do Ultramar foi incorporada pela Sociedade para o Assentamento no Estrangeiro – *Gesellschaft für Siedlung im Ausland* – GSA.

No final da década de 1930, a Caritas e a Sociedade São Rafael, ambas entidades católicas, passaram a auxiliar a emigração, para Rolândia, de judeus alemães “eufemisticamente denominados *católicos não arianos*”<sup>49</sup> (Idem, p. 83). Além dos imigrantes alemães judeus e não-judeus, havia também os imigrantes alemães e descendentes provenientes dos núcleos coloniais surgidos no século XIX, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “Estes teuto-brasileiros, por sinal, eram importantes para a colônia, porque segundo as leis brasileiras, em cada nova colônia de imigrantes, deveria estabelecer-se um certo percentual de pessoas com cidadania brasileira” (KOCH-WESER<sup>50</sup>, 1986 apud SCHWENGBER, 2003, p. 59). Este percentual refere-se às disposições impostas pelo Estado Novo, do governo de Getúlio Vargas, que visavam à adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros ao meio nacional.

Ainda sobre o Álbum de 1938, Arias Neto (2008, p. 56), ao analisá-lo, afirmou que as imagens criadas enaltecem as três empresas britânicas, por se constituírem, conforme mensagem transmitida no álbum, num exemplo de operosidade, criadora e propulsora do grande progresso do magnífico município de Londrina, cuja história estaria para sempre relacionada ao destino do admirável trio empreendedor britânico.

Com isto, tal identificação procura dar força à “legitimidade do empreendimento liberal junto ao Estado Novo, trazendo implicitamente a mensagem de que qualquer prejuízo àquelas empresas representa um prejuízo à coletividade londrinense e,” conseqüentemente, ao Paraná e ao Brasil. Para além da identificação entre a tríade britânica, a cidade e a região, “o eixo ideológico da publicação, desdobra-se ao promover a identidade de interesses entre a prefeitura local, o Estado Novo e o grande progresso da cidade”; na medida em que ao mencionar os dados sobre as realizações do prefeito, no que concerne às melhorias e implementação de serviços públicos, Davids aparece no mesmo plano político que Manoel

---

<sup>48</sup> A partir de 1934, uma rede auxílio aos perseguidos do regime, especialmente sindicalistas e judeus, foi articulada na Alemanha, sob a proteção da Igreja Católica. Com um representante da CTNP em Berlim, estabeleceu-se uma “Permuta de Interesses sob a forma de uma triangulação, para assim contornar a proibição de saída de capital alemão do país, o que dificultava a aquisição de terras no exterior”. A Permuta de Interesses consistia em adquirir ferro e materiais ferroviários, produzidos na Alemanha, pelo interessado de ascendência judia, que os vendia à CTNP. Esta, então, outorgava-lhe um “vale-terra que dava direito à posse de uma propriedade na Gleba Roland” (SOARES, 2012, p. 73).

<sup>49</sup> Sobre a travessia dos alemães judeus refugiados do nazismo, da Europa para Rolândia, ver Soares (2012).

<sup>50</sup> Geert Koch-Weser, filho de Erich Koch-Weser, que foi ministro da justiça na Alemanha (1928-1930) e diretor da Sociedade para Estudos Econômicos do Ultramar, quando esta foi criada. Ambos imigraram para Rolândia na década de 1930. Para mais informações, ver SCHWENGBER, 2003 e SOARES, 2012.



Ribas, o interventor Federal do Estado do Paraná. A este, Davids é “identificado no tocante aos interesses administrativos, bem como no caráter e nas qualidades pessoais para o desempenho das funções públicas”. Logo, o prefeito é “o exemplo de homem ideal para a consolidação do Estado Novo” (ARIAS NETO, 2008, p. 56).

As imagens acabam por gerar um jogo de identificações que associa

a CTNP, o município e o Estado Novo em torno do ideal de paz social, trabalho e progresso econômico, no caso, identificado à riqueza agrícola cuja fonte primordial é o trabalho na terra. O *Álbum* de 1938 constitui-se, pois, em um *locus* privilegiado, para se perceber como as imagens da Terra da Promissão constituem o jogo acima citado (ARIAS NETO, 2008, p. 56-57).

Além disso, o referido *Álbum* é importante por reforçar a imagem construída acerca da “harmonia entre as raças”, por sua vez, constitutiva da representação de Terra da Promissão. Certamente, aquela imagem colaborou para que pessoas e grupos de diferentes nacionalidades afluíssem para aquela localidade.

Os dados referentes aos compradores de terras e respectivas nacionalidades parecem indicar, neste período, a existência de uma população cuja composição era matizada de características multiétnicas.

Em outubro de 1939, a CTNP anunciava, em propaganda de jornal, que, até aquela data, a Companhia havia vendido 56.200 alqueires a quase 5.000 compradores, e que a população rural do município de Londrina, em 31/12/1938, totalizava 22.650 habitantes (PARANÁ-NORTE, 15/10/1939, p.6).

No retrato abaixo elaborado pelo fotógrafo José Juliani, na década de 1930, observa-se integrantes do grupo japonês ao lado de pessoas de outras etnias, por ocasião da safra e escoamento da produção de algodão.

Figura 11: SAFRA DE ALGODÃO NA LONDRINA DA DÉCADA DE [1930].



Fonte: Acervo de fotografias do CDPH/UEL.

Quanto à imagem *Terra de Promissão*, para Arias Neto (1998, *passim*), era lastreada em elementos como: fertilidade do solo, abundância de madeiras, fácil acesso à pequena propriedade, títulos seguros, igualdade de oportunidades àqueles que se dispuserem a trabalhar, cidades planejadas e modernas; além disso, essa imagem reverberava-se por meio da propaganda em todo o território nacional.

Desta forma, a CTNP tinha por objetivo, além de atrair compradores de terras, “contrapor-se e acomodar-se ao Paranismo, ideologia regionalista das elites paranaenses (*especialmente da capital*) – construindo uma positividade, decorrendo daí a ideia do norte-paranaense”.

A partir de então, as imagens geradas transmitem a ideia de que o empreendimento da companhia alcançou êxito em virtude da ação desbravadora dos homens da CTNP, que transformou “o empreendimento privado em missão de interesse público”, e promoveu “o progresso econômico e bem-estar social do Paraná e da sociedade brasileira, legitimando, pois, o monopólio da CTNP sobre vasta área no norte do Estado” (ARIAS NETO, 1998, p. 76-77).

Em consonância com a perspectiva de Arias Neto, em recente balanço sobre a historiografia norte-paranaense, Sonia Adum (2008, *passim*) destaca, criticamente, o “discurso da felicidade” que se reproduz nos textos escritos, entre as décadas de 1930 a 1970, sobre a história de Londrina e região. Segundo ela, há uma “exaltação” recorrente que qualifica o “norte do Paraná como a Terra da Promissão, o Eldorado, a nova Canaã” e demais adjetivos relacionados por aquele autor.

Esses escritos emitem a mensagem de pacífica ocupação e construção do território, como se o capital e seus agentes tivessem ocupado os espaços de maneira natural e tranquila (ADUM, 2008, p. 4 e 5), ou seja, sem conflitos. Ao longo daquelas décadas, essa historiografia, além de consolidar aquelas representações de “exaltação”, produziu “uma ideia do pioneiro, ora identificado aos bandeirantes paulistas dos séculos XVI e XVII, ora aos que chegaram primeiro, que derrubaram as matas e construíram as primeiras edificações”. Ademais, trazem consigo uma memória comum sobre a cidade, que parece atribuir valores de heroísmo à ação empreendedora, baseada na livre iniciativa, comandada pela CTNP (ADUM, 2008, p. 8).

Na década de 1980, ocorre uma visível modificação na escrita dessa historiografia a partir do início de um processo de releitura da história local e regional, que buscou inseri-la num contexto maior, de história nacional, e ainda “estabelecer uma relação mais crítica a respeito do processo de colonização e seus atores” (ADUM, p. 13).

A mesma autora da revisão historiográfica já mencionada (ADUM, 2008) assinala a obra do jornalista José Joffily (1985), “Londres Londrina”, como sendo uma das primeiras a analisar criticamente o material de propaganda e as fontes referentes à CTNP.

Joffily relacionou o surgimento da “CTNP com a vinda da Missão Montagu ao Brasil, em 1923, vinculando, ainda, a presença dessa missão ao imperialismo britânico, deixando evidente tratar-se de uma imposição dos credores ingleses ao governo do Brasil”. Da mesma forma, apontou também algumas consequências negativas do processo colonizador, como a destruição da natureza e o extermínio dos índios Coroados (ADUM, p. 13 e 14).

Em trabalho acadêmico posterior, Rogério Ivano, ao analisar a obra e algumas das mesmas fontes daquele autor<sup>51</sup>, confirma aquela avaliação. Detalha que, em 1923, os jornais ingleses anunciavam que uma missão de distintos cavalheiros do “mundo da indústria, finanças e economia estava a caminho do Brasil a fim de investigar as capacidades produtivas do país para a aplicação de capitais ingleses”. Segundo Ivano, “em meio às críticas e ao fervor

---

<sup>51</sup> José Joffily, em vida, doou ao CDPH da UEL todas as fontes coletadas que utilizou para escrever o livro “Londres Londrina”. Tais documentos estão disponíveis para consulta.

nacionalista”, Joffily buscou demonstrar que a presença dos financistas ingleses era “uma extensão do colonialismo a que o país estava submetido”, em virtude de sua grande dívida com os bancos ingleses. E que “oportunamente, membros da missão interessaram-se pelo negócio de terras no Paraná, organizando a colonização no norte do Estado” (IVANO, 2000, p. 155).

É possível supor que a “Missão Montagu”<sup>52</sup>, que chegou ao Rio de Janeiro no final de 1923 representando a coroa britânica, tinha outro importante objetivo, que era sondar como o Brasil poderia saldar suas dívidas, tendo em vista que dos 180 milhões de libras que o país devia, 140 milhões tinham os ingleses como credores – conforme os jornais da época calculavam. Em 1924, após os três primeiros meses de trabalho nos escritórios do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, da Associação Comercial e do Banco do Brasil, a missão<sup>53</sup> produziu um relatório constatando “o desastre financeiro que pairava sobre a nação”, chegando a propor a venda do Banco do Brasil (IVANO, 2000, p. 157 e 158).

No entanto, nada assegurava que as recomendações constantes no relatório fossem acatadas pelas autoridades brasileiras. Os ingleses sabiam que quanto mais presentes estivessem no mercado brasileiro, mais chances teriam das dívidas serem salgadas. “Era preciso auxiliar o país em seu desenvolvimento, era preciso criar condições para a livre entrada de capital britânico em terras tropicais” (IVANO, 2000, p. 159 e 160).

E o relatório da Missão Montagu trazia consigo um entusiasmo acerca das potencialidades do Brasil, já que naquela década havia extensas áreas de terras devolutas e férteis, que atendiam às expectativas dos oportunos projetos ingleses. Sugeria, também, a difusão de “facilidades ferroviárias”, pois os peritos “sabiam da importância delas para assegurar seus investimentos, projetar suas rendas e promover seu padrão de desenvolvimento para o Brasil”. Segundo o relatório, o fato de existir terras férteis tornava seguro investir nas estradas de ferro, necessárias ao escoamento da produção agrícola, ao transporte de minérios e passageiros, possibilitando-se a aplicação de novos capitais (IVANO, p. 161-164).

Logo após retornarem à Inglaterra, um dos *experts* que integrava a Missão, Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat, juntamente com outros investidores, fundou a Brazil Plantation Syndicate. Lord Lovat era emissário dos banqueiros da família Rothschild, para quem o Brasil devia. Tinha experiência em cotonicultura e era representante da Sudan Cotton Plantations Syndicate, e se interessava pelo plantio de algodão e pela exploração de madeiras-de-lei. Era

---

<sup>52</sup> Assim denominada em referência ao “Distinto e Honorável Edwin Samuel Montagu”, que compunha a missão, juntamente com Sir Addis, Lord Lovat, Hartley Withers, entre outros.

<sup>53</sup> Nesse período a missão também realizou viagem a São Paulo e Paraná.

agrimensor, conhecimento útil para a elaboração de um plano de loteamento e colonização. Talvez, por essas qualidades e interesses, Lord Lovat tenha percorrido o interior de São Paulo alcançando o norte do Paraná, onde pode verificar a fertilidade das terras.

Após a Brazil Plantation ser criada, os negócios logo se desenvolveram. No ano seguinte, as aspirações de se plantar algodão foram deixadas de lado e a Paraná Plantation foi organizada. Esta tinha o intuito de lotear e colonizar as terras. E foi assim, que ainda no mesmo ano, foi organizada a CTNP, subsidiária daquela, como já mencionado anteriormente (IVANO, 164 e 166).

No decorrer do tempo, um mito foi se construindo em torno da CTNP. E essa ideia se disseminou por toda a sociedade sustentada pelo discurso da “referida empresa sobre si mesma”, baseada em quatro elementos fundamentais, como diz Nelson Tomazi:

a) a sua atuação trouxe o progresso e a civilização ao norte do Paraná; b) embora seja privada, sua atividade deve ser considerada de interesse público; c) sua atuação foi possível devido aos empreendedores: os pioneiros e finalmente, d) sua ação é exemplo pioneiro de Reforma Agrária (TOMAZI apud ARIAS NETO, 1998, p.43).

O discurso da CTNP, segundo Tomazi, busca esconder os objetivos da empresa, que, em última instância, é a “obtenção de lucros o mais rapidamente possível” (TOMAZI apud ARIAS NETO, 1998, p. 43).

Outra importante crítica que Tomazi (1999, passim) faz em trabalho mais recente, diz respeito à existência de um “vazio demográfico” junto à “mata virgem” da região, enfatizada na maioria das descrições. Tais escritas não consideram a existência dos habitantes indígenas, que viviam no local há vários séculos, tal como demonstram os estudos de Lúcio Mota e Francisco Noelli<sup>54</sup>.

A construção desta ideia de “vazio demográfico” foi elaborada por diversos agentes, tais como: empresas imobiliárias colonizadoras; escritores locais, que imprimem um discurso apologético em torno da colonização; discursos governamentais; geógrafos que descreveram o processo de ocupação da região entre as décadas de 1930 e 1950; a historiografia acadêmica paranaense e os livros didáticos que, recorrendo a essas fontes, reproduzem essa ideia no ensino fundamental: que as terras inabitadas aguardavam a ocupação dos pioneiros, desbravadores da “mata virgem” (MOTA e NOELLI, 1999).

---

<sup>54</sup> Para esta questão ver MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. IN: *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Org.: Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves. Maringá: EDUEM, 1999. Para maiores detalhes sobre essa discussão, ver MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang*. Maringá: EDUEM, 1994.

Esse discurso de ocultação do real, isto é, de que existiam habitantes indígenas, que chegaram há 10.000 anos na região, parece querer indicar um processo de “colonização pacífica e harmoniosa”, quando na verdade a “limpeza” do território foi marcada pela violência. Tal como se caracterizaram as invasões e as conquistas de território nos séculos anteriores (MOTA e NOELLI, 1999, p.50).

Tomazi (1999, p. 72) sinaliza, ainda, que a violência, silenciada nas narrativas, esteve muito presente não só na ação contra posseiros ou caboclos, fixados nas terras antes do empreendimento colonizador, mas também no cotidiano das cidades, sendo os conflitos resolvidos pelo recurso à força. Tanto a CTNP, quanto outras companhias colonizadoras, tinham uma “guarda particular” e contratavam “jaguços”, conhecidos como “limpa-trilhos” ou “quebra-milho”, para *limpar* as terras compradas. Segundo o pesquisador, não há muitos indícios escritos. Muito do que se sabe, parece provir de fontes narrativas, “(...) a maioria querendo que eles sejam esquecidos”<sup>55</sup>.

Por outro lado, é possível reafirmar que a construção do “discurso da felicidade”, mencionado por Sonia Adum, certamente também ocorreu para contrapor, sobrepor e esmaecer qualquer imagem negativa que pudesse existir em torno da CTNP, tanto em nível estadual, quanto nacional.

A ação dos empreendedores britânicos foi observada e criticada por segmentos da sociedade estadual, como intelectuais, autoridades públicas, ervateiros e madeireiros, próximos da capital Curitiba. No período em que o governo do Paraná negociava com os ingleses, nos anos de 1920, “fora acusado de dilapidar o patrimônio estadual, colocando em mãos de ‘sindicatos estrangeiros’ vasta extensão de terra fértil a preços irrisórios” (JOFFILY<sup>56</sup> apud IVANO, 2000, p. 186).

---

<sup>55</sup> Esse processo de exclusão iniciado contra os indígenas e o caboclo, no começo da colonização, vai atingir no decorrer do tempo também o colono, os trabalhadores volantes e até mesmo o pequeno proprietário. Até a década de 1960, esses personagens serviram para auxiliar o processo de (re)ocupação da região e seu desenvolvimento econômico. A partir da década de 70, com a mudança na configuração da zona rural, ocasionada pela desagregação da economia cafeeira e pela mecanização da agricultura monocultora, não era mais necessária a mesma quantidade de mão-de-obra empregada no período anterior. Houve o consequente êxodo rural e o inchaço na periferia da cidade. Muitos foram empurrados para as novas frentes pioneiras, levados pela crença de um “Novo Eldorado” que pudesse estar, talvez, no Mato Grosso, Rondônia ou Paraguai. Para boa parte daqueles que aqui permaneceram, não restou outra alternativa senão a de tornar-se “bóias-frias”, isto é, continuar trabalhando na zona rural, sob empreitada, morando na periferia da zona urbana e tendo que se deslocar diariamente. Muitos dos pequenos proprietários que perderam suas terras também se tornaram trabalhadores volantes (TOMAZI, 1999, p. 81-84). Observando a evolução da população residente do Município de Londrina (ver Quadro 1 nos Anexos), é possível constatar o crescimento vertiginoso da população urbana em relação ao percentual de habitantes da zona rural, denotando as novas formas de trabalhar a terra, que fixa menos homens no campo.

<sup>56</sup> JOFFILY, J. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Outro episódio polêmico envolvendo a ação da companhia inglesa aconteceu no início de 1934. Trata-se da repercussão negativa que houve após vários jornais do país noticiarem que o governo federal havia aprovado a entrada de centenas de famílias assírias no Brasil (IVANO, 2000, p.186).

Em 1932, numa tentativa de ajudar vinte mil refugiados assírios a saírem do Iraque, a Liga das Nações e a Agência Internacional Nansen para Refugiados intermediaram a vinda desse grupo ao país junto ao governo brasileiro. A Paraná Plantation, da qual a CTNP era subsidiária, propôs um plano de assentamento de tais famílias numa área extensa de terras no norte do Paraná, a aproximadamente sessenta quilômetros de Londrina. Vale lembrar que naquele momento o processo de (re)ocupação promovido pela CTNP encontrava-se no seu início. Embora o governo já tivesse se recusado a ajudar refugiados anteriormente, a Liga das Nações tinha expectativa que os assírios fossem reassentados no Brasil (LESSER, 2001, p.117 e 118).

Inicialmente, o governo Vargas viu vantagens em receber os refugiados, pois contribuiriam para o povoamento de uma área de expansão de fronteiras agrícolas. Ademais, o fato de serem católicos compatibilizava com o anseio do governo em reforçar a constituição de uma sociedade brasileira mais católica. Num esforço para obter êxito numa petição junto ao Ministério do Trabalho, Arthur Thomas, representante da Paraná Plantations e Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, chegou a qualificar o grupo como sendo “de raça ariana, sem quaisquer características semitas ou árabes” (LESSER, 2001, p. 118).

A política imigratória era subordinada aos ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores. Conforme Jeffrey Lesser (2001, p.119), é provável que José Carlos de Macedo Soares, dirigente do Itamaraty<sup>57</sup>, fosse a favor da entrada dos assírios por “ser proprietário de terras vizinhas às fazendas da Paraná Plantations, que seriam valorizadas com o povoamento da área”. Já o Ministério do Trabalho, para consentir a imigração daquele grupo, em janeiro de 1934, colocou as seguintes condições à Liga das Nações:

“1) o Brasil não teria nenhuma responsabilidade financeira; 2) eles deveriam ser todos agricultores; 3) os assírios deveriam vir em grupos de quinhentas famílias, e cada grupo deveria estar assentado antes da chegada do próximo; e 4) a Liga das Nações e a Paraná Plantations assumiriam a responsabilidade da repatriação, caso a colônia não tivesse êxito” (LESSER, 2001, p. 119).

---

<sup>57</sup> Agência que trata das Relações Exteriores no Brasil.

Nota-se aí uma “ausência de referências a etnicidade, religião ou raça. Na linguagem oficial, os assírios eram imigrantes desejáveis” (LESSER, *idem*).

Com grandes possibilidades de cumprir as referidas condições<sup>58</sup>, a Liga das Nações, no começo do ano de 1934, anunciou na imprensa britânica que o Brasil estava preparado para receber os refugiados. Pouco depois, divulgou o agradecimento ao governo brasileiro por aceitar abrir seu território de forma generosa. Ao chegarem tais notícias da imprensa britânica no Brasil, houve protestos e ríspidas críticas foram veiculadas em vários jornais do país, como já mencionado anteriormente.

Mesmo com o envio de uma comissão especial ao Rio de Janeiro, para tentar contemporizar e melhorar a má impressão criada em torno do assunto, “a Liga das Nações transformou-se num alvo constante dos ataques da imprensa”. Esta ressaltava os interesses próprios dos britânicos, ao mesmo tempo em que sugeria a eles que fossem abrigar os assírios “nos milhões de quilômetros quadrados” que formavam o império britânico, já que estavam tão interessados em encontrar um refúgio para aquele grupo (LESSER, 2001, p. 119-121).

As negociações, entre a comissão da Liga e os representantes dos ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores, chegaram a avançar em alguns pontos, como a possibilidade dos assírios terem suas próprias escolas, sob a condição de que a língua portuguesa fosse ensinada; era assegurada, também, a prática do catolicismo assírio em virtude da liberdade religiosa prevista na constituição brasileira. Ainda assim, o clima do debate acalorou-se, “onde a relação entre a identidade nacional e a etnicidade” era um dos principais elementos da altercação que se travava entre as elites. A posição do Brasil e da Grã-Bretanha era a de que os assírios “deveriam se tornar brasileiros”. O governo britânico, inclusive, sugeria que os assírios assumissem a nacionalidade brasileira assim que chegassem. Desta maneira, seriam evitadas as possibilidades de surgirem “ideias perigosas de um enclave nacional separado”, no caso da situação de nacionalidade permanecer indefinida (LESSER, 2001, 121-122).

Durante os anos de 1932 a 1936, foram frequentes as afirmações, tanto na imprensa quanto no parlamento, de que os assírios eram um povo semibárbaro, e que iriam perturbar a ordem e degenerar a raça brasileira. Mesmo no Itamaraty, funcionários mudaram o discurso. De “imigrantes assírios” passaram a designar a imigração “de refugiados do Iraque”. Sendo a política de imigração brasileira “antirrefugiados”, e perante a dificuldade dos proponentes do

---

<sup>58</sup> A maioria dos assírios eram fazendeiros e havia a disposição do Iraque em contribuir financeiramente, de maneira generosa, para a execução do projeto, desde que não houvesse cobrança de qualquer responsabilidade legal posteriormente. Além disso, havia também a disposição dos ingleses em colaborar no financiamento deste projeto (LESSER, 2001, p.119).



plano em diferenciar iraquianos muçulmanos de assírios cristãos, estes perderam a condição de desejáveis.

Ferrenhos ataques provinham da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que congregava intelectuais nativistas, diplomatas e políticos. Um dos sócios, o ex-ministro Félix Pacheco, era proprietário e editor-chefe do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, então capital federal. Félix proporcionava espaço gratuito no jornal para os Amigos atacarem os japoneses, a Liga das Nações e os elementos não-nacionalistas que surgissem. Notícias dessa natureza reverberavam por todo o território nacional, pois muitas vezes os artigos veiculados nos jornais das metrópoles eram republicados nos jornais do interior (LESSER, 2001, p.122-124).

No Paraná, organizações de classe, como a Federação Operária do Paraná, se colocaram em oposição ao assentamento dos assírios. Em 1934, o Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná promoveu uma “Campanha Contra a Imigração Assíria”. Por meio da Rádio PRB-2 e dos jornais de Curitiba, os advogados divulgaram e corroboraram “os argumentos xenófobos e nacionalistas para angariar simpatizantes e fazer o governo rever a decisão de receber tais imigrantes” (IVANO, 2000, p.189).

Com efeito, diante de tantas manifestações contrárias, o governo se viu obrigado a reavaliar a questão e compôs uma comissão especial, liderada por José Oliveira Vianna, historiador e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o qual possuía uma erudição que reproduzia o racismo de teóricos europeus. Participavam da comissão: Roquette-Pinto, antropólogo que havia atacado os “turcos” num livro, em 1917; Raul de Paula, representante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; Nicolão Debané, conhecido xenófobo; Dulphe Pinheiro Machado, representante do DNP – Departamento Nacional de População e crítico das minorias étnicas; e Renato Kehl, fundador da Comissão Central Brasileira de Eugenia, criado à maneira da Sociedade Alemã de Higiene Racial<sup>59</sup>. Com essa composição da comissão ficava garantida uma avaliação negativa desse plano de imigração. Os assírios, antes qualificados como “agricultores imigrantes, cristãos e pacíficos” foram transformados num “grupo de refugiados belicosos, que trariam para o Brasil perigos econômicos e sociais” (Lesser, 2001, p.126-128).

A Liga das Nações acabou desistindo do plano de reassentar os assírios em abril de 1934 (Lesser, 2001, p.129). Logo em seguida, no mês de junho, Vargas proibiu a vinda dos

---

<sup>59</sup> Em 1929, no I Congresso Brasileiro de Eugenia, Renato Kehl e Xavier de Oliveira propuseram a restrição da entrada de não-europeus no Brasil, o que não foi aprovado por uma pequena diferença de votos (Lesser, 2001, p.127-128).

assírios ao Brasil. Assim, tais “indesejáveis” não mais viriam ao norte do Paraná, “e o imperialismo britânico sofria uma derrota” (IVANO, 2000, p.189 e 190).

No âmbito da Assembleia Constituinte de 1934, os argumentos nacionalistas e nativistas prevaleceram. Na votação, foi aprovada a proibição de assentamento concentrado de imigrantes de qualquer nacionalidade única. Além disso, foi aprovada a fixação de cota de “2% do número de cada nação que havia chegado nos últimos cinquenta anos”, para assim, assegurar “a integração étnica e a capacidade física e cívica do imigrante”<sup>60</sup>. Dentre os políticos mais enfaticamente contrários à entrada dos assírios, estavam os “três líderes do movimento antijaponês: Antônio Xavier de Oliveira, Miguel Couto e Arthur Neiva”. Para eles, “a entrada de não-brancos obstruiria o progresso social do Brasil” (Lesser, 2001, p.124).

Nesse panorama, as perspectivas comerciais da Paraná Plantations não eram as melhores. Os sintomas da crise de 1929 ainda eram sentidos naquele momento. Embora as propagandas transmitissem muito otimismo, a quantidade de lotes de terras vendidos pela empresa, por volta de 1934, era de aproximadamente 1700 unidades. No final deste mesmo ano, Londrina foi elevada à categoria de município (IVANO, 2000, p.190).

Na fotografia abaixo, vê-se Willie Davids, Arthur Thomas, membros do legislativo municipal londrinense e amigos reunidos em 20/01/1935 (BRANCO; MIONI, [1960], p. 54) – começo do primeiro ano de exercício do executivo e legislativo do município. O corretor japonês, Hikoma Udihara, é o quarto da esquerda para a direita:

---

<sup>60</sup> Conforme assevera a Constituição de 1934 apud Lesser, 2001, p.124.

Figura 12: MEMBROS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE LONDRINA.



Fonte: Acervo de fotografias do CDPH/UEL.

Segundo Ivano (Idem), o evento de criação e instalação do município ocorreu sem festejos, conforme denota o depoimento dado, no final década de 1960, por Arthur Thomas, ex-diretor da Paraná Plantations:

Nosso município novo foi inaugurado quase sem cerimônia e sem manifestação de grande entusiasmo por parte do povo. Porque a população de própria cidade e nas colônias vizinhas eram em grande parte composta de estrangeiros e não tinha ainda chegado para os brasileiros o dia em que tivessem voz nas [...] das suas autoridades.<sup>61</sup> (THOMAS, [s.d.] apud IVANO, 2000, p.190 e 191).

Nesse contexto, ao se referir à formação dos núcleos coloniais por imigrantes de diferentes nacionalidades, que transformavam “as terras da companhia inglesa numa Babel liberal – italianos, alemães, japoneses, russos, tchecos, austríacos, poloneses e outros”, que se misturavam aos brasileiros oriundos de diversas regiões –, Rogério Ivano (2000, p.191) indica que as práticas liberais da Companhia de Terras desenvolvidas no sertão norte-paranaense “eram alvo de preocupada vigilância”. Isto, porque, com o recrudescimento das restrições em torno da política imigratória do governo de Getúlio Vargas, fundamentadas no nativismo

<sup>61</sup> Núcleo de História Oral: Arthur Thomas, fita A.005; Coleção Pioneiros. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

exagerado, no racismo e na xenofobia, “o norte do Paraná seria destino de imigrantes que representavam ameaça, perigo e outros medos” (Idem).

Dentre os grupos considerados como indesejáveis, além dos japoneses, estavam também os judeus. Estes tiveram representantes que conseguiram se fixar na franja pioneira que avançava pelo norte do Paraná, totalizando algumas dezenas de famílias judias alemãs<sup>62</sup>. A condição destes imigrantes era de “refugiados”, não foram movidos pela exclusão econômica em seu país de origem, e sim pela perseguição da Alemanha nazista.

Na perspectiva dos nativistas e xenófobos, a companhia inglesa atuava a serviço do “imperialismo internacional”, o que ameaçava “a unidade da nação, o povo da terra e a economia brasileira, mantendo-a em estado colonial”. Em 1938, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres desferiu ferrenhas críticas contra a CTNP. Seu conferencista, Antônio Alves de Almeida, acusava a empresa de germanizar “judaicamente” o município de Londrina, certamente se referindo à Rolândia<sup>63</sup>, cuja população em grande parte só falava em alemão. Lembrou ainda o episódio do plano de assentamento dos assírios, promovido pela CTNP por intermédio do seu diretor Arthur Thomas. Desqualificou a empresa utilizando adjetivos como “estelionato, banditismo, usurpação, espionagem, suborno, patota, intenções doentias e planos diabólicos” (IVANO, 2000, p.197-198).

Apesar dos severos ataques à ação dos empreendedores britânicos no norte do Paraná, o seu “plano racional de colonização” seguia seu desenvolvimento. Os colonos vinham em busca do que a propaganda divulgava.

Esses aspectos negativos em torno da reputação da CTNP não ficaram inscritas nem na história oficial da cidade, nem nas obras dos memorialistas. São importantes para a verificação da hipótese de que esse espaço multiétnico não esteve livre das tensões entre diferentes grupos étnicos, como o senso comum acerca do “mito do pioneiro” reproduz.

Quanto à representação da “harmonia entre as raças”, construída pela CTNP e veiculada no seu material de propaganda, foi um importante fator que contribuiu para que a região de Londrina se tornasse um polo de atração de imigrantes e descendentes de diferentes etnias, sobretudo, dos oriundos do Estado de São Paulo; sendo grande parte, conforme Alvim

---

<sup>62</sup> Sobre os judeus no norte do Paraná, ver SOARES, Marco Antonio Neves. *Da Alemanha aos trópicos: identidades judaicas na terra vermelha (1933-2003)*. Londrina: Eduel, 2012; KOSMINSKY, E. *Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná*. São Paulo: FFLCH/Centro de Estudos Judaicos, 1985; OBERDIEK, H. *A imigração judaico-alemã no norte do Paraná: o caso de Rolândia*, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, Assis, 1989.

Para a questão dos judeus no Brasil no período do Estado Novo, ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>63</sup> Naquele momento, Rolândia pertencia ao município de Londrina.

(1998, passim), de elementos pertencentes aos segmentos sociais menos favorecidos em seus países de origem.

#### 2.4. O ELDORADO CAFEIEIRO.

A partir da década de 1940, a região Norte do Paraná passou a ser identificada com o café, pois teve início a sua produção em larga escala. Constitui-se o segundo momento apontado por Arias Neto (1998, passim), identificado como o “*Eldorado Cafeeiro*”, ideia disseminada na crônica e na história. Neste período, ocorre a desestruturação do poder exercido pela CTNP, motivada pela associação de diferentes fatores como: crise na Prefeitura com a instauração de sindicância, pelo interventor estadual, para verificar irregularidades<sup>64</sup>; baixa venda de terras em virtude de motivos como a crise de 1929; a Revolução Constitucionalista de 32; e o início da II Guerra Mundial.

Além disso, a necessidade em repatriar o capital, em virtude da guerra que ocorria na Europa e no mundo, fazia com que empresas como a CTNP fossem colocadas à venda. Associado a esse quadro, a empresa havia sofrido, também, um duro golpe em decorrência da política de nacionalização do Governo Vargas, que foi a encampação da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, em 1939, via decreto federal (IVANO, 2000, p.215).

Em 1944, a CTNP foi vendida<sup>65</sup> ao grupo paulista Vidigal/Mesquita e passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP. A partir de então, ocorreu uma mudança na forma de comercializar as terras, isto é, o tamanho das glebas aumentou, ao mesmo tempo em que muitos pequenos lotes foram mantidos para permitir o acesso do pequeno lavrador. Pretendia-se, desta maneira, proporcionar mão-de-obra barata para as fazendas de café, que começavam a se expandir em direção a Maringá. Grandes fazendeiros paulistas, produtores de café, se dirigiram para a região em expansão.

Em 1940, os preços do café começaram a melhorar e com o fim da Guerra, em 1945, elevaram-se consideravelmente, proporcionando o enriquecimento dos produtores. A partir de então, as propaladas terras férteis e roxas do Norte do Paraná ficaram associadas à riqueza do café. Isto contribuiu, sobremaneira, para que milhares de pessoas fossem atraídas para aquela localidade, em cujas terras “brotavam-se dinheiro”.

---

<sup>64</sup> O prefeito era Willie da Fonseca Brabazon Davids, de ascendência inglesa.

<sup>65</sup> O controle acionário da empresa foi avaliado em 1,5 milhão de libras esterlinas (IVANO, 2000, p.215).

A imagem do Eldorado Cafeeiro era uma estratégia de propaganda que visava atrair “braços para a lavoura” e, assim, aumentar a reserva de mão-de-obra e baratear o custo da produção da lavoura do café em expansão, favorecendo aos produtores (ARIAS NETO, 1998, p.287). Com o fim do Estado Novo, e com as atenções da Companhia direcionada para a região em expansão rumo ao Oeste (Maringá, fundada em 1947), uma outra ordem se instalou em Londrina, e o poder político local foi assumido pelos cafeicultores – fazendeiros e donos das máquinas de beneficiamento.

O crescimento urbano resultante da prosperidade agrícola fez com que Londrina polarizasse a economia da região, conhecida como “Norte Novo”. Nos anos de 1950, a cidade estava entre as 81 maiores cidades do Brasil (PREFEITURA, 2001, p.13). Sua população no início dessa década era de aproximadamente 71 mil habitantes, com uma população urbana de 34.320. Em 1960, a população quase dobrou, ou seja, havia quase 135 mil habitantes, sendo que 77.382 viviam na zona urbana.

Juntamente com as levas de migrantes trabalhadores atraídos pela propaganda do Eldorado, veio também toda sorte de aventureiros, prostitutas, golpistas, fraudadores, além dos “miseráveis que tinham esperanças de melhores oportunidades no Eldorado”. Assim, ao longo da década de 50, acompanhando o “progresso” e o crescimento acelerado da cidade, ocorreu também o surgimento dos problemas sociais. As elites, por meio do poder público, procuraram sanear-los com medidas respaldadas na legislação municipal.

Fatores como as geadas, a agitação política de cunho socializante, as reivindicações trabalhistas na zona rural, e a política governamental em relação ao café, que ocorreram ao longo da década de 50, contribuíram para a desagregação da economia cafeeira, que sobreviveria até o início da década de 70, quando a maioria dos pés de café foi erradicada após a ocorrência de pragas e o evento da “geada negra”.

Os dois momentos distintos na trajetória da cidade, representados pelas imagens construídas acerca da ideia de *Terra de Promissão* e de *Eldorado Cafeeiro*, associados à ênfase das noções de progresso e, sobretudo, civilização, acabaram por esmaecer os aspectos paradoxais da barbárie ou da violência que acompanha os processos de ocupação territorial, característica das frentes de expansão de fronteiras agrícolas.

Estender-se no subcapítulo que trata da representação *Terra de Promissão* foi necessário para melhor compreensão deste período inicial do processo de (re)ocupação daquele espaço. Pois este foi o momento em que o grupo japonês se destacou, juntamente com o de alemães, como lembraria Oswald Nixdorf anos mais tarde, ao se referir aos primórdios

do povoamento daquelas terras, nas quais Londrina havia sido “destinada a ser o ponto de partida para a colonização de uma” extensa área.

Dificuldades de ordem técnica e financeira de grande monta tiveram que ser vencidas até ser conseguido algum êxito. Foram as duas colônias Heimtal e Rolândia, povoadas com colonos de origem alemã, bem como alguns agrupamentos de colonos japoneses, que ajudaram a Companhia de Terras Norte do Paraná a vencer as primeiras dificuldades. Estes centros de colonização foram deliberadamente criados como centros agrícolas e não deviam, inicialmente, ocupar-se do plantio do café (NIXDORF, [1960], p. 59).

Ademais, é principalmente no primeiro momento, o da *Terra de Promissão*, que se constata a construção conjugada da ideia de *harmonia entre as raças*. No entanto, procurar-se-á demonstrar a existência de conflitos e tensões interétnicas envolvendo o grupo nipônico, que se processaram, sobretudo, neste primeiro momento. Estes conflitos serão relatados no capítulo 4.

Foi nos referidos limites de tempo, isto é, décadas de 1930 a 1950, e neste espaço multiétnico que se constituiu o cenário onde se desenrolaram as referidas situações de conflitos e tensões, bem como de sociabilidades e inserção social do grupo étnico japonês.

### 3. OS JAPONESES NA COLÔNIA INTERNACIONAL.

Londrina, “*onde várias raças se misturam na mais comovedora das harmonias*” (PARANÁ-NORTE, 09/10/1934, p. 1), que ficou conhecida como a *Terra da Promissão* e depois como *Eldorado Cafeeiro*, era chamada entre os japoneses de *Kokusai Shokuminchi*, que significa Colônia Internacional. Tal denominação é indicadora do caráter multiétnico que se imprimiu na constituição de sua população.

Dentro desta multietnicidade, a presença dos japoneses e seus descendentes na região de Londrina, desde a época de sua fundação, foi perenizada na memória histórica da cidade. No livro<sup>66</sup> comemorativo ao jubileu de prata de Londrina, publicado em [1960], é possível verificar a importância que este grupo étnico vinha ganhando junto à comunidade local, já em 1935, ao lado de alguns grupos de outras nacionalidades.

Ao destacar a inauguração da ponte sobre o rio Tibagi e da estação ferroviária de Londrina, ocorrida em 28 de julho daquele ano, o livro relembra o fato, trazendo a fotografia de um arco feito para a recepção da caravana de autoridades e convidados que compareceram ao evento. O arco sustentava uma faixa com a inscrição: "Cia. de Terras Norte do Paraná sauda e oferece as boas vindas a sua irmã Cia. Ferroviária São Paulo Paraná ao se encontrarem pela primeira vez em Londrina". Abaixo desta fotografia, publicada no livro, tem uma legenda explicativa informando: "Estandartes da Inglaterra, Portugal, Japão e Itália

---

<sup>66</sup> BRANCO, G; MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata. 1934-1959. Documentário Histórico*. Londrina: Revista Realizações Brasileiras: [1960]. No âmbito da academia, esta obra recebeu críticas por seus autores fazerem discurso apologético a CTNP (ver TOMAZI, 1999, p. 77). Todavia, se por um lado o *documentário histórico* não conseguiu contemplar todos os segmentos sociais e grupos étnicos, no sentido de eternizá-los, equitativamente, na memória histórica local, por outro constitui-se em importante fonte para a pesquisa histórica daquela sociedade do passado, na medida em que legou uma quantidade significativa de informações, que possibilitam perceber aspectos em diferentes dimensões, sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos, etc. Assim, ao inquirir o documento, procurou-se compreender e considerar a perspectiva da proposta que foi elaborada a obra.



cercam a Bandeira Nacional, no arco de saudação com que a Cia. de Terras recebe a estrada de ferro que ela própria fêz chegar a Londrina, em 1935" (BRANCO, MIONI, [1960], p. 49).

Abaixo, reproduz-se a fotografia publicada no livro comemorativo do jubileu de prata da cidade:

Figura 13: INAUGURAÇÃO DA PONTE DO RIO TIBAGI



Fonte: BRANCO, G; MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata. 1934-1959. Documentário Histórico*. Londrina: Revista Realizações Brasileiras: [1960], p. 49.

Note-se que as bandeiras do Japão e da Inglaterra estão fáceis de reconhecer. No entanto, as demais, inclusive as outras duas que estão estendidas atrás da faixa com a inscrição de boas vindas, são mais difíceis de reconhecer. Mas é possível que uma delas seja da França, pois a matéria que saiu no jornal "Paraná-Norte"<sup>67</sup>, do domingo seguinte à inauguração, com informações detalhadas do evento, dá pistas para tal hipótese.

Além de pessoas da localidade, a solenidade contou com a presença do governador do Paraná, Manoel Ribas, do secretário da Fazenda do Estado do Paraná, do prefeito de Curitiba, do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, dos diretores da CTNP e da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná.

A matéria jornalística informa que houve a participação de representantes oficiais de outros países. Estiveram presentes os Srs. Arthur Abbott, Jacques Pingaud e Kozo Itige, respectivamente, os cônsules, em São Paulo, da Inglaterra, da França e do Japão. A presença deste e a bandeira do Japão no arco de boas-vindas são sinalizadores da importância que o grupo japonês vinha conquistando junto àquela sociedade.

<sup>67</sup> Jornal "Paraná-Norte". Londrina, 04/08/1935, p. 1. Ano I, n. 43.

Ao mesmo tempo, os estandartes hasteados homenageavam não somente os países representados pelos côsules, mas também outras nações cujos imigrantes e descendentes, começavam a afluir para Londrina e região. Eram os italianos, portugueses, alemães, espanhóis e outros que vieram para formar o grande mosaico multiétnico que ia se constituindo na região, conhecida entre os japoneses como colônia internacional.

Tal homenagem parece indicar a intenção de demonstrar a possibilidade de integração de diferentes nacionalidades naquelas terras “roxas e férteis”. O fato em si, isto é, a inauguração, transmitia a ideia de progresso, que chegaria inexoravelmente por meio da ferrovia recém-construída.

Para comemorar a inauguração, foi servido, à noite, um banquete para 200 pessoas no Hotel Luxemburgo (PARANÁ-NORTE, idem). No dia seguinte, a caravana de autoridades e jornalistas seguiu para Rolândia, onde foi servido um almoço aos convidados, “oferecido pelos dirigentes da Companhia de Terras Norte do Paraná, no Hotel Rolândia” (SOARES, 2012, p. 127).

Para um evento ocorrido no meio do sertão, a inauguração foi amplamente divulgada. Havia redatores de São Paulo e Curitiba, enviados pelos jornais: “Estado de São Paulo”, “Correio Paulistano”, “Diário de São Paulo”, “Folha da Manhã”, “O Dia”, “Correio do Paraná”, “Diário da Manhã”, “Gazeta do Povo”, “Fanfulla”<sup>68</sup>, “Diário Hungaro”, “Jornal de Notícias do Brasil” (japonês) e outros (PARANÁ-NORTE, Idem).

Segundo Soares (2012, p. 126 e 127), a notícia sobre a inauguração da ponte também foi veiculada no jornal *Deutsche Zeitung*, em alemão, na edição do dia 2 de agosto de 1935. Informava sobre a implantação, em andamento, do trecho que ligava as áreas de colonização alemãs, que ele denominava de Neu-Roland (Gleba Colônia Roland), Neu-Dantzig (Cambé) e Heimtal (Londrina); bem como sobre o acelerado desenvolvimento da região.

Destaca-se que a presença de jornalistas dos periódicos ligados aos grupos étnicos, como o Fanfulla (imigrantes italianos), Diário Húngaro e Jornal de Notícias do Brasil (imigrantes japoneses), sinaliza que a estratégia da CTNP, de divulgar amplamente o evento na imprensa, para atrair compradores de terras, contribuiu para a constituição de uma multietnicidade que caracterizou a população daquela região.

---

<sup>68</sup> Um recorte do jornal, com o artigo intitulado “*Una grandiosa festa del lavoro nella zona agricola del nord del Paraná*”, publicado em 01/08/1935, encontra-se no Fundo Nixdorf, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Este artigo noticia a inauguração da ponte sobre o rio Tibagi e indica o desenvolvimento “da região recém-aberta à agricultura”. O mesmo é citado por Soares (2012, p. 126), que refere sua autoria a “um jornal não identificado, provavelmente da comunidade italiana de São Paulo”. Presume-se que seja o jornal “Fanfulla”, publicado em São Paulo, desde 1893, voltado para a comunidade ítalo-brasileira (<http://www.jornalfanfulla.com/>). Acesso em 21/06/2012).

Outro detalhe a ser apontado refere-se à relação entre nações homenageadas e consules e jornalistas, sobretudo os ligados aos grupos étnicos, potencial mercado de consumidores dos produtos das companhias, imobiliária e ferroviária, britânicas.

Assim, esta notícia direcionada a específicos grupos étnicos certamente colaborou para a divulgação positiva do desenvolvimento que ocorria naquela região de frente de expansão, especialmente entre aqueles imigrantes agricultores que viviam no Estado de São Paulo e desejavam ter o seu pedaço de terra.

Além do arco com as bandeiras das nações homenageadas, o livro comemorativo do jubileu de prata também transcreve o editorial do "Paraná-Norte"<sup>69</sup>, que foi editado no mesmo dia da inauguração, noticiando o fato. E traz uma fotografia da ponte em construção, abaixo reproduzida:

Figura 14:CONSTRUÇÃO DA PONTE DO RIO TIBAGI



Fonte: BRANCO, G; MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata. 1934-1959. Documentário Histórico*. Londrina: Revista Realizações Brasileiras: [1960], p. 49.

Rio de águas caudalosas e rápidas, transpor o rio Tibagi era um desafio. Portanto, a construção da ponte significou um grande avanço, possibilitado pela tecnologia<sup>70</sup> da engenharia da época. Isto facilitou o acesso de pessoas e mercadorias ao sertão que se abria, bem como o escoamento de sua produção. Significava também o avanço da exploração capitalista no setentrião paranaense, proporcionado pelas práticas liberais promovidas

<sup>69</sup> Jornal "Paraná-Norte", Londrina, 28/07/1935, ano I, nº 42, p. 1.

<sup>70</sup> Para mais informações sobre a construção da ponte e do aço utilizado, cuja aquisição resultava das negociações triangulares entre CTNP, alemães judeus refugiados e indústria metalúrgica alemã, ver SOARES, 2012, p. 125 e 126.

inicialmente pela CTNP, consorciada à companhia ferroviária. Isto era sinônimo de progresso e civilização.

A partir de então, o município de Londrina passou a receber levas de trabalhadores, nacionais e estrangeiros, que contribuíram para a constituição do espaço multiétnico, como é possível perceber em algumas fontes produzidas no período.

### 3.1. NÚCLEOS COLONIAIS JAPONESES.

A denominação *Kokusai Shokuminchi*, ou Colônia Internacional, foi sugerida por Hikoma Odiara, corretor imobiliário, nascido no Japão em 1882. Destacara-se em suas atividades de tal forma que ocupou o cargo de Gerente Geral da Seção Japonesa da Companhia de Terras Norte do Paraná, e, sem dúvida, foi o principal agente responsável pela introdução de imigrantes japoneses em Londrina e na região.

**Figura 15: Sr. Udihara e seu automóvel de trabalho.**



Fonte: Coleção Hikoma Udihara. Acervo do Museu Histórico de Londrina “Padre Carlos Weiss”. [s.d.].

**Figura 16: Sr. Udihara e pessoa não identificada.**



Fonte: Coleção Hikoma Udihara. Acervo do Museu Histórico de Londrina “*Padre Carlos Weiss*”. [s.d.].

Em 1930, foram vendidos os primeiros lotes de terras a seis adquirentes japoneses. Dos clientes da CTNP, foram os primeiros a entrar na mata e derrubar florestas para fazer a plantação.

O grande êxito na colheita devido à fertilidade da “terra roxa”, devidamente utilizado como matéria de propaganda, constituiu-se em chamariz para que muitos outros imigrantes japoneses confluíssem a essa localidade em busca de oportunidades de sucesso (OGUIDO, 1998: *passim*).

Grande parte desses japoneses era proveniente do Estado de São Paulo, que migraram para a região de Londrina em virtude da possibilidade de se tornarem pequenos e médios proprietários, como já referido anteriormente.

Tendo em conta essa realidade, o agente geral da seção Japonesa, Hikoma Udihara, produziu várias peças de propaganda, inclusive mapas, legendados em português e japonês, considerando que “uma das estratégias utilizadas pela Companhia de Terras era o incentivo à implantação de colônias de imigrantes nas frentes de colonização” (YAMAKI, 2008, p. 11).

**Figura 17: Sr. Udihara na estrada junto à mata.**



Fonte: Acervo de fotografias do CDPH/UEL [s.d.].

Udihara tinha a intenção de reproduzir, no caso do empreendimento inglês no Paraná, o que ocorreu no Estado de São Paulo, onde as tradicionais colônias de imigrantes japoneses surgiram ao longo das ferrovias.

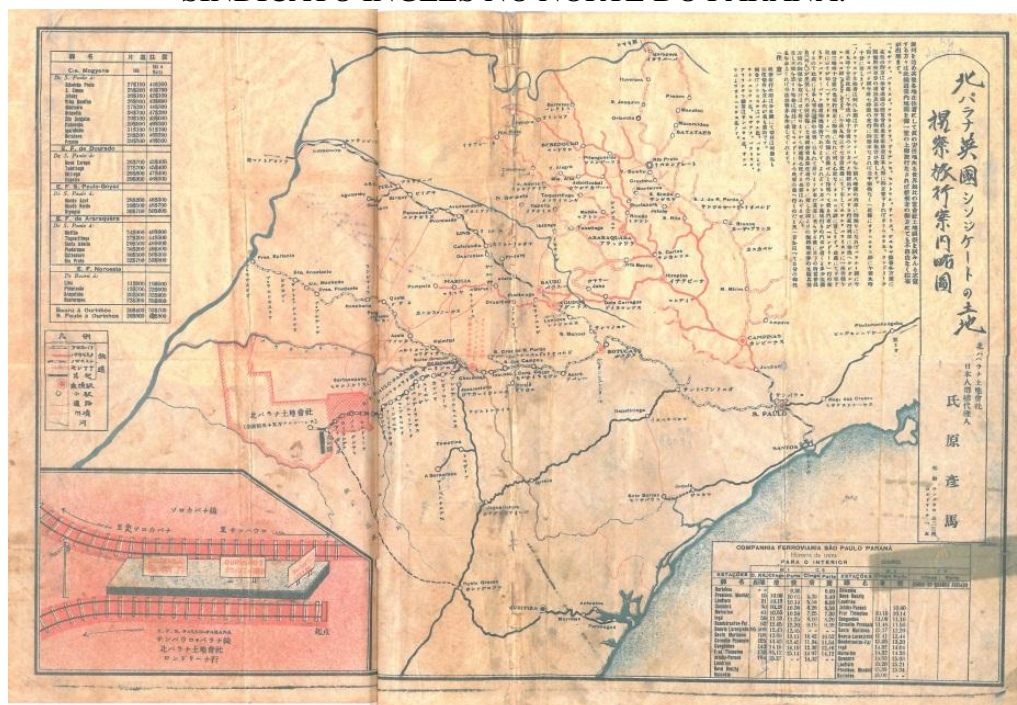
A ação que desenvolveu como corretor diferencia-se dos casos citados anteriormente, por ter neste trabalho sua principal atividade, diferentemente do corretor italiano, que era também um chacareiro, e do português, que possuía um hotel.

Além disso, destacou-se pelo grau de profissionalismo com que revestiu sua atuação, valendo-se de estratégias diversas para alcançar a possível clientela. Elaborou um mapa



ilustrativo para viagem de visitas às terras da companhia inglesa no Norte do Paraná, com legendas em japonês, reproduzido a seguir:

Figura 18: MAPA ILUSTRATIVO PARA VIAGEM DE VISITAS ÀS TERRAS DO SINDICATO INGLÊS NO NORTE DO PARANÁ.



FONTE: YAMAKI, 2008, p.18.

A intenção do Gerente era fornecer todos os roteiros ferroviários àqueles que chamou de visitantes, partindo de várias localidades até chegar a Londrina. Oferecia informações minuciosas para os que utilizavam as linhas da Estrada de Ferro Mogyana, ou a Paulista, assim como a Sorocabana, entre outras; identificava roteiros e determinava os horários precisos das conexões. Da mesma forma, anunciava a gratuidade de trechos finalizados em Londrina.

O Gerente lamentava o congestionamento em algumas estações, sobretudo a de Ourinhos, assim como a falta de um escritório avançado da Companhia, que facilitaria as condições de embarque.

Finalmente, consciente de seu poder e influência, informava que aqueles que tivessem dificuldades deveriam “contatar o funcionário da Estação, anunciar o sobrenome e informar que querem ir ao encontro de Udihara em Londrina e um bilhete gratuito será emitido imediatamente” (UDIHARA apud YAMAKI, 2008).

Uma das formas de atuação do corretor imobiliário é relatada<sup>71</sup> por Shoiti Tomimatsu, Hisashi Suzuki e Catsuo Izuka, imigrantes japoneses que vieram morar em Rolândia, nos seus primórdios. Tomimatsu contou que chegou ao Brasil, com seus pais, em 1930. Na fazenda de café em que trabalhavam, as condições de trabalho eram muito ruins e o cafezal era improdutivo e velho. Os entrevistados afirmaram que a crise mundial de 1929, que afetou os cafeicultores brasileiros, bem como o episódio da Revolução de 1932, gerou um clima de desesperança, sobretudo, de ganhar dinheiro e retornar ao Japão. Pensavam somente na sobrevivência e em acumular pecúlio para comprar um lote de terra.

Segundo os entrevistados, em 1932 e 1933, várias fazendas cafeeiras do Estado de São Paulo receberam a visita de:

homens que se diziam “agentes” das terras de uma Companhia de Terras Inglesa que estava colonizando o Norte do Paraná. Falavam da exuberância da terra e das facilidades em adquiri-las. Entre as vantagens que ofereciam, estava uma viagem com hospedagem de graça, para o chefe de família que quisesse ir até Londrina, para verificar “*in loco*” a veracidade da propaganda. Foi assim que vários chefes de famílias de uma mesma fazenda se aventuraram até o Norte do Paraná para ver essas tão propaladas terras (SCHWENGBER, 2003, p. 132 e 133).

Dentre esses agentes corretores que faziam visitas em fazendas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, estava Hikoma Udihara, que reservou áreas para formar os núcleos coloniais japoneses nas Glebas Bandeirantes, Cafezal, Seção Asahi, Seção Água do Elefante, Seção Boa Sorte (Bartira) e Seção Fuji. A prática de reservar uma área relativamente extensa para determinados grupos de imigrantes era comum entre os vendedores de terras da empresa inglesa. O intuito era “colocar próximos uns dos outros os colonos que possuíssem as mesmas tradições, os mesmos hábitos e costumes...” (Idem).

Muitos outros autores japoneses preocuparam-se em divulgar a Colônia Internacional, inclusive no pós-guerra, como o trabalho de Ikeda que no mapa de localização da Colônia Internacional, apresentado a seguir, legendado em japonês e português, traceja a futura ferrovia projetando o progresso e adensamento de colônias japonesas nas terras da CMNP<sup>72</sup>, que se lançavam na direção da região sudoeste.

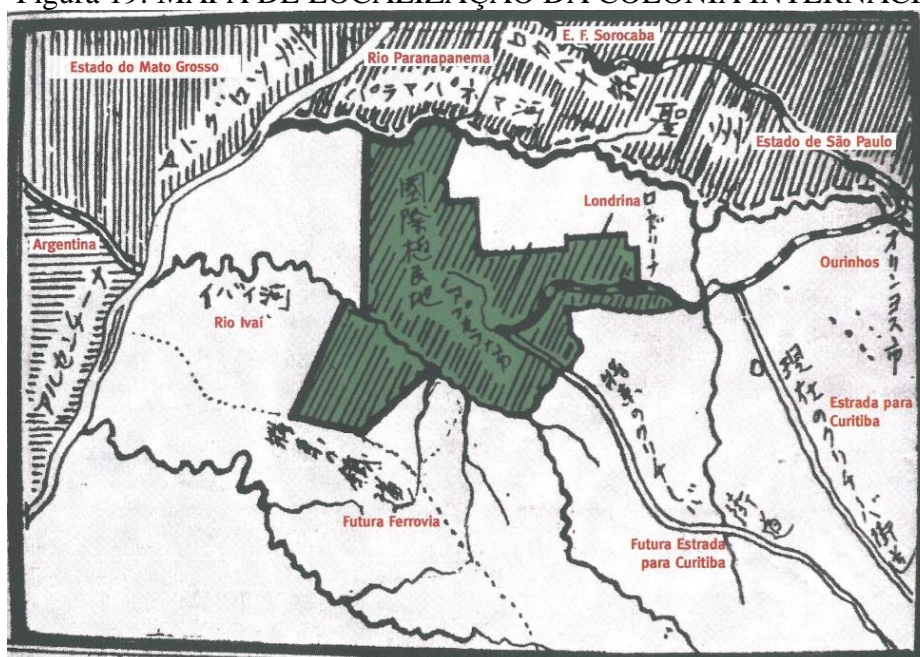
---

<sup>71</sup> A entrevista foi realizada em 05/11/1999 e está publicada em SCHWENGBER, 2003, p. 132-133.

<sup>72</sup> A partir de 1944, quando a empresa inglesa CTNP foi vendida, para um grupo de empresários brasileiros, passou a chamar-se CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.



Figura 19: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA INTERNACIONAL



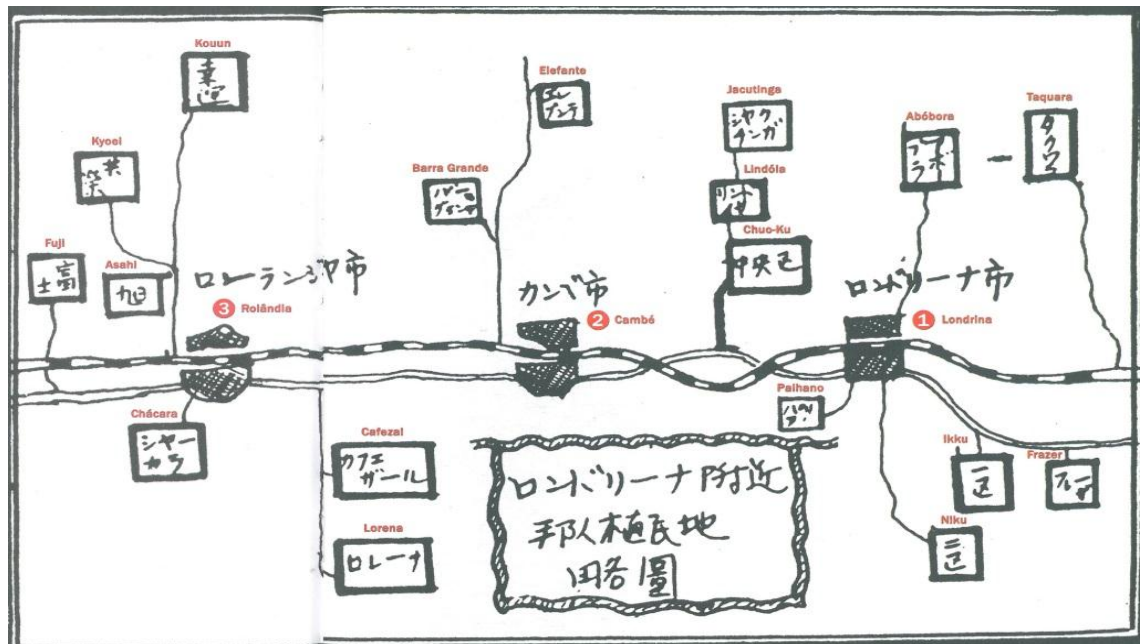
FONTE: IKEDA, 1949, apud YAMAKI, 2008, p.21.

Uma colônia era integrada basicamente por algumas dezenas de lotes rurais contíguos. Geralmente, tinham como limite um ribeirão e eram interligados por uma estrada no espigão. Nela destacava-se o *kaikan*<sup>73</sup>, sede da associação e a escola, que ficavam estrategicamente situados no centro geográfico junto à estrada (YAMAKI, 2008, p.12).

A instalação das colônias obedeceu, de certa maneira, a marcha para o oeste a partir de Londrina. No mapa esquemático, que reproduzimos à frente, evidencia-se a localização das primeiras colônias no entorno de Londrina, Cambé e Rolândia. Tal processo de expansão, margeando a ferrovia e a rodovia, perdurou do ano de 1931 a 1934. Nos arredores de Londrina, surgiram nove colônias, enquanto que na região de Cambé, duas, e na região de Rolândia, sete, totalizando dezoito.

<sup>73</sup> *Kaikan* significa salão, na língua japonesa (HINATA, 1992, p. 179).

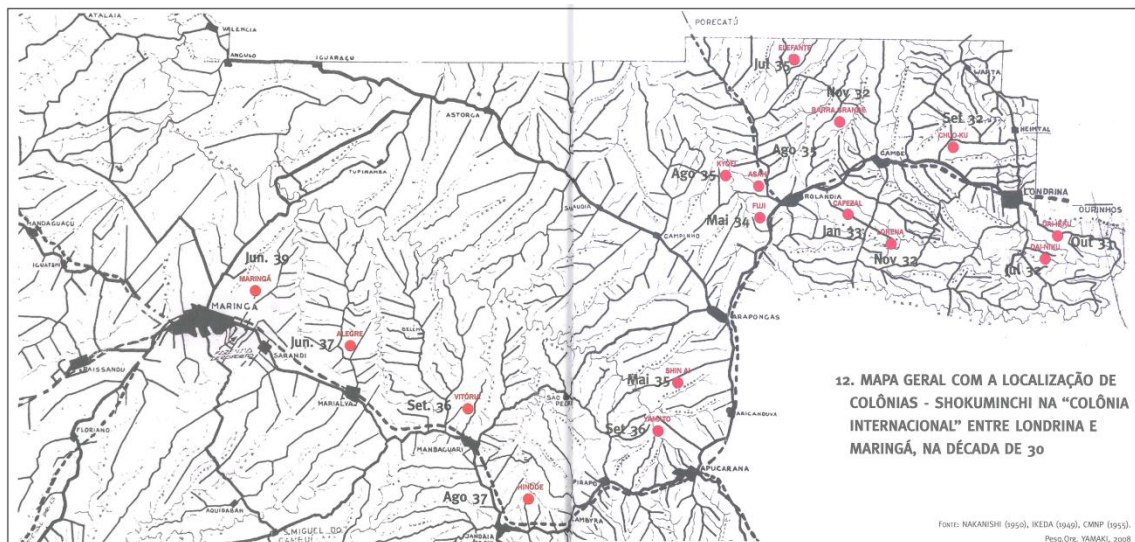
Figura 20: MAPA ESQUEMÁTICO COM A LOCALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES JAPONESES NOS ARREDORES DE LONDRINA, CAMBÉ E ROLÂNDIA.



FONTE: IKEDA apud YAMAKI, 2008, p. 22.

Já a ocupação da região de Maringá efetivou-se apenas no final da década, em junho de 1939, conforme se registra no mapa a seguir:

Figura 21: MAPA GERAL COM A LOCALIZAÇÃO E DATAS DE FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS



FONTE: IKEDA apud YAMAKI, 2008, p. 40.

É importante observar que as colônias assinaladas e as respectivas datas de fundação apontam para uma intensidade no processo de criação de colônias japonesas até 1935, e uma concentração das mesmas na região entre Londrina e Rolândia.

A Colônia Ikku foi a primeira a surgir em Londrina. Fundada em outubro de 1931, localizava-se nas imediações do atual Aeroporto de Londrina “Governador José Richa”. Conforme Oguido (1988, p. 92 e 93), os primeiros compradores de terras eram japoneses e provenientes do Estado de São Paulo. Iniciaram a ocupação das terras vendidas pela CTNP, desmatando a densa floresta e preparando a terra para o plantio. Cultivaram arroz, milho, feijão e café, apesar dos rumores que havia na época de que a CTNP não pretendia estimular a produção de café na região<sup>74</sup>. Era o início da “vitória” do homem sobre a natureza, abrindo os caminhos para a exploração das atividades econômicas, de caráter capitalista, no norte do Paraná. O trecho de uma entrevista com Haruo Ohara, realizada em 1981, traduz um pouco da vivência dos primeiros imigrantes japoneses em Londrina:

Os ruídos da mata davam a impressão de uma sinfonia natural. As arapongas, com seu cantar estridente e ecoante, o roçar dos galhos pelas brisas constantes, as sucessivas e sempre inesperadas quedas de folhas de palmitos e os gritos dos macacos, faziam ainda mais bela e misteriosa a floresta virgem que nos rodeava. Enquanto trabalhávamos nas lavouras, muitas vezes nossa atenção era despertada pela contínua sucessão de sons que nos servia como fundo musical, suavizando os sacrifícios que suportávamos horas e horas seguidas (OGUIDO, 1988, p. 89).

Em 1933, havia onze famílias na Colônia Ikku, que se organizaram e elegeram o seu primeiro representante. Outras famílias foram chegando posteriormente. Naquela época, a CTNP doou dois alqueires de terras à Associação da Colônia Ikku para a construção da escola japonesa, que foi erigida em mutirão pelos jovens da colônia (Idem, p. 94 e 95). No entanto, em 1938, suas atividades foram cessadas em virtude do Governo brasileiro ter proibido o ensino em língua estrangeira<sup>75</sup>.

A associação dos jovens da Colônia Ikku, *Seinen-Kai*, foi criada em 1934. Em 1937, contava com 29 associados e passou a chamar-se *Kogio Seinen Dan*. No final da década de 1930, a Associação da Colônia Ikku tinha 40 associados (Idem, p. 95 e 96).

A Colônia Nikku, vizinha da Colônia Ikku, foi fundada em julho de 1932 (YAMAKI, 2008, p. 40 e 41). Até o ano de 1938, havia nove famílias nesta colônia e as atividades

---

<sup>74</sup> A intenção inicial da Companhia de Terras era investir na produção de algodão, matéria prima para a indústria têxtil britânica.

<sup>75</sup> Decreto-Lei 1545 de 25 de agosto de 1939.



associativas eram realizadas juntamente com a colônia vizinha (OGUIDO, 1988, p.103 e 104).

A Colônia Chuo-Ku / Seção Central foi fundada em setembro de 1932. Localizava-se 2 km a oeste do núcleo urbano de Londrina do começo dos anos 1950 (YAMAKI, 2008, p. 26). Em 1942, havia 27 famílias de imigrantes japoneses vivendo nesta colônia, a maioria procedente do Estado de São Paulo e uma minoria de Minas Gerais. (OGUIDO, 1988, p. 100 e 101).

Em 1938, foi construído o *Kaikan*, onde se iniciou o ensino de japonês. Em 1942, foi eleito o primeiro presidente da Associação da Seção Central. Em 1949, foi criada a Associação das Moças da Seção. Aos domingos, as associadas se reuniam para participarem de atividades como aulas de bordado, culinária, etc. (Idem, p. 101). Na década de 1950, o *kaikan* incrementou as práticas de sociabilidades, reunindo as diversas gerações, conforme atesta a fotografia abaixo:

Figura 22: *KAIKAN* da SEÇÃO CENTRAL.



Fonte: Acervo da Família Teruo Ono.

A Seção Palhano foi fundada em 1932, quando Mábio Palhano, dono da Fazenda Palhano, instalou cinco famílias de colonos, sendo duas brasileiras e três japonesas. O objetivo era formar cafezal. As terras de Palhano se constituíam numa gleba que totalizava

600 alqueires, que havia sido recebida como forma de pagamento pelos serviços prestados à CTNP. Ele e o irmão eram agrimensores. O fazendeiro pagava os serviços dos colonos em terrenos. No ano seguinte, Palhano começou a vender pequenos sítios de sua gleba e outros imigrantes japoneses, compradores de suas terras, passaram a integrar a Seção Palhano. Paralelamente, a CTNP começou a lotear terras ao lado da Fazenda Palhano, aumentando o número de japoneses naquela localidade (Idem, p. 102).

Em 1937, foi fundada a Associação Japonesa Palhano. Os associados se reuniam mensalmente para discutir sobre aperfeiçoamento das atividades agrícolas e maneiras de “melhorar as condições de vida da comunidade”. Em 1941, surgiu a Associação de Jovens da Colônia Palhano, com 15 associados (Idem, p. 103).

Em 1942, após uma grande geada, cinco agricultores passaram a criar o bicho-da-seda. Pouco depois, iniciaram também o plantio da mamona (Idem, p. 103).

Quanto à Colônia Frazer, embora já houvesse um sitiante japonês vivendo naquela área desde 1936, a mesma só foi fundada em fevereiro de 1938 com a entrada de seis famílias de imigrantes japoneses. Estes compraram seus lotes diretamente com o proprietário da gleba, Simon Fraser (Idem, p. 104), o Lord Lovat, um dos fundadores da Brazil Plantation Syndicate, da qual a empresa britânica CTNP era subsidiária.

Em 1939, a CTNP passou a negociar os terrenos da gleba. As famílias dedicavam-se ao cultivo do café. Porém, com a geada de 1942, os imigrantes passaram a se dedicar ao cultivo de outras culturas como o algodão, o bicho-da-seda, hortaliças para o abastecimento da região, diversificando, assim, as atividades agrícolas (Idem, p. 104 e 105).

Em 1938, foi fundada a Associação Japonesa da Colônia Frazer, a Associação de Jovens – *Seinen-Kai* foi criada em 1942. Em 1946, a Associação Japonesa desta colônia tinha 33 integrantes. Em 1947, foi construída a sede da associação e nela funcionou uma escola de língua portuguesa. Neste mesmo ano foi criada a Associação das Moças (Idem, p. 105).

Assim, como se demonstrou, os japoneses e os nipo-descendentes estavam presentes praticamente em todo o território do atual município de Londrina, bem como nos territórios dos atuais municípios de Cambé e Rolândia, imprimindo suas marcas no tecido social da região.

### 3.2. LONDRINA: SOB O OLHAR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ.

Em 1941, o Departamento Nacional do Café<sup>76</sup> publicou o Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira, referente ao Estado do Paraná. A publicação se constitui num conjunto de gráficos e cartogramas, com respectivos quadros numéricos, que teve o propósito de traduzir, em linguagem mais acessível, os dados referentes à cafeicultura no Paraná.

No prefácio da obra, os autores sinalizavam que:

Dentre os fenômenos que mais interessam no Paraná, destacam-se: a *localização da cultura (zona norte do Estado)*, o *caráter eminentemente cosmopolita das propriedades*, o *elevado número de braços na lavoura e o capital invertido naquela cultura e utilidade de seu emprego* [grifo nosso]. E o que assombra ao mais cético dos observadores é a exuberância do solo paranaense, que, apenas com dois terços de seus cafezais em produção efetiva, isto é, em idade adulta, já proporciona ao Estado uma posição proeminente entre os demais produtores de café no Brasil - o quarto lugar. Bem se poderá avaliar a fertilidade das terras da margem esquerda do Paranapanema quando seus cafezais tiverem atingido a plenitude de sua produtividade (BRASIL, 1941, p. 1).

Os fenômenos destacados como de interesse, para o Paraná, são particularmente pertinentes à realidade londrinense como revelam os aspectos analisados a seguir.

Os dados publicados no Atlas confirmam a presença de diversos grupos étnicos na região e atestam o crescimento acelerado tanto da população, quanto da produção cafeeira, que começava a ser incrementada. Abaixo, o mapa do município, seguido do cartograma com a quantidade de cafeeiros novos e em produção existentes no Paraná àquela época:

---

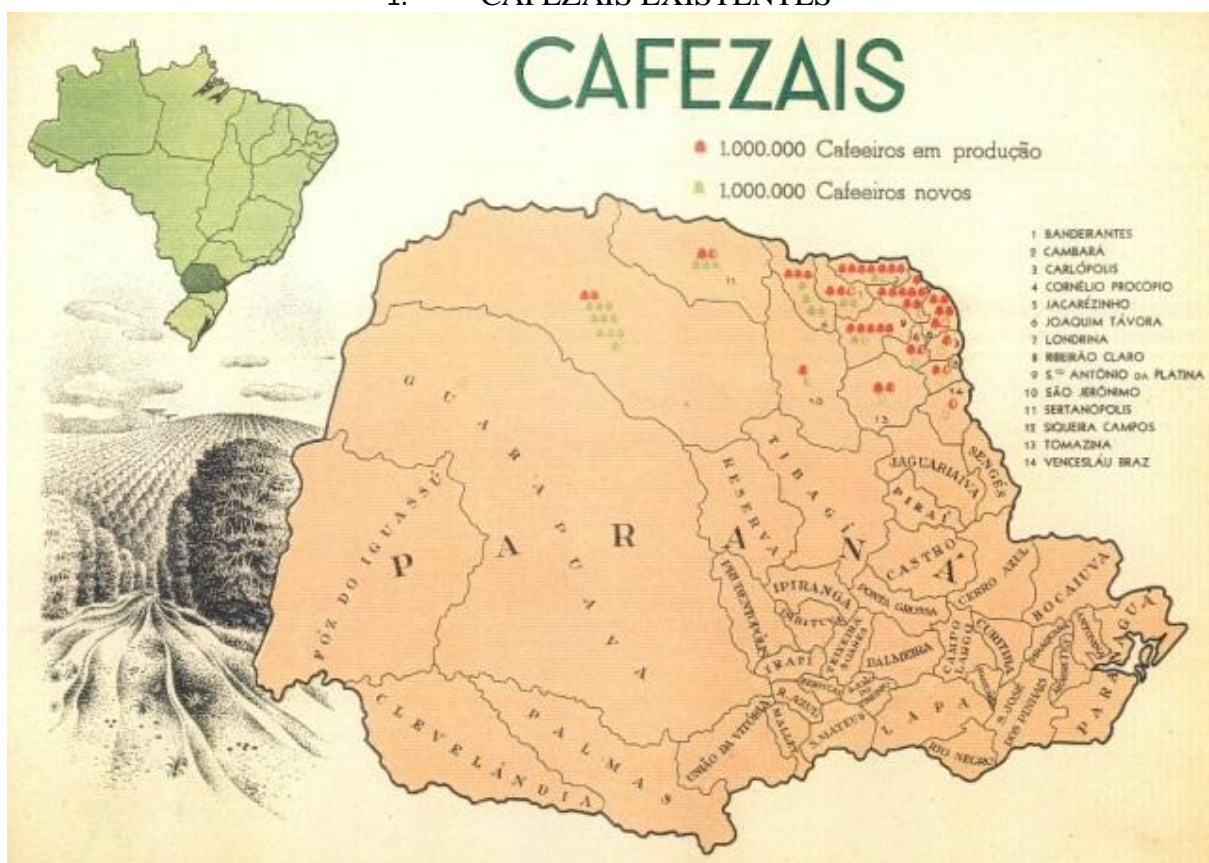
<sup>76</sup> BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná. 1941.

**Figura 23: Área do Município de Londrina - 1941**



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 26.

**Figura 24: ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS  
I – ESTADO DO PARANÁ  
1. CAFEZAIS EXISTENTES**



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 6.

Como se verifica, o município de Londrina, que com o vizinho Sertanópolis, integrava a chamada região Norte Novo do Paraná, apesar da grande área com potencial agrícola, possuía quase 2.000.000 de pés de café produtivos e 10.000.000 novos ainda improdutivos.

Abaixo, segue tabela comparativa da quantidade de pés de café existentes nos estabelecimentos cadastrados do município de Londrina e do Estado do Paraná, categorizados por faixa etária e capacidade de produção:

**Tabela 04: CAFEZAIS EXISTENTES**

Local	Cafeeiros							
	Em produção						Sem produção	
	Plantação existente totalizada	Total	De mais de 4 até 8 anos	De mais de 8 até 20 anos	De mais de 20 até 40 anos	De mais de 40 anos	Novos até 4 anos	Velhos
Londrina	11.987.714	1.862.290	1.862.290	-	-	-	10.125.424	-
Estado do Paraná	61.434.076	39.106.658	16.113.100	16.388.248	6.411.740	193.570	22.327.418	-

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 7.

A partir da análise da tabela, constata-se a aceleração do processo de ocupação e desenvolvimento da lavoura cafeeira em Londrina, indicado pela quantidade de cafeeiros novos, ainda sem produção, e que representavam aproximadamente 84% da totalidade existente no município. Ao mesmo tempo, esses cafeeiros novos representavam a metade da quantidade existente em todo o Estado.

O percentual restante, cerca de 15%, constituído de cafeeiros produtivos do município de Londrina, colaborava para integralizar os dois terços dos cafezais em produção efetiva do Estado, que proporcionava ao Paraná ocupar o quarto lugar no ranking nacional de produtores de café no início da década de 1940. Fato este que despertou a atenção dos técnicos do Departamento Nacional do Café, do Rio de Janeiro, que conjecturaram acerca da “fertilidade das terras da margem esquerda do Paranapanema” quando seus cafezais atingissem “a plenitude de sua produtividade” (BRASIL, 1941, p. 1).

A mesma fonte apresenta, também, um mapa assinalando o número total de propriedades cafeeicultoras por município. As unidades produtoras são representadas por ícones que equivalem a 50 propriedades cada um, evidenciando que Londrina possuía o maior número de estabelecimentos cafeeicultores em todo o Estado.



Figura 25: 2. PROPRIEDADES SEGUNDO OS CAFEZAIS.



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 2.

Tal informação, no entanto, deve ser analisada dialogando com a tabela apresentada no mesmo Atlas, que reproduzimos a seguir:

**Tabela 05: PROPRIEDADES SEGUNDO OS CAFEZAIS**

MUNICÍPIO	Total	ESPECIFICAÇÃO								
		Até 500 cafeeiros	De 501 até 1.000 cafeeiros	De 1.001 até 5.000 cafeeiros	De 5.001 até 10.000 cafeeiros	De 10.001 até 25.000 cafeeiros	De 25.001 até 50.000 cafeeiros	De 50.001 até 100.000 cafeeiros	De 100.001 até 500.000 cafeeiros	De mais de 500.000 cafeeiros
Bandeirantes	228	--	3	64	76	55	13	10	7	--
Cambará	337	5	14	105	91	59	28	17	16	2
Carlópolis	105	8	11	51	21	12	1	--	1	--
Cornélio Procópio	398	2	18	119	121	87	23	20	7	1
Jacarézinho	381	18	29	147	58	73	24	11	21	--
Joaquim Távora	251	27	31	79	18	48	8	4	--	--
Londrina	1.572	37	65	654	500	275	38	3	--	--
Ribeirão Claro	344	14	25	130	74	62	22	9	7	1
Santo Antonio da Platina	343	4	4	122	89	72	23	19	9	1
São Jerônimo	08	--	--	3	2	1	--	1	--	1
Sertanópolis	488	11	36	203	143	72	15	4	4	--
Siqueira Campos	446	72	108	213	33	15	4	1	--	--
Tomazina	291	25	50	134	40	31	9	2	--	--
Venceslau Bráz	118	28	29	51	5	3	2	--	--	--
<b>Estado do Paraná</b>	<b>5.274</b>	<b>251</b>	<b>423</b>	<b>2.075</b>	<b>1.271</b>	<b>865</b>	<b>210</b>	<b>101</b>	<b>72</b>	<b>6</b>

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 3.

Como se verifica, na tabela acima, Londrina destaca-se por apresentar uma superioridade gritante de números de propriedades em relação aos demais municípios. Registra um total de 1.572 estabelecimentos, sendo que o município de Sertanópolis, que ocupa a segunda posição, apresenta-se apenas com 488 unidades produtoras.

No caso de Londrina, como se observa, existe uma forte concentração nas propriedades entre 1001 e 5000 pés de café, no total de 654, e 500 estabelecimentos na faixa, imediatamente superior, entre 5001 e 10.000 pés de café. Estes dois números correspondem a 73,4% do total das 1.572 unidades no município.

A faixa entre 10.001 e 25.000 cafeeiros ainda apresenta um número destacável de propriedades, no caso 275, correspondendo a 17,49% do total.

Conclui-se que menos de 10% das 1.572 unidades arroladas encontram-se nas duas colunas que identificam pequenas produções (37 propriedades até 500 pés de café e 65 de 500 a 1.000 cafeeiros) ou naquelas que caracterizam a grande produção (38 propriedades entre 25.001 a 50.000 e 3 de 51.000 a 100.000 cafeeiros).

Outro aspecto importante no minucioso detalhamento das informações sobre os municípios cafeicultores do Paraná, constantes do *Atlas Corográfico de 1941*, é a especificação da nacionalidade dos proprietários.

Para tanto, inicialmente, apresenta um mapa assinalando nos municípios cafeicultores os proprietários nacionais e estrangeiros, representados por ícones equivalentes cada um a 50 cafeicultores, sendo os brasileiros assinalados na cor azul e os demais em vermelho, que reproduzimos a seguir. Uma rápida visualização já identifica a predominância dos cafeicultores estrangeiros na região conhecida como Norte Novo, onde se localizava Londrina.

Figura 26: CAFEICULTORES SEGUNDO A SUA NACIONALIDADE



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 8.

Com o mesmo objetivo, apresenta uma tabela dos cafeicultores, segundo a nacionalidade, também por município.

**Tabela 06: CAFEICULTORES SEGUNDO A SUA NACIONALIDADE.**

Muni- cípio	ESPECIFICAÇÃO													
	Total	Brasi- leiros	Ita- lia- nos	Por- tu- gue- ses	Espa- nhóis	Ale- mães	In- gle- ses	Outros Euro- peus	His- pano - ame- rica- nos	Japo- neses	Tur- co- ára- bes	Ou- tros Es- tran- gei- ros	Total de Es- tran- geiros	Não Espe- cifi- cados
Lon- drina	1.649 <sup>77</sup>	764	236	59	86	67	2	79	1	317	-	-	847	38
Serta- nó- polis	537	176	167	84	68	13	-	14	3	11	1	-	361	-
Estado do Paraná	5.803	3.674	803	218	241	96	2	116	4	548	48	6	2.082	47

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 9.

Como se observa, Londrina é o que apresenta o maior número de produtores estrangeiros, no total de 1.649, seguido por Sertanópolis que apresenta apenas 537. Destaca-se que os dois municípios se caracterizavam como frente de expansão e, como já relatado, apresentavam grande poder de atração de imigrantes, que, de diferentes etnias, afluíram ininterruptamente neste período. Verifica-se, ainda, particularmente no caso de Londrina, que o número de brasileiros, 764, não é tão desproporcional em relação ao de estrangeiros, 847. No entanto, é importante ter em conta que entre os brasileiros havia descendentes de imigrantes oriundos de núcleos coloniais existentes em outros Estados, como, por exemplo, os alemães de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e os japoneses de São Paulo, atraídos pela possibilidade de se tornarem proprietários ou de enriquecerem. Tais grupos tendiam a se aproximar e estreitar a convivência intraétnica, reforçando os laços de identidade.

Quanto à nacionalidade, entre os estrangeiros, no município de Londrina, os japoneses ocupam o primeiro lugar correspondendo a 37,42% destes, com 317 indivíduos. Para ressaltar a importância de sua participação no conjunto de cafeicultores, destaca-se o fato de este número corresponder a 41,49% do número de brasileiros cafeicultores.

Já os italianos, segundo grupo em importância quantitativa, no total de 236 proprietários, correspondem a 27,86% dos cafeicultores estrangeiros. Enquanto, o registro de alemães da mesma condição é de 67, número consideravelmente pequeno, que corresponde 7,91% entre os estrangeiros.

Constata-se que japoneses e italianos representavam 65,28% do total de produtores de café, não brasileiros, no município de Londrina, a que se acresce o grupo de alemães,

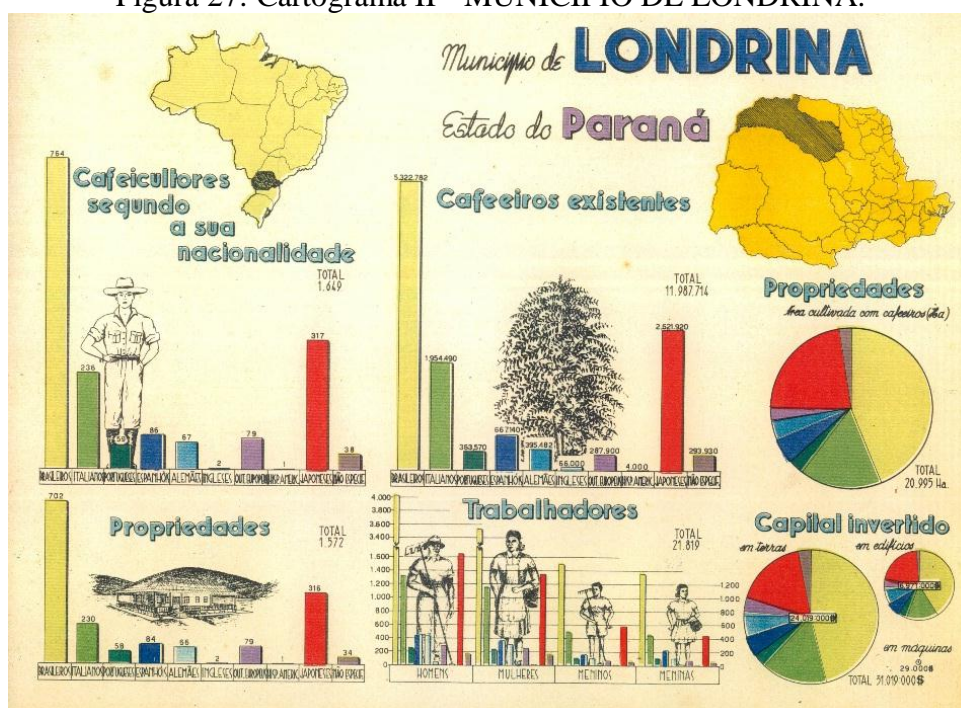
<sup>77</sup> Atente-se para o fato de que nesta mesma fonte, em outra tabela (neste texto reproduzida como de nº 05), o total de propriedades cafeicultoras era de 1.572. E na presente, o número de cafeicultores é de 1.649, o que pode sugerir a existência de arrendatários ou de mais de um proprietário para a mesma gleba.



elevando este total para 73,19%. É importante considerar que este fato, aliado a fatores conjunturais como a guerra mundial em curso e a *lógica da suspeição* própria ao arcabouço do Estado Novo, podem ter contribuído, também, para que o *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira*, de 1941, fosse elaborado; pois ao localizar e quantificar pormenorizadamente os imigrantes de diferentes nacionalidades, tais informações poderiam subsidiar as ações dos agentes do Estado, tendo em vista a campanha de brasilidade, em vigor na época. Tal campanha tinha por objetivo nacionalizar os estrangeiros. Por outro lado, destaca-se que obras similares para outros Estados cafeicultores, como o Rio de Janeiro, também foram produzidas no mesmo período.

No citado documento, os aspectos até agora estudados integram a análise geral da cafeicultura no Estado. Posteriormente, o *Atlas* apresenta de forma consolidada a maioria dos mesmos dados, por município, articulando as diferentes variáveis. Cada município mereceu um cartograma, destacando graficamente os quesitos pesquisados, recebendo cada grupo uma cor, identificando-os. Em seu verso, a relação dos mesmos em duas minuciosas tabelas.

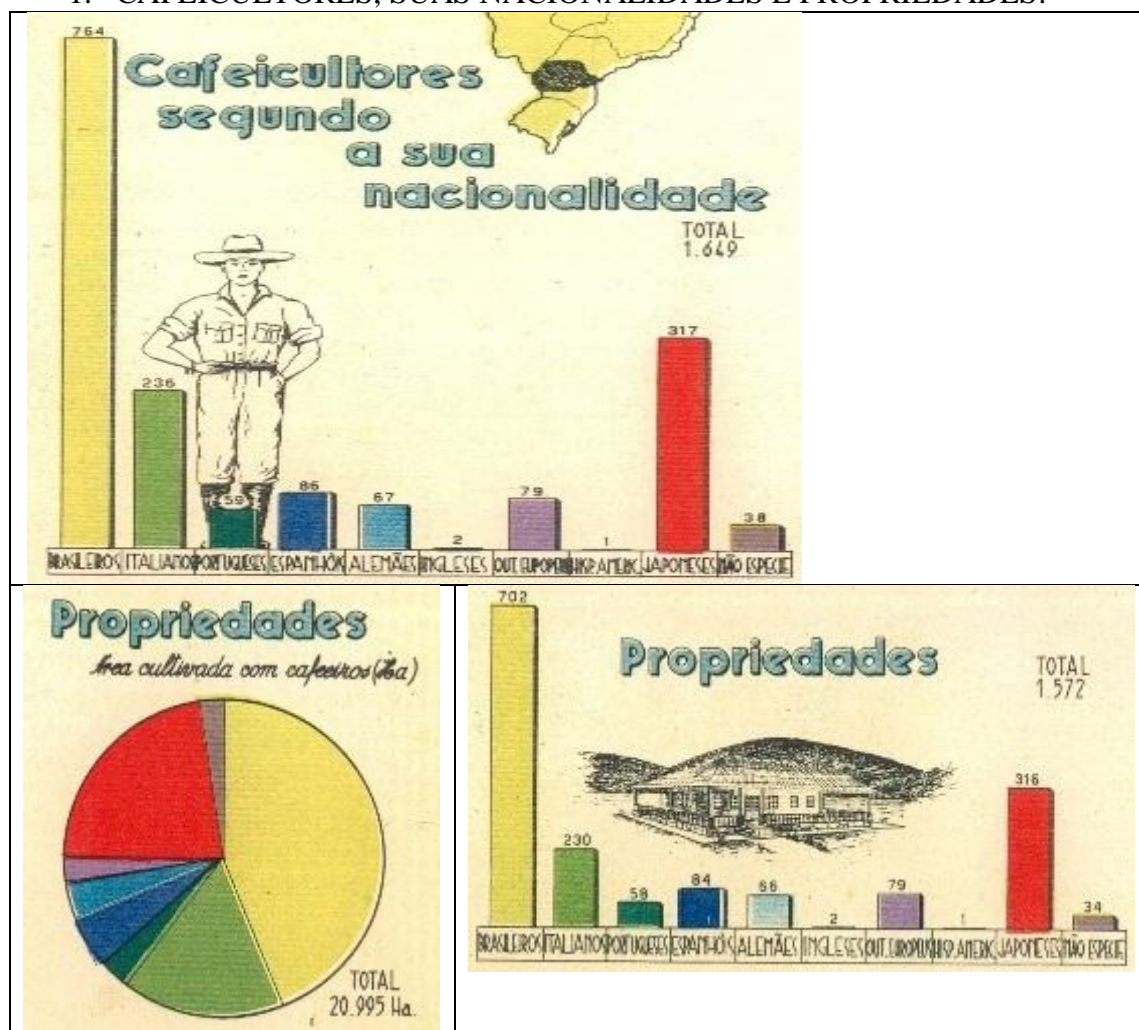
Figura 27: Cartograma II - MUNICÍPIO DE LONDRINA.



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 26.

A seguir propõe-se o recorte do cartograma, não apenas para sua melhor visualização, mas também objetivando a compreensão, pelo leitor, de suas relações com as tabelas pertinentes.

Figura 28: ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS  
1. CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PROPRIEDADES.



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná.* 1941, p. 26.

O cartograma *Cafeicultores, suas Nacionalidades e Propriedades* apresenta interesse para este estudo ao classificar os cafeicultores, por nacionalidade, articulando-os não apenas ao número de propriedades, mas também à sua extensão, especificando o estado das áreas em relação à exploração agrícola:

**Tabela 07: CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PROPRIEDADES.**

Cafeicultores	Números	Propriedades				
		Número	Total	Área (ha)		
				Cultivada c/ cafeeiro	Em mata	Cultivável
Brasileiros	704	702	28.780	9.177	13.762	5.708
Italianos	236	230	10.196	3.484	4.579	2.106
Portugueses	59	58	1.822	638	707	477
Espanhóis	80	84	3.146	1.155	1.301	630
Alemães	67	66	3.830	720	1.763	1.323
Ingleses	2	2	230	47	158	25
Outros europeus	79	79	2.206	512	1.014	680
Hispano-americanos	1	1	10	3	4	3
Japoneses	317	316	10.641	4.702	3.536	2.373
Turcos-Árabes	--	--	--	--	--	--
Outros estrangeiros	--	--	--	--	--	--
<b>Total de estrangeiros</b>	<b>847</b>	<b>836</b>	<b>32.081</b>	<b>11.261</b>	<b>13.122</b>	<b>7.617</b>
Não especificado	38	34	2.016	557	1.110	347
<b>Município de Londrina</b>	<b>1.649</b>	<b>1572</b>	<b>62.886<sup>78</sup></b>	<b>20.995</b>	<b>27.994</b>	<b>13.672</b>

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 27.

A tabela permite estabelecer a proporção da área por hectares em relação a cada grupo de proprietários cafeicultores. Os brasileiros, que são em maior número e detinham a maior extensão de terras, possuíam, em média, 40,99 ha, sendo a maior parte em mata.

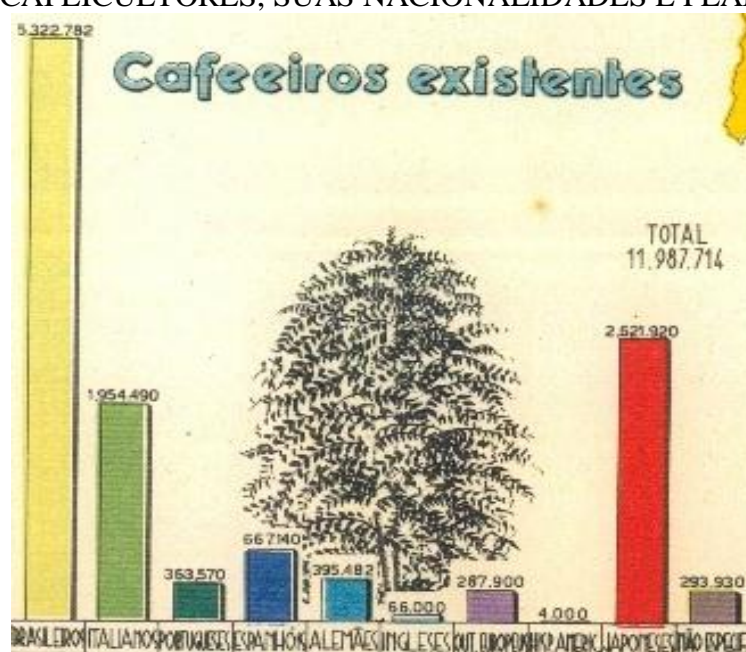
Entre os estrangeiros, os 317 japoneses e os 236 italianos apresentam-se como segundo e terceiro grupo, respectivamente, no que diz respeito à extensão da terra e o número de proprietários. No entanto, esta ordem se inverte quando se considera a média de propriedade, que é de 33,67 ha para os nipônicos e 44,33 ha para os italianos. Por outro lado, os alemães, em número de 66, apresentavam a elevada média de 58,03 ha; e os ingleses, que eram apenas 2, uma média de 115 ha. No caso dos alemães, publicação recente<sup>79</sup> revela as possibilidades de capitalização destes imigrantes, e apesar da tabela apontar para elevada extensão de terras em mata em relação à área de cafeicultura, é considerável a extensão de terra cultivável. Tratando-se dos ingleses, cujas terras cafeicultoras e demais cultiváveis constituíam menos da metade da área em mata, evidencia-se o caráter secundário de sua atividade como agricultores, uma vez que ocupavam destacadas funções na CTNP.

<sup>78</sup> Correspondem as áreas inaproveitáveis para qualquer cultura (225 ha).

<sup>79</sup> Ver SOARES, Marco Antonio Neves. *Da Alemanha aos Trópicos. Identidades judaicas na terra vermelha (1933-2003)*. Londrina: Eduel, 2012.

Informação das mais relevantes para este estudo é que entre todos os estrangeiros, os japoneses são os únicos que têm uma extensão de hectares (ha) em mata menor do que a cultivada. Este dado possibilita alguns desdobramentos e interpretações. A primeira delas, mais óbvia, considerando que eram os possuidores, entre os estrangeiros, da maior extensão de terras, é de que os proprietários nipônicos eram os mais produtivos. No entanto, se relacionarmos a questão da área com o número de produtores tem-se, por exemplo, que os 236 cafeicultores italianos detinham a segunda maior extensão de terras, apenas 445 hectares a menos que os 317 japoneses, evidencia-se, assim, que os dois grupos teriam uma produtividade equilibrada.

Figura 29: 2. CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PLANTAÇÕES.



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 26.



**Tabela 08: CAFEICULTORES, SUAS NACIONALIDADES E PLANTAÇÕES.**

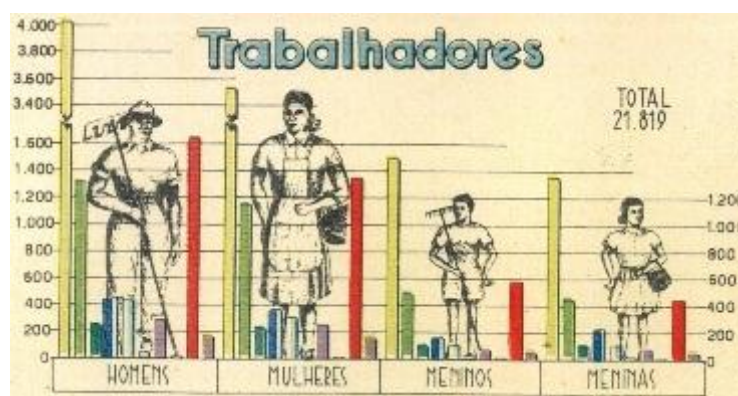
	CAFEEIROS							
	Plantação existente totalizada	EM PRODUÇÃO					SEM PRODUÇÃO	
		Total	De mais de 4 até 8 anos	De mais de 8 até 20 anos	De mais de 20 até 40 anos	De mais de 40 anos	Novos até 4 anos	Velhos
Brasileiros	5.322.782	680.570	680.570		-	-	4.642.212	-
Italianos	1.954.490	233.900	233.900		-	-	1.720.590	-
Portugueses	363.570	63.700	63.700		-	-	299.870	-
Espanhóis	677.640	88.700	88.700		-	-	588.940	-
Alemães	395.482	25.580	25.580		-	-	369.902	-
Ingleses	66.000	5.000	5.000		-	-	61.000	-
Outros europeus	287.900	15.620	15.620		-	-	272.280	-
Hispano-americanos	4.000	-	-		-	-	4.000	-
Japoneses	2.621.920	699.720	699.720		-	-	1.922.200	-
Turcos-Árabes	-	-	-		-	-	-	-
Outros estrangeiros	-	-	-		-	-	-	-
<b>Total de estrangeiros</b>	<b>6.371.002</b>	<b>1.132.220</b>	<b>1.132.220</b>		-	-	<b>5.238.782</b>	-
Não especificado	293.930	49.500	49.500		-	-	244.430	-
<b>Município de Londrina</b>	<b>11.987.714</b>	<b>1.862.290</b>	<b>1.862.290</b>		-	-	<b>10.125.424</b>	-

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 27.

Do total de cafezais no município de Londrina, constantes na tabela acima, ressalta-se que 21,87% eram cultivados por imigrantes japoneses, maiores produtores entre os estrangeiros; com referência à faixa etária dos cafeeiros produtivos, de 4 a 8 anos, os superaram também os brasileiros; já nos cafeeiros improdutivos, eram os primeiros apenas entre os estrangeiros.

A mão-de-obra empregada na cafeicultura era praticamente equilibrada no que diz respeito à composição sexual e o trabalho de menores era significativo, como se observa no cartograma abaixo e se analisa na tabela a seguir.

Figura 30: 3. TRABALHADORES POR NACIONALIDADE E GÊNERO.



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná.* 1941, p. 26.

**Tabela 09: TRABALHADORES, CAPITAL INVERTIDO, TERREIROS E MÁQUINAS.**

CAFEICULTORES	TRABALHADORES					CAPITAL INVERTIDO (em conto de réis)			
	Total	Adultos		Menores		Total	Em terras	Em edifícios	Em máquinas
		Sexo masculino	Sexo Feminino	Sexo masculino	Sexo feminino				
Brasileiros	10.420	4.017	3.539	1.498	1.366	13.926	11.081	2.845	--
Italianos	3.404	1.314	1.154	489	447	4.838	3.795	1.033	10
Portugueses	656	242	228	93	93	1.037	757	280	--
Espanhóis	1.101	424	374	167	136	1.704	1.226	466	12
Alemães	930	429	304	99	98	1.602	1.177	425	--
Ingleses	142	42	43	30	27	331	235	89	7
Outros europeus	601	290	256	71	74	1.087	821	206	--
Hispano-americanos	27	15	4	6	2	13	10	3	--
Japoneses	4.029	1.642	1.349	582	456	5.603	4.135	1.408	--
Turcos-Árabes	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros estrangeiros	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total de estrangeiros	10.980	4.398	3.712	1537	1.333	16.215	12.156	4.030	29
Não especificado	419	169	147	59	44	878	782	96	--
<b>Município de Londrina</b>	<b>21.819</b>	<b>8.584</b>	<b>7.398</b>	<b>3.094</b>	<b>2.743</b>	<b>31.019</b>	<b>24.019</b>	<b>6.971</b>	<b>29</b>

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira.* Estado do Paraná. 1941, p. 27.

Entre os brasileiros e os estrangeiros de todas as procedências identificados na tabela, com exceção dos hispano-americanos, que é irrelevante no quadro geral – apenas 27 –, observa-se um equilíbrio entre os gêneros, tanto na categoria dos adultos, quanto dos menores, que representavam mais de 1/3 da totalidade dos trabalhadores adultos na cafeicultura. Em seu conjunto, esses dados sinalizam a presença da unidade familiar como força de trabalho dominante no mundo rural.

O capital invertido também mereceu destaque no *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira*, conforme registra o cartograma abaixo e na Tabela 09, da página anterior:

Figura 31: CAPITAL INVERTIDO, TERREIROS E MÁQUINAS.



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 26.

Caracteriza-se inicialmente que o investimento predominante era em bens de capital permanente, no caso, terras em primeiro lugar, e edifícios em segundo. No que diz respeito às máquinas, bens de consumo duráveis, os investimentos eram pouco significativos e restringiam-se apenas a imigrantes italianos, espanhóis e ingleses.

Quanto aos japoneses, ainda neste caso, ocuparam a primeira posição em investimento total entre os estrangeiros, ainda que não se apresente qualquer registro de investimento em máquinas. Neste item, pode-se conjecturar que os japoneses, entre outros, eram clientes daqueles que possuíam as máquinas de beneficiamento, inclusive na área urbana, como Soiti Taruma, que anunciava regulamente seu serviço, conforme segue:

Figura 32: PROPAGANDA DE MÁQUINA DE BENEFICIAMENTO.



Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938.

Pode-se concluir que o *Atlas* de 1941 é um testemunho eloquente da dinâmica interna da colônia internacional.

#### **4. TENSÕES E CONFLITOS INTERÉTNICOS NA FRONTEIRA.**

Embora na memória e na história sobre o processo de colonização de Londrina e região, as imagens construídas acerca do “mito do pioneiro”<sup>80</sup>, do “discurso da felicidade”<sup>81</sup> e da “harmonia entre as raças” permaneçam com vigor, ainda nos dias de hoje, a documentação estudada aponta em outro sentido. São vários os registros que indicam a existência de conflitos e episódios de violência entre os diferentes grupos que integravam o mosaico multiétnico londrinense. Um exame mais detalhado das fontes se impõe na busca de esclarecimentos sobre a especificidade de tais confrontos e em que medida envolveu os nipônicos e seus descendentes.

Tal preocupação se impõe, também, pois tais documentos, ao mesmo tempo, revelam o comportamento dos agentes sociais envolvidos, o que permite perceber aspectos da moral e dos costumes da época, enfim, da sua historicidade. Comportamentos que, certamente, eram resultantes das tradições e cultura de origem de cada indivíduo e grupos; bem como das vivências e relações que se estabeleciam entre tais agentes nas frentes de expansão onde habitavam, ou seja, as “terras vermelhas” do setentrião paranaense, um lugar de fronteira.

Para José de Souza Martins (1996, p. 25), “fronteira é, simultaneamente, lugar de alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. A unidade do diverso”. O lugar da fronteira é de “conturbada realidade”, caracterizado pela violência presente na vida social. E aponta que “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social”. Por conseguinte, é nesse conflito que a fronteira se constitui “essencialmente” no “lugar de alteridade”, singularizando esta realidade. Indica, ainda, que:

---

<sup>80</sup> Sobre o “mito do pioneiro”, ver TOMAZI, 1989, 1997 e 1999.

<sup>81</sup> Sobre o “discurso da felicidade”, ver ADUM, 2008, que demonstra, por meio de análise de processos relacionados à sindicância na Prefeitura Municipal de Londrina (década de 1940), como o “sonho de harmonia e paz social difundido pelas publicações da CTNP” se desfez, tornando “evidente seu real objetivo”, que era “assegurar o monopólio sobre a cidade de Londrina” (Idem, p. 151; 172).

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

(...) A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1996, 27).

É sobre esta situação de *fronteira*, que Londrina viveu nas décadas de 1930 e 1940, que debruçaremos nossa análise, no sentido de dar visibilidade aos conflitos que ocorreram entre e nos diferentes grupos, especialmente, os japoneses, objeto deste estudo. Busca-se, desta maneira, contrapor a ideia de *harmonia entre as raças*, representação amplamente veiculada pela propaganda da empresa britânica, CTNP, desde a década de 1930<sup>82</sup>.

Dentre os documentos levantados para esta pesquisa, destacam-se os autos criminais do Fórum da Comarca de Londrina, que integram o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina. A coleção totaliza 5.323 autos criminais, produzidos no exercício das funções daquele Fórum no período que compreendem os anos de 1938, data de criação da Comarca do Município, e 1972. Os autos findos dos anos posteriores permanecem no Arquivo daquele Fórum. A coleção de autos do CDPH é composta de processos crime, queixas crime, inquéritos policiais, ofícios, autos de infração e requerimentos.

Vale lembrar que tais autos criminais não representam a totalidade desta série documental, produzida no período de 1938 a 1972, e sim o que foi preservado nos arquivos daquela instituição no decorrer dos anos até serem transferidos ao CDPH da UEL no ano de 1996, visando sua salvaguarda e utilização para fins acadêmico-científicos<sup>83</sup>. Ressalta-se, porém, que o acervo desta coleção se constitui em uma amostra significativa, sobre a qual se elaborou uma análise comparativa, no intuito de dar visibilidade aos diferentes grupos étnicos que integravam a “colônia internacional”, isto é, Londrina.

<sup>82</sup> Uma discussão acerca da sociabilidade e dos relacionamentos interétnicos, na região de Londrina, foi iniciada por Priscila Martins Fernandes (2005), que focalizou a questão do preconceito racial em relação aos japoneses e descendentes, em Londrina, no período de 1930 a 1953; sem, no entanto, ampliar para a análise comparativa da tipologia de crimes, entre diferentes grupos étnicos, ocorridos no período. Observa-se, ainda, que o inquérito policial sobre a escola japonesa incendiada, em 1938, utilizado pela citada autora, também será utilizado na presente pesquisa, aprofundando-se a análise e dialogando com o referido trabalho.

<sup>83</sup> Para informações sobre a transferência desta coleção de documentos e sua organização, por meio de projeto de pesquisa coordenado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Enezila de Lima, do Dept<sup>o</sup> de História da UEL, ver MAESIMA (2003).

A partir da existência de tais autos, foi possível produzir o quadro, abaixo, em que se aponta o número de japoneses, alemães e italianos envolvidos nos citados autos, segundo a condição de vítima ou réu, entre 1938 e 1958:

**Tabela 10: QUANTIDADE DE AUTOS, POR NACIONALIDADE – PERÍODO 1938 A 1958.**

Nacionalidade	Autos que se envolvem como VÍTIMAS	Autos que se envolvem como RÉUS	Total de autos por nacionalidade	Percentual em relação ao conjunto da amostra (Coleção Autos do Fórum do CDPH) = 2.248 autos.
Japoneses	62	32	94	4,18%
Alemães	27	16	43	1,91%
Italianos	34	17	51	2,26%

Fonte: Coleção “Autos do Fórum da Comarca de Londrina – 1938/1970”. UEL/CDPH.

O ano de 1938 refere-se ao início da referida série documental, ou seja, ao ano de criação do Fórum da Comarca de Londrina. O ano de 1958 refere-se ao cinquentenário da imigração japonesa no Brasil, data-limite do objeto desta pesquisa, conforme já explicitado.

Nos limites da apresentação desta pesquisa, foram escolhidos apenas três grupos étnicos, os mais representativos, para a análise comparativa. Assim, além dos japoneses, objeto desta pesquisa, foi realizado, também, um levantamento quantitativo dos autos, da mesma coleção do acervo do CDPH, envolvendo os italianos e alemães.

Em 1938, estas nacionalidades congregavam os três maiores grupos de proprietários de terras no município de Londrina – depois dos brasileiros que eram a maioria. Do total de 4.746 donos de terras, 1823 eram brasileiros, 611 italianos, 533 japoneses e 510 alemães<sup>84</sup>. Ressalva-se ainda, que no grupo de brasileiros, podem existir descendentes destes grupos étnicos, pertencendo, portanto, aos respectivos grupos, seja por laços de parentesco ou de relações intergrupais. No entanto, não há dados suficientes para quantificá-los.

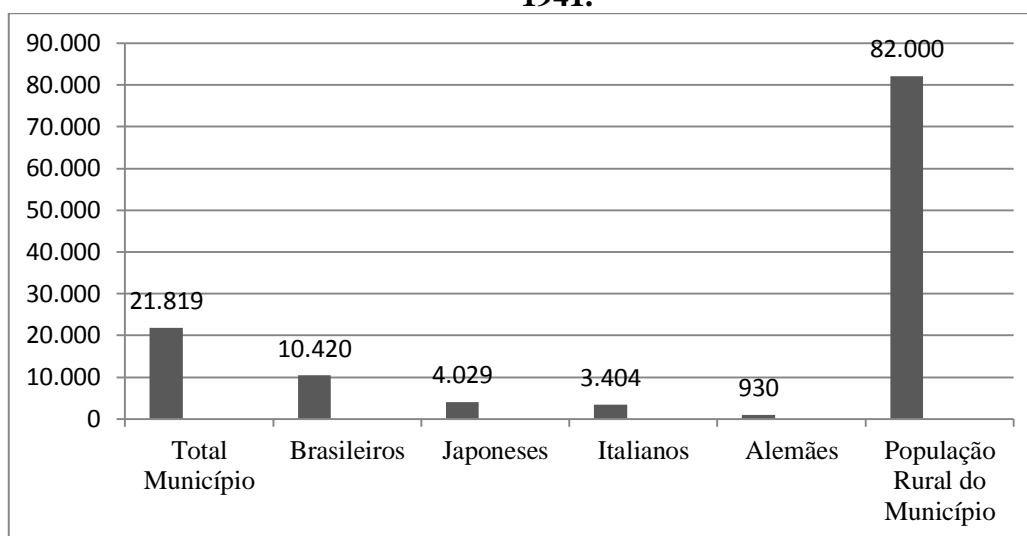
É importante ressaltar que não foi possível recuperar a totalidade da população do município de Londrina, por nacionalidade dos imigrantes, nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Até o momento, não se tem conhecimento da existência de fontes documentais que especifique o número total da população deste município que incluía também os não-proprietários de terras, categorizando-os por nacionalidade e etnia. Somente os japoneses e

<sup>84</sup> Ver tabela 03: “Quantidade de proprietários de terras no município de Londrina até dezembro de 1938”, na página 74. Destaca-se que não existem muitas fontes disponíveis que contabilizem o número dos grupos de estrangeiros. Foi encontrado apenas este levantamento, além da quantidade de trabalhadores na cafeicultura constantes no *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira*, de 1941 (ver figura 33, p. 128).

seus descendentes foram objeto de levantamento detalhado, elaborado pelo próprio grupo em 1958<sup>85</sup>.

Numa tentativa de melhor ilustrar o quadro populacional, matizado pelas diferentes etnias que o compunham, apresenta-se a seguir a quantidade de trabalhadores na cafeicultura no município de Londrina em 1941:

**Figura 33: Gráfico: Trabalhadores na cafeicultura, por nacionalidades. Londrina – 1941.**



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná*. 1941, p. 27; ALMEIDA<sup>86</sup> (1954), ASARI & TUMA (1978), BRANCO & MIONI (1960), GOMES (1938) apud ARIAS NETO, 2008, p. 225.

Os japoneses representavam 18,46% da população total de trabalhadores na cafeicultura do município e constituíam o primeiro grupo de estrangeiros. Eram 15,5% a mais do que os italianos e três vezes mais do que a quantidade de alemães.

Quanto ao número total, isto é, os 21.819 trabalhadores na cafeicultura, certamente habitavam a zona rural do município, em 1941. Os dados indicam que provavelmente o restante desta população rural, 60.181 habitantes, dedicava-se a outras atividades agrícolas, confirmando a historiografia regional que assevera que o incremento desta cultura se deu a partir desta época.

<sup>85</sup> Este censo da Colônia Japonesa será tratado no capítulo 5.

<sup>86</sup> ALMEIDA, Gladstone. *Guia Geral de Londrina*. Londrina: Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954; ASARI, A. & TUMA, M. *Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do Município de Londrina*. Londrina: PML, 1978; BRANCO, G & MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata: Documentário Histórico*. Londrina: Realizações Brasileiras, 1960; GOMES, Adriano M. *Álbum do município de Londrina*. Londrina: PML, 1938.



A tabela abaixo revela, claramente, um crescimento acelerado anual da população, e que se trata de um processo efetivo de ocupação territorial, com expressiva concentração do aumento na área rural, que, em sete anos, passou de 4.500 habitantes para 82 mil habitantes:

**Tabela 11: DADOS DE POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**

ANO	URBANO	RURAL	TOTAL
1934	3.000	4.500	7.500
1935	4.000	11.000	15.000
1936	7.620	12.907	20.000
1938	10.200	18.800	32.000
1939	-	-	60.775
1941	13.000	82.000	95.000
1942	15.000	85.000	100.000
1943	18.000	92.000	110.000
1944	21.000	31.000	52.000
1945	22.500	33.000	55.500
1946	25.000	36.000	61.000
1947	29.000	38.000	67.000
1948	33.000	25.000	58.000
1949	35.000	27.000	62.000
1950	39.000	33.144	72.444
1951	42.000	35.000	78.000
1952	45.000	38.000	83.000
1953	48.000	42.000	90.000
1957	66.500	52.180	118.680
1960	72.857	61.964	134.821

Fonte: ALMEIDA<sup>87</sup> (1954), ASARI & TUMA (1978), BRANCO & MIONI (1960), GOMES (1938) apud ARIAS NETO, 2008, p. 225.

O citado crescimento da população rural atingiu o seu ápice em 1943 com 92 mil habitantes. A drástica redução a partir deste ano justifica-se pelo processo de desmembramento do extenso território do município de Londrina. O Distrito de Rolândia, por exemplo, foi elevado à categoria de município em dezembro de 1943, e o Distrito de Cambé, em outubro de 1947.

Outra variável a considerar é a intensificação dos padrões urbanos que atraiu para a sede dos municípios maiores contingentes de população. Tal processo, em dez anos, inverteu a relação entre o campo e a cidade em Londrina: a população rural de 31.000 habitantes em

<sup>87</sup> ALMEIDA, Gladstone. *Guia Geral de Londrina*. Londrina: Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954; ASARI, A. & TUMA, M. *Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do Município de Londrina*. Londrina: PML, 1978; BRANCO, G & MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata: Documentário Histórico*. Londrina: Realizações Brasileiras, 1960; GOMES, Adriano M. *Álbum do município de Londrina*. Londrina: PML, 1938.

1944 apresentaria um número de 42.000 em 1953, enquanto a urbana passaria de 21.000 a 48.000 no mesmo período. Logo, enquanto a população rural apresentou um crescimento de pouco mais de 30%, a urbana aumentou mais de 100%, além da sua superioridade em termos absolutos.

Pelos dados apresentados na tabela e no gráfico anterior, e considerando o crescimento populacional da cidade e da região, apesar do desmembramento do território municipal, infere-se que a população dos referidos grupos étnicos também tenha aumentado. Tal hipótese baseia-se nos números apresentados no censo da Colônia Japonesa de 1958, no qual se verifica o crescimento em Londrina, com uma população que se eleva sobremaneira para quase 9.000 japoneses e descendentes, conforme tabela a seguir:

**Tabela 12: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE LONDRINA POR MUNICÍPIO, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO. – 1958.**

Município/ Regiões	Total	Geração		Residência		Sexo	
		Imigrantes	Descendentes	Zona Urbana	Zona Rural	Masculino	Feminino
Londrina	8.978	2.669	6.309	5.143	3.835	4.626	4.352

Fonte: COMISSÃO DO RECENTSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964. p.14.

Assim, a partir dos dados apresentados, desde 1938, busca-se indicar pistas que sinalizem para se ter uma ideia da quantidade populacional de cada grupo étnico, no sentido de proporcionar informações que possibilitem deduzir como se compunha o universo desta localidade multiétnica; bem como formular hipóteses que permitam a compreensão das relações interétnicas que se processaram no período.

Com o intuito de facilitar a apreensão da especificidade e da condição de envolvimento do grupo estudado e, para efeito de comparação, de mais dois grupos étnicos, verticalizamos a análise quantitativa especificando a tipologia dos crimes, por décadas, no período estudado:

**Tabela 13: AUTOS ENVOLVENDO JAPONESES, ALEMÃES E ITALIANOS NA CONDIÇÃO DE VÍTIMA.**

Tipologia de crime	Japoneses			Alemães			Italianos		
	Décadas			Décadas			Décadas		
	1930	1940	1950	1930	1940	1950	1930	1940	1950
Ameaça					1				1
Apropriação indébita			2			1			
Busca e apreensão			3						1
Calúnia								1	
Dano					1				
Fato atípico		1							
Estelionato		1	12			4		2	5
Sequestro de bem, com base em estelionato			1						1
Tentativa de estelionato			1						
Exercício arbitrário das próprias razões.			1						
Extorsão								1	
Extorsão mediante sequestro		1							
Furto		1	9		1	1		2	
Furto qualificado			5						
Furto e receptação									1
Homicídio	03	1			3	1	1	1	
Homicídio culposo									4
Tentativa de homicídio		1							
Incêndio em estabelecimento escolar	01								
Incêndio em estabelecimento industrial					1				
Injúria		1							
Lesão corporal		1	2	1	3		1	2	
Lesão corporal culposa			1		1				1
Lesão corporal de natureza grave		1							
Morte acidental					2			2	
Rapto de menor		1							
Receptação									1
Roubo		3	1		1			1	
Tentativa de roubo		1							
Sedução			1						1
Suicídio		3	1		1	1		1	
Indução ao suicídio			1						
Tentativa de suicídio					3			1	1
Usurpação								1	
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>17</b>
<b>Total por nacionalidade</b>		<b>62</b>			<b>27</b>			<b>34</b>	

Fonte: Coleção “Autos do Fórum da Comarca de Londrina – 1938/1970”. UEL/CDPH.

Quanto à tipologia de crimes em que o grupo de japoneses se envolveu na condição de vítima, verifica-se que na década de 1930, ou seja, a partir de 1938, existem apenas 4 autos criminais, sendo que os casos de homicídio decorreram de acidentes de trânsito. O incêndio na escola japonesa, de caráter criminoso, será detalhado adiante.

Na década de 1940, eleva-se para 17 autos criminais. Entre inquéritos policiais e processos crime, registram-se ocorrências de assaltos (roubos), latrocínio, lesões corporais em decorrência de brigas, furto de sacos vazios, extorsão e sequestro de pessoas, suicídios, rapto de menor de 17 anos, etc. O fato atípico, ou seja, a ausência de elementos caracterizadores da conduta típica, refere-se a um cadáver encontrado em estado de decomposição. O caso de injúria refere-se ao conflito entre um trabalhador rural e seu patrão, por motivo de trato em cafezal, que também será tratado neste capítulo.

Quanto aos alemães, em fins da década de 1930, registra-se apenas uma ocorrência de lesão corporal, num conflito entre um alemão e um japonês, que será detalhado adiante.

Na década de 1940, as 18 ocorrências referem-se a lesões corporais por brigas e acidente de trânsito, assalto a residência, furto em residência, incêndio em barracões da indústria de madeiras, dano por prejuízo material pela morte de um animal doméstico, morte acidental ao ser alcançado por estilhaço de pedra ao detonar dinamite – quando a vítima perfurava um poço –, homicídios, suicídio e tentativas, etc.

Envolvendo italianos, na década de 1930 há somente dois autos. Um refere-se a lesões corporais em decorrência de acerto de contas em transação comercial e outro homicídio culposo em virtude de acidente de trânsito, quando uma jardineira (ônibus) tombou no trajeto Sertanópolis-Ibiporã.

Na década de 1940, os autos referem-se a lesões corporais decorrentes de brigas, morte por acidente ao descarregar toras de caminhão, furto de animais e a residências, usurpação, estelionatos envolvendo valores em dinheiro e tecido para terno, homicídio, suicídio, etc.

Constata-se que nas primeiras décadas de existência do município de Londrina, quando estas populações estrangeiras estão na zona rural derrubando as matas e trabalhando a terra, o número de registros judiciais que os envolvem é diminuto.

Para oferecer um panorama desta *terra de fronteira multiétnica*, demonstra-se, na tabela a seguir, uma comparação entre a totalidade de processos referentes às décadas de 1930 e 1940, que envolvem os referidos grupos, e o de trabalhadores na cafeicultura, em 1941. Destaca-se que os habitantes da zona urbana dos respectivos grupos não estão incluídos. Considera-se, todavia, que pelos dados históricos de ocupação deste território, presumivelmente, a maioria era de agricultores e, no caso dos japoneses, uma boa parte migrou para a cidade na década de 1950<sup>88</sup>:

---

<sup>88</sup> Ver tabela 25: Distribuição geográfica da população da Região de Londrina por município, geração, residência e sexo – 1958, na p. 196.

**Tabela 14: PROPORÇÃO DE AUTOS CRIMINAIS, NA CONDIÇÃO DE VÍTIMA EM RELAÇÃO AOS DADOS POPULACIONAIS APROXIMADOS DO COMEÇO DA DÉCADA DE 1940.**

Nacionalidade	Quantidade de trabalhadores na cafeicultura, em 1941 <sup>89</sup>	Quantidade de autos criminais, envolvidos na condição de <b>vítima</b>			Percentual de processos em relação à quantidade de trabalhadores na cafeicultura, em 1941
		Final da década de 1930	Década de 1940	Total	
Japoneses	4.029	4	17	21	0,52%
Alemães	930	1	18	19	2,04%
Italianos	3.404	2	15	17	0,49%

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná. 1941, p. 27; Coleção Autos do Fórum da Comarca de Londrina – 1938/1970. UEL/CDPH.

O que se pode depreender da tabela acima é que a quantidade de autos, existentes na expressiva amostra que se constitui a Coleção do Fórum da Comarca de Londrina, relativos aos grupos estrangeiros analisados, é muito pequena se comparada ao número de habitantes de cada grupo, aqui inferidos a partir dos dados apontados. Destaca-se que foram utilizados os números de trabalhadores na cafeicultura, em 1941, porque são os únicos dados referentes à quantidade de grupos étnicos disponíveis. Portanto, trata-se do número mínimo de cada grupo, podendo haver uma quantidade maior, uma vez que a população rural do município, naquela data, era de 82.000 habitantes<sup>90</sup>.

No entanto, entre os anos 1950 e 1958, as ocorrências em que os japoneses figuram como vítimas crescem 2,4 vezes em relação à década de 1940, totalizando 41 autos criminais. Este grande aumento denota o incremento populacional e o adensamento do núcleo urbano na década de 1950, que ocorreu juntamente com o crescimento econômico e a consequente valorização das terras. Tais fatores produzem, por sua vez, uma dinâmica social que traz consigo o aumento de conflitos sociais e da criminalidade<sup>91</sup>. Acompanham esse crescimento, toda uma gama de crimes, que não envolve só os japoneses, mas também outros grupos

<sup>89</sup> Observa-se que o número de trabalhadores inclui adultos e menores, de ambos os sexos.

<sup>90</sup> Ver tabela 11: “Dados da população do Município de Londrina”, p. 129, e Figura 33: Gráfico: Trabalhadores na cafeicultura, por nacionalidades. Londrina – 1941, p. 128.

<sup>91</sup> Para saber mais sobre essa questão, ver ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem. Histórias de Polícia em Londrina. 1948-1962*. Londrina: EDUEL, 1999; ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 1991.

étnicos como os alemães, italianos, etc, que também estão inscritos na Coleção de Autos do Fórum da Comarca de Londrina.

Este conjunto de processos apresenta uma tipologia importante de conflitos, como disputas de terras por comercialização, estelionatos, além de outros crimes que retratam conflitos sociais, como rapto, sedução, etc, ocorridos no período.

A análise do conjunto dessas fontes sinaliza que o aumento da quantidade de crimes, especialmente, no caso dos japoneses, coincide com o momento em que aquela sociedade multiétnica está saindo da fase de gestação da grande urbe, que irrompe na década de 1950. É quando a cidade caminhava para o seu apogeu econômico, proporcionado pela riqueza advinda da cafeicultura, tornando-a um polo do desenvolvimento regional. Assim, começam a surgir relações sociais mais complexas e ocorre um aumento da oferta de serviços de terceiros. Aparecem os espaços dos profissionais liberais, bem como toda uma gama de instituições sociais, políticas, culturais, etc.

Nesse momento, anos de 1950, o *tempo e o lugar de fronteira* vai se acabando, pois naquela localidade os espaços dos grupos e segmentos sociais já estão se definindo, fazendo com que a *fronteira*, ou melhor, a *situação de fronteira* seguisse adiante, com suas inerentes especificidades, rumo ao noroeste do Paraná...

Nesta década, o grupo étnico nipo-brasileiro se incorpora ao adensamento do núcleo urbano de Londrina, pois a cidade proporciona-lhe mobilidade social. Seus integrantes vão se inserindo nos setores do comércio, indústria e prestação de serviços.

Ao longo desta década, o crescimento da população de Londrina é acompanhado pelo aumento do número de pessoas deste grupo étnico, constatado no censo realizado pela Colônia Japonesa, em 1958. O levantamento indica a existência de 8.978 imigrantes japoneses e descendentes, sendo que 5.143 viviam na zona urbana e 3.835 permaneciam na zona rural.

Quanto à totalidade de autos<sup>92</sup> de cada grupo de estrangeiros analisados, verifica-se que a quantidade em que figuram como vítimas é praticamente o dobro dos que incidem como réus, cuja tipologia de crime segue abaixo:

---

<sup>92</sup> Ver tabela 10: Quantidade de autos, por nacionalidade - Período 1938 a 1958, na página 127.

**Tabela 15: AUTOS ENVOLVENDO JAPONESES, ALEMÃES E ITALIANOS NA CONDIÇÃO DE RÉU**

Tipologia de crime	Japoneses			Alemães			Italianos		
	Décadas			Décadas			Décadas		
	1930	1940	1950	1930	1940	1950	1930	1940	1950
Apropriação indébita		1	1			2			
Arrombamento de represa		1							
Busca e apreensão			1						
Calúnia, difamação e injúria			1						
Dano					2			1	
Desrespeito ao símbolo nacional (bandeira nacional)		1							
Estelionato		1	4		2		1		2
Falso testemunho									1
Furto		1	1					1	
Furto qualificado		1	1			1			
Homicídio								1	
Homicídio culposo						1			2
Homicídio e exercício ilegal da medicina								1	
Infração a dispositivos da Lei de Falência					1				
Indução ao suicídio			1						
Injúria									
Lesão corporal	1	3	3	2	4	1	1	3	
Prática de “câmbio negro” no comércio de açúcar.		1							
Rapto		1							1
Receptação			5						
Sedução			2				1		
Usurpação								1	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>6</b>
<b>Total por nacionalidade</b>	<b>32</b>			<b>16</b>			<b>17</b>		

Fonte: Coleção “Autos do Fórum da Comarca de Londrina – 1938/1970”. UEL/CDPH.

No final dos anos 1930, na condição de réu, registra-se apenas um processo crime de lesão corporal, em decorrência de uma discussão entre o administrador da fazenda e um colono. Este auto criminal será analisado com mais detalhes, ainda neste capítulo.

Na década de 1940, foi registrada a existência de 11 autos, que se referem a furtos em casa comercial, furto de bicicleta, a rapto de menor, a arrombamento de represa e briga de vizinhos, a lesões corporais em decorrência de brigas, a prática de “câmbio negro” no comércio de açúcar, logo após o término da II Guerra Mundial. Há, também, outros autos que dizem respeito à apropriação indébita e estelionatos relacionados a transações imobiliárias. Data do final dos anos 1940, o registro de um emblemático processo crime iniciado por

desrespeito ao símbolo nacional. Este auto também foi selecionado para análise específica neste capítulo.

Os alemães, na década de 1930, apresentam envolvimento em apenas dois autos referentes à lesão corporal, por motivo de brigas. Na década de 1940, também há registro de ocorrência de lesões corporal, devido a brigas, inclusive em baile de carnaval, por litígio de terras, etc. Além disso, existem autos referentes a estelionatos em transações comerciais, dano por prejuízo material pela morte de animais domésticos, homicídio culposo por acidente de trânsito, etc.

Quanto aos italianos, na década de 1930, verificam-se três autos criminais referentes a estelionato ocorrido na comercialização de móveis e utensílios, sedução após promessa de casamento e lesão corporal por motivo de rixa.

Na década seguinte, registram-se casos de prática ilegal da medicina, resultando em homicídio, lesão corporal por motivo de ciúmes entre casais, litígio de terras por alteração de limites, danos materiais em caminhonete acidentada, furto de café em côco, homicídios culposos por atropelamento em acidente de trânsito, rapto de menor, estelionato, etc.

O índice de autos - na condição de réu, em relação à quantidade relativa de habitantes dos grupos étnicos, que viviam na zona rural de Londrina, no início da década de 1940 é menor do que o índice levantado na condição de vítima, conforme se demonstra a seguir:

**Tabela 16: PROPORÇÃO DE AUTOS CRIMINAIS, NA CONDIÇÃO DE RÉU EM RELAÇÃO AOS DADOS POPULACIONAIS APROXIMADOS DO COMEÇO DA DÉCADA DE 1940.**

Nacionalidade	Quantidade de trabalhadores na cafeicultura, em 1941	Quantidade de autos criminais, envolvidos na condição de réu			Percentual de processos em relação à quantidade de trabalhadores na cafeicultura, em 1941
		Final da década de 1930	Década de 1940	Total	
Japoneses	4.029	1	11	12	0,29%
Alemães	930	2	9	11	1,18%
Italianos	3.404	3	8	11	0,32%

Fonte: BRASIL. Departamento Nacional do Café. Estatística. Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira. Estado do Paraná. 1941, p. 27; Coleção Autos do Fórum da Comarca de Londrina – 1938/1970. UEL/CDPH.



Pelos dados existentes na coleção de autos, pode-se inferir que o grupo de japoneses era o que menos se envolvia em questões com a Justiça. No entanto, este fato não significa que a *situação de fronteira* que Londrina vivia era pacífica e de *harmoniosa* relação entre as *raças*, como procurar-se-á demonstrar.

Quanto aos anos de 1950 a 1958, verifica-se um não-crescimento e até uma diminuição das ocorrências envolvendo o grupo de italianos e alemães, nas condições de vítima e de réu. Sinaliza-se que as razões para esses fatos podem ser em virtude do desmembramento do território de Londrina em vários municípios, onde se localizavam boa parte da população destes grupos, como Rolândia e Cambé.

Diferentemente, no caso dos japoneses ocorre um sensível crescimento, como demonstram as tabelas de tipologia de crimes, tanto na condição de vítimas, quanto de réus.

Na década de 1950, a quantidade de autos, referente aos japoneses como réus, quase dobra em relação à década de 1940. As ocorrências dizem respeito a lesões corporais por motivo de brigas e por acidente de trânsito, furto de automóvel, estelionato em transações imobiliárias, estelionato em negociação de automóvel, receptação de mercadorias, sedução, etc.

A tipologia de crimes que predomina entre o grupo de japoneses, na década de 1950, refere-se aos crimes de receptação e estelionato. Porém, se considerarmos que em 1958 havia 2.669 imigrantes japoneses na cidade, ainda assim, a totalidade de autos criminais, que envolvem os japoneses na condição de réu, produzidos naquela década, 20 unidades, é muito diminuta; pois representa quase 0,8% daquela população.

A análise quantitativa dos autos criminais foi elaborada com o intuito de dar visibilidade à existência de conflitos e tensões sociais, que ocorreram desde os primórdios do município de Londrina, envolvendo grupos de estrangeiros, especialmente os japoneses. Enfatiza-se que isto só foi possível em virtude de tais registros terem sido preservados.

Considera-se, ainda, que é importante verticalizar o foco para a análise qualitativa dos autos, pois possibilita a percepção de especificidades que contribuem para a compreensão da trajetória dos sujeitos e dos processos históricos daquela sociedade do passado.

Assim, para os propósitos desta pesquisa, isto é, contrapor a ideia de *harmonia entre as raças*, buscou-se elaborar esta análise qualitativa de quatro autos findos, que corroboram a existência de conflitos interétnicos, especificamente, no tempo em que Londrina era uma região de frente de expansão, um lugar de *fronteira*, isto é, nas décadas de 1930 e 1940.

Enfatiza-se que o intuito de apresentar a tipologia de crimes não foi analisar, caso a caso, a criminalidade em que se envolve o grupo étnico japonês. O objetivo foi oferecer as

características do conjunto documental existente, do qual foram eleitos alguns autos que atestam como e onde as relações e fricções interétnicas se processaram, estas sim, propósitos desta pesquisa.

Para os limites desta apresentação, foram escolhidos dois autos em que pertencentes ao grupo de japoneses figuravam como vítimas e outros dois, como réus. Tais registros também oferecem uma amostra do cotidiano vivenciado por integrantes do grupo étnico japonês no período tratado. Estes casos serão relatados na sequência, ressaltando-se que outros processos também trazem consigo informações que possibilitam verificar as relações de conflitos e de liames sociais daquela sociedade. Possibilitam, também, a percepção dos valores morais e sociais daqueles indivíduos e grupos, com suas regras de conduta e de comportamento, que reproduzem, por sua vez, suas diferentes culturas.

Dos quatro autos criminais relativos às décadas de 1930 e 1940, que serão apresentados, um ocorreu na zona urbana do atual município de Rolândia e outro na sua zona rural. O terceiro ocorreu na zona rural de Londrina e o quarto, no centro da cidade de Londrina<sup>93</sup>.

Notas sobre a localidade onde aconteceram os dois primeiros casos serão apresentadas, para melhor compreensão deste estudo.

O povoamento do território do atual município de Rolândia iniciou-se em 1932, com a chegada dos primeiros colonos alemães que se dirigiram à Gleba Roland e japoneses às Glebas Cafezal, conforme Schwengber (2003, p. 25) e Barra Grande, conforme Ikeda (apud YAMAKI, 2008, p.40), sendo que os primeiros lotes agrícolas foram comprados por japoneses, em 1932 (SCHWENGBER, 2003, p. 36).

Outras glebas foram abertas, com entradas de várias outras etnias, mas destacando-se, sobretudo, os imigrantes alemães e japoneses. Em 1934, foi fundado o Patrimônio Rolândia e há registros que em 1936 havia uma Subdelegacia de Polícia. Em 1938, foi elevada à categoria de Distrito Judiciário de Londrina (SCHWENGBER, 2003, p. 33), lembrando que neste ano foi criada a Comarca do Município de Londrina. Também no ano de 1938, foi criado o Distrito Administrativo de Rolândia, pertencente ao Município de Londrina.

Rolândia foi elevada a categoria de município pelo decreto estadual nº 199, de 30/12/1943, quando passou a denominar-se Caviúna (Enciclopédia dos municípios, 1959, p. 442-443; IBGE- Cidades@). Note-se que, nesse período do Estado Novo, as denominações das localidades do país com origem estrangeira também ficaram sujeitas à campanha de

---

<sup>93</sup> Convém destacar que a zona urbana neste período se constitui de pequenos núcleos urbanos.

brasilidade. O nome de Rolândia era uma homenagem a Roland, legendário guerreiro medieval alemão, que lutava junto de Carlos Magno, sob o lema “liberdade e justiça” (IBGE – Cidades@). O nome da cidade é um indicador da significativa presença germânica na localidade. O município foi instalado em 1º de janeiro de 1944 e voltou a se chamar Rolândia, por meio da Lei Estadual nº 2, de 10/10/1947.

**Figura 34: VISTA PARCIAL DA VILLA DE ROLÂNDIA – 1938.**



Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 59.

Quando o Distrito de Rolândia foi criado em 14/03/1938, pelo decreto estadual nº 6.589, o pequeno povoado planejado pela CTNP era referido no *Álbum do Município de Londrina* como "um centro industrial de grande futuro com uma população rural de 5.758 habitantes e urbana de 1.761". Segundo o autor, aquela localidade vinha “se desenvolvendo de um modo notável”. E caracterizava: “Rolândia, a villa que lhe serve de sede torna-se cada vez mais attrahente pelo seu aspecto pittoresco e alegre, e pela actividade commercial e industrial que enche de vida sua zona urbana”. Na mencionada sede havia 529 habitações, sendo maioria de madeira, “porém de architectura moderna e decorações de fino gosto” (GOMES, 1938, p. 57).

Além disso, anunciava que o comércio da vila era “composto de firmas fortes”, exercendo vários ramos de atividades como:

tecidos, seccos e molhados, ferragens, louças, bars, sorveterias, confeitarias, etc. Bons hotéis servem aos viajantes que chegam á florescente localidade. É no momento, ponto terminal da linha ferrea da Cia. Ferroviaria S. Paulo-Paraná. A maior Colonia estrangeira de Rollandia é a allemã, *que vive na melhor harmonia* [grifo nosso] no seio da comunhão brasileira, respeitando nossas leis e collaborando comnosco no desenvolvimento deste importante rincão de nossa patria. Rolandia é circundada de bem cultivadas chacaras, em franca produção (GOMES, 1938, p.57 e 59).

A Estação Ferroviária de Rolândia havia sido inaugurada em 25 de janeiro de 1936, e, segundo o *Álbum*, era uma das mais movimentadas da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná. (Idem).

**Figura 35: DISTRITO DE ROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE LONDRINA - 1938.**



Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 57.

A construção da ideia de “harmonia entre as raças” é reforçada na apresentação desta localidade. Além disso, o caráter cosmopolita está presente na denominação das vias públicas, que homenageia as cidades das diferentes nações. Os nomes dos logradouros publicados no *Álbum* de 1938 transmitem essa ideia de cosmopolitismo, como, por exemplo, as avenidas: “Londres, Roma, Paris e Nova-York”; as ruas: “Madrid, Pekin, Tokio, Lisbôa, Bernes, Viena, Buenos Ayres, Moscou, Constantinopla, Sophia, Varsovia, Hindenburgo, Chicago, Sidney, Budapest, Montividéo, Lima e Oslo”. Nomes de cidades brasileiras aparecem somente: “Nitheroy e Manáus”.

Com isto reforçava-se a imagem de um espaço multiétnico, de uma grande colônia internacional, onde os diferentes povos, de diferentes línguas viveriam em harmonia. Esta singularidade tornava aquela localidade atraente e um chamariz para a realização dos anseios de muitas pessoas, no sentido de obter melhores condições de vida. Despertou a atenção, sobretudo, dos diversos imigrantes e seus descendentes, de diferentes nacionalidades, que viviam no Estado de São Paulo, trabalhando na lavoura.

Outras informações importantes encontradas no *Álbum do Município de Londrina*, de Gomes (1938), estão abaixo relacionadas:

**Tabela 17: ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO NA VILA DE ROLÂNDIA – 1938.**

Faixa etária	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Até 7 anos	189	177	366
De 7 a 12 anos	114	112	226
Maiores de 12 anos	674	496	1170
Total Geral <sup>94</sup>	976	785	1761

Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 59.

**Tabela 18: ANALFABETOS DE AMBOS OS SEXOS NA VILA DE ROLÂNDIA - 1938.**

De 7 a 12 anos	91
Maiores de 12 anos	131
Total de analfabetos	222

Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 59.

**Tabela 19: NÚMERO DE HABITANTES DA VILA DE ROLÂNDIA, SEGUNDO A NACIONALIDADE – 1938.**

Brasileiros	1398
Estrangeiros	363
Total de habitantes	1761

Fonte: GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938, p. 59.

Desta maneira, é interessante lembrar que o álbum se constituía em um importante material de propaganda para o negócio imobiliário que estava sendo promovido pela Companhia de Terras. Ao mesmo tempo, ao reunir informações sobre o processo de colonização desde seu início, bem como de seus agentes promotores, representa uma importante fonte para a pesquisa histórica, uma vez que se constituiu em um dos marcos fundadores da história oficial de Londrina e região, reproduzida em muitas publicações memorialísticas e históricas sobre a cidade.

Todavia, a representação de *harmonia entre as raças* contida nesta fonte não se sustenta, na medida em que pesquisas históricas recentes dão conta de tensões existentes nesta localidade.

Em seu estudo sobre os judeus alemães, refugiados do nazismo, que vieram habitar Rolândia a partir da década de 1930, Marco Antonio Neves Soares (2012, p. 179-180) constatou a existência de tensões na colônia, em 1935. Haveria ali, contradições identificáveis

<sup>94</sup> Houve um erro na soma, sendo o resultado do total geral 1.762 habitantes. No entanto, na referência em que quantifica os estrangeiros e brasileiros também totaliza 1761 habitantes. Pode-se então concluir, que o total seja de fato, 1761 habitantes.

“entre os protestantes e os católicos, entre os pequenos e grandes colonos e entre os partidários do nacional-socialismo e os não-nazistas”, o que evidenciava “as fraturas internas da colônia” que crescia, bem como a presença de nazistas<sup>95</sup>.

No final da década de 1930, também houve conflitos e tensões envolvendo os japoneses em Rolândia. A apresentação dos dados disponíveis sobre esta localidade, contidos principalmente no *Álbum de 1938*, teve por objetivo proporcionar aspectos que permitam visualizar, mesmo que não totalmente, onde se processaram as ocorrências inscritas nos autos.

Na análise dos inquéritos policiais e processos criminais tratados a seguir, os nomes dos envolvidos foram substituídos pela condição de cada um no inquérito, ou pela sua função exercida na época. A intenção é manter a identidade dos envolvidos no anonimato. Foram utilizadas as iniciais do nome e sobrenome para manter, também, a identidade das testemunhas no anonimato.

#### **4.1. O INCÊNDIO DA ESCOLA JAPONESA<sup>96</sup>.**

Em 25 de agosto de 1939, o Governo do “Estado Novo” baixou o Decreto-Lei nº 1.545, onde obrigava todos os órgãos públicos, em diferentes instâncias, a promoverem no âmbito de suas competências, a adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros ao meio nacional. A medida determinava que isto se processaria por meio do “ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico”, bem como por todos os outros “meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum” (Decreto-Lei nº 1.545, 1939, art. 1º). O Ministério da Educação e Saúde deveria “subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados e Municípios” (Decreto-Lei nº 1.545, 1939, art. 4º, item b). Logo, os estabelecimentos de ensino tornavam-se repartições públicas, e assim, sujeitas ao art. 15º do mesmo Decreto-Lei, que proibia o uso de línguas estrangeiras nestas repartições, “no recinto das casernas e durante o serviço militar”.

Assim, conforme Oguido (1988, p. 105-106), os professores das escolas japonesas tinham que se submeter ao “exame de qualificação para receber licença oficial”. Como esses

---

<sup>95</sup> Para saber mais, ver SOARES, Marco Antonio Neves. *Da Alemanha aos trópicos: Identidades judaicas na terra vermelha (1933-2003)*. Londrina: EDUEL, 2012.

<sup>96</sup> Inquérito Policial emitido pela Subdelegacia de Polícia de Rolândia, sob notação nº 434, da “Coleção de Autos Criminais do Fórum da Comarca de Londrina, 1938-1970”, do CDPH. Contém 22 fotogramas.

professores “não tinham qualquer domínio do português”, as atividades dessas escolas foram temporariamente cessadas, só retornando em período posterior ao término da II Guerra Mundial. Questões mais profundas envolviam este cenário, como veremos a seguir.

A nacionalização<sup>97</sup> do ensino no Brasil fazia parte do “grande projeto político” pretendido pelo Estado Novo, projeto este “iniciado com a Revolução de 1930”, que tinha o propósito de construir uma identidade nacional comum, bem como valorizar a brasilidade.

Estava em questão a identidade do trabalhador, a construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo, e incluía-se igualmente nesta pauta a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado estrangeiro, estranho, ameaçador. Ambicioso e extenso, o projeto estado-novista deveria orientar todas as iniciativas do Estado dirigidas à sua própria construção e à construção da sociedade (BOMENY, 1999, p. 151).

A educação era uma das dimensões estratégicas que o programa nacionalizador deveria atuar, porém a existência de "núcleos estrangeiros nas zonas de colonização" era um dos obstáculos que deveriam ser superados. O que exigia uma forte intervenção do Estado, no sentido de "homogeneizar" a população e viabilizar o "grande projeto de identidade nacional".

Debatida e avaliada desde o início do século XX, a nacionalização do ensino encontrou no Estado Novo as condições propícias oferecidas pelo regime autoritário, mediante "à imposição de procedimentos coercitivos". Além disso, era favorecida pela "conjuntura onde todos os esforços de construção ideológica estavam fundados sobre a afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional". Não cabiam, no projeto, as possibilidades de inclusão e "convivência com fortes e estruturados grupos culturais estrangeiros nas regiões de colonização" (BOMENY, 1999, p.152).

Bomeny destaca que o grupo de alemães foi o que mais chamou a atenção e preocupação entre as autoridades do governo, em virtude da maneira com que mantinham a sua cultura, sua língua e os laços com sua nacionalidade. Isto causava "um sentimento ambíguo nas autoridades brasileiras: um misto de admiração e medo", pois encontravam no imigrante alemão as características do homem brasileiro "ideal a ser atingido no Brasil", possuidor de uma "consciência de grupo nacional", devotado e acompanhado de um sentimento de orgulho, grandeza e superioridade nacional (VIANA<sup>98</sup> apud BOMENY, 1999, p. 152).

---

<sup>97</sup> O termo nacionalização do ensino traz consigo "a questão da centralização, do anti-regionalismo" e (...) "da intolerância com as diferenças" (BOMENY, 1999, p. 152).

<sup>98</sup> VIANA, Oliveira. O Plano Nacional da Educação e a Constituição. Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, p.13.

Ainda segundo Bomeny, Oliveira Viana acreditava que o sentimento ou "um complexo de inferioridade historicamente enraizado" entre os brasileiros, era uma "herança da colonização" e isto impedia a "formação de uma mística de superioridade - condição indispensável à criação e construção da nacionalidade". Tal carácter, no entanto, era encontrado nos núcleos coloniais estrangeiros (BOMENY, 1999, p. 153). No Paraná, os alemães, japoneses e poloneses eram os grupos étnicos que mais preocupavam as autoridades governamentais em virtude do isolamento, adensamento e manutenção dos vínculos culturais com as respectivas nações de origem, conforme informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) ao então governo do Estado Novo (BOMENY, 1999, p. 153).

Embora o início do processo de nacionalização das escolas étnicas tenha se dado em 1939, que inclusive fechou muitos estabelecimentos escolares de núcleos coloniais nipônicos por falta de professores preparados conforme a medida legal determinava, um ano antes ocorreu um fato que revela a existência de fricções interétnicas e manifestações de hostilidade étnica: uma escola japonesa foi alvo de incendiários.

Este evento e sua fonte, ou seja, o auto criminal referente ao incêndio na escola foi analisado por Priscila Martins Fernandes, quando abordou a sociabilidade do imigrante japonês e os relacionamentos interétnicos na região de Londrina, apontando a existência "de restrições, perseguições e preconceitos diversos também contra a colônia japonesa de Londrina e região" (FERNANDES, 2005, p. 67). Será apresentada uma análise detalhada do mesmo auto no sentido de aproximar o foco sobre o mesmo objeto e buscar ampliar a compreensão da questão dos conflitos interétnicos na região de frente de expansão do setentrião do Paraná, ou seja, quando se vivia o tempo da *fronteira*. Os envolvidos no processo, isto é, as testemunhas não serão nominadas para que seja preservado o anonimato de suas identidades.

No dia 26/03/1938, sábado, aproximadamente a uma e meia da madrugada, no Distrito de Rolândia, que na época pertencia ao Município de Londrina, o prédio onde funcionava o estabelecimento educacional denominado "Escola Japoneza", foi totalmente destruído por um incêndio. Tomando conhecimento do fato, no amanhecer daquele dia, o Subdelegado de Polícia emitiu uma portaria determinando que o escrivão *ad hoc* notificasse dois cidadãos brasileiros, sendo que um deles tinha a patente de Coronel mencionada no documento, para que procedessem, como peritos, o auto de corpo de delito no prédio incendiado. Notificava, também, para que duas testemunhas presenciassem o referido auto.



Ficou constatado no auto que o prédio era de madeira e pertencia a uma associação japonesa. E, após o exame do local, onde encontraram dentro “de uma área de quarenta metros em quadra” somente os restos de madeira, telhas e vidraças quebradas, cinza e carvão, ficou “patente e provado ser o referido incêndio feito por mãos malfeitoras, visto aquelle prédio ser um prédio escolar e nelle não rezidir pessoa alguma servindo apenas para escola”. Segundo o documento, o incêndio teria começado pelos fundos, que era completamente aberto para o lado do mato. Os peritos afirmaram que o incêndio foi proposital e havia sido provocado por gasolina ou querosene, resultando na destruição completa do prédio.

Durante o dia 26/03, o Subdelegado ouviu sete testemunhas, todas residentes naquela localidade. A 1ª delas, um japonês que era casado, comerciante e alfabetizado, declarou que à 1:05 da madrugada, fora “chamado por seus ‘patrícios’ alarmados com um incêndio” na escola japonesa; que quando chegou, o prédio estava em chamas, não havendo tempo para salvar mais nada, apesar da grande quantidade de curiosos ali presentes. Disse que em certo momento, chegou um chauffer de um caminhão e perguntou a ele e aos seus “patrícios” se sabiam quem havia posto fogo no prédio, ao que responderam que não sabiam. O chauffer se retirou e retornou mais tarde. Perguntou-lhes novamente quem havia posto fogo no prédio. Desta vez, eles não responderam, pois era a segunda vez que o chauffer fazia a mesma pergunta. O declarante se comunicou em japonês com seus compatriotas, dizendo que ninguém tinha curiosidade sobre o incêndio.

O chauffer saiu e retornou pela 3ª vez ao local do incêndio, com mais outros companheiros. Muito zangado, começou a maltratar o depoente e seus patrícios, ameaçando-os de ferir-lhes. Do depoimento, depreende-se que os companheiros do chauffer tentaram acalmar os ânimos do mesmo e, que diante da resistência deste, os japoneses resolveram retirar-se, pois naquele momento o fogo já havia destruído o prédio por completo.

A 2ª testemunha, um japonês, com 46 anos, casado, comerciante e sabendo assinar o nome, disse que foi o primeiro a perceber o incêndio, pois morava perto da escola, ele e seu filho foram avisar os demais patrícios, que acorreram ao local do sinistro; que ao chegarem, o já mencionado chauffer chegou em seguida, acompanhado de um sujeito de nome desconhecido e perguntando à eles se dentro do prédio havia querosene ou gasolina. Responderam-lhe que não, pois ali era uma escola e não uma residência. Confirmou o depoimento da 1ª testemunha, detalhando que o chauffer os maltratou com palavras obscenas e ameaças de morte; que em virtude do modo violento e agressivo do mesmo, os japoneses fugiram do local, tomando cada um, o seu rumo.

A 3ª testemunha, outro japonês de 28 anos, comerciante, casado e alfabetizado, disse que ao saber do incêndio ficou incrédulo, porque no prédio escolar não havia materiais inflamáveis, que pudessem dar origem a incêndios; que ao chegar no local, nada fez para apagar o fogo, por ser humanamente impossível qualquer tentativa; que presenciou o momento em que o chauffer, juntamente com seu companheiro, gritou aos japoneses: “voceis (...) estão pondo fogo nas casas aqui no Brazil, estes [bicho] não pode ficar aqui, e quem manda aqui somos noz brasileiros; corja de filha da puta”. A testemunha declarou também que seus colegas japoneses disseram que o chauffer tentou sacar um revólver para atirar contra eles e foi impedido pelo seu companheiro. No mais, confirmou os depoimentos anteriores.

A 4ª testemunha, também um japonês de 46 anos, comerciante, casado, sabendo ler e escrever, confirmou a versão dos demais. Atestou que viu o chauffer gritando, parecendo maltratar a colônia japonesa, mas, como não compreendia bem o português, não podia afirmar se de fato maltratava-os.

A 5ª testemunha era um brasileiro de 42 anos, natural do Paraná, comerciante, casado, de ascendência, provavelmente, alemã e alfabetizado. Disse que era vizinho do prédio sinistrado; que aproximadamente a meia noite e meia, acordou com o barulho de uma correria na rua. Pensando que seus animais da cocheira pudessem ter escapado, abriu a janela. Porém não foi possível verificar, pois estava muito escuro e o barulho já estava adiante. Quinze minutos mais tarde, ouviu barulho novamente. Abriu a janela e viu que a escola estava em chamas. Disse que ouviu barulho de um automóvel transitando a noite toda, indo ao local do incêndio; que a correria que mencionou no início de seu depoimento saiu do mato próximo ao prédio incendiado, em direção a “parte baixa” da cidade.

A 6ª testemunha era outro brasileiro de 24 anos, lavrador e solteiro, natural de São Paulo (provavelmente do Estado de SP), que sabia assinar o nome. Disse que um outro morador da vila, um alemão, havia lhe dito que umas pessoas que eles não sabem quem são, tinham posto fogo na casa de outro alemão, que, no entanto, essa tentativa de incêndio havia falhado. Disse, também, que haviam dito a outro morador (provavelmente um brasileiro) que tinham mais casas para serem queimadas.

A 7ª testemunha era o alemão que a 6ª testemunha referiu-se primeiramente. Era um comerciante, casado, de 29 anos e alfabetizado. Só disse que ouviu dizer em seu estabelecimento comercial, que tentaram incendiar a casa de outro morador da vila, que era alemão. E que como este se achava de cama, não sabia e nem ouviu mais nada a respeito dessa tentativa, e não se interessava pelo assunto.

Depois de coletados todos esses depoimentos na mesma data do sinistro, em 26/03/1938, as folhas do inquérito só foram rubricadas no dia 31/01/1939, por um escrivão que, ao que parece, havia recém-assumido o cargo. Somente nesta data o inquérito foi concluído ao Sub Delegado de Polícia, em exercício, que também não era o mesmo que fez a abertura do inquérito. Este foi remetido ao Juiz de Direito da Comarca de Londrina, em 01/02/1939. No dia seguinte, o Escrivão da Vara Criminal do Fórum recebeu e concluiu ao Juiz. Este deu vista ao Promotor Público no dia 06/02/1939, que o devolve ao Juiz, no dia seguinte com o seguinte despacho: “Não tendo ficado nada provado no presente inquérito, opino pelo seu arquivamento. Londrina 7-2-39.” Na sequência, o Juiz de Direito defere o requerimento do Promotor e manda arquivar o inquérito, que contém 20 páginas.

É interessante observar como os japoneses, constituídos em minoria étnica, num espaço multiétnico, parecem sentir-se acuados e comportam-se de maneira a evitar o confronto, retirando-se e parecendo, ao final, assumir o prejuízo material. Pois, em nada resulta o referido inquérito. O que denota uma certa falta de vontade em se apurar devidamente os fatos, também percebida por Fernandes (2005, p. 66), que coloca “uma hipótese a ser questionada seria com relação aos decretos de abril de 1938, que restringiam o funcionamento das escolas de japonês, na intenção de diminuir a influência estrangeira no país”, embora o incêndio tenha ocorrido em data imediatamente anterior. Também hipoteticamente podem-se supor outros fatores, como a falta de efetivo policial; de pessoal qualificado, vez que se trata, ainda, de uma frente de expansão numa região de fronteira.

Quanto aos decretos mencionados, promulgados em 1938, concernentes aos estrangeiros no Brasil, destacam-se:

O Decreto-lei nº 383, de 18 de abril, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o Decreto-lei nº 406, de 4 de maio do mesmo ano, regulamentando o ingresso e a permanência de estrangeiros, determinando providências para a assimilação dos mesmos e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executivo das suas disposições; o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, criando a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e finalmente, o de nº 948, de 13 de dezembro de 1938 que, sob a consideração de serem complexas as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinava que as medidas com esse fim "fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização (BOMENY, 1999, p. 157-158).

O objetivo era homogeneizar as diferenças e fazer emergir uma identidade nacional brasileira, buscando-se eliminar “os elementos mais emblemáticos das culturas imigrantes” (LESSER, 2001, p. 230). Para concretizar o objetivo, além de controlar a entrada dos

estrangeiros, o governo atuou em duas frentes: uma, que proibia a concentração de estrangeiros de uma só nacionalidade. A sua quantidade não poderia ser superior a 25%. Ademais, pelo menos 30% dos que habitavam as colônias deveriam ser brasileiros natos – “o que implicava a proibição de concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros cuja quota parte no núcleo já estivesse completa, tarefa que caberia ao CIC” executar. A outra frente diz respeito “a intervenção do ministério Capanema nas tarefas de natureza educativa” (BOMENY, 1999, p. 158). Os diretores das escolas deveriam ser brasileiros natos, as aulas deveriam ser ministradas em língua portuguesa e tópicos “brasileiros” deveriam ser incluídos nos programas. Foi proibida a utilização de material didático em língua estrangeira, “exceto por permissão especial”. Por consequência, aproximadamente seiscentas escolas foram fechadas, apesar de muitas continuarem funcionando na clandestinidade (LESSER, 2001, p. 230).

Assim, os decretos baixados pelo governo federal, a partir de abril de 1938, modificaram “as maneiras de funcionamento da comunidade japonesa e nikkei”. Tal campanha de brasilidade refletiu tão intensamente, que “muitos chegaram a pensar em retornar ao Japão” (LESSER, 2001, p. 229-230).

Mesmo diante de “ataques racistas”, os imigrantes japoneses e seus descendentes mantiveram uma postura discreta. Ainda assim o grupo era visto como o “menos assimilado e menos assimilável” (LESSER, 2001, p.229-230), uma vez que no *Jornal do Brasil*, do começo de 1938, foi publicado editorial exigindo que o governo federal acabasse com o controle que o governo japonês exercia sobre os imigrantes e seus descendentes. Além disso, um relatório secreto sobre as colônias japonesas, de 18/06/1939, integrando o acervo da Polícia Política e Social<sup>99</sup> dizia que “o japonês naturalizado é sempre japonês”.

O fato é que a imagem negativa construída em torno do imigrante japonês desde os primórdios de sua entrada no Brasil, exacerbada na década de 1930 por ocasião dos debates da Constituinte no meio político e na elite intelectual brasileira, certamente reverberara nos sertões da frente de expansão norte-paranaense. O que contraria a intenção do discurso de *harmonia entre as raças*, construído em torno da pretendida colonização racional<sup>100</sup> promovida pela companhia inglesa. E o que explicaria o incêndio ter ocorrido em data

---

<sup>99</sup> APP, SJ, pasta II, APE-RJ apud Lesser, 2001, p. 230.

<sup>100</sup> Sobre a desconstrução desta representação da companhia colonizadora, ver Gonçalves, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. IN: *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. (Orgs.) Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves. Maringá: EDUEM, 1999. p. 87-121.

anterior à declaração de guerra do Brasil contra o Japão ou, ainda, ao decreto de nacionalização das escolas?

Os rumores acerca das ameaças e tentativas de incêndio na casa de um alemão e o incêndio da escola japonesa, concretizado, evidenciam a existência de conflitos interétnicos. Podem-se indicar como possíveis causas as dificuldades dos grupos étnicos de imigrados se integrarem à sociedade receptora, em virtude das diferenças culturais e pelo não domínio da língua portuguesa; bem como pelo fato de estarem sendo bem sucedidos nas atividades econômicas, tanto no setor agrícola como arrendatários e proprietários de terras, quanto no comércio. Motivos suficientes para causar invejas e disputas no espaço de fronteira, e que se referem às questões da ascensão social do imigrante e da adaptação a novas condições de vida, apontadas por Boris Fausto (2001a, p. 286).

Um dado importante encontrado durante a pesquisa é a maneira como este fato ficou registrado na memória e na história local. No relato feito em 1999, por uma imigrante húngara<sup>101</sup>, Terezinha Makocsi Erdei<sup>102</sup> atestou que chegou à Rolândia, juntamente com seus pais, em 13 de dezembro de 1937. Foram morar na Colônia Fuji, onde já viviam alguns japoneses e húngaros, quando tudo ainda “era mata virgem”. Disse que:

No ano de 1938, abriu-se a primeira Escola Pública, em Rolândia. Meus pais me matricularam nesta Escola. (...) Como era perigoso para uma menina ir sozinha até a cidade, meus pais combinaram com os filhos de japoneses da Colônia Fuji para que fôssemos juntos. Naquela época os filhos de japoneses estudavam em 2 períodos, de manhã frequentavam o curso regular, e à tarde, a **Escola Japonesa**. Esta escola deixou de funcionar durante a 2ª Guerra Mundial. **Em 1942 ela foi incendiada por fanáticos** [grifo nosso] (SCHWENGBER, 2003, p. 151-152).

Este registro parece indicar que o evento, provavelmente o mesmo incêndio que trata o auto ora analisado<sup>103</sup>, ficou associado às perseguições relacionadas à guerra e à condição de pertencerem ao grupo étnico, cuja nação procedente era “inimiga” do Brasil, em suas relações exteriores de então. Contudo, enfatiza-se que o fato, isto é, o incêndio, ocorreu em março de

<sup>101</sup> Em Rolândia existiu a Colônia Betlehem, de imigrantes húngaros, com cerca de 80 famílias de pequenos proprietários, que receberam apoio da CTNP e do Consulado húngaro para emigrar. Dentre os motivos para emigrar, destaca-se a perda da Transilvânia para a Romênia, por meio do Tratado de Trianon, de 1920. A maioria dos emigrantes húngaros era dessa região. Além da Colônia Betlehem, também havia húngaros na Colônia Fuji, onde havia muitos japoneses. Há relato de que os húngaros eram bem unidos. Construíram escolas, onde eram também realizadas as reuniões, festas e celebrações religiosas do grupo étnico (SCHWENGBER, 2003, p. 150-155).

<sup>102</sup> O relato foi publicado no livro de Cláudia Portellinha Schwengber (2003), intitulado “*Aspectos Históricos de Rolândia*”.

<sup>103</sup> Uma vez que não foi encontrado no acervo do Fórum da Comarca de Londrina, algum outro auto criminal que se referisse a um incêndio que teria ocorrido em 1942 numa escola japonesa. Vale lembrar, que a Comarca de Rolândia só foi criada em 1948 e instalada em 1949. Até então, pertencia à Comarca de Londrina. Rolândia era Distrito do Município de Londrina.

1938<sup>104</sup>, antes mesmo da emissão do referido Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, sinalizando a existência de outras razões para as fricções interétnicas.

Sobre as restrições que sofreram durante a II Guerra Mundial, os registros na memória de alguns imigrantes japoneses<sup>105</sup> que viveram em Rolândia, no período, atestam que as crianças japonesas que estudavam na escola regular da cidade foram vítimas de agressões, como gozações, apelidos, críticas e até lesões físicas. Sofreram o que hoje chamaríamos de *bullying*, ao ponto de não quererem mais ir à escola. Pairava o medo e a insegurança, devido às ameaças e agressões praticadas, não raramente, por alguns adolescentes.

Em outra ocorrência registrada no mesmo ano e localidade, verificou-se mais um conflito interétnico. Desta vez, entre um imigrante japonês e um imigrante alemão.

#### **4.2. DESENTENDIMENTO NO MUNDO DO TRABALHO: ZONA RURAL DE ROLÂNDIA<sup>106</sup>.**

No dia 13/05/1938, aproximadamente às 16 horas, numa fazenda, em Rolândia, ocorreu uma discussão por problemas de serviço, entre o administrador da fazenda e o colono. No meio da discussão, o filho do colono, feriu o administrador com um instrumento contundente, ao golpeá-lo na cabeça.

O réu, o filho do colono, foi incurso no artº 303, da Consolidação das Leis Penais. O inquérito policial foi aberto pela Subdelegacia de Rolândia, no dia seguinte. Foram arroladas três testemunhas residentes em Rolândia. Segundo o auto de corpo de delito, a vítima apresentava um hematoma e um ferimento de seis centímetros de extensão e demonstrava “ter havido uma forte hemorragia” (f. 8).

A vítima era um alemão, com 28 anos e casado. Trabalhava como administrador agrícola na fazenda, onde também residia. No seu termo de declarações, tomado no dia 14 de

---

<sup>104</sup> Em 1938, conforme dados acerca da “instrução”, publicados no Álbum do Município de Londrina (GOMES, 1938, p. 15), em Rolândia havia uma “casa escolar” do Estado e um colégio particular. Assim, o relato da imigrante húngara corrobora o registro oficial, na medida em que a mesma atesta a inauguração da primeira escola pública neste mesmo ano. E segundo Soares (2012, p. 181), a Escola Alemã, em Rolândia, foi inaugurada em julho de 1935. Presume-se, então, que o álbum tenha sido publicado em mês posterior à destruição da Escola Japonesa.

<sup>105</sup> A entrevista de Shoiti Tomimatsu, Hisashi Suzuki e Catsuo Izuka foi realizada em 05/11/1999, além do relato individual de Ossamu Watanabe. O conjunto dos depoimentos está publicado em SCHWENGBER, 2003, p. 132-140.

<sup>106</sup> Processo Crime, sob notação nº 319, da “Coleção de Autos Criminais do Fórum da Comarca de Londrina, 1938-1970”, do CDPH. Contêm 48 fotografias.

maio de 1938, no cartório da então “Villa de Rolândia”, Comarca e Município de Londrina, perante o Subdelegado de polícia, declarou que no dia anterior, por volta das 16 horas, o fiscal da fazenda que administra<sup>107</sup> fazia “como de costume, arrecadar algodão dos seus colonos para depositar no paiol da referida fazenda, procurando o colhido pelo colono japonês (*sic*)”. Para executar essa tarefa, como existiam diversos paióis na fazenda,

o fiscal foi-lhe perguntar onde deveria depositar o que recebesse do colono referido; que determinou que o algodão fosse recolhido em um paiol conhecido na fazenda como o paiol de baixo; que ao dar essa ordem o colono [japonês] que estava na carroça condutora do algodão em companhia de um seu filho de nome [...] exasperou-se porque queria que o algodão fosse recolhido em outro paiol; que ignora o motivo pelo qual desejava o seu colono recolher o algodão em outro paiol que não o indicado por elle administrador da fazenda; que em seguida o colono e seu filho desceram da carroça perguntando qual o motivo que queria elle que o algodão fosse para o paiol de baixo; que explicou que um outro paiol que poderia receber desejava destinar para milho e feijão; que não concordando foi iniciada uma discussão, com palavras altas; que o seu colono avançando para frente com os punhos cerrados obrigou-o a tomar uma posição de defesa com os braços; que nesse momento com um ferro era atingido por traz e na cabeça, o que produziu-lhe o ferimento que tem, que essa pancada recebeu do filho do referido colono, de nome [...]; que antes de receber a pancada o seu colono o havia dito que a questão poderia ser resolvida na Justiça o que elle concordou, dizendo que acabada deveria estar então a discussão, que foi então que debaixo de dois sacos de algodão o filho de seu colono tirou o pedaço de ferro com o qual feriu-o; que em seguida mandou o seu fiscal [...] buscar um medico e o delegado de policia e retirou-se para sua casa, nada mais podendo adiantar (f.10 e 11)

Em seguida, foi tomado o depoimento do colono japonês, que tinha 42 anos e era casado. Trabalhava como lavrador e residia na referida fazenda. No seu termo de declarações disse que no dia anterior, aproximadamente às 16 horas, na condição de colono da fazenda, havia carregado uma carroça com algodão para entregar à administração, seguindo na companhia do fiscal da fazenda. Afirmou que para “recolher suas mercadorias a administração havia construído um paiol novo e lhe entregue as respectivas chaves”. Assim, ele se dirigia ao paiol para proceder a entrega do seu algodão. Ao chegar à encruzilhada do caminho encontrou-se com o administrador da Fazenda, que os fizeram parar e determinou que o algodão deveria ser recolhido em um outro paiol. Ele procurou esclarecer ao administrador que o outro paiol não servia, porque havia cereais de outros colonos, e que como ele tinha as chaves de um dos paióis para seus produtos deveria colocar no seu. O administrador respondeu-lhe que quem mandava na fazenda era ele e que de acordo com o contrato que havia,

---

<sup>107</sup> Este também era alemão.

só a administração cabe determinar o local para depositarem os colonos seus productos; que então disse ao administrador que faria como elle queria mas que sendo os saccos de sua propriedade e não da fazenda elle esparramaria o algodão; que em seguida exasperou-se o administrador e fez menção de agredil-o avançando para o seu lado; que sendo elle mais fraco que o agressor não teve tempo de pensar de como se iria defender; que então o seu filho que o acompanhava no serviço de nome [...], e que estava sobre a carroça pulou da mesma com um objecto na mão, que elle não sabe si de páo ou de ferro e com elle procurou fazer a sua defesa batendo com elle na cabeça do agressor afim de evitar fosse elle surrado pelo administrador; que em seguida retirou-se; que a todas as occurrencias esteve presente o fiscal da Fazenda [...] que era no momento o encarregado de receber e pesar o algodão que entregava; que o seu filho [...] não é colono nem tem contracto com a Fazenda e sim elle; que em seguida retirou-se nada mais sabendo sobre o assunto (f. 12 e 13).

O filho do colono, o réu, também era japonês. Era solteiro e tinha 18 anos. Trabalhava como lavrador e residia naquela fazenda. No seu termo de declarações, disse que no momento da ocorrência, devido ao tempo estar ameaçando chuva, ele estava ajudando seu pai a conduzir o “algodão para um lugar onde pudesse ser abrigado e que deveria ser o paiol” que havia sido indicado anteriormente pela administração e o qual seu pai possuía as chaves. Após carregarem a carroça, a mesma vinha sendo guiada pelo fiscal. Ao chegaram a uma encruzilhada, encontraram o administrador da Fazenda, que lhes acenou com as mãos, indicando para que fossem com a carroça para o lado de baixo. Isto significava que deveriam colocar “a carga em um paiol conhecido por paiol de baixo”. Quando chegaram perto, o administrador disse-lhes para que colocassem o algodão no paiol de baixo. Seu pai, não concordando, procurou explicar ao administrador que no depósito de baixo havia cereais de “outros colonos e que o seu estava limpo” e que por isso era “melhor para receber o algodão”. Na sequência, o administrador afirmou que quem mandava na fazenda era ele e que, de acordo com o contrato, o algodão deveria ir para o paiol que ele determinasse”. O réu declarou que:

então o seu pae concordando com o administrador fez-lhe ver que os saccos lhe pertenciam e que assim tiraria o algodão dos saccos deixando no paiol que elle quizesse, menos os saccos; que então o administrador enfureceu-se e avançou para o seu pae querendo agredil-o; que como é costume do administrador provocar agressões em seus colonos dado o seu phisico avantajado e ameaçador elle procurou fazer a defesa de seu pae que estava sendo agredido; que sendo mais fraco que o agressor no momento viu um pedaço de páo na carroça e com elle avançou a favor de seu pae manejando-o para o ar; que o páo bateu na cabeça de [administrador] e evitou assim a agressão que elle estava fazendo ou pretendia fazer em seu pae; que agiu apenas na qualidade de filho que vê seu pae agredido por um homem mais forte e ainda acima de tudo administrador da fazenda onde costuma ameaçar e agredir os agregados; que si não tivesse agido assim o administrador poderia ter magoado bastante o seu pae o que elle em absoluto não desejava consentir nem ver; que o administrador é useiro em



agredir seus empregados principalmente quando entra em ajuste de conta; que não pretendeu ferir [o administrador] e apenas defender o seu pae de uma agressão certa (f.14 e 15).

No mesmo dia foram ouvidas as testemunhas. A primeira delas era o fiscal da fazenda. Era alemão, solteiro e tinha 35 anos de idade. Era lavrador e residia na fazenda onde trabalhava. Sabia ler e escrever. Ao Subdelegado de Polícia, disse que no dia e hora da ocorrência, desempenhava sua função de fiscal da Fazenda, conduzindo o algodão do colono [japonês] em uma carroça de propriedade da fazenda ao paiol para armazená-lo. Em sua companhia vinham o referido colono e seu filho. Confirmando a versão do réu, a testemunha afirmou que ao chegarem na encruzilhada da estrada se encontraram com o administrador da fazenda e perguntou-lhe em qual paiol deveria guardar o algodão que levava na carroça. Que quando o administrador respondeu-lhe que levasse para o “paiol de baixo”, o colono não concordou porque o mesmo queria que o algodão fosse para um paiol diferente, que dizia ser “mais apropriado para sua mercadoria”. A partir de então, travou-se uma discussão entre o colono e o administrador, motivada pela escolha do paiol. “Quando a discussão ia mais animada”, a testemunha verificou que o filho do colono japonês:

saltou da carroça com um pedaço de ferro e com elle bateu no administrador; que assustando-se os cavalos procurou elle cuidar da carroça pois os animaes já haviam fugido, pelo que nada mais viu; que não conhece bem o trato que dispensa o administrador aos seus colonos pois trabalha lá somente há um mez; que sabe que [o colono japonês] tinha as chaves de um paiol e que essas chaves não eram do paiol para onde desejava o administrador fosse esse algodão levado (f. 16 e 17).

A segunda testemunha era um brasileiro, casado, com 38 anos, lavrador e residia no Distrito de Rolândia. Sabia ler e escrever. Declarou que no momento da ocorrência executava seu serviço na fazenda onde trabalha, “quando ouviu um barulho vindo de um dos carregadores, barulho que lhe pareceu discussão”. Assim, procurou ver o que estava acontecendo e que então viu o administrador da Fazenda “com as mãos levantadas querendo bater no colono [japonês]” e também viu quando seu filho saltou da carroça “com qualquer coisa na mão para defender o seu pae”. Afirmou que não sabia do motivo da discussão, e também, “que não achava delicado o administrador [...], que de vez em quando tem questões com seus colonos” (f. 17).

A terceira testemunha era outro brasileiro, que trabalhava como colono na referida fazenda. Era casado, tinha 25 anos. Sua profissão era lavrador e residia no Distrito de Rolândia. Não sabia ler nem escrever. Disse ao Subdelegado que, no dia 13 de Maio, “as

quatorze horas mais ou menos estava trabalhando na fazenda”, quando ouviu uma discussão. Para ver o que era se dirigiu para o lado donde vinha o barulho. Quando chegou viu o administrador da fazenda “com as mãos no ar fazendo menção de agredir o colono” [japonês]; “que continuou a andar para frente quando viu o filho” do colono “saltar da carroça em defesa de seu pae e com um objecto bater” no administrador. Declarou que não sabia os motivos da discussão; “que sabe que o administrador costuma discutir, ameaçar e brigar com a maioria dos seus colonos e que sempre age com brutalidade”. O termo foi assinado por uma testemunha que presenciou o depoimento, que era brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado naquela “villa” (f. 18).

Os autos foram conclusos e anexado o seguinte relatório:

Verifica-se do presente inquérito que, [o administrador], por uma questão de serviço da administração da fazenda [...], tentou agredir ao *súbdito japonês* [grifo nosso] [colono], quando o filho deste [...], também japonês, de 18 annos de idade, sahindo em defesa do progenitor, vibrou, com uma barra de ferro, uma pancada na frente do mencionado [administrador], produzindo neste o ferimento descripto no auto de corpo de delicto de fls.

O facto deu-se ás 16 horas do dia 14 do corrente na dita fazenda [...], neste districto. Foram arroladas as seguintes testemunhas:

[fiscal da fazenda], [trabalhador da fazenda] e [colono da fazenda]; todos residentes no districto da culpa.

O sr. Escrivão remetta os presentes autos ao sr. Dr. Promotor Público por intermédio do M. M. Dr. Juiz de Direito da Comarca. Londrina, 18 de Maio de 1938. Sub-delegado de Policia (f. 20).

Em 03/06/1938, o mandado de citação do réu e a intimação das testemunhas foram expedidos pelo Juiz de Direito da Comarca de Londrina. Estas últimas, porém, não foram citadas por não terem sido encontradas.

No dia 17/06/1938, no Auto de qualificação, o denunciado [réu], disse que tinha dezessete anos de idade, e não dezoito; que era lavrador, solteiro, que sabia ler e escrever, bem como informou o nome de seu advogado.

Na audiência do dia 23/06/1938, nem o réu, nem seu advogado compareceram. Sob pregação, foi dado o prazo de três dias para o réu se defender e indicar suas provas.

No dia 24/08/1938, o Juiz deu vista à Promotoria. O Promotor Público interino respondeu:

M. Juiz

Sou de parecer que o presente feito deve ser como ação ordinária, attendendo-se não já às dúvidas surgidas sobre casos semelhantes, como também porque [melhor consulta] o rito [commum] e inteiro resguardo do direito de defeza. Nessas

condições requero a V. Excia. Se digne mandar expedir novo mandado de intimação das testemunhas e notificação a parte. Londrina, 29 de agosto de 1938.

Em 30/08/1938, o Juiz deferiu o requerimento do Promotor e foi designado o dia 21/10/1938 para serem ouvidas as testemunhas. Foi expedido novo mandado de citação ao réu, bem como a intimação das testemunhas. Estas, no entanto, novamente não foram citadas, pois o oficial não conseguiu ter acesso a elas, pois achavam-se retiradas a 35 km de Rolândia, cujo local, o nome era ignorado pelos informantes, não havia condução.

No ano seguinte, em 28/03/1939, o escrivão fez os autos conclusos ao Juiz, que por sua vez fez vista ao Promotor, que não era o mesmo do ano anterior. Este requereu a intimação das testemunhas constantes da denúncia, para deporem sobre o fato. O Juiz designou nova data para a inquirição das testemunhas. Contudo, às vésperas do dia marcado, o Oficial de Justiça certificou que deixou de cumprir o mandado, tanto do réu quanto das testemunhas, por acúmulo de serviço.

O processo ficou paralisado no cartório até 03/10/1940, quando então o Escrivão os fez conclusos ao Juiz, para os devidos fins. Este, por sua vez, deu vista ao Promotor.

O Promotor interino, por sua vez, requereu, com máxima urgência ao Juiz, a expedição de novo mandado de citação das testemunhas arroladas. O que foi feito, sendo designado o dia 23/10/1940, às 14h30, no Fórum, para a inquirição das testemunhas.

No entanto, novamente, as testemunhas não foram intimadas. O fiscal da fazenda por não ter sido encontrado, e os outros dois trabalhadores da fazenda por não residirem mais naquele Distrito, conforme certificou o Oficial de Justiça (f.41).

Em 31/10/1940, o escrivão fez os autos conclusos ao Juiz. Em 04/11/1940, o escrivão informou “sem despacho”; e em 08/11/1940 fez os autos conclusos, novamente, ao Juiz.

Vistos.

[Annullo] o processo ab-initio, inclusive a denuncia. É matéria corriqueira, que nas [ações] de rito summario [como] a presente, a denuncia equivale ao [libello], devendo, por esse motivo, conter o [grau] exato da pena a ser applicada. Essa regra não foi observada na denúncia a fl. 2, o qual , diante disso é inepta e não devia ter sido recebida, como foi em prejuízo da integridade do processo, que ficou viciado de [...deidade] [i..] [an] aval.

Sem [custas]. P.S.R. (P.T.R.?) e decorrido o prazo de [recurso] dê-se vista ao Dr Promotor Publico, para os fins [do...] [méritos]. Em 9 de novembro de 1940. [ilegível].”

Em 09/11/1940, o escrivão [...] a sentença supra.

Em 09/11/1940, foi publicada, em cartório, a sentença retro do Juiz, pelo Escrivão. Na mesma data ele intimou o Promotor da sentença retro, que ciente ficou. Em 15/11/1940, certificou ter decorrido o prazo legal e sem que tivesse sido apresentado recurso.

Em 16/11/1940 foi dado vista ao Promotor Público:

MM. Dr. Juiz,

[o réu] cometeu o delito em 1938, quando contava 18 anos de idade. Beneficia-se, por isto, da atenuante da menoridade e não poderá em caso algum ser condenado na pena máxima do art. 303 da C.L.P.

A Promotoria a denunciá-lo teria que capitular seu crime no grau mínimo, na falta de agravantes. Assim sendo ocorreu a prescrição da ação criminal cabível em face da letra (a ou b) do art. 85 da mencionada Consolidação. Pelo que sou pela decretação da prescrição e arquivamento do processo. Londrina, 19-11-1940. P. Publico.

Em 20/11/1940 o Juiz determinou o arquivamento pela prescrição da ação penal. Neste processo que foi arquivado em 26/11/1940, verificam-se além de um conflito que envolve personagens de diferentes grupos étnicos, no caso, o alemão, o japonês e o brasileiro, problemas de relações de trabalho entre colono e latifundiário (representado pelo administrador), vividos no cotidiano de uma época. A época da fronteira em expansão, cujas imagens da “Terra de Canaã”, das boas oportunidades de trabalho e desenvolvimento econômico, traziam consigo grande quantidade de trabalhadores colonos, sobretudo, brasileiros, em busca de dias melhores em suas vidas.

Os depoimentos das testemunhas que eram brasileiros parecem revelar os liames sociais entre eles e o japonês, pai do réu, proporcionados talvez pela mesma condição social, já que eram colonos contratados pelo mesmo patrão. Além disso, ambos apresentaram opiniões próximas em relação ao comportamento do administrador no trato com os empregados, prestando assim, testemunho favorável aos japoneses.

Aspecto que merece destaque no auto criminal é a identidade étnica que a autoridade, agente do Estado, confere ao imigrante japonês, adjetivando-o como “*súbdito japonês*”, que aparece no texto de maneira naturalizada. Tal adjetivo enfatiza tanto o vínculo do imigrante com o Governo Imperial japonês, quanto à diferença dos não-nacionais. Embora o Decreto-Lei nº 1545, que dispunha “sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros”, no sentido de criar uma identidade nacional comum, seja de 25 de agosto de 1939, é possível supor que as imagens negativas e discussões acerca dos problemas com a imigração japonesa que culminou com a implementação das cotas para entrada de imigrantes, tenham se refletido na formação de opiniões e na prática dos magistrados. Como este é um

dos primeiros processos que envolvem imigrantes japoneses a compor o conjunto documental da Comarca de Londrina, criada em 1938, não foi possível conferir se esta prática de qualificar o imigrado como súdito japonês era anterior e comum entre os magistrados desta localidade.

Sabe-se que após o Brasil romper suas relações com os países alinhados ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), no início de 1942 (FERRAZ, 2005, p. 73), várias leis e decretos foram emanados pelo Governo do Estado Novo. Esta legislação normatizava questões relacionadas aos imigrantes originários dos países do eixo. Estes eram referidos como “súditos do eixo”.

Em 1944, o Juiz no Distrito Federal, Elmano Cruz, publicou o livro intitulado “Direitos e deveres dos súditos do eixo”. Tratava-se, conforme Cruz, de uma “compilação de tudo quanto me foi dado reunir sobre os ‘direitos e deveres dos súditos do eixo’, em consequência do estado de guerra”. Tal adjetivo marca a diferença entre os estrangeiros originários dos países em guerra contra o Brasil, sinalizando a necessidade de um estado de alerta permanente em relação a estes imigrantes, que estavam sob a condição de “inimigo de guerra”, bem como de estrangeiro vivendo em terras brasileiras.

A prática de identificar o imigrante nipônico como “súdito japonês” aparece posteriormente, em 1944, como veremos no relato que segue.

#### **4.3. DESENTENDIMENTO NO MUNDO DO TRABALHO: ZONA RURAL DE LONDRINA.**

No terceiro ano da guerra entre Brasil e Japão, uma desavença entre patrão e empregado registrou nos arquivos policiais marcas do conflito interétnico entre brasileiros e japoneses.

O fato que acabou desencadeando a abertura de inquérito policial<sup>108</sup>, pela Delegacia Regional de Polícia de Londrina, aconteceu no dia 17/07/1944, por volta das dez horas, na Gleba Três Bocas, lote n. *tal*, Córrego dos Apertados. A portaria do Delegado, 1º suplente em exercício, referia que em virtude do empregado, “por questões de somenos, armado de porrete e facão”, ter ameaçado de agressão o seu patrão, determinava que fosse instaurado o inquérito.

---

<sup>108</sup> Inquérito Policial, sob notação nº 452, da “Coleção de Autos Criminais do Fórum da Comarca de Londrina, 1938-1970”, do CDPH. Contêm 21 fotografias.

O *réu*, então com 39 anos, era brasileiro e natural do Estado de Minas Gerais. Era casado e tinha dois filhos. Informou que era pedreiro e que residia no endereço acima mencionado. Sabia ler e escrever. No termo de declarações, disse que na data e hora já referidas, recebeu o recado de seu patrão, por intermédio do outro empregado da fazenda, também brasileiro, de nome P.I.. O conteúdo do recado era o seguinte:

de que deveria limpar o café dentro do prazo de dez dias; que se assim não fizesse o declarante dentro do prazo estipulado seria dispensado dos serviços daquela Fazenda; que o declarante enfurecido com essa comunicação saiu a procura do seu patrão e tendo encontrado, dirigiu-lhe insultos, estando o declarante armado de um pau; que no entretanto não bateu em seu patrão dirigindo-lhe somente palavras de ofensa; que o declarante possui com [o patrão<sup>109</sup>] contrato, não sendo no entretanto o mesmo registrado; que em data de vinte de outubro do ano transato, o declarante esteve queixando-se ao Promotor nesta cidade, em virtude de ter sido ofendido por [o patrão], que lhe chamou de *brasileiro ordinário* [grifo nosso] e que não cumpria com o seu serviço; que em consulta com o Dr Promotor desta cidade advertiu-o aquela autoridade de que continuasse com o seu serviço; que no entretanto atrazou um pouco esse serviço por motivo de doença em pessoa de sua família (19/07/1944, p.5).

Ao chamar o empregado de *brasileiro ordinário*, o patrão japonês, além da atribuição de um adjetivo pejorativo, marcou a diferença da identidade étnica que veio à tona diante da situação de confronto com o outro. Isto evidencia o caráter relacional da identidade, cuja existência depende de outra, diferente da sua (WOODWARD, 2000, p. 7). Evidencia também que as fronteiras étnicas estão bem demarcadas pelo japonês.

A vítima, que era o patrão, tinha 44 anos. Era casado, com sete filhos, de nacionalidade japonesa e natural de Kagoshima, Japão. Era lavrador e residia na fazenda situada no endereço citado, isto é, na Gleba Três Bocas, Londrina – Pr. Era alfabetizado e, no dia 19/07/1944, afirmou no termo de declarações que:

ante-ontem pela manhã pelas nove horas aproximadamente o declarante mandou recado por intermédio de P. I., [ao réu], seu empregado desde agosto do ano passado, advertindo de que, dava prazo ao mesmo, para dentro de um prazo de uns dez ou doze dias, limpasse o cafezal, o que se não fosse cumprido, dentro do referido prazo, que tratasse o mesmo de colher o que havia plantado, e se retirasse; que isto fez o declarante em virtude de estar grande parte do cafezal tomado pelo mato, e mandara por intermédio do seu empregado o recado, porque sabia que [o réu], é um tanto bruto; que depois de haver o seu empregado transmitido o seu recado [ao réu], não tardou que o mesmo viesse a procura do declarante armado de facão e porrete, ameaçando seriamente sua pessoa; que bastante alterado e em alta voz [o réu], dirigiu uma porção de ofensas ao declarante que unicamente ficou paralisado, sem nada dizer, porque se procurasse agir, seria prejudicado, por seu agressor estava armado de porrete e facão; que seu agressor disse que da sua Fazenda nunca sairia, e trataria o

<sup>109</sup> O nome foi substituído pela função.

café do jeito que bem quisesse porque ele era brasileiro [*grifo nosso*]; que realmente no ano passado em data que não se recorda teve uma ligeira questão com [*o réu*], por não querer o mesmo lhe atender em certas determinações sobre a limpeza do café; que agora vem o mesmo queixando-se de não ter o declarante feito o mangueirão, conforme no contrato feito entre ambos; que isso não fez por não ter o mesmo até agora lhe solicitado; que [*o réu*], não é homem afeito ao trabalho, e muito grosseiro e bruto motivo pelo qual o declarante sempre procurou evitar de entrar em atrito com o mesmo (19/07/1944, p. 7 e 8).

Denota-se, neste caso, a condição social mais elevada do imigrante japonês [*vítima*], como patrão e proprietário de terras em relação ao [*réu*] como empregado. Esta situação de luta de classes, vivenciada entre o imigrante patrão e o nacional empregado, que migraram para o norte do Paraná, na década de 1940, em busca das oportunidades oferecidas nas frentes de expansão, corrobora a afirmação de Saito (1961) acerca da estratégia utilizada pelo imigrante japonês para acelerar o processo de acúmulo de capital. Segundo este autor, para atingir este objetivo, era necessário que o imigrante se tornasse lavrador independente, seja como proprietário ou arrendatário de terras; empregasse mão-de-obra local (que era mais barata), e se dedicasse à produção agrícola mercantil, como o café, algodão e outras culturas (Idem). Para o trabalho na lavoura, esse imigrante utilizava a mão-de-obra familiar, além dos trabalhadores nacionais.

Ademais, é possível também confirmar nos documentos, a presença e a proveniência dos trabalhadores nacionais que começaram a vir em grande escala para o norte do Paraná, em busca do famoso *Eldorado*, que a intensa propaganda da Companhia de Terras alardeava Brasil afora. Conforme Tomazi (1997 e 1999) e Arias Neto (1998), essas pessoas eram oriundas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e da Região Nordeste do Brasil.

Por outro lado, imagens negativas, como a do “perigo amarelo”, construídas em torno do imigrante japonês ao longo do tempo, parecem reverberar nos ares dos sertões de poeira vermelha e influenciar na conduta de alguns nacionais. Segundo a declaração da vítima, o fato do réu ser brasileiro lhe assegurava o direito de tratar “o café do jeito que bem quisesse” e que não sairia nunca de sua fazenda. É possível afirmar que o estado de guerra em que se encontrava o país, principalmente tendo o Japão como inimigo, proporcionasse ao réu uma certa tranquilidade para arrogar-se no direito de fazer o “que bem quisesse”, mesmo estando na condição subordinada de empregado.

Além disso, outro fator a ser considerado e que pode explicar a atitude do réu é o fato do contrato não ser registrado. Muito embora não houvesse ainda naquele momento uma específica legislação que regesse as relações de trabalho no campo, a inexistência de registro de contrato daria margem para o descumprimento do que fora tratado verbalmente.

No dia 22/07/1944 foram ouvidas as testemunhas<sup>110</sup>. Duas delas eram empregados do imigrante japonês e a terceira, um vizinho do imigrante.

A primeira testemunha, de nome V. dos S., era um lavrador de 29 anos, casado e morava na referida fazenda de café. Sabia ler e escrever. Disse que por trabalhar como empregado do patrão japonês, no momento da ocorrência estava a “amontoar milho”, presenciou quando o réu, “também colono da referida Fazenda procurou seu patrão que nesse instante também estava na roça e dirigiu-lhe uma porção de ofensas estando armado com um porrete em uma das mãos e um facão na cinta”. Disse que o seu patrão, “na impossibilidade de agir deixou que o seu agressor lhe dissesse uma porção de graves insultos”. Declarou que a razão da agressão se deu pelo fato do seu patrão ter mandado recado ao réu, por intermédio de P.I., o outro empregado da fazenda, “para que o mesmo dentro do prazo de uns doze dias capinasse o café, e que se não fosse cumprido essa determinação”, o próprio patrão “limparia o café e comprometia-se [o réu] de colher o que havia plantado e abandonar a sua chácara”. Além disso, a testemunha afirmou que fazia pouco tempo que estava trabalhando na referida fazenda e não podia dizer nada a respeito do réu como pessoa.

A segunda testemunha era P.I. de O., o outro empregado e mensageiro do “recado”. Contava, na época, com 38 anos. Era casado e sua profissão era lavrador. Também residia na fazenda. Sabia ler e escrever. Declarou que trabalhava “como empregado do japonês [patrão], a dois anos aproximadamente no serviço de limpeza do café e plantação de cana de açúcar”. Que foi incumbido de dar um recado do patrão ao réu, que também era colono da mesma fazenda,

no qual advertia seu patrão ao referido empregado que caso o mesmo dentro do prazo de dez a doze dias não pudesse fazer à limpeza do café “capinação” que procurasse colher o que havia plantado e saísse a procura de outra colocação; que isto fez o seu patrão em razão de [o réu], estar um pouco atrasado no seu serviço; que ao ter transmitido o recado a[o réu], o mesmo exasperou-se vindo tirar satisfações com o seu patrão; que o depoente procurou acalmar [o réu], o qual bastante nervoso disse que liquidaria tal caso naquele mesmo instante tomando logo em seguida um porrete e saindo a procura do patrão; que depois veio a saber que [o réu] encontrando-se com [o patrão] dirigiu-lhe uma infinidade de insultos ameaçando-o de agressão; que não tem o depoente qualquer queixa contra seu patrão, o qual é pessoa correta e cumpridora de seus deveres; que quanto a pessoa do indiciado não conhece muito bem por isso nada pode avaliar.

---

<sup>110</sup> É importante observar, que embora não conste nos autos a naturalidade e nacionalidade das testemunhas, pelo nome e sobrenome, tanto das mesmas, quanto de seus respectivos pais (pois consta a filiação de cada um), infere-se que são brasileiros de nascimento.



A primeira testemunha presenciou o fato e a segunda, a reação exasperada do réu ao receber o recado. Ambos nada disseram contra a pessoa do réu.

A terceira testemunha, F. da S. G., era natural de Araraquara. Tinha 46 anos, era casado, lavrador e residia em fazenda vizinha, também no Córrego dos Apertados. Sabia ler e escrever. Declarou:

Que o depoente é vizinho do japonês [*o patrão*] conhecendo a este e também o seu empregado [*o réu*]; que aproximadamente a um ano é que veio a conhecer [*o réu*], a quem considera pessoa de procedimento irregular, pois costuma provocar vizinhos residentes nas proximidades da Fazenda onde trabalha, que referida pessoa não é afeita ao trabalho, pois a sua lavoura encontra-se muito mal tratada; que o depoente teve conhecimento de que no dia dezessete do mês corrente [*o réu*], ameaçou de agressão a seu patrão [*a vítima*], armado de um porrete que levava nas mãos e um facão na cinta, que segundo soube por bouca (sic) de terceiros foram origem dessa atitude [*do réu*] por haver [*o patrão*] lhe mandado recado de que deveria capinar o café sob seus cuidados dentro de um prazo de dez a doze dias e se assim não o fizesse seria despedido do serviço; que a conduta de [*o réu*], não é boa, pois trata-se de indivíduo grosseiro, e que sempre tem demonstrado essa assertiva, procurando intimidar a outros; que tem sabido que já no ano passado o indiciado teve ligeira questão com [*o patrão*], motivo pelo qual queixou-se ao Promotor desta cidade, não sabendo entretanto quais foram as razões da mesma; que [*o patrão*] é homem correto, e pessoa de comportamento exemplar, nada sabendo contra o mesmo.

O nome da fazenda que a terceira testemunha trabalhava era japonês, donde se conclui que seu patrão também era japonês. A testemunha, que era brasileiro, declarou de forma crítica a conduta do réu e atestou favoravelmente à vítima, demonstrando boas relações de sociabilidade interétnica naquele espaço social, parecendo indicar laços cordiais de vizinhança.

Por outro lado, deve-se arrazoar, ainda, que há a possibilidade de existir na relação entre patrão e empregado uma ascendência de um sobre o outro a ponto de motivar, ou obrigar, o empregado da fazenda vizinha a depor a favor da vítima, em virtude deste, por sua vez, ter relações de amizade com o patrão desta testemunha.

Na sequência dos dias, um boletim individual emitido por aquela Delegacia acrescia as informações acerca do réu. Ele tinha instrução primária, sua religião era a católica, era de cor branca, tinha dois filhos legítimos, foi recolhido correccionalmente pelo Delegado e liberado em virtude de fiança (sem os campos das datas preenchidos).

Os autos foram conclusos no final de setembro de 1944 e seguiu anexo o relatório do Delegado, emitido em 02/10/1944, com o teor:

Do presente inquérito se infere, que no dia dezessete de julho do ano corrente, (...), o indivíduo [réu], armado de porrete e facão, ameaçou de agressão a seu patrão o japonês.

Os motivos que originaram essa atitude tomada [réu], foram em virtude de [o patrão], mandar aquele um recado por intermédio de P.I., no qual dava prazo de dez dias, para limpar o café, e se assim não o fizesse, que colhesse o que havia plantado e se retirasse.

Recebido o recado [réu], exasperou-se e apanhando de um porrete saiu a procura de seu patrão onde praticou a agressão acima descrita.

Desarmado e agredido inesperadamente [o patrão], limitou-se a ouvir as afrontas atiradas contra si, sem procurar atrito, o que evitou que a agressão tivesse consequências funestas.

Pelos depoimentos da terceira testemunha se depreende que [réu] é pessoa de maus precedentes, e não afeita ao trabalho.

Assim, o Delegado 1º Suplente em exercício finalizou o relatório em 02/10/1944. Os autos foram conclusos e remetidos ao Juiz de Direito da Comarca, que, por sua vez, os remeteu ao Ministério Público.

No final daquele mês de outubro, o Promotor Público justificava o atraso por acúmulo de serviço e devolvia os autos para que se lhe abrissem vistas ao seu substituto.

No seu pronunciamento, em 22/11/1944, o Promotor Público Interino afirmou não ter encontrado:

razões convincentes ou mera presumpção da culpabilidade do indigitado agente, o indivíduo [réu], sobre a alegada tentativa de agressão que fez ao japonês [o patrão], para a devida ação pública, pois, seria essencial que, no caso houvesse da parte do indivíduo dolo específico, ou melhor, soubéssemos tivesse sido ele autor de crime que impuzesse a ação pública.

Entretanto, pelo que se depreende do inquérito policial, o indiciado [réu] somente discutiu com o *súdito japonês* [grifo nosso] acaloradamente, estando no momento com uma faca de seu uso que trazia em seu cinto, não fazendo, entretanto, menção de desembainha-la. Presumindo-se que o indiciado ofendeu a pessoa do japonês, com palavras, praticou, desta forma o crime de injúria, que é de ação privada. Se seu intuito fosse agredir ao japonês [o patrão] o teria feito com o “porrete”, aliás objecto de uso comum entre homens de lavoura.

Desta forma, ao final, sugeriu ao Juiz que o inquérito policial fosse arquivado, apesar dos depoimentos das testemunhas e do Delegado serem favoráveis à vítima. No dia 24/11/1944, o Juiz determinou o seu arquivamento, o que foi feito no dia seguinte.

Não há registros na coleção dos autos do Fórum de que o patrão japonês tenha entrado com queixa-crime por crime de injúria contra o empregado, após o arquivamento deste inquérito policial.

Não se pretende aqui julgar o mérito da justiça, do certo ou do errado. Enfocar este auto criminal teve por objetivo demonstrar a existência de conflito interétnico, entre japoneses

e brasileiros, num espaço de frente de expansão de fronteira. Enfatiza-se que em tal momento, o da frente de expansão, é comum haver uma disputa de poder, seja econômico, social ou político entre os indivíduos e grupos, pois esses espaços de poder ainda não estão definidos. Por conseguinte, conforme José de Souza Martins (1996), também é comum nesse “tempo e espaço de fronteira” haver violência e conflitos em decorrência dessa disputa.

A condição de minoria étnica do japonês, em relação à sociedade majoritária, pode ter influenciado mais do que a condição social do empregado no resultado do inquérito. O que sinaliza que o grupo de japoneses não havia conquistado, efetivamente, uma importância social naquele espaço em disputa.

Pode-se afirmar que a situação beligerante que o país vivia naquele período foi outro fator que contribuiu para o agravamento dos conflitos interétnicos, sobretudo, em relação àqueles que eram originários dos países alinhados ao eixo. Sobre estes, especialmente os japoneses, recaía o clima de suspeição constante, tornando-os objeto de constante investigação e ações restritivas por parte de agentes do Estado. Os trabalhos de Rosângela Kimura (2006) e de Elena Camargo Shizuno (2010) demonstram estas questões<sup>111</sup>.

Terminada a II Guerra Mundial, ainda na década de 1940, em Londrina, verifica-se a ocorrência de um episódio emblemático, cuja fonte foi analisada por Sônia Adum<sup>112</sup> (1991) e apresenta-se aqui de maneira mais detalhada, focalizando para os aspectos relacionados às questões de identidade, etnicidade e de relações interétnicas.

---

<sup>111</sup> Para saber mais, ver KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná. 1930-1950. (De cores proibidas ao perigo amarelo)*. Maringá, 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006; SHIZUNO, Elena Camargo. *Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: Bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil*. Londrina: Eduel, 2010.

<sup>112</sup> Já citada no capítulo 1, item 1.3.

#### 4.4. DESACATO AO SÍMBOLO NACIONAL<sup>113</sup>.

O núcleo urbano de Londrina, no início da década de 1940, era caracterizado pelas ruas de poeira vermelha nos dias de sol e lamacentas nos dias de chuva, como se vê na fotografia abaixo, publicada em 1941:

**Figura 36: Agência do Banco América do Sul em 1941.**



Fonte: YAMAKI, Humberto. *Lembranças e deslembanças: álbum Londrina 1941*. Londrina: Edições Humanidades, 2008, p. 63.

Esta era a agência do Banco América do Sul Ltda, que situava-se na esquina das ruas Sergipe com São Paulo, no centro da cidade de Londrina. A agência permaneceu no mesmo endereço até o banco ser incorporado pelo Banco Sudameris.

Ressalta-se que nesta imagem a cidade, com pouco mais de dez anos de fundação, vivia o período caracterizado pela representação da *Terra de Canaã*. O asfalto que o

---

<sup>113</sup> Queixa Crime emitido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Londrina, sob notação nº 3146, da “Coleção de Autos Criminais do Fórum da Comarca de Londrina, 1938-1970”, do CDPH. Contêm 97 fotogramas. Este auto também foi utilizado como fonte em trabalho sobre a violência inerente ao processo de povoamento da cidade de Londrina, realizado por Sônia Adum.

“progresso” e a riqueza da cultura cafeeira proporcionariam não tardariam a chegar à Londrina de *fronteira*.

Quase no final desta década, mais precisamente, na manhã do dia 21/04/1948, já nos tempos do *Eldorado Cafeeiro*, aconteceu um episódio que certamente marcaria a vida de um jovem japonês de 20 anos, solteiro, que trabalhava como contínuo no Banco América do Sul S.A.. Este era conhecido como o banco dos japoneses.

Aquele dia era feriado nacional em homenagem a Tiradentes. O jovem havia sido designado pelo escriturário do Banco para hastear a bandeira nacional em frente ao mesmo. Então, aproximadamente às 8 horas do dia de feriado, compareceu ao banco para a execução da tarefa. Segundo o jovem, ao fazê-la, “pegou a bandeira com todo o cuidado e respeito e tratou de hasteá-la, colocando-a antes numa cadeira, enquanto pendurava o mastro, utilizando-se de uma escada tipo V”. No entanto, cometeu o engano de içar o pavilhão nacional com as 20 estrelas para cima. Talvez, por desconhecimento, já que era a primeira vez que fazia esse serviço. No final daquela tarde, por volta das 18 horas, ao retornar para retirar a bandeira é que soube do erro pelo Inspetor de Polícia. Este lhe chamara a atenção sobre “o modo como a bandeira tinha sido posta”.

No mesmo dia, o jovem foi detido na Delegacia de Polícia, pois uma queixa havia sido apresentada contra o mesmo. O denunciante era um brasileiro de 37 anos, natural de Ingá – PB, casado, funcionário público federal e residia em Londrina. No auto de declarações o denunciante era chamado de Doutor. Conforme disse às autoridades, no início da tarde daquele dia, ficou sabendo pelo proprietário de um hotel, situado em frente ao banco, “que pela manhã um japonês empregado do Banco América do Sul S.A., ao ir hastear a Bandeira Brasileira, soltou a mesma no chão e depois de pisá-la, hasteou-a de cabeça para baixo”; que soube também pelo mesmo informante, que um dos hóspedes do hotel, que é advogado, assistiu a ocorrência do fato, tendo advertido o japonês pelo ato que praticou, “sendo que o mesmo não deu a mínima importância a advertência que recebeu e deixou a bandeira hasteada do modo acima mencionado”; que ele “como brasileiro que é, se viu obrigado a fazer a competente queixa nesta Delegacia, a-fim-de evitar que fatos de natureza tão grave venha a se repetir e para que o japonês em apreço, sofra o corretivo que merece; que o declarante não conhece o referido japonês e não sabe o nome do mesmo.”

No dia seguinte, com a abertura do inquérito foram ouvidas três testemunhas: o dono do hotel, que era um brasileiro de 25 anos, solteiro, comerciante, residente próximo ao hotel, que afirmou que o japonês saiu do banco com a “Bandeira Nacional toda embolada”, jogando-a no chão, pisando na mesma, confirmando assim, a versão do denunciante. A segunda

testemunha era o advogado, hóspede do hotel. Era brasileiro, casado e natural de Curitiba. Disse que após o dono do hotel chamá-lo para observar o que se passava, o mesmo imediatamente chamou a atenção do japonês, “para que o mesmo tivesse mais cuidado e mais respeito com a Bandeira Brasileira”; que o mesmo fez pouco caso “e com um sorriso de malícia, começou a hastear a Bandeira; que depois de hasteada a Bandeira”, percebeu “que estava de cabeça para baixo”. A terceira testemunha, também um brasileiro de 38 anos, casado, natural de Paranaguá, funcionário público, afirmou que viu a bandeira hasteada ao contrário. Estava em companhia do denunciante quando soube do fato ocorrido.

Enquanto o jovem continuava preso na Delegacia, incomunicável, a imprensa reagia incisivamente:

#### **Atrevimento!**

Ante-ontem a policia recebeu uma denuncia. Um cidadão japonez, funcionário do Banco América do Sul, nesta cidade, ao astear a Bandeira Nacional, havia, sem o mínimo escrúpulo, num verdadeiro atentado ao sagrado pavilhão nacional, pisado no mesmo, e, depois, não ligando a mínima importância às advertências de outras pessoas, deixara a bandeira asteada de cabeça para baixo. A policia local não se fez esperar. Imediatamente deteve o individuo atrevido que prestou declarações esfarrapadas, alegando ignorância, distração e outras “cositas mas”. Estamos no direito de perguntar si na terra dele, um seu patrício ao astear a sua bandeira procederia da maneira como ele procedeu aqui para com a nossa Bandeira. Haverá na Terra do Sol Nascente um cidadão que desconheça o respeito devido ao Simbolo da Pátria? E, mais, o que aconteceria a um brasileiro que no Japão pisasse a bandeira daquele paiz? Confiamos cegamente na ação das nossas autoridades e esperamos que o cidadão culpado seja punido (CORREIO DO NORTE, 23/04/1948).

A matéria jornalística vem recheada de afirmações e acusações que expressam as tensões interétnicas existentes no período. As exaltações nacionalistas evidenciam a posição do jornal em relação à postura do estrangeiro, demarcando bem a diferença e as fronteiras étnicas, quando mencionou a “terra dele”. Então quem seria o dono desta terra, onde as diferentes *raças* viviam na mais perfeita das *harmonias*, num grande e fraterno amplexo?

No dia 24/04/1948, o Delegado Regional de Polícia encaminhou o inquérito ao Major Chefe de Polícia do Estado, em Curitiba, que mandou retornar à Londrina para que se encaminhasse ao Juízo de Direito da Comarca de Londrina, para os devidos fins. Isto em 29/04/1948. Ao chegar, o Juiz enviou para vista ao Promotor Público, em 20/05/1948. Este, mediante o que se apresenta no inquérito, afirmou que não havendo crime a punir, requeria o seu arquivamento, em 26/06/1948. Porém, o Juiz não concordou em virtude de, em sua opinião, existir “indícios veementes de autoria, pelo referido japonês, dos atos que lhe são atribuídos”, constituindo crime previsto pelo art. 35, nº I; do decreto-lei 4.545 de 31-7-

1942<sup>114</sup>. Assim, em 28/06/1948, determinou que se remetessem os autos ao Desembargador Procurador Geral do Estado, para fins do art. 28 do Código de Processo Penal. Este envia o processo para o Promotor Público, para oferecer a denúncia do indiciado. Em 15/07/1948, foi remetido o processo ao Juízo da Comarca de Londrina, com a denúncia em separado. No dia 04/08/1948, o réu é interrogado no Juízo. Naquela data, conforme declaração do Gerente do banco, o réu já havia se afastado espontaneamente do banco e trabalhava num bar. Disse que não conhecia nenhuma das testemunhas já inquiridas e nada tinha contra elas; que era réu primário, pois nunca tinha sido preso ou processado até então; que içou a bandeira naquela forma porque pensou que era assim que deveria fazer, e que não pisou na mesma. Naquele momento, o réu já tinha um defensor, que não era o mesmo que havia sido nomeado como curador pelo delegado, na época do inquérito, por ser o réu, menor de idade.

Em 07/08/1948, o advogado do réu argumentou, junto ao Juiz, que o Promotor Público da Comarca quando pediu o arquivamento do processo se baseou em “razões extra-autos e por conhecer o conceito dos heroicos patriotas que fizeram a denúncia.” E qualifica os nipônicos como “sempre os pacíficos e tímidos japoneses”.

Foram ouvidas mais quatro testemunhas arroladas pela defesa em favor do réu. Três delas eram de ascendência japonesa: a 1ª era um contador de 25 anos, casado; a 2ª era um bancário de 36 anos, casado e gerente do banco; e a 3ª era um comerciante, casado, com 24 anos. A quarta testemunha era um brasileiro, também casado, com 31 anos e bancário. Este disse que o denunciado trabalhou dois meses no banco, do qual o mesmo era contador, “tendo-se revelado como um jovem cumpridor dos deveres; que em face do bom conceito em que o têm, julga o depoente que ele é incapaz de ter praticado os atos de menosprezo (sic) ao Pavilhão Nacional; que ao depoente o denunciado protestou sua inocência no caso, dizendo que se encontrava muito vexado com a acusação e queria transferir residência por esse motivo, tão logo termine o julgamento deste processo; que o depoente não conhece nenhuma das testemunhas que depuseram (sic) no inquérito policial.”

Em setembro de 1948, nas alegações finais o Promotor da Comarca assevera: “Em face da prova constante dos autos, espera este Ministério Público, Justiça!

O advogado de defesa, em seu arrazoado, reiterou os termos da defesa que havia feito anteriormente, enfatizando os motivos pelos quais o Promotor Público requereu o arquivamento do processo – por ser ele “conhecedor do elemento humano que povoa

---

<sup>114</sup> “Art. 35: Incluem-se entre os crimes de que trata o art. 3º do decreto-lei nº 431, de 18 de maio, de 1938, e serão punidos com a pena de seis meses a um ano de prisão, os seguintes; I. Praticar, em lugar público, ato que se traduza em menosprezo, vilipêndio ou ultraje a qualquer dos símbolos nacionais” ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4545.htm), acesso em 27/05/2012).

Londrina, principalmente de dois ‘doutores’ que prestaram depoimentos na Polícia”. Questionou a idoneidade destes, sobretudo porque um deles, naquele momento, estava foragido da cidade por falcaturas cometidas, merecendo maior crédito a palavra do réu. Lamentou não ter tido oportunidade de ser ouvido perante o Juízo, para fornecer provas sobre as atividades escusas desses indivíduos e desmascará-los. Alegou que o réu também foi vítima da Polícia local, pois sendo menor de idade e não tendo sido preso em flagrante, não poderia ter sido detido, incomunicável, durante 8 dias. Segundo o advogado, a cidade achava-se sem Juiz Criminal, e a polícia, prevalecendo-se de tal fato, desmandava-se em violências”. A liberdade do menor só foi obtida impetrando *habeas corpus* perante o Egrégio Tribunal de Apelação. Expôs outros motivos que invalidavam os depoimentos do inquerito, bem como indicou a dificuldade do Delegado em autuar o réu, que imputou-lhe o art.143, da Constituição Federal. O Promotor Público da Procuradoria Geral do Estado, por sua vez, autuou o réu, por desrespeito aos símbolos nacionais, no crime previsto no art. 35, nº I do Decreto-Lei n.4.545 de 31 de julho de 1942, que remetia à Lei de Segurança Nacional. Argumentou que em recente decisão do Tribunal de São Paulo, tal decreto-lei havia sido revogado devido à promulgação da Constituição de 1946. Mencionou que o Egrégio Tribunal de Apelação do Estado de São Paulo “taxou em recente decisão de ‘anti jurídica e inconstitucional’, a lei de Segurança Nacional. Esta foi criada para garantir um estado que inexistente.” Alegou que o réu sempre negou a autoria do fato, isto é, de desrespeitar a bandeira nacional; e que ninguém de bom senso aceitaria o fato como verdadeiro, ou seja, pisotear o “sagrado pavilhão nacional” numa das ruas mais movimentadas da cidade. Observou que o réu não negou ter hasteado ao contrário, mas, não o fez por dolo e, que era comum acontecer tal fato, bastando dar uma volta pela cidade nos dias de feriado nacional e notar a colocação dos pavilhões. “É um engano que passa despercebido a todos”. Finaliza solicitando a “absolvição como ato de estrita Justiça!”.

Assim, o Juiz de Direito julgou-se incompetente para o caso, uma vez que entendia que:

o crime previsto está equiparado aos delitos contra a ordem política e a estrutura e a segurança do Estado e o decreto lei n.8.186, de 1945 só reservou aos juizes e tribunais dos Estados o processo e julgamento dos crimes contra a economia popular. - Remetidos os autos à Justiça Militar, o Promotor da Auditoria da 5ª Região requereu o arquivamento do processo, por não haver crime, e caso o houvesse, a competência seria da justiça comum. O Dr. Auditor indeferiu o pedido de arquivamento<sup>115</sup>.

<sup>115</sup> Extraído da cópia do Relatório do Superior Tribunal Militar. (Fotograma nº 90)



A Promotoria recorreu ao Superior Tribunal Militar, que remeteu os autos para o Supremo Tribunal Federal, para a solução do litígio pela via do conflito negativo de jurisdição. Este julgou procedente o conflito e competente o Juízo de Direito da Comarca de Londrina, tendo em vista as alterações proporcionadas pelo advento da Constituição de 1946. O Juiz da Comarca, por sua vez, julgou extinta a punibilidade do réu em virtude da prescrição da ação judicial.

É importante observar que antes de ser remetido à 5ª Região Militar, este processo ficou parado por um ano e cinco meses com o escrivão da Comarca, sendo somente enviado em 29/03/1950.

Para Sônia Adum (1991, p. 175-176), este processo demonstra o estado de ânimo que predominava em alguns setores políticos após o término do Estado Novo. Observou que a formulação da denúncia,

transforma um fato totalmente insignificante num processo cuja última instância foi o Supremo Tribunal Militar do Distrito Federal, que implicou toda uma discussão acerca da competência dos poderes da justiça civil e militar, neste novo momento da vida política brasileira (Idem).

Destaca, ainda, que a tramitação do processo e o estado como foi encontrado no Arquivo do Fórum da Comarca de Londrina<sup>116</sup>, no momento em que elaborou a pesquisa (“todos os pareceres, inclusive o do Juiz, que solicitaram o prosseguimento do processo e o seu enquadramento na LSN, desapareceram”), permite a inferência de “quanto os argumentos que sustentavam a acusação estavam deslocados no tempo. Estava-se em plena redemocratização do país, quando então novas relações entre a esfera do político e do social se delineavam” (Idem).

Além disso, ressalta-se, aqui, que este auto criminal também contribui para confirmar a hipótese de existência de fricções interétnicas, na *fronteira* de caráter multiétnico que Londrina vivia até então. Isto se opõe a representação de uma sociedade harmônica, “onde várias raças se misturam”, que era propagada pela CTNP na primeira década de (re)ocupação do município. Tal representação era um importante argumento que despertava a atenção, sobretudo, de imigrantes. Era, também, uma estratégia de venda de seu principal produto, a terra.

---

<sup>116</sup> Esta série de documentos só foi depositada no CDPH em meados da década de 1990.

Assim, ao atingir esse objetivo, o de (re)ocupar, povoar a *Terra de Promissão*, a grande movimentação das pessoas e o escoamento da produção pelos trilhos da companhia ferroviária, irmã da empresa colonizadora, seria apenas uma consequência.

De fato, muitas dessas pessoas, que vieram morar nessa terra, agrupadas em núcleos coloniais, buscavam mesmo a possibilidade de atingir um equilíbrio harmônico, por meio de um desenvolvimento econômico, ou seja, simplesmente buscavam uma vida melhor. Muitos não obtiveram êxito. Ao mesmo tempo, muitos, ao contrário, conseguiram-no.

É o que procuramos demonstrar no breve relato dessas histórias. Constatamos nelas os conflitos e algumas formas de manifestações de hostilidade étnica, como agressões verbais do tipo: “estes [bicho] não pode ficar aqui, e quem manda aqui somos nós brasileiros; corja de filha da puta”, “brasileiro ordinário”.

Em concordância com Sônia Adum (1991, p. 175-176), tais histórias evidenciam “uma sociedade eivada de preconceitos, fundados em nacionalismo autoritário que se alimentava dos fantasmas construídos pelo Estado Novo”. Contudo, é certo afirmar que os autos criminais indiciam também fantasmas mais antigos, construídos desde o começo da imigração japonesa no Brasil, algumas décadas antes.

As ideias e sentimentos quanto ao “perigo amarelo” ou “perigo japonês” são perceptíveis no discurso de alguns representantes da elite brasileira desde o início do século XX, mas com mais intensidade e frequência no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. De forma difusa e latente, esses discursos e representações produziram na sociedade brasileira um sentimento antinipônico, de desconfianças e preconceitos em relação ao imigrante japonês e seus descendentes, sobretudo durante os anos do Estado Novo (1937-1945). A situação desses japoneses se agravou quando, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil se alinhou contra o Eixo e as relações diplomáticas Brasil-Japão foram cortadas.

Quanto ao jovem que hasteou a bandeira ao contrário, talvez o fato de um dos observadores ser um advogado tenha agravado sua situação. Como conhecedor das leis, vislumbrou a penalidade que o ato poderia incorrer. E com os ânimos nacionalistas acirrados, próprios do período em questão, bastou o descuido para que o jovem sofresse as consequências a que foi submetido.

Mesmo sendo arriscado presumir, poder-se-ia apontar uma explicação para “o sorriso de malícia”, como sendo uma característica do comportamento reservado dos japoneses, associada a uma certa timidez própria de uma possível dificuldade em comunicar-se, ou de constranger-se em virtude dos seus sotaques, e que poderia ser interpretado pelo “outro” como sorriso malicioso. Há que se considerar sobre as dificuldades de comunicar-se em português

existentes na época. Isto em virtude do idioma japonês ser a língua materna, praticada na maioria dos lares dos imigrantes japoneses e descendentes, embora muitos morassem há muito tempo em terras brasileiras ou até mesmo, no caso dos descendentes, tivessem nascido no país.

Com relação aos desmandos da Polícia local, outro fator que pode ter contribuído para a má sorte do jovem foi o fato do Delegado Regional, que tratou do inquérito, ter recém-assumido a Delegacia. Esta havia passado por uma crise, com conseqüente troca de Delegado. O jornal local noticiava, naquela época, o recolhimento, na capital do Estado, de agentes corruptos da Polícia de Londrina (PARANÁ-NORTE, 01/04/1948). Assim, diante do exame da sociedade local, a Polícia poderia estar sendo mais rigorosa em suas ações, visando demonstrar a moralização dos seus serviços sem, contudo, preservar os direitos civis do réu – uma vez que não poderia ter sido preso por oito dias, incomunicável, pois era menor de idade e não havia sido preso em flagrante.

Por outro lado, ao abordar a violência policial e a ação do aparato policial no cotidiano da cidade para a manutenção da ordem social, Rivail Carvalho Rolim (1999, p. 145) constatou que as tecnologias utilizadas no combate à criminalidade, em Londrina, no final da década de 1940 e primeira metade da década de 1950, não se modificaram com o processo de democratização do país após a Segunda Guerra Mundial. Pelo contrário, foram até reforçadas, pois a concepção da política de segurança pública no Estado do Paraná era de que se deveriam incrementar as forças policiais, no sentido de enrijecer as práticas de repressão à criminalidade.

Nos jornais da época, frequentemente, havia notícias “sobre espancamentos, pau-de-arara e palmatória largamente utilizados pelo aparelho policial como método corriqueiro de investigação e de combate aos criminosos”, ao longo dessa década. Isto demonstra que as práticas de violência recorrentemente utilizadas no período do Estado Novo não haviam sido abolidas nos “governos eleitos pelo voto dos cidadãos”. Rolim assevera que no período conhecido como populista, a violência também “se constituía numa forma de relacionamento do Estado com a maioria da população” (Idem, p. 146).

Dos 2.248 autos criminais referentes aos anos de 1938 a 1958, produzidos e/ou acumulados pelo Fórum da Comarca de Londrina, que constam na coleção do acervo do CDPH/UEL, 86 são da década de 1930. A década de 1940 contabiliza 801 autos e a partir do ano de 1950 até o final de 1958, existem 1.361 destas unidades documentais. Este aumento significativo de ocorrências criminais corroboram as hipóteses levantadas no decorrer deste capítulo, acerca do crescimento econômico e demográfico do município de Londrina e o

adensamento do seu núcleo urbano. Indica, também, a presença do Estado por meio do seu aparato policial e judiciário que vão caracterizar uma nova ordem, que se difere da *situação de fronteira* vivida até o final dos anos de 1940.

Quanto às novas relações entre a dimensão do político e do social que se delineavam durante o processo de redemocratização que o país vivia então, sobretudo a partir da década de 1950, verificam-se uma gradativa mobilidade e inserção social do grupo étnico nipo-brasileiro na sociedade local.

## **5. INSERÇÃO DOS JAPONESES NA SOCIEDADE LONDRINENSE NO AUGE DO *ELDORADO*.**

Nos anos de 1950 ocorre o acelerado crescimento da cidade, em virtude do desenvolvimento econômico proporcionado pela economia cafeeira. Na esteira desse desenvolvimento, assiste-se a uma intensificação do aumento populacional, que, por sua vez, traz consigo problemas de ordem policial e judicial, como foi demonstrado no capítulo anterior.

No entanto, num plano geral, observa-se que os japoneses e descendentes, enquanto grupo étnico, traçaram estratégias para sua inserção social, econômica e política em Londrina. O associativismo foi uma das formas que o grupo encontrou para resolver as questões relacionadas ao auxílio mútuo, convivência social e, principalmente, reprodução das tradições da sua cultura de origem. Outra forma era constituída pelas práticas religiosas.

### **5.1. ASSOCIAÇÕES E RELIGIOSIDADE DOS IMIGRANTES JAPONESES E DESCENDENTES EM LONDRINA.**

A Associação Cultural e Esportiva de Londrina – ACEL – é um exemplo desse associativismo que se institucionalizou como pessoa jurídica, ao longo da trajetória do grupo étnico japonês em Londrina. Sua fundação, como uma sociedade civil, ocorreu em 1955 (ASARI, 1982, p. 22). Porém suas origens se reportam ao início da imigração japonesa em Londrina, mais precisamente ao ano de 1933, quando os japoneses dos núcleos coloniais de Londrina e região se reuniram para formar uma associação e construir uma sede, o *kaikan*. Esta foi construída em terreno comprado e doado por Hikoma Udihara, Gerente de Vendas da CTNP (FUZII, 1986, p. 3; OGUIDO, 1988, p. 98).

A sede situava-se na esquina das ruas Hugo Cabral com Pio XII, na região central da Londrina atual. Foi construída em madeira, com a ajuda de todos os japoneses e da CTNP, que permitiu o corte de árvores de suas terras para o fornecimento da matéria-prima da construção. E as telhas foram doadas por Mr. Simon Fraser, o Lord Lovat (Idem, 1986, p. 4), um dos fundadores da CTNP e da *Brazil Plantation Syndicate*.

A inauguração da sede ocorreu em 18 de junho de 1933, dia em que se comemorava os 25 anos da imigração japonesa no Brasil. Foi fundada, então, a primeira associação de japoneses, o *nihonjinkai*, sendo Hikoma Udihara eleito o seu presidente. No mesmo mês, decidiu-se que a sede da associação serviria também de escola para o ensino em japonês (FUZII, 1986, p. 4; OGUIDO, 1988, p. 98). Atendia às crianças do grupo que residiam na cidade e àquelas que moravam nos sítios próximos do núcleo urbano. As escolas eram vistas como um “veículo de preservação e transmissão da cultura” nipônica (CAPELO, 2000, p. 225 e 226). Vale lembrar que escolas eram raras naquela época.

Figura 37: ESCOLA JAPONESA EM LONDRINA, NA DÉCADA DE 1930.



Fonte: Acervo de fotografias do CDPH/UEL.

Observa-se na fotografia retratada por José Juliani, além das numerosas crianças que, provavelmente, frequentavam a escola japonesa, um contingente expressivo de adultos. Tal presença sugere a importância de que se revestia a escola como equipamento social para o grupo, congregando as diferentes gerações e garantindo a transmissão da cultura original.

Aponta-se para o detalhe das bandeiras do Brasil e Japão hasteadas lado a lado, representando o civismo prestado às duas nações.

No ano seguinte, em 1934, aconteceu o primeiro *undokai*, uma gincana poliesportiva, que envolvia todos os participantes de diferentes faixas etárias, promovido pela colônia<sup>117</sup> japonesa de Londrina (FUZII, 1986, p.4), organizado por sua associação. E em junho deste ano, a mesma associação japonesa, também conhecida entre os japoneses como *nihonjinkai*, promoveu a 1ª Exposição Agrícola de Londrina (OGUIDO, 1988, p. 98).

Em 1936, foi fundado o *Rengoo-Nihonjinkai*, união das associações de japoneses, que tinha uma abrangência maior, tendo Hikoma Udihara como presidente. Permaneceu neste posto até 1937 (Idem, p. 4).

No ano de 1939, o terreno da sede da associação, na rua Hugo Cabral, foi vendido e adquirido outro terreno com 1.163 alqueires, situado na rua Paulo Kawassaki, 101. Na época, era mais afastado do núcleo urbano da cidade. Foi construído um campo de beisebol e sala de aula, contando, para isto, com o auxílio do Governo Japonês (Idem, p. 5).

Em 1940, a associação promoveu uma comemoração dos 2.600 anos de existência do Japão, da qual participaram os imigrantes japoneses e seus descendentes, residentes no norte do Paraná. Neste mesmo ano foi comemorado também o aniversário dos 10 anos da presença do grupo étnico japonês em Londrina. O evento foi realizado no campo esportivo da ACEL (FUZII, 1986, p. 5; OGUIDO, 1988, p. 99).

Com o advento da II Guerra Mundial e o rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo, a entidade teve que fechar suas atividades e queimar todos os documentos, que eram escritos em japonês. Os integrantes da entidade só voltaram a se reunir depois de finda a guerra. Em 1946, retomaram-se as atividades esportivas com um campeonato de beisebol de adultos. No ano seguinte, o *nihonjinkai*, reunido na primeira assembleia ocorrida após o término da guerra, elegeu novamente Hikoma Udihara como presidente da associação (FUZII, 1986, p. 5 e 6).

Em 1950, foi realizado um levantamento junto à colônia japonesa em Londrina, coordenado pelo *Nihonjinkai*. Constatou-se que:

---

<sup>117</sup> O termo colônia significa aqui “indivíduos de uma nação que vivem em país ou cidade estrangeira, e seus descendentes que lhes conservam as tradições, características culturais, religiosas, etc” (FERREIRA, 1999, p. 504).

**Tabela 20: POPULAÇÃO RESIDENTE EM LONDRINA, POR GERAÇÃO.**

	<b>Quantidade</b>
Imigrantes japoneses	718
Descendentes de imigrantes japoneses	1.273
Total	1.991

Fonte: FUZII, 1986, p. 6.

**Tabela 21: POPULAÇÃO RESIDENTE EM LONDRINA, POR GÊNERO.**

	<b>Quantidade</b>
Sexo feminino	982
Sexo masculino	1.009
Total	1991

Fonte: FUZII, 1986, p. 6.

Foi também constatado que nessa população havia 185 pessoas que eram eleitores e 106 cursavam o ginásio. A colônia japonesa de Londrina era dividida em seções e todas as informações foram prestadas pelos 22 chefes de seções da cidade (FUZII, 1986, p. 6). Deve-se ponderar sobre a possibilidade de haver um número maior, pois “havia japoneses com maior poder aquisitivo que compravam sítios ou fazendas maiores e, em geral, não compunham seções, pois atuavam mais individualmente”. Assim, podem não terem sido contabilizados (CAPELO, 2000, p. 229).

Observa-se, ainda, que em 1950, com o desmembramento do território do município de Londrina em várias outras cidades ocorrido ao longo da década de 1940, a quantidade de japoneses e descendentes diminuiu sensivelmente em relação ao levantamento de trabalhadores na cafeicultura realizado em 1941, pelo Departamento Nacional do Café.

Quanto ao *nihonjinkai*, até 1954, o mandato dos seus presidentes variou de um a dois e até três anos cada. Neste ano, em assembleia conjunta do *Nihonjinkai* com o *Seinenkai*, a associação de jovens, foi deliberada a transformação do *Nihonjinkai* em sociedade de ações. (Opcit, p. 6)

Em fevereiro de 1955, a colônia japonesa recebeu a visita do Cônsul do Japão, Sr. Chiba. Neste mesmo mês, foi apresentada a diretoria eleita da Associação Cultural e Esportiva de Londrina – ACEL, que era uma sociedade civil resultante do *Nihonjinkai*.

Na coluna "Ronda pela cidade", do jornal “Folha de Londrina” do dia 25/03/1955, uma nota informava que "elementos da colônia japonesa, segundo estamos informados, acham-se empenhados na fundação de um clube de campo. À frente da iniciativa, entre outros, estão os srs. Tatsuma Itow, Ijite Okazaki, L. Kumagai e J. Taruma”. O clube iria se



localizar no Jardim Londrina, cuja “obra - toda em alvenaria” – havia sido orçada em 4 milhões de cruzeiros.

No entanto, apesar do que informava a nota no jornal, diante da necessidade de haver um salão para desenvolver as atividades culturais e sociais, naquele mesmo ano, foi comprado um prédio de uma madeireira e fábrica de móveis pelo preço de CR\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos cruzeiros)<sup>118</sup>. O prédio situava-se à Rua Guaporé, 711, na Vila Nova. Nele foi instalado o *kaikan*, a sede da ACEL.

Os recursos para a compra eram provenientes da venda de ações, que custavam um cruzeiro cada uma. Foram vendidas 2.000 ações, sendo o valor restante doado pelo empresário Soiti Taruma, que fora o presidente da comissão criada para viabilizar, num primeiro momento, a construção da sede. O prédio, porém, foi adquirido pronto. Soiti Taruma havia coordenado, também, os trabalhos da comissão indicada pelo *Nihonjinkai* e *Seinenkai* para a transformação da associação de japoneses em sociedade de ações (Opcit, p. 7 e 8).

O salão da ACEL foi inaugurado no dia 7 de setembro, data cívica em que se comemora a independência do Brasil. A partir deste ano de 1955, o *Nihonjinkai* se uniu a ACEL, sendo eleito Soiti Taruma o primeiro presidente desta sociedade de ações recém-constituída. No começo do ano seguinte, o Conselho Deliberativo da associação foi oficializado. No final do ano de 1956, Soiti Taruma foi reeleito para a presidência da ACEL e Tatsuma Ito, eleito presidente do Conselho Deliberativo. Taruma ocupou o mesmo posto de presidente até o ano de 1961 (Idem, p. 8 e 9).

Um evento importante que se tornou tradição na comunidade de agricultores japoneses e descendentes é a exposição de seus produtos. A I Exposição Agrícola do Município de Londrina, promovida pela ACEL, ocorreu no dia 16/07/1954 e teve a colaboração da Prefeitura, comércio e indústria. A cerimônia de inauguração contou com a participação do prefeito, “autoridades, representantes de classe e da Secretaria da Agricultura e do Instituto Brasileiro do Café”.

O objetivo do evento era “fomentar a produção agrícola em todos os seus ramos”, premiando os primeiros colocados. Segundo a reportagem, grande número de pessoas circulou pelos estandes, que mostrava uma enorme diversidade de produtos da terra como cereais, café, legumes, verduras, etc, “algo digno” de se ver (Folha de Londrina, 17/10/1954). Este evento ocorre anualmente, até os dias de hoje.

---

<sup>118</sup> É provável que este valor trata-se de CR\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros), pois cédulas de Cr\$5.000,00 e Cr\$10.000,00 circulavam no Brasil, nesta época, conforme BANCO Central do Brasil. E conforme a nota no jornal, o valor da construção em alvenaria estava orçado na casa dos milhões.

Entre as atividades esportivas realizadas na década de 1950, destaca-se o episódio em que a equipe de beisebol mirim, constituída de atletas nipo-brasileiros, representando Londrina, sagrou-se campeã no torneio brasileiro de beisebol ocorrido em São Paulo, em julho de 1954. Ao chegarem à cidade foram recebidos pelo prefeito e presidente da Câmara, no Paço Municipal. Na sequência, visitaram a emissora de rádio local e concederam longa entrevista. Foram também à redação do jornal Folha de Londrina e à noite, homenageados efusivamente pela Diretoria da ACEL. Esta notícia saiu na primeira página da Folha de Londrina, de 29/07/1954, juntamente com a fotografia que segue:

Figura 38: EQUIPE CAMPEÃ DE BEISEBOL MIRIM – 1954.



Fonte: Folha de Londrina, 29/07/1954, p. 1.

Outro importante evento esportivo promovido pela ACEL, que refletiu na imprensa local, foi o VII Campeonato Inter-Regional de Beisebol. Em nota, o jornal informa que o torneio se realizaria nos dias 29/04 a 1º de maio de 1955 (Folha de Londrina, 21/04/1955, p. 7), no campo esportivo da associação. Este evento contou com a subvenção da Prefeitura do Município, conforme será relatado adiante.

Segundo Fuzii (1986, p. 8 e 11), a inauguração de duas quadras de tênis de campo, em 1957, contribuiu para o desenvolvimento da prática esportiva. Em julho de 1958, aconteceu um jogo amistoso de beisebol, em nível internacional, com a participação da equipe japonesa da Universidade de Waseda (Opcit, p. 8 e 11).

Com relação às atividades sociais da entidade, o baile de carnaval, realizado no ano em que se tornou uma sociedade de ações, também ganhou destaque no jornal da cidade. Sob o título “OS FOLIÕES DA A.C.E.L.”, a nota informava que “no amplo salão de sua sede provisória, situada na Rua Paraíba, a Associação Cultural e Esportiva Londrinense levou a efeito, nos quatro dias dedicados a Momo, bailes que estiveram bastante concorridos” (Folha de Londrina, 27/02/1955). A nota está acompanhada da seguinte fotografia:

Figura 39 : BAILE DE CARNAVAL DA ACEL – 1955.



Fonte: Folha de Londrina, 27/02/1955.

O baile de carnaval da associação se tornaria um evento social tradicional entre a comunidade nipo-brasileira.

Em novembro de 1956 realizou-se o concurso de Miss ACEL. Outro fato marcante na história da associação foi a visita das Altezas Imperiais do Japão, Príncipe Mikasa e sua esposa, por ocasião das comemorações do jubileu da imigração japonesa no Brasil, em junho de 1958.

No decorrer do tempo, o espaço físico da área destinada ao lazer e prática de esporte foi aumentando gradativamente, por meio da aquisição de terrenos contíguos. Em 1966, foi construído um estádio para a prática de beisebol, com capacidade para duas mil pessoas. Posteriormente, foram construídas quadras de futebol de salão, piscinas, aparelhando a associação num clube de lazer, proporcionando o convívio social e a prática esportiva. Além dos campeonatos de beisebol, realizavam-se também os torneios de natação e tênis de campo. Aconteciam também os eventos culturais como o “*Gueinossai* – Festival de Música, Dança e

Teatro Japonês”, ocorrido em 7 de setembro de 1975, a propósito das comemorações dos 20 anos da ACEL; bem como os shows e concursos de música popular japonesa, ocorridos na década de 1980 (Idem, passim).

Uma nova sede social foi construída e inaugurada em meados dos anos 1980. Desta vez, junto à sede campestre, onde funcionava a área de lazer e esportiva da associação. Atualmente a ACEL está localizada à rua Major Achilles Pimpão Ferreira, 230.

Além da ACEL, em Londrina existe também a Associação Cultural e Recreativa Okinawa de Londrina – ACROL, que foi fundada em 1954. No entanto, as reuniões de “*tanomoshii*”<sup>119</sup>, uma espécie de consórcio financeiro, eram realizadas entre as famílias provenientes da Província de Okinawa, no Japão, desde 1948. Nesta época totalizavam o número de 20 famílias que participavam dessas reuniões. O intuito era proporcionar o auxílio mútuo. Eram realizadas no segundo domingo de cada mês e influenciou, sobretudo, para o surgimento da associação, uma vez que nessas ocasiões era possível trocar ideias, estabelecendo um convívio social entre o grupo (ASARI, 1982, p.22).

Os objetivos da fundação da associação estavam relacionados “à educação, prática esportiva, recreativa, artística e cultural”, bem como ao cultivo da “tradição folclórica do povo japonês” (Idem, p. 22).

O quadro social, no início da década de 1980, era constituído por sócios fundadores, sócios honorários, sócios contribuintes, sócios atletas e sócios beneficentes. Havia uma diretoria executiva e subdiretorias de Esportes, Cultural, Social, *Fujin-kai* e *Seinen-kai* (Idem, p. 22 e 23).

Em 1980, havia 120 famílias associadas à ACROL. Cerca de 60% destas famílias trabalhavam como feirantes. Dentre os eventos promovidos estavam homenagens aos idosos aniversariantes, pertencentes ao grupo; *undo-kai*, uma gincana poli-esportiva, que envolvia todos os participantes de diferentes faixas etárias; *bonen-kai*, festa de confraternização de final de ano; atividades esportivas realizadas em torneios internos de férias, envolvendo as modalidades de voleibol, basquetebol, futebol de salão e tênis de mesa; intercâmbios com outras associações congêneres de cidades do Paraná, como Paranavaí, Apucarana, Rolândia, Cornélio Procópio e também Campo Grande, do Mato Grosso do Sul. Para a manutenção das atividades, além da cobrança de contribuições dos atletas, a Subdiretoria de Esportes realizava promoções como rifas, feijoadas e shows artísticos (Idem, p. 23).

---

<sup>119</sup> Tanomoshii significa “digno de confiança; que tem um futuro promissor” (HINATA, 1992, p. 456).

Uma outra forma de convivência social que congregava boa parte da população de imigrantes japoneses e descendentes, em Londrina, era o culto aos rituais religiosos, sobretudo, das religiões de origem oriental.

Em 1958, na estatística elaborada pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, de um universo populacional de 26.847 imigrantes japoneses e descendentes que viviam na região de Londrina, foram levantados dados referentes à opção religiosa de 21.278 indivíduos com idade igual ou superior a sete anos. Vale lembrar que, neste censo, a região de Londrina era integrada por mais 26 municípios menores, próximos à Londrina. Infelizmente, o mencionado censo não traz os números específicos de cada município que integram a região. No entanto, observando-se a tabela de “Distribuição geográfica da população da Região de Londrina por município, geração, residência e sexo”, que traz as cidades que compõem a referida região, pode-se estabelecer uma comparação do número populacional e obter-se uma noção do percentual em relação às opções religiosas professadas e declaradas no censo.

Quanto às opções religiosas praticadas por integrantes do grupo, em 1958, a tabela a seguir oferece um panorama da situação:

**Tabela 22: RELIGIÃO DA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES JAPONESES E DESCENDENTES DA REGIÃO DE LONDRINA (7 anos e acima).**

<b>OPÇÃO RELIGIOSA</b>	<b>QUANTIDADE DE IMIGRANTES JAPONESES E DESCENDENTES</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Budistas	11.137	52,340%
Católicos	7.592	35,68%
Xintoístas e novas religiões do Japão	1.041	4,892%
Sem religião	832	3,910%
Protestantes	291	1,367%
Sincretistas sem catolicismo	261	1,226%
Sincretistas com catolicismo	121	0,568%
Espíritas	3	0,014%
<b>Total</b> (indivíduos com idade igual ou superior a 7 anos, que declararam a opção religiosa, da Região de Londrina).	<b>21.278</b>	<b>99,99%</b>
Crianças de 0 a 6 anos.	5.569	
População Total da Região de Londrina	26.847	

Fonte: COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964, p. 281.



Conforme o censo da colônia japonesa, o budismo era a religião que prevalecia entre os imigrantes japoneses e descendentes que viviam na região de Londrina em 1958, representando um pouco mais da metade da população levantada, ou seja, 52,34%.

Assim, verificou-se na cidade de Londrina a presença desta religião de tradição milenar, bem como a construção de seus templos no período estudado. É o caso das Igrejas *Honganji*, as quais são: Igreja Budista *Nishi Honganji* de Londrina e Igreja Budista *Higashi Honganji* de Londrina.

O templo da Igreja *Nishi Hanganji*, ou *Hompa Honganji*, foi construído por pessoas do próprio grupo étnico nipo-brasileiro, em 1950. Feito em madeira de lei, foram utilizadas as técnicas tradicionais da marcenaria oriental, que valorizam o uso de encaixes, sem necessidade de muitos pregos na confecção do templo, cuja arquitetura é típica do Japão (MÁXIMA, 2008).

**Figura 40: TEMPLO BUDISTA NISHI HONGANJI DE LONDRINA, EM 1954.**



Fonte: ALMEIDA, Gladstone Honório de. *Guia geral de Londrina (Indicador Histórico e Comercial)*. Londrina: Empresa Propagandista do Norte do Paraná, 1954, p. 62.

Na década de 1950, alguns fatos envolvendo esta comunidade religiosa do grupo étnico nipo-brasileiro repercutiram na sociedade local. Nos dias 13 e 14 de agosto de 1954, o jornal “Folha de Londrina” publicava, na última página, notas informando sobre a passagem do chefe da Igreja Budista *Nishi Honganji* na cidade, sob o título “**Em Londrina alto dignatário Budista. Percorre o Estado em visita de cordialidade**” e “**Lord Otani em Londrina**”. Afirmava, ainda, que o Lord Kosho Otani e sua esposa Yoshico Otani permaneceram dois dias na cidade, onde receberam várias homenagens de “patricios e autoridades locais”. Foram para a cidade de Assaí, onde permaneceriam por dois dias, devendo seguir depois para a cidade de Uraí. Ambas cidades possuíam grande presença do grupo étnico nipo-brasileiro.

Mesmo pequeno, o registro deste evento indica o movimento do grupo em relação a sua integração e inserção naquela sociedade, cuja maioria era constituída de brasileiros e com grande número de católicos.

**Figura 41: TEMPLO BUDISTA NISHI HONGANJI DE LONDRINA, EM 2012.**



Fotografia: Rafaela Mie Maesima Cunha.

Atualmente, as missas destinadas à comunidade budista ocorrem uma vez por mês, com exceção no período de comemorações do aniversário de Buda, dia 08 de abril, e dos festejos do *bon-odori*, na primeira quinzena de agosto (MÁXIMA, 2008). A Igreja Budista *Nishi Honganji* de Londrina localiza-se à rua Porto Alegre, 600 - Jardim Agari.

Quanto às religiões ocidentais, em 1958, o catolicismo tinha o segundo maior número de seguidores dentro do grupo étnico japonês, isto é, totalizavam 7.592 imigrantes japoneses e descendentes católicos, distribuídos na região de Londrina.

Com esta significativa quantidade de católicos no meio nipo-brasileiro fica fácil compreender o anseio do bispo de Londrina em querer padres que falassem a língua japonesa para atuar na catequização desta população. Assim, pediu à Cúria Romana, que, por sua vez, solicitou à Conferência Nacional dos Bispos Japoneses, em 1957, que enviassem dois padres à região de Londrina para que trabalhassem com os imigrantes japoneses católicos fixados no país (International Press, 2006). O Padre Haruo Sasaki, que então trabalhava na Diocese de Yokohama, no Japão, atendeu voluntariamente ao chamado do Vaticano e veio para o Brasil, juntamente com o Padre Pedro Miyamoto. Desembarcaram no porto de Santos, em 23 de março de 1958.

Ao chegarem à Londrina, em 26/03/1958, auxiliaram o bispo Dom Geraldo Fernandes, trabalhando na secretaria da Arquidiocese. E, conforme o Padre Haruo, enquanto aprendia o idioma português, foi indicado para desenvolver o trabalho de catequese de japoneses que viviam na cidade e não compreendiam a língua portuguesa. Este trabalho com o grupo de japoneses e descendentes era feito pelo padre palotino alemão José Lebreck, que veio da Alemanha para o Brasil, em 1940, com o propósito de trabalhar junto ao grupo étnico japonês (Padre, 1988, p. 1; Paróquia, [s.d.]; Pastoral, 1988, p. 3; Bonde, 01/05/2009).

Segundo Pe. Lino Stahl, orientador da Paróquia Pessoal Nipo-Brasileira Imaculada Conceição – Londrina, “a Pastoral junto à colônia japonesa em Londrina tornou-se diocese em 01/02/1956 e, por alguns anos, a missa dos japoneses foi celebrada no Santuário Schoenstatt” (Paróquia, [s.d.]). Este Santuário localiza-se junto ao Colégio Mãe de Deus, criado em 1936, pelas freiras do Instituto Secular Irmãs de Maria de Schoenstatt, que foi fundado por Pe. José Kentenich, na Alemanha (Colégio, [2012]).

Pe. José Lebreck dedicou-se à Pastoral Nipo-Brasileira entre os anos de 1956 e 1964. Com a chegada dos padres japoneses, Padre José Lebreck<sup>120</sup> foi morar no Japão (Paróquia, [s.d.]; Pastoral, 1988, p. 3).

---

<sup>120</sup> Na matéria publicada no jornal Folha de Londrina (Pastoral, 1988, p. 3), Padre José Lebreck é nomeado José Shuruk.



Ainda no mesmo ano de chegada dos padres japoneses, 1958, a Pastoral Nipo-Brasileira de Londrina – PANIB foi fundada pelo Padre Haruo, que tinha, naquele momento, 30 anos de idade (Padre, 1988, p. 1).

Na sequencia, vê-se fotografia de Pe. Sasaki, D. Geraldo, Pe. Miyamoto e Pe. Shreck:

Figura 42: PADRES DA PANIB – [ANOS DE 1950]



Fonte: PARÓQUIA Imaculada Conceição. *Os primórdios de nossa Igreja.* [s.d.] Disponível em: <<http://www.paroquiainmaculada.com.br/DetalheTexto.aspx?O5K5ci61TnVLQAb//uboHQ>>. Acesso em: 07/04/2012.

Com o auxílio da comunidade nipo-brasileira, os padres Haruo e Miyamoto construíram a Igreja Imaculada Conceição, localizada na Rua Belo Horizonte, 795. Posteriormente, Padre Haruo pediu ajuda financeira para a Arquidiocese de Colônia, Alemanha, para construir o Centro-Cultural e Beneficente Nipo-Brasileiro da Igreja Imaculada Conceição, que atualmente abriga a sede da PANIB-Londrina. A obra foi concluída em 1969. Padre Haruo atestou que quando lançaram “a ideia da construção de um centro cultural para nisseis, mais da metade dos recursos” recebidos vieram de doações de japoneses não católicos. Eles tinham a preocupação de que fosse “um núcleo de formação para seus filhos” (Sasaki apud Padre, 1988, p. 1).

O Padre Haruo criou, então, o Círculo Católico que congrega jovens nipo-descendentes de Londrina e região. Trabalhou durante doze anos em Londrina e depois foi encaminhado para Cornélio Procópio, onde permaneceu até 1978. Porém, a partir de 1973, após ter tido contatos com hansenianos na cidade de São Jerônimo da Serra e constatar que muitos viviam abandonados na zona rural<sup>121</sup>, angariou recursos para construção de um hospital de dermatologia naquela localidade. Nesta época graduou-se em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina e naturalizou-se brasileiro. Em 1978, criou a Sociedade

<sup>121</sup> Em um mês de investigação nos prontuários do Posto de Saúde, encontrou 120 hansenianos que viviam em condições muito precárias.

Filantrópica Humanitas<sup>122</sup> e chamou as freiras da Congregação do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki, que vieram para auxiliá-lo, em 1980.

Quanto a PANIB, em 1988, congregava aproximadamente 200 pessoas. Por seu objetivo religioso atendia japoneses e descendentes “proporcionando-lhes facilidades ambientais e de idioma no trato com os assuntos ligados à Igreja Católica” (Pastoral, 1988, p. 3). Possui vinculação com a Arquidiocese de Londrina e com a Pastoral Nipo-Brasileira de São Paulo. No âmbito cultural, oferecia cursos de língua japonesa, por meio de manuais elaborados e publicados pelo Padre Lino Stahl. Aliás, era este o padre que celebrava a missa em língua japonesa e portuguesa aos domingos, às 8h30 da manhã. Era destinada à comunidade católica nipo-brasileira local. Após a missa, tradicionalmente, era servido no Centro Cultural, chá e café aos fiéis participantes. Oportunidade em que aproveitavam para congregar-se e sociabilizar-se.

No que diz respeito a sua estrutura administrativa, possui um presidente, uma associação de senhoras (*fujinkai*), um grupo de homens (não oficialmente constituído, mas que realizava vários trabalhos sociais) e um grupo de jovens nipo-brasileiros da Igreja Imaculada Conceição, que era conhecido como *Face Jovem*.

No âmbito de assistência social, por meio de promoções como as feijoadas beneficentes, a entidade arrecadava recursos financeiros para ajudar na manutenção da Creche Nossa Senhora da Paz, situada no “antigo Grilo da Caixa Econômica” (Idem) e administrada pelas Irmãs da Congregação Japonesa de Betânia.

O grupo de jovens se reunia aos domingos para discutir questões religiosas e sociais (Idem). Atualmente, o grupo de jovens nipo-brasileiros denomina-se CCEM-Londrina (Centro Cultural Estrela da Manhã).

Quanto aos protestantes, em 1958, o número entre os imigrantes japoneses e descendentes, na região de Londrina, era muito reduzido. Representava pouco mais de 1% da população deste grupo étnico, ou seja, havia 291 adeptos do protestantismo. E uma das igrejas evangélicas que existia em Londrina, desde a década de 1930, era uma filial da Igreja Evangélica Holiness. A fundação desta igreja no Japão, em 1917, foi precedida pela criação da OMS (Sociedade Missionária Oriental), pelo pastor Juji Nakada e pelo missionário norte-

---

<sup>122</sup> Em maio de 2009, havia na entidade 1.526 prontuários de casos de hanseníase e 34.500 para outros casos dermatológicos. Essa instituição possui laboratórios especializados e é uma referencia na região, atendendo pessoas de vários outros municípios. A entidade filantrópica mantém ainda um centro de ensino rural e uma casa de recuperação de dependentes químicos. Até o ano de 2007 recebeu ajuda financeira de uma entidade japonesa. (Folha de Londrina, 18/06/1988, Ed. Esp. p. 1; Bonde, 01/05/2009). A vida do padre japonês foi narrada no filme, de 2002, intitulado "*Akai Tochi no Nakamatachi - Humanitas no 25-nen no Ayumi*" (Os amigos da Terra Vermelha - 25 anos da história de Humanitas), dirigido por Jun Okamura, documentarista japonês (International Press, 2006; INOKUCHE, 2011).

americano Charles Cowman, em 1901. O objetivo era iniciar “um movimento de avivamento” e evangelizar o Japão. Em 1917, iniciou-se o processo de evangelização além do Japão, enviando-se um pastor para a Manchúria. Em 1919, foi mandado outro pastor para a Coréia e em 1925, foram também enviados pastores para Taiwan e Brasil (YUASA, s.d.). No Brasil, percorreu quase todas as localidades onde havia imigrantes japoneses no Estado de São Paulo. Posteriormente, em 1934, a Igreja Holiness do Brasil estabeleceu-se no país, como pessoa jurídica autônoma e visava evangelizar, sobretudo, os imigrantes japoneses (Holiness Londrina, s.d.).

Seguindo a mobilidade geográfica de muitos imigrantes japoneses, a Igreja Evangélica Holiness de Londrina foi fundada em março de 1938. Funcionou em uma casa de madeira alugada na região central da cidade até o ano de 1977, quando inaugurou a sede própria, construída na rua Terezina, 81. Vila Shima Bokuro, Londrina.

Em 1988, os cultos em japonês eram realizados aos domingos à noite; e em português também aos domingos pela manhã. Eram realizadas duas reuniões semanais entre os membros da igreja (Folha de Londrina, 18/06/1988, Ed. Esp. p. 2). Atualmente, a maioria dos trabalhos são realizados em português (YUASA, s.d.).

Além destas, registra-se também a existência na cidade, no referido período, das religiões que foram criadas no século XX, como a Igreja *Seicho-No-Ie*. Classificada como uma das “novas religiões”, esta surgiu no Japão, em 1929. Mas somente após a II Guerra Mundial é que se intensificou a propagação de seus ensinamentos. Em Londrina, o estabelecimento da Igreja se deu no ano de 1954, embora fosse praticada desde 1939, por pessoas que moravam tanto na área urbana, quanto na rural (ASARI, 1982, p. 26).

O principal objetivo da seita é a “iluminação da humanidade, mediante o estudo dos livros do Mestre” Masaharu Taniguchi. No início da década de 1980, a prática religiosa era realizada nas cerimônias, cujo intuito era a obtenção da “elevação moral e espiritual” dos adeptos, bem como nas “atividades complementares (palestras, seminários, escola para crianças)”. Os seminários eram ministrados em japonês e português, pelos preletores. Dentro da própria Igreja as atividades eram organizadas e distribuídas às diferentes associações, como *Shirohato-kai*, associação de senhoras, *Seinen-kai*, associação de jovens, *kodomo-kai*, associação de crianças (Idem, p. 26).

Dentre as atividades desenvolvidas por estas associações estavam a:

assistência aos doentes (atendimento espiritual), ajuda material (alimentos) para instituições beneficentes, além de procurar meios para que haja confraternização

entre seus membros, promovendo almoços, festas, atividades artísticas (dança, teatro) e excursões (ASARI, 1982, p. 26).

A Igreja *Seicho-No-Iê* permanece desenvolvendo suas atividades religiosas, culturais e assistencialistas nas duas filiais, existentes atualmente na cidade de Londrina.

Além dos aspectos religiosos abordados para proporcionar os espaços de convivência da colônia japonesa e o contexto em que se processou o estabelecimento e a inserção do grupo étnico em Londrina, serão abordados, a seguir, os aspectos relacionados às questões políticas do eleitorado nipo-brasileiro na cidade.

## **5.2. REPRESENTAÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA NA POLÍTICA LONDRINENSE.**

No começo da década de 1950, a união do grupo étnico japonês, perceptível nas formas associativas de ajuda mútua e de convívio social, proporcionou à colônia japonesa a possibilidade de eleger um representante político na Câmara Municipal de Londrina. Conforme Oguido (1988, p. 276 e 277), Kanji Minamizawa foi eleito vereador, em 1951.

Minamizawa foi autor da emenda nº 2, do projeto de Lei nº 41/54, referente à proposta orçamentária para o exercício de 1955. Na emenda, datada de 30/10/1954 e aprovada em 1º turno, o vereador solicitava um auxílio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para a Associação Cultural e Esportiva de Londrina - ACEL. Em seu arazoado, Minamizawa justificava que Londrina seria a sede do VII Campeonato Brasileiro de Beisebol, no ano de 1955, e reuniria delegações de vários Estados. A ACEL era a responsável pela organização do evento, cujas “pelejas” seriam realizadas em sua “praça de esportes”. Esta, por sua vez, necessitava de “inúmeros melhoramentos, orçados em Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para poder acolher o grande número de assistentes de vários Estados, que por certo” acorreriam à Londrina. Considerava, ainda, que a realização do evento na cidade muito contribuiria “para aumentar o conceito de Londrina tanto no setor esportivo como também econômico e cultural”. Além disso, informava que em outras cidades onde haviam sido realizados os campeonatos anteriores, os poderes municipais tinham “auxiliado com importâncias maiores”. Citava como exemplo as cidades de Araçatuba e São Paulo (CÂMARA, 1954, p. 22).

O projeto de Lei foi aprovado e sancionado pelo então Prefeito Municipal, Milton Ribeiro Menezes, convertendo-se na Lei nº 256, de 11/12/1954.

No mandato seguinte, em 1955, foi a vez de Sadao Masuko ser eleito vereador por meio do apoio da colônia japonesa, de Londrina.

Em maio de 1957, Masuko apresentou à Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 15/57, que isentava de “impostos municipais, todas as cooperativas Agrícolas e de Consumo”, que se instalassem no município. Após passar pelas Comissões de Finanças e de Justiça, Legislação e Redação, receber emendas modificativa, substitutiva e subemenda à substitutiva, o projeto aprovado isentou de “impostos municipais as cooperativas em geral, que tenham sede no Município de Londrina, quando negociem somente com os seus cooperados”. Acrescentou, em parágrafo único, a isenção dos referidos impostos, também, às “cooperativas de produção, com sede na Comuna”, embora negociassem, inclusive, com não cooperados (CÂMARA, 1957). Após ser sancionado, o projeto de Lei converteu-se na Lei nº 384, de 20/09/1957.

Ainda no mês de setembro de 1957, o vereador Masuko apresentou outro projeto de Lei, de nº 41/57, que abria, “no atual exercício financeiro, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros)”, com o objetivo específico de “conceder auxílio à Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), para esta ocorrer despesas decorrentes da realização da IV Exposição Agrícola, a realizar-se nos dias 5 e 6 de outubro do ano corrente” (CÂMARAa, 1957). O recurso para suprir o crédito era proveniente do excesso de arrecadação ocorrido no exercício orçamentário daquele ano.

O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara, de 20/09/1957, foi favorável ao projeto de Lei, pois considerava que “com vista das subvenções feitas à LEAL e à Sociedade Médica de Londrina, e em se tratando de uma finalidade de importância para a região, é de parecer favorável a aprovação do mesmo” (CÂMARAa, 1957, p. 05). O projeto foi aprovado em 1ª e 2ª votação. Foi sancionado e converteu-se na Lei Municipal nº 397 de 08/10/1957.

Vale lembrar que a Exposição Agrícola promovida pela associação japonesa, o *Nihonjinkai*, acontecia desde 1934.

Por ocasião do jubileu da imigração japonesa no Brasil, o vereador Sadao Masuko, como representante da comunidade nipo-brasileira de Londrina, apresentou, em 12 de maio de 1958, o Projeto de Lei nº 20/58, que autorizava o Poder Executivo “a conceder um auxílio da quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) à Comissão Organizadora dos Festejos e Solenidades que serão realizados em Londrina no dia 18 de junho de 1958, em comemoração ao Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil”. Para viabilizar a despesa, abria-se, no

exercício daquele ano, “um crédito especial da quantia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para cuja abertura” ficava o “Poder Executivo autorizado a promover operação de igual importância junto a estabelecimento de crédito da praça, a prazo de 12 meses e juros próximos de 12% ao ano” (Câmara, 1958).

Em 30/05/1958, após exame do Projeto de Lei, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas deu parecer favorável. Nos dias 02/06/1958 e 05/06/1958 foi discutido, votado e aprovado em 1ª e 2ª votação, respectivamente. Sancionado pelo então prefeito municipal Antonio Fernandes Sobrinho, converteu-se na Lei nº 432, de 19/06/1958 (Câmara, 1958).

Este grande evento promovido pela colônia nipo-brasileira de Londrina foi um marco importante na história da imigração japonesa no Brasil, uma vez que confere ao grupo étnico japonês o seu alto grau de inserção na sociedade local e regional, nos âmbitos econômico, cultural, social e político.

A “colônia japonesa” de Londrina conseguiu, ainda, reeleger Sadao Masuko por mais quatro mandatos seguidos, isto é, foi reeleito nos anos de 1958, 1960, 1964 e 1968. Em 1963, Masuko ocupou interinamente o cargo de Vice-Prefeito do Município de Londrina. A partir de 1960, Masuko foi acompanhado por Mitsuo Morita, outro representante de origem japonesa eleito com o apoio do seu grupo étnico. Morita também foi reeleito em 1964. Posteriormente, outros representantes políticos nas esferas municipal, estadual e federal foram eleitos pela colônia japonesa local e regional.

A partir da década de 1960, vários descendentes de origem nipônica começaram a atuar no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, como Juízes e Promotores de Justiça (OGUIDO, 1988, p. 283-285).

### **5.3. O AUTORRETRATO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM LONDRINA.**

Em 1958, dentre os vários empreendimentos elaborados para comemorar os cinquenta anos da imigração japonesa no Brasil, destaca-se a realização do censo da Colônia Japonesa no país. Até então, nenhum censo oficial de tamanha envergadura havia sido feito por qualquer agência de governo, e muito menos no nível de pesquisa acadêmica como a que fora elaborada (SUZUKI, 1969, p. [i]).

O objetivo do censo, idealizado pela Comissão de Festejos, era demonstrar para toda a nação brasileira e exterior, a participação real do nipônico nos âmbitos econômico, político, administrativo e social da vida brasileira (HISTÓRICO<sup>123</sup>, 1968 apud ANDRADE, 1975, p. 50- 51). Tal projeto nasceu, também, do desejo dos imigrantes saberem sobre si, e a proposta é que fosse executado por eles mesmos (SUZUKI, 1969, p. [i]).

Foi criada a Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, que editou a publicação final dos resultados. Para viabilizar o projeto, o governo japonês fez uma doação de verba equivalente a US\$37 mil, e o governo de São Paulo fez a impressão de 100 mil formulários e proporcionou apoio logístico. O levantamento foi realizado em dois anos e contou com o trabalho de seis mil pesquisadores. Os dados foram migrados para cartões perfurados e processados no computador do Jockey Clube de São Paulo, único “disponível na época” (SETO; UYEDA, 2009, p. 64). Para a conclusão da pesquisa estatística houve necessidade de arrecadação de mais verbas, o que foi obtido por meio de “venda de rifas e doações pessoais, de bancos e empresas” (Ibidem, p. 64).

Houve também a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - I.B.G.E. e a Universidade de Tóquio se encarregou da análise dos dados (ANDRADE, 1975, p. 50-51).

Os resultados foram publicados em japonês, em 1964, pela referida Universidade e consistem em duas partes: Tabelas Estatísticas e Parte Narrativa. As tabelas foram editadas também em texto bilíngue, japonês-inglês, nesse mesmo ano, e a parte narrativa somente no ano de 1969 (SUZUKI, 1969, p. [i]). O Censo representa uma importante fonte para o estudo da colonização japonesa no Brasil, nos seus variados aspectos. Dele se retiram dados para uma melhor compreensão do processo de ocupação e inserção dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região de Londrina, Norte do Paraná.

Assim, serão apresentados os dados referentes à distribuição geográfica desses imigrantes e seus descendentes, com o objetivo de dar visibilidade a alguns aspectos que auxiliam na compreensão da trajetória desse grupo étnico naquela localidade.

Em linhas gerais, pôde-se observar que a ocupação, em moldes capitalistas modernos, da região Norte do Paraná não diferiu muito da que ocorrera no oeste paulista, pois, também foi movida pela produção exportadora, proporcionada pela lavoura cafeeira.

De 1930 a 1958, os imigrantes japoneses e seus descendentes participaram ativamente da trajetória histórica da região, trabalhando especialmente na agricultura, testemunhando o

---

<sup>123</sup> HISTÓRICO do 60º aniversário da Colônia Japonesa no Paraná. [s.l.]:1968. 330p.

desenvolvimento proporcionado pela economia cafeeira, bem como as transformações das cidades novas.

A partir da década de 1950, as novas configurações que se processaram na cidade e região refletiram-se, também, na colônia japonesa. Isto é perceptível em alguns dados coletados no Censo de 1958.

Quanto à sua distribuição geográfica, a população que constituía a colônia japonesa no Brasil totalizava 430.135 habitantes, distribuídos por quase todo o país. Importante observar que apresentavam uma expressiva concentração no Estado de São Paulo, onde eram mais de 320.000. O Paraná aparece em 2º lugar entre os Estados brasileiros que apresentavam maior número de japoneses descendentes no Brasil, com 78.097. A ordem de grandeza cai vertiginosa e progressivamente, da 3ª a 8ª posição, onde o Estado do Mato Grosso aparece com mais de 8.000, seguido por Rio de Janeiro e Pará, com mais de 4.000. Minas Gerais com mais de 2.000 e Goiás e Guanabara com mais de 1.000, conforme se destaca na tabela a seguir:



**Tabela 23: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO POR ESTADO, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO.**

Estado/ Nação	Total	Geração		Residência		Sexo	
		Imigrantes	Descendentes	Zona Urbana	Zona Rural	Masculino	Feminino
São Paulo	325.520	104.156	221.364	156.570	168.950	168.567	156.953
Paraná	78.097	23.421	54.676	28.951	49.146	40.313	37.784
Mato Grosso <sup>124</sup>	8.886	2.730	6.156	3.253	5.633	4.790	4.096
Rio de Janeiro	4.717	1.687	3.030	1.073	3.644	2.505	2.212
Pará	4.467	3.272	1.195	380	4.087	2.457	2.010
Minas Gerais	2.878	854	2.024	1.091	1.787	1.555	1.323
Goias	1.793	521	1.272	682	1.111	938	855
Guanabara	1.086	390	696	832	254	653	433
Rio Grande do Sul	842	604	238	140	702	499	343
Amazonas	760	408	352	144	616	417	343
Bahia	256	164	92	12	244	138	118
Rondônia	157	132	25	-	157	83	74
Santa Catarina	152	52	100	21	131	89	63
Pernambuco	109	69	40	31	78	56	53
Rio Branco <sup>125</sup>	79	65	14	2	77	42	37
Rio Grande do Norte	58	52	6	2	56	35	23
Espírito Santo	52	22	30	15	37	29	23
Maranhão	22	12	10	1	21	11	11
Piauí	16	14	2	1	15	8	8
Paraíba	13	8	5	-	13	8	5
Acre	3	1	2	-	3	1	2
Ceará	3	1	2	3	-	3	-
Sergipe	3	2	1	3	-	-	3
Desconhecidos	166	-	-	-	-	92	74
<b>Total/Brasil</b>	<b>430.135</b>	<b>138.637</b>	<b>291.332</b>	<b>193.207</b>	<b>236.762</b>	<b>223.289</b>	<b>206.846</b>

Fonte: COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964. p.6-19.

Conclui-se, portanto, sobre o caráter hegemônico de São Paulo que concentra mais de 75,6% da população japonesa e seus descendentes no Brasil, o que se explica pela expansão e apogeu da cafeicultura paulista no período imediatamente anterior ao censo<sup>126</sup>. Porém, é importante ressaltar que o Paraná também merece destaque no quadro nacional, pois é

<sup>124</sup> O Estado do Mato Grosso era constituído pelos atuais Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

<sup>125</sup> Trata-se do atual Estado de Roraima. Em 1958, denominava-se Território Federal de Rio Branco. Este nome permaneceu até 1962, quando passou a chamar-se Roraima. Em 1988, foi transformado em Estado (GOVERNO do Estado de Roraima, [s.d.]).

<sup>126</sup> Para esta questão ver também CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda, 1998.

responsável por 18,15% do total, enquanto que a somatória dos demais Estados, excluindo São Paulo, representa 6% de todo o conjunto. Tal posição se deve à expansão das fronteiras agrícolas no norte do Paraná e aos empreendimentos colonizadores que investiram vigorosamente na propaganda do *Eldorado cafeeiro* paranaense.

Outro aspecto que merece ser destacado é a concentração da população na área rural, indicando um predomínio naquele momento, de ocupações profissionais relacionadas à agricultura.

Embora a presença dos primeiros imigrantes japoneses no Paraná tenha sido registrada na cidade de Curitiba, em 1909<sup>127</sup>, foi no norte do Estado onde se concentrou o maior número de integrantes da colônia japonesa, como se verifica na tabela 24.

A primazia da região de Londrina, em 1958, denota uma efetiva contribuição deste grupo étnico para o crescimento demográfico, que se deu em virtude do desenvolvimento econômico ocorrido naquela localidade. Os números referentes às regiões, estabelecidas pelo Censo e situadas ao norte do Paraná, demonstram uma consonância com a expansão do processo de colonização e desenvolvimento nos moldes capitalistas, que ocorria em direção ao oeste do Estado, bem como o sucesso da implantação dos núcleos coloniais étnicos.

O Estado do Paraná, no citado censo, aparece dividido territorialmente em treze regiões, identificadas pelo nome das cidades mais desenvolvidas, que polarizavam ao seu redor cento e vinte e um municípios paranaenses. Todas estas cidades periféricas estavam direta ou indiretamente dependentes dos municípios considerados como centro de convergência dos dados censitários (HISTÓRICO apud ANDRADE, 1975, p. 51), conforme se demonstra a seguir:

---

<sup>127</sup> Trata-se de três trabalhadores que se retiraram da Fazenda Dumont, onde se cultivava o café, no Estado de São Paulo. Eram eles Eihati Sakamoto, Jintaro Matsuoka e Shinkichi Arikawa. Foram contratados para a construção da ferrovia Itapeva-Itararé e ao término desta, esses imigrantes japoneses seguiram para o sul, juntamente com demais trabalhadores curitibanos que operavam naquela região (SETO; UYEDA, 2009, p. 78). Para esta questão ver também ANDRADE, 1975, p. 37.

**Tabela 24: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO POR REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO.**

Posição	Região/Estado	Total	Geração		Residência		Sexo	
			Imigrantes	Descendentes	Zona Urbana	Zona Rural	Masculino	Feminino
1º	Londrina	26.847	8.092	18.755	10.921	15.926	13.717	13.130
2º	Maringá	15.533	4.553	10.980	6.712	8.821	7.977	7.566
3º	Cornélio Procópio	8.792	2.591	6.201	1.911	6.881	4.540	4.252
4º	Apucarana	7.029	2.040	4.989	2.868	4.161	3.589	3.440
5º	Paranavaí	5.394	1.611	3.783	1.778	3.616	2.856	2.538
6º	Jacarezinho	3.920	1.259	2.661	1.249	2.671	2.047	1.873
7º	Tomasina	3.380	1.022	2.358	496	2.884	1.639	1.741
8º	Curitiba	3.143	884	2.259	1.680	1.463	1.747	1.396
9º	Cruzeiro do Oeste	2.695	926	1.769	701	1.994	1.472	1.223
10º	Litoral	1.166	389	777	532	634	601	565
11º	Campos Gerais	164	41	123	83	81	106	58
12º	Sudoeste do Paraná	31	13	18	17	14	19	12
13º	Castro	3	-	3	3	-	3	-
	<b>Total PARANÁ</b>	<b>78.097</b>	<b>23.421</b>	<b>54.676</b>	<b>28.951</b>	<b>49.146</b>	<b>40.313</b>	<b>37.784</b>

Fonte: COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964. p.13-15.

Destaca-se, na tabela acima, que enquanto a região de Londrina estava em 1ª posição, a região de Curitiba, ao sul, ocupava a 8ª. O não incremento de entrada de imigrantes japoneses pelo sul do Estado pode ser explicado pela inexistência de um projeto de imigração oficial para o Estado, tal como ocorrera em São Paulo, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro. Isto explica a razão pela qual nunca desembarcaram imigrantes japoneses pelo Porto de Paranaguá, que recebeu, por sua vez, milhares de outros imigrantes, de diferentes etnias (SETO; UYEDA, 2009, p. 9).

Conforme dados extraídos do censo de 1958, a região de Londrina polarizava 27 municípios em torno de si, conforme discriminados a seguir:

**Tabela 25: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO DE LONDRINA POR MUNICÍPIO, GERAÇÃO, RESIDÊNCIA E SEXO.**

Município/ Regiões	Total	Geração		Residência		Sexo	
		Imigrantes	Descendentes	Zona Urbana	Zona Rural	Masculino	Feminino
Londrina	8.978	2.669	6.309	5.143	3.835	4.626	4.352
Assaí	6.650	2.039	4.611	2.623	4.027	3.395	3.255
Rolândia	1.800	546	1.254	742	1.058	869	931
Jataizinho	1.047	360	687	92	955	524	523
Colorado	1.013	286	727	112	901	511	502
São Jerônimo da Serra	993	308	685	290	703	513	480
Astorga	827	237	590	401	426	435	392
Cambe	622	180	442	203	419	320	302
Ibiporã	483	144	339	173	310	258	225
Iguaraçu	446	126	320	163	283	224	222
Bela Vista do Paraíso	401	104	297	191	210	204	197
Munhoz de Melo	394	125	269	44	350	203	191
Centenário do Sul	383	108	275	101	282	214	169
Guaraci	312	88	224	139	173	162	150
Lobato	307	91	216	55	252	154	153
Santa Fé	291	89	202	74	217	152	139
Primeiro de Maio	272	74	198	8	264	129	143
Itaguajé	268	85	183	122	146	140	128
Alvorada do Sul	267	80	187	7	260	124	143
Lupionópolis	261	78	183	100	161	125	136
Jaguapitã	228	87	141	27	201	119	109
Sabáudia	207	57	150	3	204	99	108
Santo Inácio	114	29	85	22	92	67	47
Cafeara	94	33	61	11	83	55	39
Porecatu	79	23	56	31	48	40	39
Sertanópolis	71	25	46	22	49	35	36
Florestópolis	39	21	18	22	17	20	19
<b>Total Região de Londrina</b>	<b>26.847</b>	<b>8.092</b>	<b>18.755</b>	<b>10.921</b>	<b>15.926</b>	<b>13.717</b>	<b>13.130</b>

Fonte: COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964. p.14.

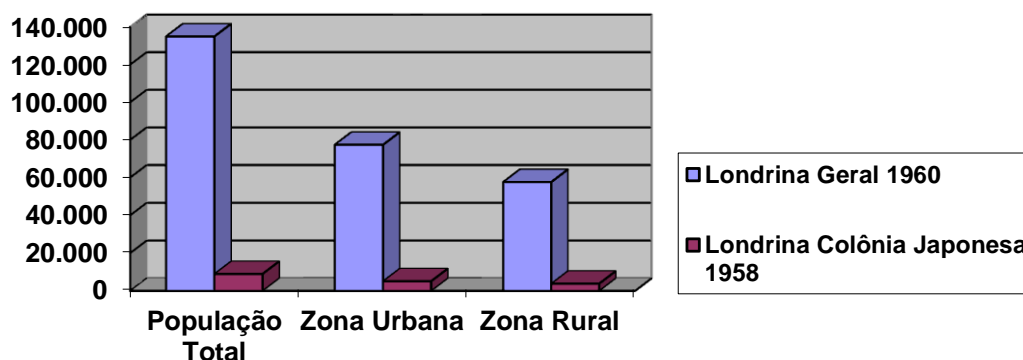
Convém lembrar que o município de Assaí, teve suas origens na fundação da Colônia Três Barras, promovida pela empresa de capital japonês, Sociedade Colonizadora do Brasil Ltd. – BRATAC<sup>128</sup>, que visava à emigração de agricultores-proprietários. A maior parte dos compradores de terras deste núcleo colonial era constituída de imigrantes japoneses, provenientes do Estado de São Paulo.

<sup>128</sup> Este assunto foi tratado no item 1.3. As escritas da imigração japonesa norte-paranaense, do capítulo 1. Para saber mais, ver Asari (1992).

O sucesso desse núcleo colonial explica os números apresentados na tabela acima, onde o município de Assaí aparece com o 2º maior número de imigrantes japoneses e descendentes, na região de Londrina, em 1958.

Já na cidade de Londrina, a quantidade significativa de habitantes japoneses e nipodescendentes aponta para a importância e a contribuição desse grupo étnico para o povoamento do município. Em 1960, sua população total era constituída de 134.821 habitantes, sendo que 57.239 viviam na zona rural e 77.382 na zona urbana (PREFEITURA, [s.d.]). É o que podemos conferir no gráfico comparativo abaixo:

**Figura 43: GRÁFICO COMPARATIVO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA.**



Enfatiza-se que, especificamente no município de Londrina, a colônia japonesa era constituída de 8.978 pessoas, sendo que 2.669 eram *isseis*<sup>129</sup> e 6.309 eram seus descendentes (COMISSÃO, 1964, p.14). Aproximadamente 57% desta população morava na zona urbana e o restante na zona rural. O que demonstra uma alteração na configuração dos aspectos econômicos relacionados às atividades ocupacionais desse grupo étnico, que naquele momento estavam também em atividades comerciais, administrativas, de ensino, industriais, etc. Pode-se dizer que tais características apresentam-se em consonância com o crescimento demográfico e urbano que a cidade vivia. Diferentemente, apresentavam-se a cidade de Assaí e a maioria dos municípios que compunham a região de Londrina, que possuíam naquele momento uma população de imigrantes japoneses e descendentes residindo predominantemente na zona rural.

O censo permitiu compreender a dimensão populacional do grupo étnico japonês no norte do Paraná, especialmente dos imigrantes japoneses e seus descendentes que viviam na cidade de Londrina. Verificou-se que sua população neste município representava 2,08% de

<sup>129</sup> Issei significa “emigrante (imigrante) japonês de primeira geração”, conforme Hinata (1992, p.155).

toda a comunidade nipo-brasileira do país. E, em relação ao Estado do Paraná, representava 11,49%, o que lhe conferia uma posição de destaque no cenário nacional e estadual.

A importância desta posição é constatada na medida em que, por ocasião dos festejos do 50º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil, Londrina foi uma das cidades escolhidas para receber a visita do príncipe Mikasa, irmão do imperador Hiroito. Uma grande recepção foi organizada para o príncipe e comitiva, em 20 de junho de 1958, na sede da Associação Cultural e Esportiva de Londrina (SETO; UYEDA, 2009, p.63-64).

Os dados levantados pelo Censo, naquele período, permitem perceber o grau de fixação e inserção dos imigrantes japoneses e seus descendentes naquela sociedade receptora, tanto na zona rural, quanto urbana. O que demonstra que acompanhavam as mudanças que estavam ocorrendo nas configurações econômicas e sociais daquela localidade.

O significado do Censo é a constituição do autorretrato do grupo, bem como sua inscrição na história. Juntamente com as festividades elaboradas pelo próprio grupo, para comemorar o jubileu, representam a consolidação de uma memória da imigração japonesa em Londrina e no Brasil, pois seu espaço social, político e econômico, estão conquistados e definidos. Ocupa, então, um lugar onde não há mais o conflito próprio da *fronteira*. A sua alteridade original deu lugar à alteridade política. A história do outro agora é a sua história. A história da imigração japonesa e seus descendentes no Brasil.

No dia 20/06/1958, o jornal Folha de Londrina anunciava uma nota na primeira página intitulada: MIKASA E O BRASIL. Noticiava sobre a visita do príncipe Mikasa, do Japão, informando que a comitiva imperial viera:

testemunhar, cá no outro extremo do Mundo, o que fizeram seus compatriotas no espaço relativamente curto de meio século.

Por certo, muita coisa terá S. Alteza, o irmão do Imperador Hirohito, para narrar ao regresso, à sua gente, ao povo do "País das Cerejeiras", embora não possa, humanamente, apreender a extensão de tudo, entre o corre-corre cronometrado das cerimônias que se sucedem, protocoladamente.

Mas há de quebrar maravilhado, por certo, o príncipe Mikasa, não tanto ante a vastidão e as possibilidades que entrevê no Brasil - estudioso que é - mas, sobretudo, face à assimilação do japonês pelo novo meio e vice-versa. Há de convir que aqui há uma raça mais que politicamente democrata, profundamente despida de qualquer preconceitos.

Ao revelar tudo isso aos compatriotas, os príncipes acenderão nos corações a esperanças de que, apesar de Nagasaki e Hiroshima, há uma parte do planeta onde a legítima confraternização entre povos já é realidade antiga, mesmo entre os mais diferentes pelos caracteres: nós e eles (FOLHA DE LONDRINA, 20/06/1958, p. 1).

Constata-se que a representação de *harmonia entre as raças*, construída nos primórdios da cidade, nos tempos da *Terra de Promissão*, no tempo da *fronteira*, permanece nesta data.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Desde o período inicial da ocupação territorial de Londrina até as comemorações dos 25 anos desta cidade, observou-se a presença do grupo de imigrantes japoneses e seus descendentes. Ao longo da história da imigração no Brasil, foram considerados, muitas vezes, imigrantes indesejáveis, o que lhes conferia a condição de minorias étnicas. Vivendo no Estado de São Paulo, em sua maioria, trabalhando nas fazendas de café, deslocaram-se para as frentes de expansão em busca de melhores condições de vida. Nesse movimento, foram empurrando a *fronteira* e, muitos, se fixaram na região de Londrina, onde desenharam seu espaço e se inseriram na sociedade receptora.

Fundamentando-se na historiografia revisionista regional, demonstrou-se, por meio da análise de fontes produzidas nas décadas de 1930 e 1940, como se construiu a ideia de *harmonia entre as raças*, que era um argumento coadjuvante da representação de *Terra de Promissão*. Tais representações foram importantes para imprimir o caráter multiétnico na região, na medida em que chamou a atenção de imigrantes e descendentes de várias etnias – tanto dos que já moravam em outros Estados do Brasil, quanto dos que imigraram diretamente para o Norte do Paraná.

As citadas representações eram veiculadas pela propaganda produzida pela empresa britânica, visando à comercialização dos lotes de terras e dos serviços de transporte. Este era oferecido pela empresa ferroviária consorciada à CTNP. O material de propaganda era confeccionado em diversas línguas, como o italiano, japonês, alemão, etc, além do português.

Com efeito, afluíram para a localidade diversos grupos, de diferentes nacionalidades e etnias, que se constituiu em espaço de *fronteira* e multiétnico. Assim, por sua vez, esta frente de expansão trazia consigo especificidades como a violência e o conflito, próprios de um espaço em disputa entre os grupos, pois a sua estrutura de poder ainda estava em formação. Desta maneira, constatou-se que apesar do discurso da *harmonia entre as raças*, existiram muitas fricções nas relações sociais entre indivíduos e grupos.



Verificou-se que, dentre outros grupos de estrangeiros, este era o maior em quantidade de trabalhadores na cafeicultura, em 1941. Em 1958, a população de nipo-brasileiros em Londrina era a maior do Paraná, o que lhe conferiu grande importância junto à colônia japonesa do Brasil.

Ressalta-se que a confecção do *Atlas Corográfico da Cultura Cafeeira*, matizando as diferentes etnias cafeicultoras, indicia as preocupações do Estado Novo em relação aos grupos de imigrantes na *fronteira*. Naquele período vigorava a campanha de brasilidade, que visava à nacionalização dos estrangeiros.

A dificuldade de compreensão da língua portuguesa aliada à ideia de retorno ao Japão<sup>130</sup>, certamente, contribuíram para a união do grupo e para o esforço de manutenção da cultura e tradições do país de origem, reforçando suas fronteiras étnicas. Esta manutenção foi possibilitada pelas formas de organização associativa, que buscavam além do apoio mútuo, proporcionar outras atividades culturais, sociais e esportivas. Assim, em Londrina, os núcleos coloniais japoneses também criaram equipamentos sociais como escolas étnicas e *kaikans*, que polarizavam a vida social do grupo, assegurando-lhes a transmissão da cultura e a manutenção da língua materna. Todas estas ações promoviam a integração intraétnica e o fortalecimento do grupo.

A união grupal refletiu positivamente no setor político, na medida em que, a partir dos anos de 1950, o grupo étnico japonês conseguiu eleger representantes na Câmara Municipal de Londrina.

No setor econômico, os núcleos coloniais prosperaram na agricultura, acompanhando o desenvolvimento que a economia cafeeira alcançou. Na zona urbana, estabeleceram-se no comércio, indústria e prestação de serviços, atuando em diferentes áreas como educação, construção civil, saúde, etc.

Nos setores social, cultural, esportivo e religioso, o estabelecimento de associações culturais e esportivas, bem como de igrejas de origem oriental ou ocidental refletem a sua inserção e acomodação naquele espaço.

Na década de 1950, Londrina já não se constitui mais em um espaço de *fronteira* característico das frentes de expansão, pois os poderes já estão instalados. A presença do Estado, via aparato policial e judicial, se faz sentir pela quantidade de autos criminais que aquelas entidades produziram no exercício das suas funções na década de 1950. O aumento

---

<sup>130</sup> Refere-se à ideia de retorno que predominava entre os imigrantes num primeiro momento da história da imigração japonesa no Brasil. Ideia que foi sendo gradativamente abandonada após a II Guerra Mundial.

notório da criminalidade está associado ao crescimento urbano do município, em virtude do adensamento populacional e desenvolvimento econômico proveniente da cafeicultura.

Considera-se que quando Londrina vivia a situação de *fronteira*, os conflitos interétnicos não se deram somente pela questão do Brasil estar em guerra contra o Japão, mas também em virtude dessas disputas de poderes locais entre os diferentes grupos de estrangeiros e nacionais, com seus diferentes segmentos sociais. Podem, ainda, terem sido motivadas pelas questões relativas à adaptação ao novo meio e à ascensão social do imigrante. As agressões verbais presentes em alguns autos analisados indiciam uma perspectiva etnocêntrica dos seus emissores.

Indica-se que o crescimento do número de ocorrências policiais envolvendo pessoas do grupo está relacionado, também, ao aumento da criminalidade ocorrido na década de 1950.

As situações de conflitos revelam as diferenças, que, por sua vez, fazem aflorar a identidade étnica, demarcando suas fronteiras.

O caráter fluído das fronteiras étnicas, que não são fixas, possibilitou ao grupo uma negociação da sua identidade nacional como nipo-brasileiros, ao longo do período estudado.

Na medida em que muitos galgaram mobilidade social, por meio da ascensão econômica, o grupo passou a ter visibilidade social. Isto é perceptível nos jornais da cidade da década de 1950. Aparecem nas colunas de esportes, em alguns eventos culturais específicos do grupo, nas propagandas que anunciavam seus estabelecimentos e outros acontecimentos.

Esta inserção através dessas atividades era sustentada por um efetivo prestígio econômico que eles tinham, proveniente da sua força demográfica e econômica. Eles formavam um número expressivo de trabalhadores. Já possuíam capital para fazer investimentos, eram poupadores e tinham seus próprios bancos. Exerciam, portanto, uma certa influência naquela sociedade. Ademais, eles se constituíam numa parcela importante do eleitorado, obtendo-se assim, uma representatividade política.

Além disso, o grupo também conquistou um espaço na memória da cidade, na medida em que construiu uma memória da imigração japonesa local, consolidada por ocasião das comemorações do cinquentenário da imigração japonesa no Brasil.

Esta memória da imigração japonesa é reproduzida até os dias de hoje e ocupam vários lugares da cidade. Um exemplo a ser destacado é a praça Tomi Nakagawa, que homenageou uma das imigrantes que chegou no vapor Kasato Maru em 1908. Ela residiu em Londrina e faleceu em 2006. A praça situa-se na região central de Londrina e foi inaugurada por ocasião do centenário da imigração, em 2008. O evento contou com a presença de representantes da família real japonesa e autoridades locais.

A etnicidade nipo-brasileira está muito presente no dia a dia daqueles que vivem em Londrina e região, por meio da reprodução das festas e eventos culturais, religiosos, sociais, esportivos, que refletem as tradições japonesas.

Finalmente, enfatiza-se que, apesar da existência de tensões e conflitos interétnicos, no tempo da *fronteira*, que se buscou demonstrar em alguns exemplos nesta pesquisa, e, assim contrapor a ideia de *harmonia entre as raças*, com a nota<sup>131</sup> publicada no jornal do dia da visita da família imperial à Londrina, em 1958, fica evidente a origem e difusão desta imagem de harmonia.

Também se constata na nota que o grupo de japoneses e descendentes é reconhecido pela sociedade majoritária, em virtude de suas contribuições para o desenvolvimento regional. Isto significa que, naquele momento, o grupo existe e o seu espaço, ocupado, está consolidado naquela sociedade multiétnica.

Assim, os japoneses e seus descendentes, ao elaborarem o censo da Colônia Japonesa, o seu autorretrato, e promoverem as festividades dos 50 anos de imigração japonesa no Brasil, inscreveram-se na memória histórica local e regional. Ao mesmo tempo, a identidade étnica nipo-brasileira se afirmava.

Definitivamente, o tempo da *fronteira* havia se encerrado, pois a história do “outro” era agora, também, a “nossa história”, a dos imigrantes japoneses e seus descendentes nipo-brasileiros em Londrina e no Brasil.

Isto não significa que os conflitos tenham se acabado. Pode-se afirmar que, sobretudo, a partir de 1959, ocasião em que se comemorou o jubileu de prata do município de Londrina, um novo tipo de conflito passa a existir no campo simbólico, onde começaram a ser travadas disputas pelo espaço da memória, pela escolha dos indivíduos e grupos que teriam o direito à memória.

Isso, porém, já é outra história...

---

<sup>131</sup> A citação literal desta nota de jornal está na página 198, no final do capítulo 5.

**ANEXOS**

**MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**DADOS DE POPULAÇÃO**

<b>ANO</b>	<b>URBANO</b>	<b>RURAL</b>	<b>TOTAL</b>
1934	3.000	4.500	7.500
1935	4.000	11.000	15.000
1936	7.620	12.907	20.000
1938	10.200	18.800	32.000
1939	-	-	60.775
1941	13.000	82.000	95.000
1942	15.000	85.000	100.000
1943	18.000	92.000	110.000
1944	21.000	31.000	52.000
1945	22.500	33.000	55.500
1946	25.000	36.000	61.000
1947	29.000	38.000	67.000
1948	33.000	25.000	58.000
1949	35.000	27.000	62.000
1950	39.000	33.144	72.444
1951	42.000	35.000	78.000
1952	45.000	38.000	83.000
1953	48.000	42.000	90.000
1957	66.500	52.180	118.680
1960	72.857	61.964	134.821
1970	156.566	72.266	228.832
1978	255.931	82.333	338.264

Fonte: ARIAS NETO, 2008, p. 225.

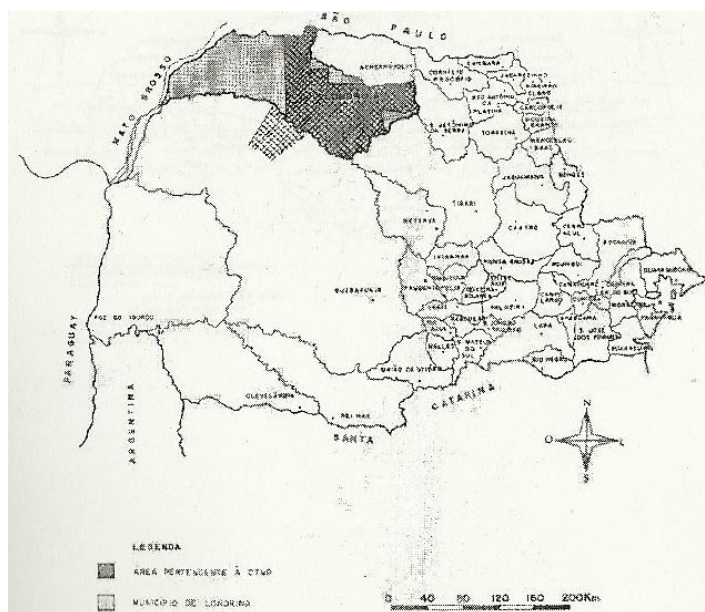
### Evolução da População Residente do Município de Londrina

ANO	URBANA		RURAL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412	100,00
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821	100,00
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101	100,00
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711	100,00
1991	366.676	94,00	23.424	6,00	390.100	100,00
2000	433.243	96,96	13.579	3,04	446.822	100,00

FONTES: Censos Demográficos 1950,1960, 1970, 1980, 1991; Contagem da População 1996; Sinopse Preliminar do Censo 2000 – IBGE; Estimativas IBGE – 1997, 1998 e 1999.<sup>132</sup>

<sup>132</sup> PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Secretaria de Planejamento. DPI/GPI. *Perfil do Município de Londrina*. Londrina, 2001. p.13

### MAPA I: ESTADO DO PARANÁ – 1938.



Fontes: PADIS<sup>133</sup>, 1981; COMPANHIA<sup>134</sup>, 1975 apud ARIAS NETO, 2008, p. 229.

<sup>133</sup> PADIS, Pedro C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Sec. Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

<sup>134</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: Publicação Comemorativa do Cinquentenário da CMNP, 1975.

**FONTES:**

ALMEIDA, Gladstone Honório de. *Guia geral de Londrina (Indicador Histórico e Comercial)*. Londrina: Empresa Propagandista do Norte do Paraná, 1954.

BANCO Central do Brasil. Museu de Valores do Banco Central. Cédulas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CEDBRLISTA>>. Acesso em: 10/06/2012.

BRANCO, G; MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata. 1934-1959. Documentário Histórico*. Londrina: Revista Realizações Brasileiras: [1960].

Coleção de Autos Criminais do Fórum da Comarca de Londrina, 1938-1970, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH, da Universidade Estadual de Londrina.

Colégio Mãe de Deus. Institucional. Sobre o Mãe de Deus. História. Londrina, [2012]. Disponível em: <<http://www.maededeus.edu.br/historia.aspx>>. Acesso em: 08/04/2012.

COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964, p. 281.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: Publicação Comemorativa do Cinquentenário da CMNP, 1975.

Enciclopédia dos municípios brasileiros/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

GOMES, Adriano M. *Álbum do Município de Londrina*. Londrina, PML, 1938.

GOVERNO do Estado de Roraima. Portal de Roraima. História de Roraima. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: [http://www.rr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8706&Itemid=232](http://www.rr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8706&Itemid=232). Acesso em: 02/07/2012.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês. História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor / Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.



Holiness Londrina. Ministério de Jovens! *História*. Londrina, [s.d.]. Disponível em: <<http://holinesslondrina.wordpress.com/historia/>>. Acesso em: 20/03/2012.

IBGE – Cidades@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412240#>. Acesso em: 11/06/2012.

INOKUCHE, Suzana Tamae. KINEMA. Jun Okamura: A imigração japonesa vista por dentro. Curitiba: *Jornal Memai*, nº 8, 22/01/2011. Disponível em: <<http://www.jornalmemai.com.br/2011/01/jun-okamura-%E2%80%93-a-imigracao-japonesa-vista-por-dentro/>>. Acesso em: 31/03/2012.

International Press. *Filme narra história de padre japonês no Brasil. O padre Haruo Sasaki idealizou a Associação Filantrópica Humanitas, com sede no Paraná*. 16/06/2006. Disponível em: <<http://www.ipcdigital.com.br/Diversao-Cultura/Entretenimento/Filme-narra-historia-de-padre-japones-no-Brasil>>. Acesso em: 17/03/2012.

JOFFILY, José. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MÁXIMA COMUNICAÇÃO. Templo budista Honganji abriga beleza e espiritualidade. Londrina: 16/08/2008. Disponível em: <<http://www.planetasercomtel.com.br/passeios/16421/templo-budista-honganji-abriga-beleza-e-espiritualidade.html>>. Acesso em: 05/05/2012.

NIXDORF, OSWALD. O Município de Londrina faz vinte e cinco anos. In: BRANCO, G; MIONI, F. *Londrina no seu Jubileu de Prata. 1934-1959. Documentário Histórico*. Londrina: Revista Realizações Brasileiras: [1960].

OGUIDO, Homero. *De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná*. Curitiba: 1988.

Padre Haruo trata leprosos em São Jerônimo. Londrina: *Folha de Londrina*, 18/06/1988, Ed. Esp. p. 1.

Paróquia Imaculada Conceição. *Os primórdios de nossa igreja*. Londrina: [s.d.]. Disponível em: <<http://www.paroquiaimaculada.com.br/DetailheTexto.aspx?O5K5ci61TnVLQAb//uboHQ==>>. Acesso em: 07/04/2012.

Pastoral Nipo-Brasileira cresce e presta assistência social. Londrina: *Folha de Londrina*, 18/06/1988, Ed. Esp. p. 3.

PREFEITURA do Município de Londrina. *Dados populacionais*. Londrina, [s.d.]. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?view=article&catid=5%3Aa-cidade&id=163%3Adados-populacionais&tmpl=component&print=1&layout=default&page=&option=com\\_content&Itemid=66](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?view=article&catid=5%3Aa-cidade&id=163%3Adados-populacionais&tmpl=component&print=1&layout=default&page=&option=com_content&Itemid=66)>. Acesso em: 26/03/2011.

PREFEITURA do Município de Londrina. Secretaria de Planejamento. DPI/GPI. *Perfil do Município de Londrina*. Londrina, 2001.

SCHWENGBER, Cláudia Portellinha. *Aspectos Históricos de Rolândia*. Rolândia: WA Ricieri Gráfica, 2003.

SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. *Bushidô. Caminho do guerreiro semeador. 100 anos de presença japonesa no Paraná*. Curitiba: Gráfica Mansão, 2009. v.1.

W.S. *Um baita exemplo*. Londrina: Bonde, 01/05/2009. Disponível em: [http://www.bonde.com.br/ficha.php?id\\_bonde=1-31-12-6-20090501&oper=imprimir](http://www.bonde.com.br/ficha.php?id_bonde=1-31-12-6-20090501&oper=imprimir) >. Acesso em: 18/03/2012.

### **LEIS E DECRETOS:**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 07/06/2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Lei Municipal nº 256, de 11/12/1954. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/Ind/Ind/index.html>. Acesso em 10/01/2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Lei Municipal nº 384, de 20/09/1957. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/Ind/Ind/index.html>. Acesso em 10/01/2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINAa. Lei Municipal nº 397, de 08/10/1957. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/Ind/Ind/index.html>. Acesso em 10/01/2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Lei Municipal nº 432, de 18/06/1958. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/Ind/Ind/index.html>. Acesso em 10/01/2012.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei, 4545 de 31/07/42. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4545.htm). Acesso em 27/05/2012).

**PERIÓDICOS:**

Jornal Folha de Londrina, 29/07/1954.

Jornal Folha de Londrina, 13 e 14/08/1954.

Jornal Folha de Londrina, 17/10/1954.

Jornal Folha de Londrina, 27/02/1955.

Jornal Folha de Londrina, 25/03/1955.

Jornal Folha de Londrina, 21/04/1955, p. 7.

Jornal Folha de Londrina, 20/06/1958.

Jornal Folha de Londrina, 18/06/1988, Ed. Esp. p. 1; Bonde, 01/05/2009.

Jornal Paraná-Norte. Londrina, 09/10/1934.

Jornal Paraná-Norte. Londrina, 28/07/1935, ano I, nº 42.

Jornal Paraná-Norte. Londrina, 04/08/1935, ano I, n. 43.

**BIBLIOGRAFIA:**

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 1991.

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Historiografia norte paranaense: alguns apontamentos. In: ALEGRO, Regina Célia; et al (Org.). *Temas e questões: para o ensino de história do Paraná*. Londrina: EDUEL, 2008.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. IN: NOVAES, Fernando A. (Coord. Geral) / SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

ANDRADE, João Correa de. *A Colônia Esperança. O japonês na frente pioneira norte paranaense*. Curitiba, 1975. 117 f. Dissertação (Mestrado em História Demográfica) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1975.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. *Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932-1950)*. Assis, 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2011.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*. Londrina: Ed.UEL, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*. 2 ed. rev. Londrina: Ed.UEL, 2008.

ASARI, Alice Yatiyo. *Relatório do projeto de pesquisa: “O imigrante e a formação, evolução e estruturação econômico-espacial de uma região”*. Londrina: Fundação Universidade Estadual de Londrina/CCE/Departamento de Geociências, 1982.

\_\_\_\_\_. “... E eu só queria voltar ao Japão” (*Colonos japoneses em Assaí*). São Paulo, 1992. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emílio. Casas e túmulos japoneses no Vale de Iguape. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n. 77, p. 121-136, 1941.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: \_\_\_\_\_. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (Org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BENATTI, Antonio Paulo. *O centro e as margens: Prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)*. 2ª ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. 209p.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense: 1900-1970. Estudo de conjunturas*. 1977. 497p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

CAPELO, Maria Regina Clivati. *Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado*. Campinas, 2000. 298 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. O papel das associações juvenis na aculturação de japoneses. *Revista de Antropologia*, v. 7, nº 1/2, p. 101-122, 1959.

\_\_\_\_\_. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. 2ª ed. trilingue, São Paulo: Kaleidos-Primus, 1998.

CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*. Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, Rio de Janeiro, Publ. Avulsa nº 2, 1950.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Márcia Yumi (Org.). *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: Edusp, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos”. In *Estudos Históricos*, v.9, n.18, 1995. p. 337-359.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. *The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964. 766p.

CORNELL, John B.; SUGIYAMA Iutaka; SMITH, Robert J. *Nisei biculturalism in Southern Brazil*. Austin: The University of Texas, mimeogr., 1968.

CRUZ, Elmano. *Direitos e deveres dos súditos do eixo*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, 1944. Col. Direito Usual.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã. O ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DEZEM, Rogério. *Shindô-Renmei: Terrorismo e Repressão*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Série Inventários Deops: Módulo III – Japoneses*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. O caso *Shindô-Renmei* no Arquivo do Estado: fragmentos de uma história a ser contada... *Revista Histórica*. São Paulo, nº 6, mar, 2002.

\_\_\_\_\_. Hi-no-maru manchado de sangue: a *Shindo Renmei* e o Deops/SP. In: *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. Maria Luiza Tucci Carneiro e Márcia Yumi Takeuchi (Org.). São Paulo: Edusp, 2010. p. 243-272.

FAUSTO, Boris. (Org.). *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001a.

\_\_\_\_\_. *História concisa do Brasil*. São: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001b.

FERNANDES, Priscila Martins. *Imigrante japonês e sociabilidade na fronteira: Londrina: 1930-1953*. Londrina, 2005. 74 f. Monografia (Especialização em História Social e Ensino de História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

FERNANDES, Priscila Martins. *Identidade e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970*. Londrina, 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

FUZII, Stela Cristina Okabayaski. *Histórico da Associação Cultural e Esportiva de Londrina*. 1986. Trabalho Acadêmico. Disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa em História. Departamento de História – Universidade Estadual de Londrina, 1986.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. IN: *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. (Orgs.) Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves. Maringá: EDUEM, 1999. p. 87-121.

GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

HASHIMOTO, Francisco et al. (Org.). *Cem anos de imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

HINATA, Noemia. *Dicionário japonês-português romanizado*. Tóquio: Kashiwashobo, 1992.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa. Versão 1.0*. Objetiva, 2001.

IVANO, Rogério. *Crônicas de Fronteira: imagem e imaginário de uma terra conquistada*. Assis, 2000. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, Assis, 2000.

KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná. 1930-1950. (De cores proibidas ao perigo amarelo)*. Maringá, 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

KODAMA, Kaori. *O sol nascente no Brasil: um balanço da imigração japonesa*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>>. Acesso em 02/08/2005.

KOSMINSKY, E. *Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná*. São Paulo: FFLCH/Centro de Estudos Judaicos, 1985.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil, (1930-1934): Contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. O DEOPS e a *Shindô-Renmei*. *Revista Histórica*. São Paulo, nº 6, mar, 2002.

\_\_\_\_\_. *Uma diáspora descontente. Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica. 1960-1980*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 293 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia; Raça e história; Totemismo hoje*. Tradução de Eduardo P. Graeff et al. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

LIMA, Fausto C. de *Prestes Maia em Londrina: Moderno em que estilo?* 2000, 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

LIMA, Enezila. O ensino superior em Londrina. *Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas*. Londrina: UEL, p.4-22, ed. Especial, 1991.

MAESIMA, Cacilda. *Centros de Documentação e Pesquisa Histórica Universitários. Um estudo de caso do C.D.P.H. da Universidade Estadual de Londrina*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Org. Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves. Maringá: EDUEM, 1999.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Ismênia de Lima et al. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. In: *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. Maria Luiza Tucci Carneiro e Márcia Yumi Takeuchi (Org.). São Paulo: Edusp, 2010. p. 149-183.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. São Paulo, *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai/1996.

MELCHIOR, Lirian. *Migrantes japoneses: um ciclo migratório. O caso de Londrina – Pr. Presidente Prudente*, 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2003.

MICHAELE, Faris Antonio S. Formação étnica do Paraná. In: *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC/POLIS. 1984.

MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. IN: *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Org.: Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves. Maringá: EDUEM, 1999.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo: IEB/USP, 1973.

\_\_\_\_\_. *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: CENB/Massao Ohno Editor, 1984.



NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil. Textos e silêncios*. São Paulo: Annablume, 2010.

OBERDIEK, Hermann Iark. *A emigração de judeus alemães na década de 1930 para Rolândia – Pr*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, Assis, 1989.

OLIVEIRA, Benedita. *Contribuição e influência da imigração japonesa na cultura de Assaí*. Londrina, 2000. 83 f. Monografia (Especialização em Sociologia e Sociologia da Educação), Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Sec. Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

PEIXOTO, Antonio Carlos de Faria Pinto . Liberais ou conservadores. In: Maria Emilia Prado; Lúcia Maria P. Guimarães. (Org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial. Idéias, Conceitos e Prática*. Rio de Janeiro: 2001, v. 1, p. 11-30.

PINHEIRO, Elisa Massae Sasaki. *Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *O povo na rua e na justiça, a construção da cidadania e luta por direitos: 1889-1930*. In: Maria da penha Franco Sampaio. (Org.) *Autos da memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal*. Rio de Janeiro: Justiça Federal / NDC-UFF, 2006.

ROLIM, Rivail. *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina. 1948-1962*. Londrina: Ed.UEL, 1999.

SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil. Estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Ed. "Sociologia e Política", 1961.

\_\_\_\_\_; MAEYAMA, Takashi (Org.). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edusp, 1973.

\_\_\_\_\_. (Org.); BUTSUGAN, Sumi et al. (Colab.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1980.

SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré : FAPESP, 1993. (Série Imigração; v. 4).

\_\_\_\_\_. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. 2000b. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008.

SASSAKI, Julia Hoçoya. *Dicionário japonês, português, japonês*. São Paulo: Rideel, 2009.

SATO, Larissa Ayumi. *Imagens e memórias: a fotografia como documento e fonte de pesquisa para a recuperação histórica da Colônia Esperança (1935-1963)*. Londrina, 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SATO, Lílían Hissami. *Imigração japonesa para o norte do Paraná: Assaí – 1930/1980*. Londrina, 1999, 125 f. Monografia (Especialização em História), Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1999.

SCHADEN, Egon. Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 4, nº 1, p. 41-46, 1956.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: EdUnB, 1990.

SHIZUNO, Elena Camargo. *Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: Bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil*. Londrina: Eduel, 2010.

SOARES, Marco Antonio Neves. *Da Alemanha aos trópicos: identidades judaicas na terra vermelha (1933-2003)*. Londrina: Eduel, 2012.

STANIFORD, Philip. *Political organization of a japanese community in Northern Brazil 1967*. Tese. London School of Economics. London, 1967.

SUZUKI, Teiiti. *The japanese immigrant in Brazil. Narrative part*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1969.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Histórias da repressão e da resistência; 7).

TAVARES DE ALMEIDA, A. *Oeste paulista: a experiência etnográfica e cultural*. Rio de Janeiro: Alba Editora, 1943.

*The japanese immigrants in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964.

TOMAZI, Nelson D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do ILHP, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 1989.

\_\_\_\_\_. "Norte do Paraná" Histórias e fantasmagorias. 1997. 338 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

\_\_\_\_\_. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná. In: *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. (Org.) Reginaldo Benedito Dias; José Henrique Rollo Gonçalves. Maringá: EDUEM, 1999.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *Absorção do japonês em Marília*. 1967. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

\_\_\_\_\_. *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Antropologia).

WAWZYNIAK, Sidinalva M. dos Santos. *Histórias do estrangeiro. Passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

WESTPHALEN, Cecília Maria et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História*, nº 7, 1968.

WILLEMS, Emilio; SAITO, Hiroshi. Shindo-Renmei: um problema de aculturação. *Sociologia*, v. 9, n. 2, p. 132-152.

\_\_\_\_\_. Aspectos da aculturação de japoneses no Estado de São Paulo. *Boletim da F.F.C.L. da Universidade de São Paulo*, n. 82.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (Org.) Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

YAMAKI, Humberto. *Mini Atlas da Colônia Internacional*. Londrina: Edições Humanidades, 2008.